UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

THAÍS NODARE NETTO

O DESENVOLVIMENTO DA TEMÁTICA “ARQUIVOS PRIVADOS DE NATUREZA INSTITUCIONAL” NA ARQUIVOLOGIA BRASILEIRA

BELO HORIZONTE
2023

THAÍS NODARE NETTO

O DESENVOLVIMENTO DA TEMÁTICA “ARQUIVOS PRIVADOS DE NATUREZA INSTITUCIONAL” NA ARQUIVOLOGIA BRASILEIRA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Organização da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio.

BELO HORIZONTE
2023

Nodare Netto, Thaís.

N761d O desenvolvimento da temática “arquivos privados de natureza institucional” na arquivologia brasileira [manuscrito] / Thaís Nodare Netto. – Belo Horizonte, 2023.

403 f. : enc.

Orientador: Renato Pinto Venâncio.

Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Escola de Ciência da Informação /Universidade Federal de Minas Gerais.

Referências: f. 174-190.

Apêndices: f. 307-403.

1. Arquivologia – Teses. 2. Arquivologia. 3. Arquivos empresariais. I. Título. II. Venâncio, Renato Pinto. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Ficha catalográfica: Rubeniki Fernandes de Limas – CRB6 2990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TESE

Às 14:00 horas do dia 03 de julho de 2023, virtual - Plataforma Webconf - sala virtual PPGCI, realizou-se a sessão pública para a defesa da tese de THAÍS NODARE NETTO, número de registro 2018662702**.** A presidência da sessão coube ao Prof. Renato Pinto Venâncio - orientador. Inicialmente, o presidente fez a apresentação da Comissão Examinadora assim constituída:Prof. Paulo Roberto Elian dos Santos (Fiocruz), Profa. Márcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano (UNESP), Prof. Adalson de Oliveira Nascimento (ECI/UFMG), Profa. Ivana Denise Parrela (ECI/UFMG), e Prof. Renato Pinto Venâncio - Orientador (ECI/UFMG). Em seguida, a candidata fez a apresentação do trabalho que constitui sua tese de doutorado, intitulada: *"O desenvolvimento da temática "arquivos privados de natureza institucional" na arquivologia brasileira***".** Seguiu-se a arguição pelos examinadores e logo após, a Comissão reuniu-se, sem a presença da candidata e do público e decidiu considerar **aprovada** a tese de doutorado. O resultado final foi comunicado publicamente a candidata pelo presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão e lavrou a presente ata que, depois de lida, se aprovada, será assinada pela Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 03 de julho de 2023.

Assinatura dos membros da banca examinadora:

Documento assinado eletronicamente por **Renato Pinto Venancio**, **Professor do Magistério Superior**, em 04/07/2023, às 07:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano**, **Usuário Externo**, em 08/07/2023, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Elian dos Santos**, **Usuário Externo**, em 08/07/2023, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Adalson de Oliveira Nascimento**, **Professor do Magistério Superior**, em 10/07/2023, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Ivana Denise Parrela**, **Professora do Magistério Superior**, em 11/07/2023, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2408333** e o código CRC **F58D9C27**.

Referência: Processo nº 23072.238479/2023-10 SEI nº 2408333

DEDICATÓRIA

À minha querida mãe, Lucilene Nodare, com todo meu amor!

AGRADECIMENTOS

Certa vez, ouvi de uma querida professora: “A vida não para quando produzimos um trabalho acadêmico”. De fato foi isso que ocorreu. Em meio a uma pandemia, desafios profissionais e grandes desafios pessoais, este trabalho foi desenvolvido. Muitas lágrimas acompanharam sua execução, ora de alegria, ora de tristeza. Assim, agradecer às pessoas que me auxiliaram e contribuíram neste percurso é uma tarefa importante e prazerosa!

A Deus, por ter permitido que eu trilhasse mais esta etapa, sustentando-me nos momentos de angústia, lágrimas e dificuldades.

À minha mãe, sempre amorosa, zelosa e paciente com minhas dificuldades e ausências. Seu colo durante minhas lágrimas e as tantas ligações com palavras de afeto foram fundamentais!

Ao professor Renato Venâncio, sempre muito generoso em compartilhar ideias e ensinamentos. Suas orientações foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. Obrigado pela compreensão, confiança e sugestões no desenvolvimento e na produção desta tese e por acreditar em mim quando até eu mesma duvidava da minha competência!

Às minhas amigas de jornada acadêmica Fernanda e Ana Paula, pela escuta cuidadosa e atenciosa, por compartilharem todo apoio e zelo durante o processo. Por vezes, vocês foram minha força e coragem!

À professora Meily, por, no momento mais difícil deste processo, ter me acolhido e refletido sobre todo meu percurso acadêmico, sendo luz e afeto.

Aos colegas de turma, em especial ao trio: Emanuelle, Bruno e Andreza, por dividirmos nossas dúvidas, angústias, lágrimas e alegrias.

Aos meus amigos queridos Évelli e Ahlan, por, apesar da distância geográfica, manterem-se sempre presentes.

Às minhas amigas Daniele e Jéssica que chegaram ao final desse processo, mas que se fizeram presentes com palavras de força e acalento. Obrigada, meninas!

Agradeço especialmente àquela que sempre enviou energias positivas e talvez não tenha compreensão do valor da titulação de doutorado, minha vovó Olga, mas que, na sua simplicidade e nos seus noventa e quatro anos de idade, nunca deixou de dizer: “Minha neta, estude! O estudo é a única coisa que ninguém tira de

nós nessa vida!”. Espero que a senhora possa ler essas palavras, mesmo sem compreendê-las totalmente.

RESUMO

NODARE NETTO, Thaís. **O desenvolvimento da temática "arquivos privados de natureza institucional" na arquivologia brasileira**. 2023. 403 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

Esta pesquisa tem por objetivo ressaltar o interesse teórico dos "arquivos privados de natureza institucional", bem como suas variações terminológicas, no campo da Arquivologia no Brasil. A questão principal do estudo é: Como se configura o debate produzido pela Arquivologia brasileira a respeito dos arquivos privados de natureza institucional. Notou-se que há vários termos sendo utilizados ao longo dos anos para denominar arquivos privados de natureza institucional, assim, a pesquisa buscou formalizar a terminologia em uma que seja mais consistente. Como objetivos específicos, analisou-se a presença do tema arquivos privados de natureza institucional e como era veiculado e discutido em periódicos nacionais; Examinou-se a presença do tema arquivos privados de natureza institucional e sua vinculação nos eventos nacionais de Arquivologia; Averiguou-se o interesse teórico por arquivos privados de natureza institucional nas publicações do Arquivo Nacional; Analisou-se a produção acadêmica que buscou refletir sobre os arquivos privados de natureza institucional; Identificou-se e analisou-se quais leis/normas/políticas públicas foram/são efetivamente constituídas na perspectiva de gestão/preservação dos arquivos privados de natureza institucional; E investigou-se as teses e dissertações produzidos a partir de 1991 disponíveis no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior que buscam refletir e discutir sobre arquivos privados de natureza institucional. A hipótese norteadora da pesquisa reflete do levantamento do tema na revista *Arquivo & Administração*, na qual se observa que a temática dos arquivos privados de natureza institucional passa a aparecer mais esporadicamente a partir de 1990. Relacionamos, então, esta década com a forte incorporação da Ciência da Informação no campo teórico da Arquivologia. Pretendeu-se realizar a pesquisa pensando no entrelaçamento dos fenômenos, ou seja, desenvolver uma abordagem da história cruzada a partir do interesse pelos arquivos de organizações privadas no campo teórico da Arquivologia brasileira, que nos parece entrelaçar com adoção da Ciência da Informação, especialmente na década de 1990, quando o debate se desloca para a informação nas organizações em geral. Em termos metodológicos, este estudo caracteriza-se, predominantemente, como uma pesquisa qualitativa com característica descritiva e explicativa, usou-se para os dados coletados, a análise por meio do método histórico e pensando no entrelaçamento dos fenômenos, elegeu-se o Método da História Cruzada. Concluiu-se que as análises propostas evidenciaram a importância dos arquivos privados de natureza institucional no cenário brasileiro. Espera-se que a pesquisa possa contribuir para o debate acerca dos arquivos privados de natureza institucional, bem como para o campo teórico e a história da Arquivologia brasileira.

Palavras-chave: Arquivologia. Arquivos privados de natureza institucional. Arquivos privados institucionais. Arquivos privados de pessoa jurídica. Terminologia arquivística.

ABSTRACT

NODARE NETTO, Thaís. ***The development of the theme "private archives of an institutional nature" in Brazilian archival science****. 2023. 403 f. Thesis (PhD in Information Science) – Information Science School, Federal University of Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.*

This research aims to highlight the theoretical interest of "private archives of an institutional nature", as well as their terminological variations, in the field of Archivology in Brazil. The main question of the study is: How is the debate produced by Brazilian Archivology regarding private archives of an institutional nature configured? It was noted that there are several terms being used over the years to refer to private archives of an institutional nature, so the research sought to formalize the terminology into one that is more consistent. As specific objectives, the presence of the topic of private archives of an institutional nature was analyzed and how it was conveyed and discussed in national periodicals; The presence of the theme of private archives of an institutional nature and its connection in national Archivology events was examined; The theoretical interest in private archives of an institutional nature was investigated in publications from the National Archives; The academic production that sought to reflect on private archives of an institutional nature was analyzed; It was identified and analyzed which public laws/norms/policies were/are effectively constituted from the perspective of management/preservation of private archives of an institutional nature; And we investigated the thesis and dissertations produced since 1991 available on the portal of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel that seek to reflect and discuss private files of an institutional nature. The guiding hypothesis of the research reflects the survey of the topic in the magazine Arquivo & Administração, in which it is observed that the theme of private archives of an institutional nature began to appear more sporadically from 1990 onwards. We then relate this decade to the strong incorporation of Information Science in the theoretical field of Archivology. The aim was to carry out the research thinking about the intertwining of phenomena, that is, to develop a cross-historical approach based on the interest in the archives of private organizations in the theoretical field of Brazilian Archivology, which seems to us to be intertwined with the adoption of Information Science, especially in 1990s, when the debate shifts to information in organizations in general. In methodological terms, this study is characterized, predominantly, as a qualitative research with descriptive and explanatory characteristics, the data collected was used for analysis through the historical method and thinking about the intertwining of phenomena, the Method of Cross History. It was concluded that the proposed analyzes highlighted the importance of private archives of an institutional nature in the Brazilian scenario. It is hoped that the research can contribute to the debate about private archives of an institutional nature, as well as to the theoretical field and the history of Brazilian Archivology.

Keywords*: Archivology. Institutional private archives. Institutional private archives. Private archives of legal entity. Business archives.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Configuração do campo científico da Arquivística no Brasil.....56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Textos publicados no periódico Arquivo & Administração, 1972-2014....82
Tabela 2 - Volume de acervos privados (fundos e coleções) em arquivos públicos estaduais.....163

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Instituições arquivísticas estaduais e municipais (capitais) cadastradas no CODEARQ que possuem websites 60
Quadro 2 - Enunciações da AAB sobre arquivos privados de natureza institucional, nos editoriais da revista Arquivo & Administração, 1972-2014 83
Quadro 3 - Temáticas do “Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA)” de 1972 a 2012 95
Quadro 4 - Eventos promovidos pelas Associações de Arquivistas do país 104
Quadro 5 - Disciplinas de arquivos privados institucionais nos cursos de arquivologia no Brasil 118
Quadro 6 - Universidades que oferecem disciplinas de arquivos privados de natureza institucional e universidades que oferecem disciplinas de arquivos privados pessoais. 122
Quadro 7 – Quadro geral de teses e dissertações por Fonseca (2005) que contêm as palavras público, privado e/ou empresarial-empresa 308
Quadro 8 - Instituições arquivísticas estaduais e municipais (capitais) cadastradas no CODEARQ que possuem revistas 310
Quadro 9 - Arquivos declarados (CONARQ) 313
Quadro 10 - Pesquisas do banco de tese e dissertações capes (filtros I: arquivo (s); arquivologia; arquivística; filtro II: ciência sociais aplicadas) 329

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAB	Associação dos Arquivistas Brasileiros
AABA	Associação dos Arquivistas da Bahia
AAERJ	Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro
AAESC	Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina
AAPR	Associação dos Arquivistas do Estado do Paraná
AARQES	Associação dos Arquivistas do Espírito Santo
AARS	Associação do Rio Grande do Sul
ABARQ	Associação Brasiliense de Arquivologia
ABE	Associação Brasileira de Educação
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALA	Associação Latino-Americana de Arquivos
ANAI	Associação Nacional de Arquivos
APCBH	Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
APERJ	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
APESC	Arquivo Público do Estado de Santa Catarina
APM	Arquivo Público ao Mineiro
ARQ-SP	Associação de Arquivistas de São Paulo
ASCOM	Assessoria de Comunicação
AVAE	Associação para a Valorização dos Arquivos das Empresas
BCG/UFF	Biblioteca Central do Gragoatá
CAAP	Comissão de Avaliação de Acervos Privados
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBA	Congresso Brasileiro de Arquivologia
CBTU	Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CFE	Conselho Federal de Educação
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEARQ	Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CONDEPHAAT-SP	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
CPA	Curso Permanente de Arquivos
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DAT	*Dictionary of Archival Terminology*
DEIP	Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Espírito Santo
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ECA	Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo
FCC-UNESP	Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista
FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
FEFIERJ	Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro
FFEPMM	Federação Francesa Detalhada de Treinamento Físico do Mundo Moderno

FFST	Federação Francesa do Esporte Labor
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FISF	Federação Internacional de Esportes Franceses
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
FVG	Fundação Getúlio Vargas
GT	Grupo de Trabalho
GTGDA	Grupo de Trabalho de Gestão de Documentos de Arquivo
IAB	Instituto de Arqueologia Brasileira
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICA	*International Cartographic Association*
ICO-ME	Indústria e Comércio de Minérios
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEB	Instituto de Estudos Brasileiros
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPPUR/UFRJ	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
MAN	Mensário do Arquivo Nacional
NBR	Norma Brasileira
PIB	Produto Interno Bruto
PPGCI/UFMG	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RAPM	Revista do Arquivo Público Mineiro
REPARQ	Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIA-APM	Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro
SIGA	Sistema de Gestão de Documentos

SINAR	Sistema Nacional de Arquivos
SPA/CIA	Seção de Associação Profissional
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIRIO	Universidade do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 16

1.1 Objetivo geral 21
1.2 Objetivos específicos 22
1.3 Justificativa 22
1.4 Hipótese 23
1.5 Metodologia 26
1.6 Revisão bibliográfica 29

2 EM BUSCA DOS ARQUIVOS PRIVADOS INSTITUCIONAIS NA CONSTITUIÇÃO DA ARQUIVOLOGIA ENQUANTO CAMPO DE PESQUISA 46

2.1 Noção de campo científico 47
2.1.1 Constituição do campo de pesquisa da arquivologia 50
2.1.2 Os arquivos públicos como campo de pesquisa da arquivologia 57

3 OS ARQUIVOS PRIVADOS INSTITUCIONAIS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DAS ASSOCIAÇÕES ARQUIVÍSTICAS 78

3.1 A retrospectiva do debate sobre os arquivos privados de natureza institucional no periódico *Arquivo & Administração* (1972-2014). 79

4 A CONSTITUIÇÃO DA PESQUISA ACADÊMICA E A TEMÁTICA DOS ARQUIVOS PRIVADOS INSTITUCIONAIS 107

5 ARQUIVOS PRIVADOS INSTITUCIONAIS EM DEBATE 126

5.1 Arquivos privados e arquivos públicos: definições teóricas 126
5.2 Tipologia de arquivos privados institucionais 139
5.3 Os arquivos privados institucionais e a pesquisa científica 141

6 POLÍTICA ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA E OS “ARQUIVOS PRIVADOS DE PESSOAS JURÍDICAS” 146

6.1 Normas arquivísticas para os arquivos de pessoas jurídicas: leis, normas e decretos sobre essa temática 147
6.2 O Arquivo Nacional e o debate sobre arquivos privados de natureza institucional 158
6.3 Arquivos privados de natureza institucional declarados de interesse público e social no Brasil 164

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 169

REFERÊNCIAS.....174

FONTES CONSULTADAS.....191

ANEXOS 194

ANEXO A - Recomendações do II Congresso Brasileiro de Arquivologia.....195

ANEXO B - Certificado Curso “Arquivos Empresariais” – 1982.....197

ANEXO C - “Curso: Organização de arquivos correntes em empresas privadas” respectivamente dos anos 2011 e 2012.....198

ANEXO D - Currículos dos cursos de Arquivologia.....217

ANEXO E - Disciplina “Arquivos Empresariais” do curso de Arquivologia da UNESP-Marília.....301

ANEXO F - PROGRAMAÇÃO IICBA, 1974.....304

APÊNDICES.....307

APÊNDICE A - Quadro geral de teses e dissertações por Fonseca (2005) que contêm as palavras público, privado e/ou empresarial-empresa.....308

APÊNDICE B - Instituições arquivísticas estaduais e municipais (capitais) cadastradas no CODEARQ que possuem revistas 310

APÊNDICE C - Arquivos Declarados de Interesse Público e Social pelo CONARQ 313

APÊNDICE D - Pesquisas do banco de tese e dissertações CAPES (filtros I: arquivo (s); arquivologia; arquivística; filtro II: ciência sociais aplicadas).....329

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a Arquivologia é uma área do conhecimento científico relativamente recente. Marques (2007) afirma que o nascimento do Arquivo, como instituição, deu-se no século XIX com a criação do Arquivo Nacional (AN), denominado Arquivo Público do Império. Entretanto, foi necessário aguardar mais de um século para que a Arquivística seja reconhecida academicamente, pois é somente na década de 1970 que são criados os primeiros cursos de graduação nas universidades públicas.

Ainda na década de 1970, surgiu também o movimento associativo, mediante a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 20 de outubro de 1971, que congregava profissionais da área. Essa iniciativa possibilitou a divulgação dos trabalhos que vinham sendo realizados nas instituições de arquivos. Até então, as reflexões sobre a área originavam-se, basicamente, nas instituições arquivísticas e estavam estreitamente vinculadas às necessidades de resoluções dos problemas que se impunham no cotidiano dessas instituições quanto ao tratamento de seus acervos arquivísticos (MARQUES 2007).

O quadro acima sofre uma modificação importante a partir do surgimento da AAB. Em 1972, sob o patrocínio dessa instituição, foi organizado o primeiro Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA) (BOTTINO, 2014). Nesse primeiro evento, foi programada uma mesa-redonda sobre “Coleções e arquivos particulares” (BOTTINO, 2014, p. 33). A partir da indagação a respeito do legado dessa iniciativa, a presente pesquisa foi amadurecida. O ponto de partida das inquietações que alimentaram essa pesquisa também se originou de políticas públicas arquivísticas, que, desde a Lei de Arquivos (Lei. N. 8.159/91) valorizaram os arquivos de organizações privadas, bem como os centros de memória e documentação privada de interesse público e social. Adicionalmente, as leituras iniciais a respeito da temática “arquivos privados de natureza institucional” no Brasil mostraram que existem iniciativas sobre o tema em questão, o que justifica o interesse em realizar uma pesquisa científica sobre essa temática.

A pergunta norteadora desta pesquisa, que posteriormente levou à definição de seu objetivo geral, partiu dos desdobramentos do processo de levantamento de fontes e escrita na dissertação de mestrado, intitulada "Centros de

memória e documentação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG): perfis institucionais e políticas de acervo", defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI/UFMG). As sugestões e os questionamentos apresentados ao longo deste estudo de mestrado levaram ao surgimento de novas indagações a respeito das temáticas dos arquivos privados de natureza institucional. Se no âmbito da UFMG, naquele momento, era comum a ausência da política arquivística − e, por isso, os centros de memória e documentação são iniciativas que estão longe de corresponder ao que é determinado pela legislação ou tecnicamente orientado pela gestão documental−, qual a realidade dos arquivos privados de pessoa jurídica no Brasil? e Qual é a natureza do debate produzido no campo da Arquivologia a esse respeito?

Partindo da primeira questão, fez-se necessário compreender o que são “pessoas jurídicas”. Como bem orienta Pazin Vitoriano (2012), as instituições produzem documentos de acordo com as funções e atividades que exercem. Então, certamente, cada tipo de organização produzirá tipos documentais específicos. Essas diferenças devem-se a questões relacionadas à legislação que regula cada atividade humana, à evolução das teorias da administração e à missão que cada organização dá a si mesma para atender às necessidades do Estado e da sociedade.

O conceito de organização “engloba qualquer entidade, formalmente constituída com o objetivo de cumprir finalidades específicas, sejam elas econômicas ou sociais” (PAZIN VITORIANO, 2012, p. 18). No Brasil, a legislação denomina essas organizações formais de duas maneiras: pessoas jurídicas, que podem ser de direito público, como os órgãos governamentais; e “Pessoas jurídicas de direito privado”. O Código Civil (Lei 10.406/2002) define no seu artigo 44 como pessoas jurídicas de direito privado:

> I - as associações;
> II - as sociedades;
> III - as fundações.
> IV- as organizações religiosas; (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003)
> V - os partidos políticos. (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003)
> VI - as empresas individuais de responsabilidade limitada. (Incluído pela Lei nº 12.441, de 2011) (BRASIL, 2002, documento *on-line*).

Pazin Vitoriano (2012) salienta que, ao analisar o Código Civil, é possível dividir as pessoas jurídicas de direito privado em duas grandes categorias: uma

representada pelas sociedades, ou empresas, como são tradicionalmente denominadas as organizações de finalidade econômica; e outra representada pelas associações e fundações, genericamente denominadas “organizações da sociedade civil, sem finalidade lucrativa”, que se convencionou chamar de Terceiro Setor (PAZIN VITORIANO, 2012, p. 19).

Uma empresa, portanto, pode ser pública ou privada, mantendo sua característica de personalidade jurídica de direito privado, dependendo da origem de seu patrimônio. Ou seja,

> A empresa pública é uma pessoa jurídica de direito privado, cuja criação foi autorizada por lei para prestação de serviço público ou exploração de atividade econômica, de acordo com conveniência governamental ou em função de contingências específicas. A definição de pública é devida ao seu patrimônio, que é constituído de recursos do próprio Estado. Na verdade, o modelo mais adotado atualmente é o das sociedades de economia mista, que difere das empresas públicas porque neste caso o capital da sociedade é formado com recursos públicos e privados, havendo uma colaboração entre o Estado e investidores particulares na constituição desta sociedade. (COTRIM, 2009, p. 43 apud PAZIN VITORIANO, 2012, p. 19).

Como base no esclarecimento sobre o que são pessoas jurídicas, optou-se por utilizar neste trabalho a denominação “arquivos privados de natureza institucional”.

É importante evidenciar que todas as organizações são reguladas pelo Direito e que a primeira e mais importante fonte de registros documentais é representada pelos fatos jurídicos.

Segundo Pazin Vitoriano (2012), os fatos jurídicos nascem da declaração expressa da vontade dos agentes sociais e são produzidos em função de um objetivo amparado pelo Direito.

> Ao considerarmos a produção documental das organizações, devemos lembrar que desde seu nascimento, cada instituição é definida pelos objetivos a que se propõe. Por causa desses objetivos, cada tipo de organização obedece a uma legislação específica, em sua formação e administração. As implicações existentes em cada caso influenciam diretamente a produção documental e consequentemente a posterior configuração do arquivo da organização. Porém, uma vez que o Código Civil Brasileiro equipara as pessoas jurídicas de direito privado, especialmente as associações, às sociedades empresariais, por definição elas passam a responder à mesma legislação pertinente. Por isso, entendemos que existe uma equiparação entre as obrigações de organizações da sociedade civil e de empresas, o que torna sua gestão bastante semelhante. (PAZIN VITORIANO, 2012, p. 23).

Entende-se que a afirmação acima se refere às questões legais que equiparam as obrigações de organizações da sociedade civil e de empresas. Nesse sentido, buscou-se estabelecer uma conexão entre Arquivologia e as leis que estabelecem a gestão de documentos em empresas privadas institucionais.

> Por lei, as empresas públicas, as sociedades de economia mista, as entidades privadas encarregadas da gestão de serviços públicos (BRASIL, Decreto n. 4.073 de 3 de janeiro de 2002, art.15) e, até mesmo, os órgãos públicos de qualquer esfera (federal, estadual ou municipal) deveriam realizar obrigatoriamente a gestão dos seus documentos. A Constituição pátria de 1988, em seu art. 216, §2º, declara: "Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem" (BRASIL, Constituição, 1988, p. 126). A Lei 8.159, art. 1º, prescreve: "É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos" (BRASIL, Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991). De outra parte, com as exceções elencadas até aqui, não existe outra lei ou legislação no Brasil que necessariamente "obrigue" qualquer empresa privada a realizar a gestão, a organização e a guarda dos seus documentos. (BATISTA, 2019, p. 13).

Na citação acima fica claro que a legislação brasileira não exige a empresa privada institucional à realização da gestão documental. Contudo, ao retornarmos o conceito de documento de arquivo e também ao conceito de documento, fica claro que, no campo da Arquivologia, os modernos estudos da Diplomática compreendem que o objeto principal é

> A unidade arquivística elementar, analisada enquanto espécie documental, servindo-se dos seus aspectos formais para definir a natureza jurídica dos atos nela implicados, tanto relativamente à sua produção, como a seus efeitos. Concentra-se na gênese, na constituição interna, na transmissão e na relação dos documentos entre seu criador e o seu próprio conteúdo, com a finalidade de identificar, avaliar e demonstrar a sua verdadeira natureza. (BELLOTTO, 2002, p. 17).

Bellotto (2002) afirma que

> [...] o documento diplomático é o registro legitimado do ato administrativo ou jurídico, conseqüência, do fato administrativo ou jurídico. Se é "ato jurídico todo aquele que tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos", o ato administrativo é o ato jurídico, porém, eivado pela finalidade pública. [...] Reitere-se que o documento diplomático é aquele que é "testemunho escrito de natureza jurídica, redigido com observância a certas formas estabelecidas que se destinam a dar-lhe força probatória." (BELLOTTO, 2002, p. 17).

Após esses esclarecimentos, algumas questões se fazem pertinentes. Como citado anteriormente, percebemos que inicialmente a ABB possibilitou a divulgação dos trabalhos que vinham sendo realizados nas instituições de arquivos e essas publicações estavam concentradas nos congressos de arquivologia e na

Revista *Arquivo & Administração*. Porém, posteriormente, a legislação arquivística parece ter se voltado para o setor público. Nesse sentido surgem os seguintes questionamentos: a discussão realizada pelas instituições de arquivos era exclusivamente de caráter público? Quais instituições de fato divulgam seus trabalhos na mencionada revista e nos congressos de arquivologia? Qual foi o interesse despertado pelos arquivos privados de natureza institucional?; e Quais foram suas variações ao longo do tempo, pelo campo teórico da Arquivologia no Brasil?

Delineou-se que seria relevante compreender, cronologicamente, o interesse despertado pelos arquivos privados de natureza institucional, no Brasil. A ABB significou importante atuação e liderança para as conquistas do campo da Arquivologia, o que justifica começar a análise partindo das suas comunicações.

Segundo Marques (2007) a AAB foi responsável pela edição da revista *Arquivo & Administração,* na temporalidade 1972- 2014 e pela realização dos Congressos Brasileiros de Arquivologia (CBA), realizados de 1972-2006. Também, as revista das Associações também merecem análise.

Nesse mesmo período, mais precisamente 1970, merece análise também o Mensário do Arquivo Nacional (MAN), uma publicação periódica mensal do Arquivo Nacional. Segundo o Arquivo Nacional (2019, documento *on-line*) “esse boletim, lançado em 1970, era uma ferramenta de comunicação do Arquivo Nacional em que divulgava mensalmente as atividades desenvolvidas no órgão, bem como se destinava à difusão do acervo da instituição”. Com esse mesmo objetivo, o Mensário foi editado até 1982. Assim, faz-se relevante verificar como a autoridade arquivística, ou seja, o Arquivo Nacional, compartilhava (ou não) o interesse pelos arquivos de arquivos privados de natureza institucional.

A partir de 1982 o Mensário é sucedido pela Revista Acervo, lançada em 1986. Na sua primeira edição, a Revista Acervo mencionava como um dos seus propósitos a substituição ao Mensário: “A revista que ora lançamos substitui, de certo modo, o Mensário do Arquivo Nacional.” (ARQUIVO NACIONAL, 2019). Pretendia não apenas lançar mais um título, mas também dotar o Arquivo Nacional de um instrumento ágil na divulgação de suas reais atribuições: recolher os documentos da administração pública federal, funcionar como veículo de modernização institucional, à cabeça do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR); e

atender os pesquisadores na busca dos registros que reconstituem a história brasileira (ARQUIVO NACIONAL, 2019). Atualmente a revista tem por objetivo divulgar estudos e fontes nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas, especialmente História e Arquivologia.

Explorar a Revista Acervo torna-se, portanto, de suma importância. Nessa mesma perspectiva, faz-se pertinente analisar a presença do tema arquivos privados de natureza institucional e como ele era veiculado e discutido em periódicos nacionais, bem como nos eventos nacionais de Arquivologia.

Para além das publicações acima mencionadas, a promulgação da Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991 no Brasil, mais conhecida como “Lei de Arquivos”, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, estabelece a Política Nacional de Arquivos, bem como cria o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). Trata-se de um marco importante na história da Arquivologia brasileira.

Marques (2007) elucida que “não seria exagero afirmar que essa lei marca e tem papel fundamental na formação da identidade da Arquivística do país, chamando a sociedade à reflexão e à discussão sobre o papel dos arquivos” (MARQUES, 2007, p. 138).

Considerando esse marco e sua importância para a formação da Arquivologia, ponderou-se sobre a importância de investigar também os trabalhos de teses e dissertações produzidas a partir de 1991, período pós Lei de Arquivos e pós-criação cursos universitários, disponíveis no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que buscaram refletir e discutir sobre arquivos privados de natureza institucional .

1.1 Objetivo geral

Diante do exposto, delineou-se que o objetivo geral desta pesquisa é compreender o interesse teórico pelos “arquivos privados de natureza institucional”, bem como suas variações ao longo do tempo, no campo da Arquivologia no Brasil.

1.2 Objetivos específicos

E, como parte do objetivo geral mencionado acima, os objetivos específicos da pesquisa foram assim delineados:

- Analisar a presença do tema arquivos privados de natureza institucional e como era veiculado e discutido em periódicos nacionais;

- Examinar a presença do tema arquivos privados de natureza institucional e como era vinculado nos eventos nacionais de Arquivologia;

- Averiguar o interesse teórico por arquivos privados de natureza institucional nas publicações do Arquivo Nacional;

- Analisar a produção acadêmica que buscou refletir e discutir sobre os arquivos privados de natureza institucional;

- Identificar e analisar quais leis/normas/políticas públicas foram/são efetivamente constituídas na perspectiva de gestão/preservação dos arquivos privados de natureza institucional;

- Investigar os trabalhos de teses e dissertações produzidos a partir de 1991 disponíveis no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior que buscam refletir e discutir sobre arquivos privados de natureza institucional.

1.3 Justificativa

A teoria arquivística tradicional considera os arquivos segundo a natureza – pública ou privada – da entidade que os acumulou, criando, assim, duas categorias.

Se, de um lado, têm-se os “arquivos públicos”, constituídos no curso das atividades dos órgãos ligados à administração pública; de outro lado, têm-se os chamados “arquivos privados”, abarcando tanto os conjuntos de documentos produzidos por instituições jurídicas quanto aqueles acumulados por indivíduos e famílias.

Essa busca pela distinção entre público e privado vem sendo muito explorada pelas áreas do Direito, da História e da Filosofia. Pensando nessa lógica de diferenciação, particularmente quando entram em debate os arquivos, parece-nos

que do ponto de vista do “arquivo privado de natureza pessoal” o debate no campo da Arquivologia mostra-se mais alargado. Os arquivos privados de natureza institucional configuram tema ainda pouco debatido na bibliografia especializada produzida no Brasil, se em comparação com os arquivos privados pessoais. Tendo em vista isso, os arquivos pessoais parecem ser o principal enfoque dado aos arquivos privados, tanto nos ambientes de preservação quanto no ambiente de pesquisa.

Faz-se necessário, portanto, investigar os arquivos privados de natureza institucional, na medida em que trazem à tona dois pontos que merecem atenção: a produção documental de empresas e sua relação com os critérios de arquivamento; e a preservação do acervo, que, na maior parte das vezes significa garantir sua sobrevivência após o desaparecimento da entidade que o produziu.

> “Garantir a preservação destes acervos implica em um conjunto de ações de curto, médio e longo prazo que não podem prescindir da atuação das diversas instâncias sociais. Arquivistas, legisladores, historiadores devem se envolver nesse processo.” (PAZIN VITORIANO, 2016, p. 12).

Nesta pesquisa, pretende-se explorar o aporte teórico e os profissionais que dialogam nesse campo, para conciliar as questões de produção documental de empresas, critérios de arquivamento e a preservação do acervo.

É na junção das lacunas acima apresentadas que este trabalho se justifica. Ele emerge da necessidade do envolvimento do arquivista com os arquivos de organizações privadas e se faz pertinente para o desenvolvimento do campo científico da Arquivologia em nível nacional, de forma que contribua para o debate acerca do tema.

Em suma, espera-se que o tema abordado que se pretende delinear, permita, dentre outros aspectos, compreender o interesse despertado pelos arquivos de organizações privadas, e suas variações ao longo do tempo, pelo campo teórico da Arquivologia no Brasil.

1.4 Hipótese

Os pressupostos subjacentes a esta pesquisa configuram, em um primeiro momento, o reflexo da já citada dissertação de mestrado. Se, de um lado têm-se inúmeras iniciativas de centros de memória e documentação nas

universidades, especialmente na UFMG, por outro lado, à luz das reflexões de Camargo e Goulart (2015), esses espaços também são recorrentes nas organizações privadas institucionais.

A memória organizacional é considerada como a representação que o grupo faz do passado dessa organização. No sentido da construção social, a memória contribui para evocar lembranças (PAZIN VITORIANO, 2011). Assim, “é na análise sobre a forma como as organizações utilizam seus documentos para representar o passado que podemos compreender o significado da memória dessas instituições (PAZIN VITORIANO, 2011, p. 100)”.

Apesar de recente nas organizações brasileiras, a partir de 1980 torna-se comum encontrar espaços dedicados à preservação da memória nas organizações, como os centros de memória. Porém, embora os autores se esforcem para demonstrar a utilização dos acervos dos centros de memória como fonte de pesquisa e ferramenta de gestão estratégica, ainda prevalecem os usos culturais e de comunicação (PAZIN VITORIANO, 2011). É recorrente em suas mais diversas modalidades a compreensão fragmentada da memória. Muitas vezes, compõem os acervos efetivos dos centros, os documentos de comunicação e marketing, refletindo uma memória organizacional produzida na direção da imagem da organização. Percebe-se uma nítida separação entre o arquivo permanente e o centro de memória. O arquivo central costuma ser criado e mantido por áreas da administração, financeira, contábil, etc. Já o centro de memória, na maioria das vezes, surge como uma iniciativa cultural, ficando subordinado às áreas de comunicação e marketing (PAZIN VITORIANO, 2011).

Os centros de memória, apesar de não serem vistos como gestores de memória, estão estimulando cada vez mais o debate sobre o papel dos documentos na construção da memória das organizações.

Nesse sentido, trabalharemos com a hipótese de que o debate dos arquivos privados de natureza institucional, na área teórica, parece ter sido reduzido pela emergência da Ciência da Informação (CI) (com ênfase em objetos

informacionais) e pelo protagonismo da Lei de Arquivos (com ênfase em organizações públicas)[1].

Nesta pesquisa, também enfatizamos a questão temporal, uma vez que o período de generalização dos centros de memória (década de 1980), a forte incorporação da Ciência da Informação no campo teórico da Arquivologia (década de 1990) e a Lei de Arquivos (1991), estão compreendidos em marcos temporais relativamente próximos.

É justamente em relação a esse último período que Fonseca (2005, p. 59) propõe que o objeto de pesquisa da Arquivologia, na perspectiva de um novo paradigma, desloca-se do "arquivo" para a "informação arquivística", ou "informação registrada orgânica", expressão defendida por canadenses para designar a informação gerada pelos processos administrativos e por eles estruturada, de forma a permitir uma recuperação em que o contexto organizacional desses processos seja o ponto de partida.

De forma alguma, não se pode negligenciar que a perspectiva de a Arquivologia pertencer ao campo da Ciência da Informação é um debate em que convergem diversos autores, como Tognoli e Guimarães (2010), Calderon (2013, p. 65), Marques (2013) e Marques e Tognoli (2016).

A partir do levantamento dessas e de outras fontes, Venâncio (2017) constata a existência de abordagens que consideram a Arquivologia como subárea da Ciência da Informação, como também há perspectivas que as consideram como áreas completamente independentes. Nesta pesquisa, discute-se tal questão, porém não a partir de uma abordagem epistemológica. Não constitui seu objetivo central discutir se os objetos, métodos e postulados referentes à Arquivologia e da Ciência da Informação são, ou não, convergentes.

Gomes (1998) aponta que a renovação historiográfica (primeiras décadas do século XX), citando-se a Escola dos *Annales* na França e os Estudos Culturais na Inglaterra, ampliou o conceito de fontes históricas e fez cresce a preocupação dos intelectuais com os documentos. Isso e mais a luta de movimentos civis e profissionais da área, levaram à promulgação da Lei de Arquivos (Lei n. 8.159, de 8

[1] Sou grata à professora Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano (Unesp), por essa última observação em comunicação oral.

de janeiro de 1991), que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

Embora tal lei abarque também os arquivos privados, é possível perceber que o foco está na administração pública, já que de cinco capítulos, quatro deles tratam dos arquivos públicos. Vale salientar que, ao mesmo tempo, há uma preocupação com os arquivos privados, que podem ser “identificados pelo Poder Público como de interesse público e social”.

Portanto, delineamos a hipótese do interesse teórico pelos arquivos privados de natureza institucional, pensando na emergência da Ciência da Informação e a Lei de Arquivos. Pretende-se desenvolver a pesquisa pensando no entrelaçamento dos fenômenos; ou seja, desenvolver uma abordagem da história cruzada a partir do interesse pelos arquivos privados de natureza institucional, e suas variações ao longo do tempo, no campo teórico da Arquivologia brasileira e a adoção da Ciência da Informação, especialmente na década de 1990, quando o debate se desloca para a informação nas organizações em geral, e, por fim, o impacto da Lei de Arquivos.

Tal pressuposto pode ser um caminho para esclarecer o interesse em arquivos de organizações privadas, bem como seus nexos e entrelaçamentos na Arquivologia brasileira.

1.5 Metodologia

Para toda pesquisa o aporte teórico é fundamental e necessário aos aspectos das investigações. À vista dos objetivos evidenciados, este estudo caracteriza-se, predominantemente, como uma pesquisa qualitativa com características descritiva e explicativa.

Minayo e Sanches (1993), essa metodologia

> [...] trabalha com valores, crenças, representações, hábitos e opiniões e adéqua-se a aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 15).

Para os propósitos desta pesquisa, pretende-se desenvolver procedimentos metodológicos interdependentes e complementares, conforme evidenciado a seguir.

A primeira etapa contempla a revisão bibliográfica e a pesquisa bibliográfica, esta desenvolvida a partir de material já elaborado, sobretudo artigos científicos e livros.

Como orienta GIL (2008),

> A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. [...] A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários (GIL, 2008, p. 50).

Na busca por esses dados secundários, procedeu-se ao levantamento dos textos sobre arquivos privados de natureza institucional no editorial *Arquivo & Administração* (1972-2014), nas edições do Congresso Brasileiro de Arquivologia (1972-2006)[2], no Mensário do Arquivo Nacional (1970-1982), na Revista Acervo (1986-2019), nas revistas dos Arquivos Estaduais e nas revistas de Associações de Arquivistas existentes no Brasil. A escolha destas fontes pauta-se na compreensão de que são os principais canais de comunicação das temáticas relacionadas à Arquivologia.

A segunda etapa versa sobre a pesquisa documental, que, segundo Gil (2008), muito se assemelha à pesquisa bibliográfica, diferenciando-se apenas pela natureza das fontes. Especial ênfase será dada à análise das leis/normas/políticas arquivísticas do Brasil que estabeleçam relação com o tema em questão e à investigação dos trabalhos de teses e dissertações produzidas a partir de 1991 (pós-Lei de Arquivos) disponíveis no portal da Capes que buscaram refletir e discutir sobre arquivos privados de natureza institucional.

A terceira etapa versa sobre a análise das fontes de forma cuidadosa e criteriosa, mediante o procedimento “triangulação de dados”. Assim, pareceu

[2] Lembramos da existência do Congresso Nacional de Arquivologia (CNA). Contudo, tendo em vista o marco temporal do primeiro CNA ser 2004, optamos por não abordá-lo nessa pesquisa e realizar estudos futuros sobre o congresso em questão,

apropriado ao tratamento dos dados coletados realizar a análise pelo método histórico proposto por Marconi e Lakatos (2005).

> O método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época (MARCONI; LAKATOS, 2005, p. 107).

Os autores são enfáticos em afirmar que o método histórico “preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos” (MARCONI; LAKATOS, 2005, p. 107).

Pensando no entrelaçamento dos fenômenos, para os objetivos desta pesquisa, elegeu-se o método da história cruzada (WERNER; ZIMMERMANN, 2003) dentre os métodos históricos. Para esses autores, faz-se necessário sair da linearidade e buscar a dinamicidade no processo de reflexão sobre o contexto histórico dos acontecimentos. Mais do que isso, “a história cruzada insiste naquilo que, num empreendimento autorreflexivo, pode ser gerador de sentido” (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 115).

Esclarecem os autores:

> No sentido literal, cruzar significa “dispor duas coisas uma sobre a outra em forma de cruz.” Daí resulta um ponto de intersecção onde podem se produzir acontecimentos suscetíveis de afetar em graus diversos os elementos em presença, segundo sua resistência, permeabilidade ou maleabilidade, e de seu entorno. [...] As entidades ou os objetos de pesquisa não são apenas considerados uns em relação com os outros, mas igualmente uns através dos outros, em termos de relações, de interações, de circulação (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 95-96).

> A história cruzada prefere buscar colocar em evidência o tecido espesso dos entrecruzamentos, a partir das referências efetivamente mobilizadas por uns e por outros na elaboração de suas representações respectivas. [...] ela propõe utilizar o cruzamento das perspectivas e o deslocamento dos pontos de vista para produzir efeitos de conhecimento próprios. A reflexividade à qual ela se abre não é um formalismo vazio, mas um campo relacional criador de sentido (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 108).

Logo, a história cruzada “age como um princípio ativo, no qual se abre a dinâmica da pesquisa, segundo uma lógica de interações em que os diferentes elementos se constituem uns em relação aos outros, uns através dos outros” (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 115).

No que tange ao ponto de vista da análise documental, é necessário ressaltar, segundo Le Goff (1996):

> O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1996, p. 545).

Nessa operação, tendo em mente que o documento só será "transformado" em fonte após o trabalho específico e peculiar do historiador, exercendo o ofício de historiador, depara-se com diversos documentos e encontra-se pistas que revelam os "rastros" do passado e nos fornecem elementos para a interpretação e compreensão dos fatos. Porém, é imprescindível lembrar que cada pista contribui com uma informação e que somente o entrecruzamento das fontes podem conduzir à elaboração de uma trama, fruto de análises que confrontam fontes e leituras, perguntas e hipóteses. Todo este complexo trabalho é abordado e expresso por Ginzburg como "a capacidade de, a partir de dados negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente" (GINZBURG, 1990, p. 152).

Reitera-se que a seleção das fontes necessárias, conforme alertam Lopes e Galvão (2001), não é realizada apenas por aquele que conduz essa investigação. Ela é feita também pelas pessoas que as produzem, pelas que as conservam ou, até, pelas pessoas que as destruíram, intencionalmente ou não.

> Nesse sentido é que a história será sempre um "conhecimento mutilado", pois só conta aquilo que foi possível saber a respeito do que se quer saber. O passado, nunca é demais repetir, é uma realidade inapreensível (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 79).

Nesse pequeno exercício de reflexão sobre o arcabouço teórico-metodológico e o encontro inicial com as fontes, restam evidentes as potencialidades de pesquisa para a investigação do tema proposto, bem como geram-se expectativas e possibilidades de encontro de outras fontes e análises mais elaboradas, como se verá nos próximos passos desta pesquisa.

1.6 Revisão bibliográfica

No contexto empresarial brasileiro, a informação é um ativo utilizado por administradores, gerentes, supervisores, funcionários em geral para subsidiar decisões e ações. As informações produzidas, recebidas e acumuladas pelas

instituições privadas no exercício de suas funções e atividades são registradas nos documentos, que, por sua vez, são preservados nos arquivos empresariais – instrumentos fundamentais para a tomada de decisões, para comprovações (administrativas, fiscais, legais, probatórias) e para o registro da memória institucional.

O arquivo empresarial é uma “categoria dos arquivos privados que compreende a documentação gerada por empresas comerciais, industriais, financeiras ou de serviços, de pequeno, médio ou grande portes” (BELLOTO, 2004, p. 254). Ele acumula documentos que a organização produz e recebe no decorrer de suas atividades, prestando-se, por essa razão, à informação e à gestão (LOPES, 1993).

Somando-se a essas afirmações acima, localizamos também, no Brasil, o trabalho de Silvana Goulart (2002) que dedica-se a discutir os arquivos institucionais como fonte historiográfica. Para a autora, a historiografia produzida no Brasil e no exterior reflete a ampliação das fontes de pesquisa, em função de novas abordagens e preocupações, citando-se a história da cultura material e a arqueologia industrial, que se tornam um meio de contribuir para uma releitura mais geral da história econômica e social, uma maneira de reencontrar as interrogações que mobilizam historiadores sobre a compreensão das economias dominantes de consumo e de comercialização, seu nascimento e desenvolvimento.

A autora é enfática ao afirmar que muitas das "novas fontes" encontravam-se armazenadas em arquivos sociais e econômicos de instituições privadas ou públicas, como, empresas, fundações ou autarquias estatais, e por vezes há dificuldades de acesso para sua utilização, na medida em que não existem mecanismos reguladores para seu recolhimento e preservação. Apesar de a legislação brasileira prever a menção a arquivos privados de interesse público considerados úteis à sociedade, na prática não há controle sobre eles (GOULART, 2002). Convém lembrar, contudo, que há muitos arquivos privados pessoais considerados de interesse público que são financiados pela Lei Rouanet.

Salienta-se, ainda, a atenção voltada para o modelo francês e o norte-americano de gestão do patrimônio privado. A intenção da autora é enriquecer o debate, demonstrando como outros países estão lidando com os arquivos privados institucionais. Discutem-se, também, ao longo do estudo, com foco no debate

perpassado pelas questões da memória institucional, as motivações e os objetivos de um projeto de memória, para, finalmente, apontar a relevância dos Centros de Memória em instituições privadas.

Outro estudo que também se dedicou a discutir a memória empresarial foi o de Totine e Gagete (2004), no qual as autoras buscam refletir sobre o conceito de memória empresarial, seus novos contornos e seu papel na sociedade. No texto, discutem-se as primeiras iniciativas de criação de arquivos empresariais históricos na Europa, no século XX. Procurou-se apresentar a evolução do conceito de "memória empresarial", em um primeiro momento, analisando-o no contexto internacional (Europa e Estados Unidos) e, depois, no contexto brasileiro. Na sequência, alerta-se para o modo como o resgate da memória tornou-se projeto importante em muitas empresas, que se atentaram para a necessidade de preservar os registros físicos do passado.

Considera-se, nesta tese, que a memória empresarial no Brasil vem cada vez mais superando o significado apenas de celebração do passado, assumindo paulatinamente a importância efetiva nas práticas administrativas contemporâneas. Prova disso são os diversos produtos de memória empresarial (livro histórico-institucional, vídeos, conteúdos para internet, exposições e produtos de suporte, centros de memória, etc.), que reúnem fontes e informações históricas a partir de uma pesquisa sistemática e se transformam em valiosas matérias-primas para novos projetos e produtos.

Camargo e Goulart (2015), no livro "*Centros de memória: uma proposta de definição*", exploram a diversidade de características atribuídas aos centros de memória, principalmente de empresas, mapeando as circunstâncias em que foram concebidos; examinam as soluções híbridas que recorreram, na tentativa de ajustar mecanismos preexistentes às demandas de um novo tempo; discutem o alinhamento dos centros de memória aos órgãos que os criaram; e, por fim, apresentam os elementos que poderiam compor o perfil institucional dos centros de memória, de modo a torná-los viáveis e importantes.

Já os trabalhos de Pazin Vitoriano (2011; 2012) abordam a temática sob um viés diferente dos apresentados anteriormente. A autora se dedica a sistematizar a informação conhecida sobre a produção documental das organizações, sejam elas empresariais, associativas ou fundacionais, de modo que o produto final passe a se

constituir em um instrumento de trabalho com as tipologias documentais encontradas nas organizações privadas.

Na tese intitulada “Obrigação, controle e memória: aspectos legais, técnicos e culturais da produção documental de organizações privadas”, Pazin Vitoriano (2011) busca analisar os aspectos que influenciam as instituições da esfera privada, sobretudo as de cunho econômico, na produção de documentos de arquivo, utilizando como base de reflexão as condicionantes primárias da gênese documental: a legislação, normas técnicas e teorias da administração. Adicionalmente, busca analisar as condicionantes secundárias, representadas pelas questões subjetivas fomentadas pela cultura organizacional, atuantes na produção e, principalmente, na preservação documental.

É importante salientar que se trata do primeiro trabalho no País a discutir os arquivos das organizações de direito privado sob na perspectiva da produção documental e com base nas funções administrativas que elas desempenham. Em um primeiro momento da pesquisa, a autora, a partir da caracterização dos arquivos de pessoas jurídicas de direito privado, discute algumas condicionantes que influenciam a produção documental dessas organizações. A primeira é a obrigatoriedade do comprimento de determinações legais na celebração de atos jurídicos necessários à existência das instituições e a seu funcionamento. Em um segundo momento, a autora discute as condicionantes ligadas à evolução das teorias da Administração e do processo de gestão. A seguir, busca demonstrar a influência da cultura organizacional na produção e atribuição de valor aos documentos de arquivo, especialmente para finalidades de preservação. Na Conclusão, procede a um extenso levantamento das funções administrativas realizadas nas organizações e estabelecendo a ligação entre as funções e a produção documental. De forma didática, apresenta um quadro de espécies e tipos documentais representativos da tipologia documental de organizações privadas, que em muito auxilia o processo de concepção dos instrumentos de gestão documental (PAZIN VITORIANO, 2011).

A publicação de Pazin Vitoriano (2012), na série Instrumenta, da Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), intitulada “Arquivos de organizações privadas funções administrativas e tipos documentais”, parece ser um compilado do estudo acima abordado, agora, porém, apresentado com característica

de manual, organizado em três partes. Na primeira, apresentam-se os principais tipos de organização privada, argumentando-se sobre o contexto em que as funções administrativas são realizadas do ponto de vista das questões legais representadas pelo Direito, e a influência das diversas teorias da Administração na gestão administrativa. Na segunda parte, formulam-se as principais funções administrativas encontradas nas organizações. Na terceira parte, disponibiliza-se um glossário contendo os principais formatos, espécies e tipos documentais encontrados nas organizações, sejam elas empresas ou demais entidades de direito privado (PAZIN VITORIANO, 2012).

Outro trabalho que se dedica a discutir a temática em questão é o de Valentim (2012), que defende a importância da gestão documental em ambientes empresariais, relacionando-a com a informação orgânica[3]. A gestão documental aplicada à informação orgânica é tão ou mais estratégica para o desenvolvimento organizacional do que a informação não orgânica, pois a primeira propicia conhecer a própria história, os percalços e os triunfos obtidos ao longo de sua existência. A autora conclui que a gestão documental, em ambientes empresariais propicia melhoria considerável aos processos, fluxos, atividades e tarefas organizacionais. Destaca, também, que a gestão documental proporciona maior eficiência e eficácia no que tange ao acesso, recuperação e disseminação de informações/documentos para todos os níveis hierárquicos da organização. Para a autora, a gestão documental possibilita de acompanhar os documentos produzidos, rastrear as inserções (comentários, pareceres, decisões, etc.) nos documentos que estão tramitando, garantindo a autenticidade, confiabilidade e consistência dos conteúdos documentais. Adicionalmente, a gestão pode gerenciar a emissão de notificações de encaminhamentos, mediante a emissão de alertas para prazos-limite, entre outros recursos. As organizações necessitam da gestão documental para garantir a eficiência de processos e fluxos formais baseados em informações/ documentos.

Permeando a mesma lógica do estudo abordado previamente, o artigo de Bueno e Valentim (2018) teve por objetivo analisar os fluxos

[3] Corroborando com o mesmo entendimento dos pesquisadores canadenses Rousseau e Couture (1998), a ‘informação orgânica’ é aquela gerada internamente à organização e é diretamente relacionada à missão, visão, objetivos e metas da organização, portanto, relacionada às responsabilidades, funções, atividades diretas ou indiretas desempenhadas por seus membros, e, assim, se constitui na essência da gestão documental” (VALENTIM, 2012, p. 13).

informacionais/documentais e a gestão documental, caracterizando os tipos e usos das informações orgânicas, bem como o impacto causado pelas tecnologias de informação e comunicação. Acredita-se que a área precisa estabelecer parâmetros arquivísticos direcionados à gestão documental integrada que abordem todos os aspectos da gestão documental, ou seja, desde a produção documental até o uso dos documentos. Assim, a gestão dos fluxos documentais é a base para estabelecer parâmetros arquivísticos para a guarda permanente dos documentos que possuem caráter comprobatório, legal e jurídico das atividades organizacionais.

Em outro viés de análise, é importante ressaltar os trabalhos de Molina (2013) e Pazin Vitoriano (2016) dedicados a discutir a ideia de patrimonialização e declaração de interesse público e social dos arquivos privados. A pesquisa de Molina (2013) procura discutir sobre o patrimônio histórico e cultural no Brasil, e, mais especificamente, sobre os processos de patrimonialização de arquivos privados em instituições de preservação e salvaguarda de bens culturais, considerados como suportes da memória nacional, desde finais do século XX. O autor refletiu, ainda, sobre as ações relativas ao patrimônio documental nos processos de patrimonialização relacionadas aos arquivos privados apresentados ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT-SP), em solicitações de tombamento, e ao Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), em solicitações de “declaração de interesse público e social”. A constatação é que o número de arquivos analisados pelo IPHAN, CONDEPHAAT e CONARQ é pequeno em relação à quantidade de arquivos institucionais e pessoais existentes no País. As ações de patrimonialização relativas aos arquivos privados continuam mesmo com a atuação do CONARQ, residuais.

Pazin Vitoriano (2016) percorre linha de análise próxima do estudo antecedente ao avaliar as políticas públicas arquivísticas para a preservação de fundos de arquivos privados de natureza institucional no Brasil, com base no levantamento dos fundos mantidos em arquivos públicos. Essa autora realizou um breve levantamento bibliográfico sobre arquivos privados no contexto brasileiro e internacional, mais um levantamento documental de fundos arquivísticos privados existentes no Arquivo Nacional e nos Arquivos Públicos Estaduais do Brasil, com ênfase nos arquivos privados institucionais.

Para a autora, a preservação de arquivos privados ainda demanda a criação de políticas públicas efetivas capazes de superar as dificuldades operacionais que tradicionalmente assolam os arquivos públicos brasileiros. A ampliação gradual do número de arquivos públicos que vem ocorrendo nos municípios brasileiros pode indicar uma nova perspectiva para a preservação de fundos privados.

> Mais próximas à comunidade em que nasceram e se desenvolveram, entidades e empresas desaparecidas poderiam ter nos arquivos públicos municipais um local de preservação de seus acervos. Preservados nas próprias comunidades, talvez seja possível estabelecer uma efetiva condição de reconhecimento público das ações desenvolvidas em ambiente privado por essas instituições (PAZIN VITORIANO, 2016, p. 22).

É interessante sublinhar que a temática dos “Arquivos empresariais privados” desperta atenção também do campo da Administração, como é o caso do artigo de Coraiola (2012), cujo propósito central parte da discussão da sobre a maior reflexividade histórica por parte das pesquisas em Administração e da possibilidade de incorporação das questões históricas e do método histórico nos estudos organizacionais. Torna-se fundamental, nesse sentido, colocar em pauta a discussão acerca da existência e disponibilidade de arquivos empresariais ou, de modo mais amplo, de arquivos de negócios (*business archives*), referentes à atuação das empresas brasileiras, nacional e internacionalmente, bem como das empresas estrangeiras em solo nacional. O trabalho deste autor analisou a questão essencial da atual situação dos arquivos empresariais brasileiros em três aspectos principais: estrutura, legislação e de sua disponibilidade para pesquisa ou para consulta pública. A conclusão central deste estudo perpassa pelo fato de que não existe divisão muito clara e estabelecida entre os deveres do Estado e das empresas privadas no que concerne à preservação dos arquivos empresariais. Por isso, do ponto de vista da pesquisa acadêmica, faz-se necessário desenvolver mecanismos que permitam reunir e organizar significativamente os vestígios que encerram a história das empresas. Para tanto, fazem-se necessárias a existência de arquivos públicos e privados dedicados à coleta, preservação e sistematização desses materiais e a disponibilização do acesso e dos recursos necessários para que os pesquisadores possam desenvolver suas análises.

Tendo em vista todos os trabalhados elucidados até aqui, importa destacar que os autores, apesar das diferentes abordagens, sempre procuraram

embasar seus estudos buscando subterfúgios da Lei de Arquivos (Lei 8.159), problematizando e tentando demonstrar a importância desse marco legislativo para o País e para a Arquivologia. Parece que, a título de conclusão, há um consenso de que só a existência da lei, bem como de órgãos centrais responsáveis por sua implementação, não é suficientes para superar as dificuldades que perpassam a gestão, preservação e memória dos arquivos institucionais de direito privado.

Outro estudo que se dispõe a problematizar a temática em questão, porém com base em uma proposta de comparação entre países, é “Arquivos de Empresas em Arquivos Nacionais: uma comparação entre Brasil e Portugal, 1990-2015”, de Venâncio (2016). Seu objetivo central do artigo é a analisar as políticas arquivísticas formuladas e implementadas pelos arquivos nacionais do Brasil e de Portugal, no período compreendido entre 1990 a 2015, diante do desafio de preservar o patrimônio documental de empresas.

Em um primeiro momento, o estudo dedica-se a comparar a Lei n.° 8.159, de 08 de janeiro de 1991, no Brasil, e o Decreto-Lei n. 16, de 23 de Janeiro de 1993, em Portugal. O foco central é nos pontos convergentes e divergentes das legislações arquivísticas. Em um segundo momento, avalia a implementação de uma política em relação ao tema em foco, utilizando como primeiro indicador o número de aquisição/incorporação de acervos de empresas às instituições arquivísticas nacionais, bem como a quantificação do número de fundos incorporados aos arquivos nacionais.

O autor conclui enfatizando que os fundos arquivísticos de empresas preservados representam uma pequena fração do total de registros gerados ao longo da história. A maioria das empresas não tem consciência do valor de seus arquivos e os destroem após passados os prazos de utilidade administrativa ou de prescrição legal. De acordo com a análise realizada, os arquivos nacionais não suprem essa deficiência, cabendo sublinhar que tanto em Portugal quanto no Brasil os museus, centros de documentação e centros de memória têm progressivamente assumido essa função. A política arquivística deve ser parte integrante da legislação nacional sobre patrimônio cultural.

Com base no último artigo citado, subentende-se a necessidade de analisar como é a experiência de outros países a respeito do tema em questão. Alguns autores brasileiros já utilizaram em suas pesquisas, como embasamento

teórico e exemplos, alguns casos internacionais. Goulart (2002), por exemplo, apresenta o modelo francês de gestão de arquivos privados, afirmando que a preocupação com o destino dos arquivos privados (familiares, políticos, sociais e econômicos) teve origem em políticas emanadas do Estado.

Em 1926, depois de uma primeira campanha pública orientada para sensibilizar os meios empresariais, os arquivos dos departamentos e cidades francesas passaram a acolher os fundos privados de interesse local, inicialmente de empresas liquidadas. Em 1949, foi criado, no âmbito do Arquivo Nacional Francês, o Serviço de Arquivos Econômicos, destinado a receber fundos de empresas e associações de interesse nacional, chefiado por um arquivista e paleógrafo. Tal iniciativa recebeu por doação, ou custódia, até 1994 mais de 200 fundos de empresas, enquanto, paralelamente, os arquivos departamentais e municipais continuavam sua função de recolhimento. Em 1983, o ministro da Cultura previu a criação de cinco centros dos chamados “arquivos do mundo do trabalho”.

O Centro de Roubaix se voltou para a preservação do patrimônio enquanto memória de uma atividade, na criação de serviços de arquivo ou no tratamento *in loco* dos fundos, com vistas a uma futura custódia pública. Na década de 1980, as discussões sobre o campo de intervenção do Centro de Roubaix levaram a uma nova conceituação de arquivos privados econômicos, bem mais abrangente: passaram a ser considerados como "arquivos do mundo do trabalho”. Essa terminologia é usada para toda a documentação originária dos atores sociais da produção, ou seja, daqueles que intervém no campo das relações sociais de produção de maneira organizada, a título pessoal ou no seio de uma empresa. Ao Centro cabe a coleta e tratamento de arquivos de empresas, sindicatos patronais e de operários, cooperativas, associações, comitês de empresas, arquivos pessoais de militantes sindicais e de arquitetos (estes últimos justificados pela consideração da influência das empresas no traçado urbano).

Atualmente, o Centro de Roubaix recolhe "arquivos do mundo do trabalho", nos quais estão incluídas instituições privadas empresariais no sentido amplo, o que permitiu a preservação de acervos das federações esportivas, por exemplo, Federação Internacional de Esportes Franceses (FISF); Federação Francesa detalhada de treinamento físico do mundo moderno (FFEPMM); Federação Francesa do Esporte Labor (FFST). Ou mesmo de associações de

árbitros em competições esportivas de futebol, boxe, basquete, esgrima, esportes do gelo, tênis, tênis de mesa, voleibol, etc. (ROUBAIX, 2020).

Goulart (2002) também expõe o modelo norte-americano de gestão de arquivos privados. Nos Estados Unidos, a preservação dos arquivos de empresas cunhou-se junto com a *business history*, modalidade da historiografia voltada para o papel de empresas e empresários no desenvolvimento socioeconômico do país. O resultado desse movimento foi uma ligação intrínseca estabelecida entre a preservação dos arquivos empresariais e a pesquisa histórica, sendo que a política de recolhimento dos arquivos acabou tributária do rumo dessas pesquisas. Ou seja, importava menos a lógica de acumulação dos conjuntos documentais do que a avaliação da importância de parcelas desses conjuntos, segundo os critérios de uma utilização imediata.

Em outras palavras, o modelo norte-americano é pragmático e tributário de interesses privados. Pazin Vitoriano (2012; 2016) e Coraiola (2012) também utilizam do recurso de citar as experiências internacionais sobre os arquivos empresariais, contudo, não se tratam de trabalhos que se dedicaram a discutir exclusivamente o contexto dos outros países. A intenção é enfatizar as obras internacionais que, do ponto de vista arquivístico, estão dedicadas à organização de arquivos de empresas.

Na Espanha, Gonzalez Pedraza (2009) buscou oferecer orientações sobre a gestão de documentos, com base na característica da organização. O foco dessas orientações está voltado especialmente para aos procedimentos de classificação e avaliação dos documentos. Segundo Gonzalez Pedraza (2009), os arquivos de empresas na Europa, em termos de sua origem e de seus modelos de desenvolvimento, têm as seguintes características: I) Sua origem está vinculado ao desenvolvimento de importantes escolas da história econômica; II) Foram criados coincidindo com as comemorações; III) São preponderantes no setor bancário e industrial; IV) São existentes em diferentes experiências e modelos de organização e V) Decorrem do desenvolvimento de uma consciência social a favor da conservação e da memória empresarial.

A primeira característica evidencia que a história empresarial, como uma disciplina acadêmica, é um ramo da história econômica que chegou à Europa via Inglaterra em 1930 e imediatamente teve uma repercussão nos arquivos, porque

seus defensores consideravam que existia um excesso de história econômica realizada a partir dos arquivos públicos. Assim, o primeiro objetivo consistiu em localizar e a relacionar os arquivos empresariais e, logo após, o uso de seus documentos como prova de sua história, seu nascimento e seu funcionamento interno. Em suma, a investigação das empresas e sua influência na economia nacional.

A segunda característica volta-se para a ideia de que a comemoração significou para empresa o fortalecimento de seu papel perante a sociedade e a transmissão de uma imagem de fortaleza e solidez. A celebração das efemérides tem sido uma decisão de um órgão diretivo concreto e o impulso para uma pessoa, o presidente, proprietário do alto poder de direção, direcionar atenção a isso. Tal iniciativa tem sido, com muita influência, a ocasião para a criação de museus e arquivos.

A característica seguinte, preponderância nos setores bancário e industrial, estabelece que quase todos os bancos europeus tenham seus arquivos organizados. Singularmente, os bancos centrais nacionais europeus, quase sempre, criaram as respectivas Associações para a história bancária, como um fórum para a divulgação de seus trabalhos. De outro lado, as grandes empresas industriais europeias, dedicadas principalmente aos setores de automação, de energia, da siderurgia e da química, também estão organizando seus arquivos.

A última característica, desenvolvimento de uma consciência social a favor da conservação e da memória empresarial, é uma iniciativa que evidencia que os cidadãos de municípios e regiões protagonizaram um amplo movimento cívico que tem conseguido conservar a memória e suas comarcas e territórios. Isso tem sido muito evidente no setor industrial europeu, quase em sua totalidade moderado por um processo de reconversão que muito tem impactado as pequenas comunidades, de onde a indústria perdeu a consciência e os cidadãos lutaram para recuperar os usos industriais e a cultura novamente.

Alguns estudos mostram que outros países da Europa entendem, discutem e tratam os arquivos empresariais. Na Alemanha, as empresas Krupp (Essen, 1905), Siemens (Munich, 1907) e Bayer (Leverkusen, 1907) foram pioneiras na Europa em reunir arquivos em um centro específico organizado. As grandes empresas têm conservado seus próprios arquivos (além das mencionadas, também

Rheinmetall o e o Grupo Haniel, AEG, BMW, Daimler Benz, Volkswagen e Deutsche Banck), enquanto as empresas menores têm depositados seus arquivos em centros regionais de arquivos econômicos, vinculados a grandes empresas e com o apoio fundamental das Câmaras de Indústria e Comércio:

> Hoje existem seis centros regionais. O primeiro foi criado em Colônia em 1906, como resultado da colaboração entre as câmaras de comércio da Prússia na Renânia e Vestfália, e o último em Leipzig em 1993. O restante dos centros foi criado em Dortmund (1941), Stuttgart (1980), Munique (1986) e Darmstadt (1992). Os centros contam com recursos documentais de empresas que já desapareceram e outras que ainda existem, estabelecendo a modalidade de recepção em cada caso. Hoje, são fundamentais para superar as conseqüências do processo de globalização das grandes empresas alemãs, com suas integrações e desintegrações, e estão respondendo adequadamente a um fenômeno que tem conseqüências desastrosas para os arquivos (GONZÁLEZ PEDRAZA, 2009, p. 29, tradução nossa).

Os arquivos de Krupp, Siemens e Bayer ainda existem hoje e são de grande importância. Cita-se o arquivo de Dortmund, com oito quilômetros de documentos, pertencentes a trezentos fundos da empresa.

De modo geral, os documentos criados e armazenados por empresas alemãs são de propriedade privada e devem ser mantidos com base nos regulamentos comerciais, que estabelecem um período de dez anos para os principais livros contábeis desde o século XIX. Para alguns ramos industriais, como ferro, aço e química, existem regulamentos especiais. Por exemplo, as câmaras de comércio têm a obrigação legal de manter seus documentos organizados e de empregar profissionais, ou transferi-los para arquivos regionais.

No Reino Unido, em 1934, foi criado o Conselho de Arquivos Empresariais, voltado para a preservação de arquivos de importância especial. É constituído por organizações empresariais, bibliotecas, museus, instituições privadas, arquivistas e historiadores. Sob seu patrocínio, é criada a revista *Business archives: fontes e história*, com periodicidade de seis meses. O Conselho de Arquivos Comerciais está assumindo um papel determinante no desenvolvimento da profissão, no conhecimento dos arquivos comerciais, na publicação de seus guias e instrumentos de descrição e na implementação de políticas em nível nacional (TORTELLA CASARES, 2003, p. 137). O autor também salienta a importância das universidades, pois grande parte dos arquivos de negócios foram preservados graças a essas instituições. A maioria das universidades do Reino Unido inclui

fundos empresariais privados de conteúdo local, regional ou nacional, geralmente organizados por setor. A Universidade de Glasgow, na Escócia, destaca-se por manter documentos de mais de 1.200 empresas que ocupam mais de oito quilômetros lineares. Este é o caso que melhor se aproxima de um centro público que serve como um local para coletar arquivos da empresa, pois no Reino Unido esse tipo de custódia não existe.

O número de arquivos de organizações empresariais privadas do Reino Unido com arquivistas sob seu comando tem aumentado constantemente, devido ao crescente valor da história e do gerenciamento estratégico de documentos.

Cálculos do *Business Archives Council* revelam que atualmente mais de setenta empresas criaram seus Conselhos de Arquivos e mais de setenta empresas criaram seus arquivos e permitem acesso a seus documentos. Por exemplo

> [...] O arquivo da Companhia das Índias Ocidentais está localizado na Biblioteca Britânica. Era uma empresa mercantil que estava sob a jurisdição da quinta população mundial em meados do século XIX e era um Estado dentro de um Estado. As informações em suas atas, livros contábeis, escrituras, correspondência, ectétera, abrangem desde o nascimento em 1600 a 1858.
>
> A *British Petroleum* possui seu arquivo na Universidade de Warwick (com mais de 4 quilômetros de documentos) e informações sobre toda a sua atividade em escala mundial no século 20, incluindo a *Anglo-Persian Oil Company* e a *Anglo-Iranian Oil Company.*
>
> O *Rotschild Archive* foi criado em Londres em 1978 por iniciativa de Victor Rotschild para recuperar e organizar a documentação desta família, amplamente conhecida por sua influência na política e economia européias. Desde a sua criação, o arquivo recuperou documentos de bancos e sedes comerciais em Londres, Frankfurt, Nápoles, Paris e Viena. Desde 1999, ele gerencia o *Rotschild Archive Trust*, independente dos membros da família, para garantir o futuro do arquivo.
>
> Por fim, a *Guidahall Library*, em Londres, começou a coletar arquivos comerciais a partir da década de 1950 e atualmente possui uma das coleções mais importantes do mundo, com arquivos de bancos, seguradoras, corretores de bolsa e de câmbio e outras empresas da cidade de Londres (GONZÁLEZ PEDRAZA, 2009, p. 32, tradução nossa).

Na França, a legislação estadual afeta os arquivos, em grande parte, devido às características de seu modelo econômico, em que o setor público é considerável na forma de empresas nacionalizadas ou mistas. O Estado, em grande medida, era o motor da conscientização sobre a importância dos arquivos nas empresas e a necessidade de sua organização, numa época em que a consideração

acadêmica da história dos negócios também começava como parte do processo da história econômica (NOUGARET, 2008 apud GONZÁLEZ PEDRAZA, 2009, p. 33).

O Congresso Nacional de Arquivistas de 1973 apontava condições alarmantes sobre os arquivos de empresas, estimulando a elaboração de uma política de arquivamento, advertindo para os arquivos do mundo do trabalho, cuja importância já significava o compromisso de levar em conta não apenas as fontes da história econômica, como também da história social. Em 1983, o governo francês decidiu criar cinco centros regionais para reunir esses arquivos, mas as restrições orçamentárias só permitiram a inauguração do Centro de Arquivos do Trabalho em Roubaix (desde 2006, Arquivos Nacionais do Mundo do Trabalho), o qual acabou tendo vocação nacional e tem sido o instrumento da política governamental em relação aos arquivos das empresas (GONZÁLEZ PEDRAZA, 2009).

Adicionalmente, tem-se a participação da Associação de Arquivistas Franceses, que incluiu uma seção de arquivos econômicos e empresariais com mais de 250 membros. Divididos em vários grupos de trabalho, eles produziram documentos interessantes sobre diferentes aspectos, como: períodos de conservação, segurança dos arquivos e requisitos que devem ser levados em consideração pelas empresas que desejam subcontratar seus arquivos e deixar seu gerenciamento nas mãos de empresas privadas (GONZÁLEZ PEDRAZA, 2009).

Na Itália, o interesse pelos documentos das empresas contemporâneas também nasceu no âmbito da história econômica. Em 1971, o trabalho de Valerio Castronovo sobre a Fiat e a mesa-redonda sobre arquivos de empresas industriais organizados pela Administração Pública, em 1972, são considerados os pontos de partida da história dos negócios na Itália. As contribuições que se seguiram, nessa mesma década, tiveram em comum considerável trabalho de arquivo (BONFIGLIO-DOSIO, 2003). Assume papel preponderante a Associação Nacional de Arquivos (ANAI), que inclui um grupo de trabalho dedicado aos arquivos de empresas, para coordenar as discussões sobre problemas comuns. Existem também manuais de arquivo de empresas, como os de: Paola Carucci e Marina Messina (1998) e outro instrumento escrito por Giorgetta Bonfiglio-Dosio (2003).

Em síntese, os arquivos de empresas na Itália, durante várias décadas, passavam por um momento positivo, intimamente ligado a uma historiografia de

negócios, que é uma das mais poderosas e prolíficas em nível internacional (GONZÁLEZ PEDRAZA, 2009).

Em relação à Bélgica, González Pedraza (2009) destaca a legislação do país, sobre a preservação dos arquivos da empresa, amplamente dispersa e muito diversa. As empresas devem cumprir todos os regulamentos comerciais que exigem determinados períodos de retenção de documentos, mas a preservação no longo prazo não é contemplada e as transferências para arquivos públicos dependem da boa vontade das empresas e das instituições arquivísticas.

> O interesse pelos arquivos de negócios na Bélgica teve origem em um evento singular. Após a primeira guerra mundial, os tribunais transferem para os arquivos os documentos das empresas alemãs na Bélgica, que foram seqüestradas após a capitulação. Desde 1955, a primeira lei de arquivos belga legalizou a preservação de arquivos privados pelos Arquivos do Estado. Desde a década de 1980, a destruição que acompanhou os processos de reconversão das indústrias de mineração, metalurgia e têxtil, com seus fechamentos, liquidações e fusões, tem sido a força motriz da criação de um amplo movimento da arqueologia industrial, a criação de museus da indústria e da técnica, conservação e coleta dos arquivos, nos quais prevaleceu o valor histórico, patrimonial e testemunhal dos documentos das empresas (GONZÁLEZ PEDRAZA, 2009, p. 39, tradução nossa).

A Associação para a Valorização dos Arquivos das Empresas (AVAE) tem papel fundamental. Criada em 1985 por iniciativa do Barão Coppée para desenvolver dentro das empresas um sentimento de responsabilidade em relação à sua herança documental. É, portanto, uma ideia que surge do setor empresarial e de um de seus representantes mais importantes. A AVAE é uma associação de direito privado que reúne representantes das Universidades de Bruxelas e Leuven, dos Arquivos Regionais do Estado, e dos Arquivos Gerais de Bruxelas, além de empresas privadas e outras associações. A intenção central é sua intermediação entre empresas e os Arquivos do Estado e tem papel central entre os setores público e privado. A intenção central apoia-se em sua intermediação entre empresas e os Arquivos do Estado e tem papel central entre os setores público e privado. Assessora as empresas na organização de seus arquivos e no faturamento dos serviços oferecidos e, posteriormente, oferece a possibilidade de gerenciar o depósito desses arquivos em centros públicos. Além disso, assume o papel de escrever histórias de empresas e de inventariar seus arquivos. Em mais de vinte anos de existência, ajudou a salvar e organizar mais de oito quilômetros de arquivos

de mais de trezentas empresas, muitas das quais já desapareceram ou foram absorvidas por outras (GONZÁLEZ PEDRAZA, 2009).

Na parte final da sua pesquisa, González Pedraza (2009) se dedica a identificar tipos documentais, para estabelecer as séries para um plano de classificação. Tal desenvolvimento aproxima-se da ideia e do desenvolvimento da pesquisa de tese de Pazin Vitoriano (2011) que já abordamos anteriormente.

O levantamento das experiências internacionais permitiu localizar também o estudo de Mastropierro (2011) na Argentina, no qual a autora se dedica a caracterizar o que são arquivos de empresas do ponto de vista legal e administrativo em um primeiro momento. Em um segundo momento o texto é dedicado a discutir orientações e procedimentos sobre gestão documental, com ênfase nas funções de classificação e avaliação de documentos.

Em 2006[4], o autor português Hélio Balinha apontou que em Portugal iniciou-se um Grupo de Trabalho de Gestão de Documentos de Arquivo (GTGDA), reativando a linha de trabalho dedicada aos arquivos empresariais portugueses. O objetivo do GTGDA é estimular a discussão em torno destes arquivos e promover a sua valorização, bem como dos profissionais que nele trabalham. Pretendia-se com esta iniciativa conhecer os casos de boas práticas existentes em Portugal no setor.

Segundo Cañavate; Monteiro; Freitas; Borges (2017) em Portugal atribui grande importância pelo valor histórico e patrimonial atribuído à documentação empresarial, bem como a sua relação com a história. Essas situações são constatadas também por outros estudiosos que se debruçaram sobre o assunto (COSTA, 1979; SILVA, 1989; RODRIGUES, 1993; RODRIGUES, 1995; DAMAS, 2009; e CORAIOLA, 2012). Os arquivos empresariais em Portugal são matéria ainda mal legislada ou insuficientemente atendida pelos poderes públicos vigentes, em distintos períodos da história arquivística do país. Ainda que não obstante a conhecida importância dentro e fora de Portugal, a legislação que os ampara, que de resto é esparsa, peca, em vários momentos, pela incapacidade de determinar medidas concretas e capazes de promover a sua proteção e a sua valorização, não apenas de direito, mas também de fato.

[4] O GTGDA tem início em 2006, porém o autor relata a questão no ano de 2012.

O arcabouço teórico aqui construído revela que muitos países estão construindo importantes debates sobre o tema “arquivos privados de natureza institucional”. No Brasil, do ponto de vista das pesquisas arquivísticas, ainda são poucas que tratam das especificidades dos arquivos de empresas e das organizações privadas. Alguns trabalhos da Ciência da Informação tratam da gestão documental no ambiente empresarial, mas com enfoque em inteligência organizacional e não se dedicam a discutir especificamente as questões arquivísticas (PAZIN VITORIANO, 2011; VALENTIM, 2006). Vale ressaltar que não foram localizados no Brasil trabalhos orientados para as questões históricas que perpassam os arquivos empresariais.

Entender o cenário e o debate desenvolvidos por outros países em relação aos arquivos privados de natureza institucional pode ser um viés para mostrar a importância do tema e o modo como ele tem sido debatido internacionalmente. Ao mesmo tempo, pode ser um exercício hábil a suscitar que esse tema passe a ser mais explorado na literatura arquivística de nosso país.

2 EM BUSCA DOS ARQUIVOS PRIVADOS INSTITUCIONAIS NA CONSTITUIÇÃO DA ARQUIVOLOGIA ENQUANTO CAMPO DE PESQUISA

Neste capítulo, discutem-se os arquivos privados de natureza institucional envolvidos na constituição do campo de pesquisa da Arquivologia brasileira. Para isso, buscou-se estabelecer três tópicos centrais: Noção de campo científico; Constituição do campo de pesquisa da Arquivologia no Brasil; e Arquivos públicos como campo de pesquisa da Arquivologia.

Ao abordar a noção de campo científico, optou-se por compreender os arquivos privados institucionais como um campo de pesquisa, admitindo-se a Arquivologia como uma disciplina científica. Uma questão importante emerge daí: depreender como, efetivamente, ocorreu a composição do campo de pesquisa da Arquivologia, em especial no Brasil, e como aflora o tema em foco nesse campo. No limite, caberia indagar: Os arquivos privados deveriam ser uma disciplina curricular?

A respeito da constituição do campo de pesquisa da Arquivologia no Brasil, propõe-se discutir sobre os arquivos públicos como campo de pesquisa da Arquivologia. Trata-se de um marco importante para história da disciplina no Brasil. A partir desse enfoque, busca-se demarcar quando teve início o debate sobre os arquivos privados de natureza institucional.

As reflexões realizadas nos tópicos anteriores foram importantes para compreendera constituição da Arquivologia como campo científico no Brasil. Ao mesmo tempo, evidenciaram o protagonismo do Arquivo Nacional neste processo e as importantes discussões que culminaram na Lei de Arquivos.

Uma questão aflorou dessas reflexões: na constituição do campo científico da Arquivologia brasileira seriam os arquivos públicos exclusivamente o “objeto” dos estudos e das pesquisas? Notou-se que seria importante constatar a presença dos arquivos públicos no campo de pesquisa da Arquivologia do País como contraponto para elucidar a composição geral dos temas de estudos e pesquisas da área arquivística.

Na constituição do campo científico da Arquivologia brasileira, embora tenha muitas publicações e reflexões sobre arquivos públicos, há discussões teóricas, conceituais e procedimentais da gestão de documentos que podem ser aplicadas tanto nos documentos de arquivo público, como nos documentos de

arquivo privado institucional. É notável, ainda, que arquivos privados pessoais pareçam ser mais abordados na literatura quando comparados com os arquivos privados institucionais.

2.1 Noção de campo científico

Para iniciar esta discussão, optou-se por compreender os arquivos privados institucionais no que diz respeito a um campo de pesquisa vinculado a um campo científico. Neste primeiro momento, reflete-se sobre a noção de campo científico à luz da teoria de Pierre Bourdieu.

O referido autor é claro ao afirmar que o campo científico, pensado no sentido de um sistema de relações objetivas e de posições adquiridas, é lugar e espaço de uma luta concorrencial.

> O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica,* compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (BOURDIEU, 1976, p. 1).

Marques (2007, p. 53) esclarece que Bourdieu pontua a existência de um campo científico, de uma dinâmica concorrencial entre os membros (pares) que o compõem, entrando em cena um jogo de interesses e valores que lhes conferem credibilidade, definido pelo monopólio da autoridade e da competência científica.

O campo é composto pelo conjunto de organizações, que compreendem institutos de pesquisa, instituições de ensino superior, grupos de pesquisa e associações, que podem representar a totalidade de atores relevantes.

Bourdieu (1983) discorre:

> A estrutura do campo científico se define, a cada momento, pelo estado das relações de força entre os protagonistas em luta, agentes ou instituições, isto é, pela estrutura da distribuição do capital específico, resultado das lutas anteriores que se encontra objetivado nas instituições e nas disposições e que comanda as estratégias e as chances objetivas dos diferentes agentes ou instituições (BOURDIEU, 1983, p. 12-13).

A posição que os indivíduos e as instituições ocupam no campo científico (campo de forças e lutas) é que determina o que será publicado, quais temas serão abordados e o que é relevante para a pesquisa científica. Ou seja, a posição dos agentes é que determina os fatos científicos e, até mesmo, o próprio campo

científico. A estrutura de um campo é determinada pela distribuição do capital científico entre os agentes deste campo e pelas relações de força aí determinadas.

Bourdieu (1976) esclarece:

> O próprio funcionamento do campo científico produz e supõe uma forma específica de interesse (as práticas científicas não aparecendo como "desinteressadas" senão quando referidas a interesses diferentes, produzidos e exigidos por outros campos) (BOURDIEU, 1976, p. 2).

Mintegui (2014) esclarece que o conceito de campo está relacionado a uma epistemologia que

> [...] compreende o mundo social como relação de estruturas invisíveis; é um espaço organizado de posições de luta entre os que possuem o capital em disputa e os que não possuem. Essas lutas têm por objetivo a apropriação do capital relativo ao campo. Capital social se refere a relações que facilitam as estratégias de consecução do capital simbólico que, por sua vez, refere-se àqueles elementos que estão em disputa no campo (MINTEGUI, 2014, p. 51).

Complementarmente, o capital cultural é aquele que consegue posicionar relativamente os profissionais dentro de um determinado campo social (MINTEGUI, 2014, p. 51).

Sobral (1995) ilumina tal discussão ao afirmar que o campo científico é um “espaço onde estão engajados objetivos científicos, nos quais é muito difícil distinguir as determinações propriamente científicas das determinações sociais” (SOBRAL, 1995, p. 274).

Nesse sentido, Bourdieu (1983) é enfático ao pontuar:

> Existem assim, a cada momento, uma hierarquia social dos campos científicos – as disciplinas – que orienta fortemente as práticas e, particularmente, as “escolhas” de “vocação”. No interior de cada um deles há uma hierarquia social dos objetos e dos métodos de tratamento (BOURDIEU, 1983, p. 128).

À luz de Marques (2007), compreende-se que há uma distinção entre disciplina científica e disciplina curricular. “A disciplina científica é um ramo particular do conhecimento científico, já a disciplina curricular é parte constitutiva da prática de ensino de uma determinada disciplina científica.” (MARQUES, 2007, p. 55).

A partir dessa reflexão e concordando com Mintegui (2014), esse reconhecimento científico do campo depende de um objeto que seja particular: “E é o arquivo, em suas diferentes modulações e compreensões que acaba por conduzir a construção e o delineamento desse campo de pesquisa e atuação profissional (MINTEGUI, 2014, p. 16)”.

Marques (2007) é ainda mais pontual ao caracterizar a Arquivologia como disciplina científica e esclarece que

> [...] O campo disciplinar da Arquivística, podemos visualizar a sua identidade à luz dos critérios propostos por Herckhausen para caracterizar uma disciplina científica (1972 p. 83-87). Assim consideramos:
>
> - a informação orgânica registrada como o seu domínio material;
>
> -as informações produzidas, recebidas e acumuladas por instituições – públicas ou privadas – e/ou por pessoas naturais (incluindo as famílias), mais precisamente os acervos documentais, como seu domínio de estudo;
>
> - o Princípio da Proveniência como o conceito fundamental e unificador da disciplina, no nível de integração teórica;
>
> - a conjugação das características dos documentos de arquivo- imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade (DURANTI, 1994)- com as funções arquivísticas – produção, avaliação, aquisição/recolhimento, classificação, descrição, conservação/preservação, difusão/acesso – (COUTURE, 2003; Rodrigues, 2003), como a configuração de métodos próprios da disciplina, que demonstrariam a concordância entre a aplicação dos métodos e as leis gerais de integração teórica;
>
> - o código de classificação, a tabela de temporalidade e os instrumentos de pesquisa- como o guia, o inventário, o catálogo e o repertório – como exemplos de instrumentos de análise;
>
> - e, por fim, quanto às contingências históricas da Arquivística, podemos nos apoiar na obra de Silva et al (1999), que traça a trajetória da área, do início da prática da escrita (MARQUES, 2007, p. 142-143).

Marques (2017) defende a ideia (a ser apresentada mais detalhadamente à frente) de que o(sub)campo da Arquivologia é legitimado por um objeto próprio de estudo: o “arquivo”:

> Os princípios que conduzem hoje a teoria arquivística foram concebidos a partir de observações empíricas e sendo estudados conforme as demandas práticas e sociais e as peculiaridades em torno do objeto e dos métodos arquivísticos (MARQUES, 2013). Assim, o Princípio da Proveniência, por exemplo, desdobrado no Princípio de Respeito aos Fundos, foi concebido em diferentes contextos histórico-geográficos para dar conta da organicidade dos arquivos, os quais, por sua vez, deveriam ser classificados, avaliados, descritos, preservados, recuperados e disponibilizados de forma que preservassem as suas relações com os seus produtores, bem como as relações dos documentos entre si (KUROKI, 2016). Esses *habitus* legitimados e chancelados pelo grupo (de arquivistas e de pesquisadores dedicados ao estudo dos arquivos e da Arquivologia) em torno de um objeto próprio de estudo – o próprio arquivo, que reúne documentos com informações arquivísticas (SCHMIDT, 2015) – estruturariam e passariam a conduzir o (sub)campo da Arquivologia (MARQUES, 2017, p. 225).

Diante do exposto e compreendendo a Arquivologia como uma disciplina científica, uma questão importante que surge é: Como, efetivamente, ocorreu a composição do campo de pesquisa da Arquivologia, em especial no Brasil? E, como decorrência dela: Estaria a temática “Arquivos privados institucionais” presente na constituição do campo?

2.1.1 Constituição do campo de pesquisa da arquivologia

Tendo em vista as observações acima apresentadas, importa ressaltar dois pontos relevantes a partir das reflexões de Bourdieu: a) A Arquivologia como um campo científico e a trajetória da formação deste campo no Brasil; e b) Como as discussões iniciais no campo podem ter influenciado a predominância de determinadas temáticas, e não a outras, refletindo, por exemplo, a pouca valorização da abordagem analítica dos arquivos privados institucionais.

Marques (2021) argumenta que precisou recorrer a Bourdieu para compreender a trajetória da Arquivologia e sua inserção no campo científico no Brasil. Em sua dissertação (MARQUES, 2007), realiza-se uma grande discussão em torno dessa questão. A autora, recorrendo à abordagem histórica, compõe uma narrativa e é enfática ao concluir que a Arquivologia é uma disciplina científica também no Brasil.

O primeiro ponto a enfatizar é o argumento da referida autora sobre o extra campo de uma disciplina, justamente considerando que a Arquivologia é uma disciplina científica, também entendida como campo ou subcampo. Tais definições, longe de serem neutras, constituem um espaço de lutas, de conflitos e de aliança de interesses científicos muito demarcados por questões relacionadas a prestígio, fomento da pesquisa, reconhecimento e visibilidade, aspectos que, obviamente, que existem em outras disciplinas e que são essenciais a sua formação identitária, por exemplo, Administração, Informática, Direito, História, Ciência da Informação e Biblioteconomia.

Existe no Brasil um discurso aparentemente naturalizado que considera a Arquivologia como pertencente à Ciência da Informação (CI) ou como parte integrante dela. Vale reforçar, porém, que a trajetória da Arquivologia como disciplina no contexto internacional tem início no século XVI, sendo realçada no final do século

XIX, com a divulgação do *Manual dos Arquivistas Holandeses*. No Brasil, começou a aparecer de forma mais institucionalizada a partir da década de 1960 (MARQUES, 2007).

A Ciência da Informação tem uma perspectiva que a relaciona com a documentação que foi proposta por Paul Otlet e Henri La Fontaine no final do século XIX. Seja a versão atrelada à documentação, seja a versão que não faz esse reconhecimento da Ciência da Informação como desdobramento da documentação, existe uma precedência histórica da Arquivologia em relação à Ciência da Informação, a qual não pode ser negligenciada.

É um equívoco considerar a Arquivologia como um apêndice, um anexo, uma parte da Ciência da Informação, pois muito antes da Ciência da Informação havia a concepção de uma disciplina no contexto internacional, apoiada na realização de eventos com temáticas próprias dos arquivos e da Arquivologia, bem como periódicos específicos da área, manuais científicos e operacionais de repercussão internacional, pesquisas com temáticas arquivísticas produzidas em escolas próprias de Arquivologia, ou de outras áreas. Cita-se, ainda, a Escola de Formação de Arquivistas, sendo a mais clássica delas a "*École Nationale des Chartes*", criada, em 1821, na França.

Toda essa argumentação de Marques (2007) revela as diferentes trajetórias teóricas e epistemológicas entre Arquivologia e Ciência da Informação e, ao mesmo tempo, ajuda a compreender toda a precedência histórica da Arquivologia em relação a Ciência da Informação. Ainda segundo Marques (2002), no Brasil, especificamente, o que parece justificar a naturalização de subordinação da Arquivologia à Ciência da Informação está relacionado a uma questão institucional e operacional de fomento à pesquisa.

As agências de fomento, especialmente Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e CAPES, tendo em vista o financiamento da pesquisa, precisam categorizar as diferentes grandes áreas, área, sub-área e disciplinas para que possa operacionalizar o seu fomento à pesquisa. A tabela de áreas do CNPQ, em sua última versão, de 1984, considerou a Arquivologia uma subárea da Ciência da Informação. Nesse mesmo ano, ocorreu uma alteração, que também deve ser sublinhada. Até então as agências de fomento empregavam a expressão "Ciências da Informação". Ou seja, empregava-se o plural, "ciências".

Portanto, além da subordinação da Arquivologia, houve uma unificação do campo da Ciência da Informação.

Marques (2007) adverte que, muito em razão dessa evolução, observa-se, ao longo da história, em diferentes departamentos de Biblioteconomia, a mudança das respectivas denominações para “departamentos de documentação” e depois, “departamentos de Ciência da Informação”, abrigando cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia nas Universidades. Trata-se, portanto, de questões políticas e institucionais, mas não necessariamente teóricas e epistemológicas capazes de impactar a definição do campo científico em questão.

Ao longo de sua dissertação, Marques (2007) esclarece sobre os marcos importantes da institucionalização da Arquivologia no Brasil. O primeiro é o arquivo como serviço público, sendo institucionalizado por intermédio da criação do Arquivo Nacional, em 1838.[5] Somam-se a isso os cursos de formação técnica para seu quadro de profissionais. Tal preocupação com a formação técnica está registrada nos relatórios da instituição. Em 1960, ocorre a criação do Curso Permanente de Arquivos do Arquivo Nacional, que, em 1977, é transferido para a atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Marques (2007) também adverte para os espaços de diálogos da área na década de 1970, que podem ser compreendidos como os primeiros passos da Arquivologia em direção à conquista de espaço na Universidade. A saber: criação da AAB (1971); autorização da criação dos Cursos de Arquivologia em nível superior (Parecer 212, de 7 março de 1972); realização do Congresso Brasileiro de Arquivologia (1972); acordo de concessão de mandato universitário ao Curso Permanente de Arquivos (CPA) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (1973); transferência do CPA para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ) (1977), atual Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO); e criação de Arquivologia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (1977) e na Universidade Federal Fluminense (UFF) (1979).

Importa destacar que na década de 1980 não se criou nem um curso de Arquivologia em universidades. Ainda nesse período, verificou-se a emergência de processos, atores e dinâmicas, aspecto que viria a marcar profundamente os

[5] Na época, denominado “Arquivo Público do Império”.

avanços arquivísticos do País (MARQUES, 2014). Embora esse período historicamente seja avaliado por muitos economistas e cientistas sociais como a "década perdida" no Brasil, para a Arquivologia trata-se de um período de reconfiguração.

> Nesta década, ocorreu um conjunto de processos que se inicia em 1980, com a direção-geral de Celina Vargas do Amaral Peixoto no Arquivo Nacional, e culmina com a aprovação dessa lei que dispões sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. [...] Alguns elementos caracterizam esse período no campo arquivístico brasileiro. A chamada "modernização" do Arquivo Nacional, iniciada ainda sob a ditadura militar, reforçou a liderança da instituição entre os arquivos públicos do país e a comunidade profissional. Por outro lado, a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) parece perder parte do vigor com que atuava nos anos 1970. A Universidade – em que se pese a sua importância na formação de arquivistas- ainda não demonstrava sinais de protagonismo na produção do conhecimento arquivístico, como ocorrerá após os anos 1990 (MARQUES, 2014 p. 143).

A década de 1990 ficou marcada pela retomada da criação do curso de Arquivologia. Hoje, existem 16 cursos de Arquivologia no Brasil. Muitos deles estão vinculados a departamentos de CI. Ou seja, confirma-se a vinculação político-institucional, conforme classificação da CAPES, levando muitos a interpretar a Arquivologia como subárea da CI, para além da ampliação dos cursos de graduação na área, das discussões em torno da Lei de Arquivos, da consolidação de eventos científicos, da configuração da comunidade científica, da Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ) e da Lei de Acesso à Informação (MARQUES, 2007).

Ainda sobre o tema proposto, mas sob outra ótica, Schmidt (2013) propõe uma questão importante sobre as diferentes definições atribuídas ao objeto científico da Arquivologia, especialmente na década de 1980, representando para muitos pensadores a ideia de mudança de paradigmas para a área.

> Desde então, assistimos a uma cruzada entre as abordagens "Pós-moderna" e/ou "Pós-custodial", por exemplo, frente às abordagens consideradas "Tradicionais" e/ou "Custodiais". Por um lado, observamos propostas de construção de uma "nova" Arquivologia que, em primeira análise, apontam para a negação e o questionamento do estatuto científico da área através de Princípios, teorias, métodos e práticas até então vigentes, tendo como uma das principais justificativas a incapacidade destes em resolver questões postas pelos atuais modelos de produção e de gestão de documentos e informações, no cenário de novas tecnologias da "Sociedade da Informação" em relação às "tendências conservadoras", que subordinam a Arquivologia à História – no caso, o foco no documento permanente, ou ainda, o documento em suporte físico. Por outro lado, tendências que não se adjetivam como "Custodiais" e nem "Tradicionais", mas que pensam as influências externas à área como partícipes para seu

> desenvolvimento e que podem ser resolvidas com os Princípios, teorias e métodos vigentes, ainda que adaptados e/ou ampliados, uma vez que tais atividades se concentram ao redor do documento de arquivo, independente de seu suporte (SCHMIDT, 2013, p. 314).

A referida autora ainda propõe um importante debate sobre o processo de desenvolvimento do campo dos arquivos, embora enfatizando que não se trata de uma concepção linear da trajetória da Arquivologia, mas de uma narrativa que aborda os períodos da historiografia tradicional com os documentos de arquivo.

A seguir, apontarem-se os períodos e os acontecimentos que nortearam a Arquivologia brasileira.

O período classificado como “Arquivologia Clássica” tem início após a *Revolução Francesa*, quando o arquivo é entendido no Brasil como uma instituição e como um serviço.

> acontece a institucionalização do arquivo como serviço público e responsável pelos documentos históricos, através da criação do Arquivo nacional (1838) e cursos de formação técnica para possibilitar mão de obra qualificada para trabalhar nesta instituição. Questões arquivísticas se desenvolveram tendo por base os documentos de valor histórico, públicos e majoritariamente em suporte papel. O Objeto de trabalho dos arquivistas é o documento de arquivo em seu conjunto orgânico (também objeto científico da área), seu valor de prova e garantia de direitos, além de potencial fonte para pesquisa histórica (SCHMIDT, 2013, p. 317).

O tempo demarcado pelo aumento da produção documental, pela institucionalização da Ciência da Informação e pelo progresso da tecnologia, está compreendido entre o pós-Segunda Guerra Mundial (década de 1940) até fim da década de 1980 e é denominado como “Arquivologia Moderna”:

> No Brasil estão presentes questões concernentes aos documentos administrativos – “modernos” - pelo DASP e dos documentos históricos pelo Arquivo Nacional, vinda de importantes representantes da Arquivologia internacional, como T. R. Schellenberg. Configura-se a “entrada” da Arquivologia no campo científico através da criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) em 1971, da realização do primeiro Congresso Brasileiro de Arquivologia no ano de 1972, da criação dos cursos de nível superior no final da década de 1970 e o projeto de modernização do Arquivo Nacional no início da década de 1980. Ampliam-se as reflexões teóricas, os serviços e caráter das instituições arquivísticas, além da atuação dos arquivistas. Trata-se de ampliações teóricas e não rupturas, sendo o documento de arquivo o que confere identidade para área (objeto de trabalho e objeto científico), agora ampliado para além do valor histórico (SCHMIDT, 2013, p. 317-318).

O período referente ao final da década de 1980, pontuado como de avanço tecnológico e, com isso, de surgimento do documento eletrônico, é denominado como “Arquivologia Contemporânea”:

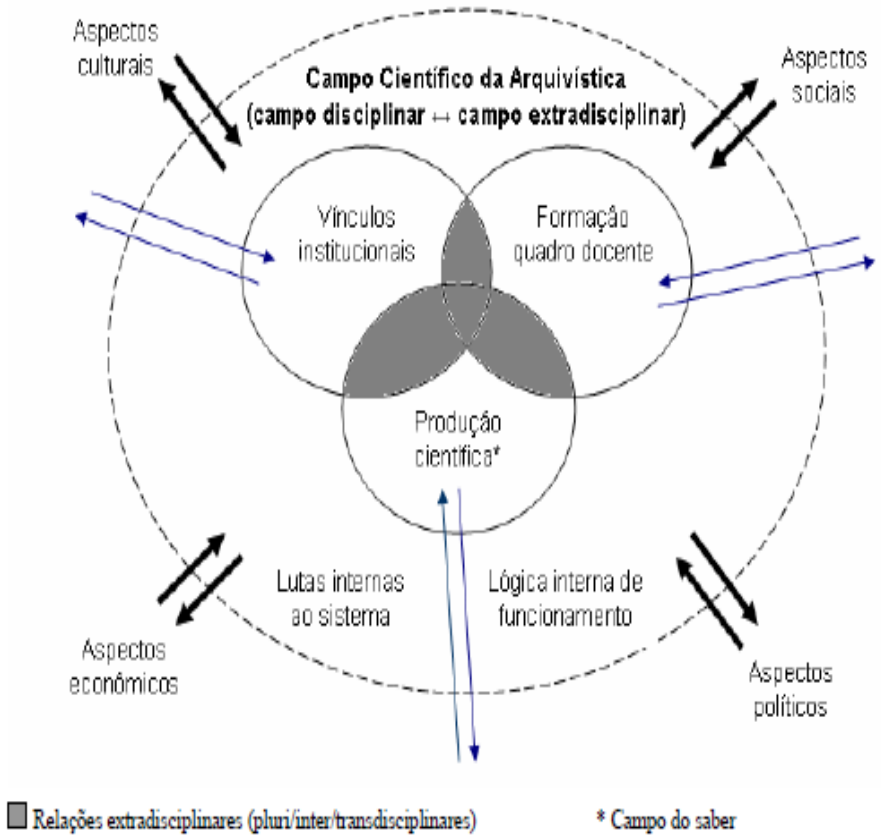
> No Brasil, assistimos a ampliação dos cursos de graduação na área, Lei de Arquivos, consolidação de eventos científicos, configuração comunidade científica, REPARQ e a Lei de Acesso à Informação (SCHMIDT, 2013, p. 318).

Schmidt (2013), com base nessa periodização, pontua que os elementos que vão surgindo em cada “fase” acabam por delinear o campo específico da Arquivologia e trazem reflexões importantes sobre o objetivo central deste trabalho.

A partir de uma atividade prática, depois passando por um movimento de associativismo, sua institucionalização nas universidades e seu reconhecimento como subárea da CI, a disciplina, como esperado, possui raízes também na pesquisa científica. Logo, os vínculos institucionais dos cursos de graduação em Arquivologia, a formação dos docentes e a produção científica com temáticas relacionadas com a Arquivologia se entrecruzam, configurando seu campo científico (disciplinar e extradisciplinar) (MARQUES, 2007).

A Figura 1, elaborada por Marques (2007), ilustra grande parte do que vem sendo tratado até aqui − ou seja, que “o campo disciplinar e o extradisciplinar são dois lados da mesma moeda, isto é, do seu campo científico.[...]” (MARQUES, 2007, p. 176). −:a autonomia da Arquivologia não é definida por limites fechados, mas por fronteiras entreabertas.

Figura 1 - Configuração do campo científico da Arquivística no Brasil



Fonte: MARQUES, 2007, p. 176.

A referida autora acrescenta:

> Cada disciplina tem suas tradições e suas particularidades nacionais, suas problemáticas obrigatórias, suas formas de pensar, suas crenças e evidências compartilhadas, seus rituais e consagrações, suas limitações em matéria de publicação de resultados, sem falar de todo o conjunto de pressupostos inscritos na história coletiva da especialidade (o inconsciente acadêmico). (BOURDIEU, 2001, p. 183, tradução nossa, apud MARQUES 2017).

Essas afirmações confirmam que as disciplinas cujo objeto consiste na “informação” constituem um campo comum, espaço de parcerias, mas também de conflitos e disputas. Compreendido como o campo científico (e profissional) que abriga disciplinas que têm por objeto a gênese, organização, comunicação e disponibilização da informação, defende-se que nele estão entrecruzadas as trajetórias da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, Documentação e, mais recentemente, da Ciência da Informação, como disciplinas ou (sub/inter) campos

simultaneamente parceiros, cooperativos, conflitantes, relativamente comuns e singulares (MARQUES, 2011).

Nesse período inicial da constituição do campo científico da Arquivologia brasileira, as forças do campo estavam centralizadas no Arquivo Nacional e na Associação dos Arquivistas Brasileiros. Talvez por isso as discussões iniciais do campo tenham sido centradas no debate sobre os “arquivos públicos”. Duas questões, então, se tornam relevante: a) Os “arquivos privados”, embora secundariamente, eram discutidos ou lembrados?; e b) Os arquivos privados institucionais não integravam o escopo de discussão alguma?

Com foco nessas questões e na importância dos primeiros fatos da Arquivologia brasileira, propõe-se, a seguir, discutir sobre os arquivos públicos como campo de pesquisa da Arquivologia, compreendendo que se trata de um marco importante para a história da disciplina no Brasil, mas também de um ponto de partida para buscar demarcar quando se inicia o debate sobre os arquivos privados de natureza institucional.

2.1.2 Os arquivos públicos como campo de pesquisa da arquivologia

As reflexões realizadas nos tópicos anteriores foram importantes para esclarecer a constituição da Arquivologia como campo científico no Brasil, ao evidenciarem o protagonismo do Arquivo Nacional neste processo e as importantes discussões que culminaram na Lei de Arquivos. No entanto, uma questão foi despertada: Na constituição do campo científico da Arquivologia brasileira seriam os arquivos públicos exclusivamente a composição dos estudos e pesquisas? Notou-se que seria importante averiguar a presença dos arquivos públicos como campo de pesquisa da Arquivologia no País como contraponto para compreender a composição geral dos temas de estudos e pesquisas.

Em um primeiro momento, pretende-se analisar os arquivos públicos como objeto de pesquisa de trabalhos de pós-graduação; depois, os arquivos públicos, ou seja, instituições arquivísticas, como divulgadores de pesquisas e temas arquivísticos, por meio de seus veículos de comunicação, como revistas e periódicos; e, finalmente, as organizações de acervos públicos, gerando questões/problemas/soluções para desenvolvimento da Arquivologia.

Os arquivos públicos como objeto ou como parte de objetivos de pesquisa de trabalhos de pós-graduação já foram tratados por vários autores, como, Fonseca (2005) e Jardim (1998; 2011).

Fonseca (2005, p. 111), no Anexo I, “Quadro geral de teses e dissertações” (QUADRO 7), ressalta o número de trabalhos sobre arquivos públicos. Dos 53 títulos levantados 8 contêm a palavra *público* e 3 contêm as palavras *privado* e/ou *empresarial-empresa*[6]. Tais números confirmam a convicção do referido trabalho de que o desenvolvimento da Arquivologia como um campo de conhecimento estava naquele momento vinculado à formação do Estado moderno, dedicado a solucionar problemas da administração de arquivos públicos.

Jardim (1998; 2011) aponta a importância das teses e dissertações com temáticas na área e identifica setenta e sete dissertações e dez teses produzidas em vários programas de pós-graduação no Brasil, entre 1972 e 2006 (JARDIM, 2011, p. 98).

Mais recentemente, Marques (2011, p. 369), no “APÊNDICE C – Dissertações e teses com temáticas relacionadas à Arquivologia (1972 a 2006)”, mapeia as referências bibliográficas das dissertações e teses com temáticas arquivísticas, produzidas em vários programas de pós-graduação brasileiros entre 1972 (primeira dissertação identificada) a 2006. Apurou 112 dissertações e teses identificadas neste trabalho, das quais 12 que citam na titulação os arquivos públicos. O número é baixo em função de estar centralizado nas pesquisas que possuem na titulação arquivos públicos. Contudo, é notável que grande parte das pesquisas, traz a tona questões e perguntas pertinentes à Arquivologia no ambiente público.

Conforme levantamento apresentado, os arquivos públicos compõem uma temática que muito vem entusiasmando os pesquisadores acadêmicos, bem como os pesquisadores relevantes da área. Em um cenário diferente, os arquivos privados institucionais ocupam uma situação menos atraente, como será mostrado mais adiante. Uma questão importante merece ser discutida: os arquivos públicos, publicando textos de arquivologia, como ocorre nas revistas de arquivos públicos, e a divulgação das discussões teóricas do processo de organização dos arquivos

[6] Tal levantamento pode ser consultado no Apêndice A.

pelas instituições em publicações técnicas (manuais, cartilhas etc.). Tal questão foi despertada por ocasião da realização da leitura de Fonseca (2005), quando aponta alguns periódicos, como as revistas *Acervo* e *Arquivo e História* e os “Anais do Arquivo Público do Pará”, analisando os artigos ali publicados. As revistas tinham, como têm atualmente, o importante papel de divulgar e apresentar reflexões teóricas da Arquivologia brasileira.

Analisar os arquivos públicos e suas publicações pareceu-nos uma questão importante e reveladora de fonte da análise dos arquivos privados institucionais, como constituintes de um campo de pesquisa. Para o levantamento destas fontes, optou-se por realizar uma busca de quais arquivos públicos possuíam publicações no formato de revista. Para isso, utilizamos as instituições do Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ), instituído pela Resolução nº 28 do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), de 17 de fevereiro de 2009, que “tem como finalidade identificar de modo único a instituição custodiadora de acervo arquivístico. Seu objetivo é intercambiar informações em âmbito nacional e internacional.” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2020, documento *on-line*).

Foram identificadas CODEARQ 513 instituições cadastradas, porém devido ao elevado número de cadastros *versus* o tempo para desenvolvimento desta pesquisa, optamos por escolher os arquivos públicos de cada estado brasileiro e os arquivos públicos municipais das capitais.

A pesquisa foi refinada ainda mais ao considerar apenas os arquivos cadastrados que possuem site ativo na Internet. Apesar de reconhecer a relevância do trabalho de OHIRA; PAULA; PRADO; SCHENKEL (2005) sobre os arquivos estaduais, decidiu-se refazer a listagem, tendo em vista a volatilidade dos *web-sites*.

O Quadro 1 aponta a configuração das instituições arquivísticas após o refinamento.

Quadro 1 - Instituições arquivísticas estaduais e municipais (capitais) cadastradas no CODEARQ que possuem websites

(Continua)

INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS (CAPITAIS) CADASTRADAS NO CODEARQ QUE POSSUEM WEBSITES		
ESTADO	CADASTRO	SITE
Alagoas	Arquivo Público Estadual de Alagoas	http://arquivopublico.al.gov.br/
Amazonas	Arquivo Público do Estado do Amazonas	http://www.sead.am.gov.br/institucional/a-instituicao/
	Arquivo Público Municipal de Manaus	
Bahia	Arquivo Histórico Municipal de Salvador	http://www.arquivohistorico.salvador.ba.gov.br/
	Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)	http://www.fpc.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=198
Ceará	Arquivo Público do Estado do Ceará	https://www.secult.ce.gov.br/2013/01/02/acervo/
Distrito Federal	Arquivo Público do Distrito Federal	http://www.arpdf.df.gov.br/
Espírito Santo	Arquivo Geral Municipal de Vitória	https://www.vitoria.es.gov.br/cidadao/arquivo-publico-guarda-parte-da-historia-do-municipio
	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	https://ape.es.gov.br/
Maranhão	Arquivo Público do Estado do Maranhão	http://apem.cultura.ma.gov.br/siapem/index.php#
Mato Grosso	Superintendência de Arquivo Público do Mato Grosso	http://www.apmt.mt.gov.br/
Mato Grosso do Sul	Arquivo Público Estadual do Mato Grosso do Sul	https://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/arquivo-publico-estadual-de-mato-grosso-do-sul-ape/
Minas Gerais	Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH)	https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico
	Arquivo Público Mineiro	http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/
Paraná	Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná	http://www.arquivopublico.pr.gov.br/
Pernambuco	Arquivo Público de Pernambuco- Jordão Emerenciano	http://arquivopublico.pe.gov.br/
Piauí	Arquivo Público do Estado do Piauí	http://www.arquivopublico.pi.gov.br/index.php
Rio de Janeiro	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)	http://www.rj.gov.br/aperj.aspx
Rio Grande do Sul	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)	https://www.apers.rs.gov.br/
	Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria	http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/
	Arquivo Histórico de Porto Alegre "Moyses Vellinho"	http://ahpoa.blogspot.com/
Santa Catarina	Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC)	https://www.enabrasil.sc.gov.br/outras-noticias/arquivo-publico-do-estado-de-santa-catarina-2/
São Paulo	Arquivo Histórico de São Paulo	https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/

	Arquivo Público do Estado de São Paulo	http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/
Sergipe	Arquivo Público de Aracaju	https://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=71129
	Arquivo Público Estadual de Sergipe	http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/78ec-s4qc-tpgq

Fonte: Elaboração própria, com base no site CODEARQ.

Desta seleção verificou-se que 8 (oito) instituições arquivísticas (sendo elas: Arquivo Público Estadual de Alagoas; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo; Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH); Arquivo Público Mineiro; Arquivo Público de Pernambuco- Jordão Emerenciano; Arquivo Nacional; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; Arquivo Público do Estado de São Paulo) possuem publicações no formato revistas, como pode ser verificado no quadro intitulado “Instituições arquivísticas estaduais e municipais (capitais) cadastradas no CODEARQ que possuem revistas”, no Apêndice B. Vale ressaltar que a revista do Arquivo Público de Alagoas consta em seu website uma notícia que em breve estará disponível, por isso não foi pesquisada.

A revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo disponibiliza em seu site, de 2017 a 2020, oito números da revista. O objetivo da revista é “fomentar a pesquisa em História, Arquivologia, Ciências Sociais, Geografia, Biblioteconomia, como áreas prioritárias da nossa linha editorial.” (Revista do Arquivo Público do Estado do ES, 2012).

No volume 1, números 1 e 2 de 2017, nos parece que a temática de arquivologia não é presente. No volume 2, número 3 de 2018, dois ensaios sobre arquivo aparece na revista, sendo eles: Trajetórias de escravidão e da liberdade nos documentos do Arquivo Público (Jória Motta Scolforo) e Arquivo Público recebe o acervo bibliográfico sobre Rubem Braga (Jória Motta Scolforo). Porém, ainda neste volume, no número 4, percebe-se um maior número de publicações sobre a temática dos arquivos. São sete trabalhos publicados, sendo eles: O fundo DEIP-ES - Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Espírito Santo (DEIP) e o projeto de descrição arquivística para a formação de um legado documental (André Malverdes, Margarete Farias de Moraes); Sobre a importância dos arquivos cartoriais e eclesiásticos para os estudos sobre família escrava: o caso de Itapemirim-ES (Laryssa da Silva Machado); Gênero documental na arquivística: revisitando o conceito (Vanderlei Batista dos Santos); Um estudo de caso sobre o

uso da gestão do conhecimento no Arquivo Central da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) (Nathália Teixeira Gaspar Neto); O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária (Andre Malverdes); Arquivo Público recebe coleção documental do médico Jayme Santos Neves (Jória Scolforo) e o Relatório de Gestão referente ao ano de 2018 (Arquivo Público do Estado do Espírito Santo).

No volume 3, número 5 de 2019 nota-se também um volume expressivo de trabalhos sobre Arquivologia. Os textos sobre o tema em questão são: Fernando Achiamé: as transformações do Arquivo Público e uma vida na história (Paulo Roberto Santos); Desenvolvimento e implantação do sistema e-DOCS no contexto da gestão de documentos (Tânia Barbosa Salles Gava, Wagner Santana Bianchi, Juliana Oliveira de Almeida); A imigração nos documentos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Tiago de Matos Alves); Estudo de caso: Projeto Memórias Reveladas no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Thyenne Endlich Dourado, Tirza Vitali Alves); Arquivo Público recebe doação de acervo bibliográfico de Bolívar de Abreu (Jória Motta Scolforo); Arquivo Público recebe coleção do jornal “Correio do Sul” (Jória Motta Scolforo); A preservação da informação arquivística no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Ana Paula Ambrosio Lyrio, Rosa Maria Braga Barbosa); Preservação do acervo arquivístico do Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória: um estudo de caso (Diovani Favoreto).

Já no volume 3, número 6 ainda no ano de 2019, o tema aparece de forma numericamente tímida, quatro são as publicações: Trajetória e desafios dos arquivos das universidades brasileiras (Eduardo Luiz dos Santos); Auditoria e diagnóstico em arquivos: um estudo sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria arquivística ao diagnóstico de arquivos correntes da Universidade Federal do Espírito Santo (Ana Caroline Tenorio Gomes, Rodrigo Dos Santos Nobres, Taiguara Villela Aldabalde); Arquivo Público recebe as coleções ‘Hugo Borges’ e ‘O Continente’ (Jória Motta Scolforo) e O folclore no acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Jória Motta Scolforo).

No ano seguinte, 2020, no volume 4, número 8, apenas identificou-se uma publicação: Acervo do fotógrafo Luiz Germano Gieseler no Museu Antropológico Diretor Pestana: visão arquivística na curadoria do patrimônio cultural (Amanda Keiko Higashi).

O último volume da revista disponível *on-line*, volume 4, número 8 (2020) é possível localizar apenas três publicações sobre Arquivologia: As contribuições do Arquivo Público e dos documentos de arquivo para o acesso à informação na perspectiva das pesquisas de Ana Célia Rodrigues (Alexandre Faben); Paisagem urbana do Centro de Vitória (ES) no início do século XX: a fotografia no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Enzo Daltoé Nepomoceno, Maira Cristina Grigoleto) e Resenha do Ciclo de Comunicações: 112 anos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Kimberlly de Mattos).

Esse levantamento permite concluir que as pesquisas publicadas pela revista têm relação com o tema “Arquivo público”, mais especificamente como Arquivo Público do Espírito Santo. Importa salientar a presença de publicações cujo tema aborda as questões compreendidas como teóricas do campo. Ao mesmo tempo, causa estranheza a ausência de trabalhos sobre arquivos privados institucionais, embora o tema “Arquivos privados pessoais” tenha aparecido. É importante refletir sobre a relevância dessas publicações para a divulgação científica do campo.

A Revista Eletrônica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

> é um periódico científico anual que contempla artigos, resenhas, ensaios e propostas pedagógicas de uso de documentos em sala de aula para diferentes níveis de ensino. O objetivo da revista é estimular a pesquisa e a reflexão científica sobre a cidade de Belo Horizonte, bem como sobre o campo de estudos arquivísticos, além de divulgar acervos documentais de diversas instituições (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2018, documento *on-line*).

Em sua primeira publicação, em 2014,foram identificados dois artigos relacionados à temática “Arquivologia”: “Os desafios impostos à organização das fotografias digitais: o recolhimento desenvolvido no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte”, de Alessandra Pires Fonseca Macedo, Cristiana da Silva, Giselle Souza da Silva Ribeiro, Mônica Cecília Costa e Rafaela de Araújo Patente; e “Levantamentos iniciais para a implantação de sistema/rede da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte: discussão de conceitos, revisão e legislação”, de Sueli Aparecida de Sá.

O ano de 2015 foi o mais profícuo quanto às publicações sobre o tema “Arquivologia” (3): “O laboratório de conservação e o tratamento destinado aos negativos 35mm do acervo ASCOM”, de Thiago Henrique Costa Miranda; “Educação

patrimonial no contexto escolar", de Suely Aparecida dos Santos; e "O arquivo público e a educação patrimonial: limites e potencialidades", de Emerson Flores Garcia.

No próximo ano, 2016, apenas um artigo foi localizado: A parceria entre a Câmara Municipal de Belo Horizonte e o Arquivo Público da Cidade: digitalização de documentos, trajetórias e resultados (Thais Marcolino dos Santos).

Em 2017 dois trabalhos merecem destaque: A frequência e as tendências de uso ao Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte pelos estudantes do curso de História da UFMG (Bruna Michels; Rafaela Patente) e Memória documental: um importante contributo para compreensão do processo de desorganização social do hipercentro de Belo Horizonte (Bruna Hausemer).

No ano 2018 não foi publicado artigos sobre a área em questão. No ano seguinte, 2019 e 2020, dois artigos abordam a temática, sucessivamente: Fontes para a história de Belo Horizonte: revisão do Índice dos lotes urbanos (1895-1929?) do Arquivo Público da Cidade (Maria Lúcia Prado Costa; Marina Rezende Silva) e Políticas de Inclusão Social no pós-abolição e o racismo estrutural: arquivo escolar e memória institucional (Raphael Freitas Santos; Rafaela Carvalho da Silva).

O levantamento reafirmou a conclusão da revista anterior, a Revista Eletrônica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte parece servir como meio de publicar as questões em torno do Arquivo da Cidade de BH, principalmente as reflexões teórico-práticas das atividades próprias do fazer arquivístico. Mais uma vez a questão da "esfera pública" é mais abordada.

A Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM)

> Teve o seu primeiro volume em 1896. A revista circulou até 1913, ficando paralisada por 7 anos, voltou a circular em 1921, 1924, 1927 a 1933 e 1937. Após mais de 30 anos de paralisação, em 1975 voltou a ser editada até 1995.
>
> Já em 1965, o APM deu início a uma série de publicações independentes da RAPM, com o objetivo de divulgar os documentos do seu acervo e contribuir para a elucidação de fatos relativos à história e à cultura mineira. Entre elas estão o caderno Escravidão em Minas Gerais, publicado em 1988, História da Música nas Irmandades de Vila Rica, em 1979 e João Pinheiro – Documentário sobre sua vida, em 1966.
>
> Em 2005, após 10 anos de ausência, a RAPM voltou a ser editada, com novo projeto gráfico e considerável transformação editorial. Tais alterações foram necessárias para o alinhamento da revista aos padrões atuais de publicação acadêmico-científica (ARQUIVO PÚBLICO AO MINEIRO, [S.d.], documento *on-line*).

Nesse sentido, de 1896 a 1913, 1921, 1924, 1927 a 1933 e 1937, 1975 a 1995 nota-se as edições ficaram focalizadas em tornar público documentos do período republicano e divulgação dos instrumentos de pesquisa que auxiliaram no acesso ao acervo da instituição. É a partir de 2005 que se percebem estudos mais pontuais para as questões teórica do campo arquivístico. O tema da digitalização é debatido no trabalho de Eduardo Valle e Arnaldo Araújo, intitulado: Digitalização de acervos, desafio para o futuro - As inúmeras possibilidades que a digitalização oferece à preservação de acervos supõem a necessidade de estratégias a longo prazo para sua utilização, sob pena de se colocarem artefatos de valor permanente à mercê da fragilidade da tecnologia digital.

Em 2006, outra temática importante também foi abordada: Os documentos d'El Rei - O uso de metodologia tipológica para classificação de documentos requer a contribuição da diplomática, da história e da arquivística, como demonstra este trabalho que utiliza o conceito de tipologia documental aplicado à administração central do Antigo Regime monárquico em Portugal (José Joaquim Sintra Martinheira). O tema da classificação tipológica é extremamente relevante até os dias atuais.

No ano de 2007 - fascículo I, os trabalhos versaram sobre a importância do APM para historiografia mineira. Chama-nos atenção o artigo A lógica e o labirinto- As disputas por acervos e as dificuldades para a sua guarda motivaram algumas considerações originais, presentes neste artigo, sobre as políticas de recolhimento e preservação adotadas pelo Arquivo Público Mineiro, de 1910 a 1938, de Ivana Parrela.

Do mesmo ano, porém fascículo II, importa ressaltar o texto “Uma experiência interinstitucional- O Arquivo Público Mineiro, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e o Museu Histórico Abílio Barreto desenvolvem projeto de microfilmagem e digitalização do acervo da Comissão Construtora da Nova Capital que disponibilizará ao pesquisador acesso, via Internet, ao legado documental dos primórdios de Belo Horizonte” (“Maria do Carmo; Andrade Gomes; Edilane Maria de Almeida Carneiro; Thaís Velloso; Cougo Pimentel”). Período em que a microfilmagem e a digitalização estão na pauta de discussões da Arquivologia nacional. Neste último a digitalização aparece com viés para o acesso dos documentos ao pesquisador.

No ano seguinte, 2008 – fascículo I, o tema da digitalização continua em foco, destacamos os textos Da impressão à digitalização - A digitalização da coleção de jornais mineiros do século XIX representa um marco de contemporaneidade de Renato Pinto Venâncio e Uma coleção preservada - Critérios e procedimentos que orientam o projeto de digitalização da coleção de jornais mineiros do século XIX de Marina Mesquita Camisasca.

No fascículo II, do mesmo ano, destaca-se a entrevista de Heloísa Bellotto que “evoca sua experiência pregressa e traz à baila reflexões sobre os temas que marcam uma apaixonante trajetória intelectual”. Na conversa a autora é questionada sobre como avalia a questão dos arquivos privados no Brasil, a importância deles e as medidas que deveriam ser implementadas em seu favor. Interessante que a autora pontua os arquivos privados somente levando em consideração os arquivos privados pessoais, salientando:

> O Brasil tem uma boa tradição de guarda, tratamento e disponibilização desse tipo de arquivo [...]. A conscientização das famílias, quando da morte dos titulares dos arquivos cujos documentos podem ser relevantes para a sociedade, deve ser incrementada para que esses acervos sejam doados a arquivos e a institutos de pesquisa (BELLOTO, 2008, p. 15).

No ano seguinte, 2009, o fascículo I é dedicado à temática da fotografia merece destacar os textos: A força das imagens (Suportes alternativos, como fotografias e filmes, que pesquisadores e instituições muitas vezes não sabem que o APM possui, são documentos fundamentais para a história mineira) de Renato Pinto Venâncio e Maria Marta Araújo; Trajetórias de fotógrafos: arquivos de uma geração de Maria Eliza Linhares Borges e Um acervo fotográfico - A família do engenheiro Dermeval José Pimenta doou ao APM rico acervo fotográfico, que foi devidamente catalogado e tratado de Marta Eloísa Melgaço Neves e Elisa Cardoso Furtado. Merece atenção ainda a reflexão de Maria Efigênia Lage de Resende sobre as conquistas, novas técnicas e as parcerias com órgãos governamentais do estado que ampliaram o raio de ação do APM, permitindo o desenvolvimento de novos programas. Importante pontuar o tema da fotografia na Arquivologia que por vezes gera muitas questões não só a respeito do suporte, como também do ponto de vista de descrição documental.

No fascículo II, de 2009, a edição tem como foco as discussões sobre arquivos pessoais. Merecem atenção os seguintes trabalhos: Arquivos pessoais,

desafios e encantos de Ângela de Castro Gomes; Arquivos pessoais são arquivos de Ana Maria de Almeida Camargo; O indivíduo fora do lugar - acervos pessoais de Luciana Quillet Heymann; Arquivos privados na Biblioteca Nacional de Daniele Cavaliere Brando e Ana Lúcia Merege.

No ano de 2010, a revista tem como foco os sistemas *on-line* de disponibilização de acervos. Chama a atenção o fato do ano seguinte, 2011, ser publicada a Lei de Acesso à Informação. Os textos da revista versam sobre a experiência do Arquivo da Torre do Tombo em disponibilizar seus acervos *on-line* e a experiência do Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro (SIA-APM), sendo eles: Acervos portugueses *on-line* - Programa de ampla significação voltado para o acervo documental da Torre do Tombo, em Portugal, tem na técnica digital o suporte para sua preservação e maior difusão (Anabela Borges Teles Ribeiro); Acesso livre à informação pública As peripécias da implantação do Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro (SIA-APM) e o grande desafio enfrentado pela equipe técnica do APM (Emerson Nogueira Santana); Uma plataforma de pesquisa amplamente disponível- O Sistema Integrado de Acesso ao Arquivo Público Mineiro (SIA-APM) traduz-se numa plataforma universal de acesso ao acervo e à revista da instituição (Flávio Augusto Rocha Bertholdo).

No ano de 2010 – fasc II, destaca-se o texto Preservação da memória administrativa- O desempenho do Arquivo Público Mineiro de Augusta Aparecida Cordoval Caetano e Maria de Fátima da Silva Corsino.

Já em 2011 o tema das leis anima a revista, primeiro com texto de Vilma Moreira dos Santos: Perspectivas institucionais Minas Gerais cria uma legislação específica para arquivos, e depois com o texto de Ivana Denise Parrela: Fundamentos legais de um projeto arquivístico.

Em 2012 o destaque vai para o texto de Philip Coolidge Brooks intitulado Seleção de documentos para guarda permanente.

Em 2013 o destaque ficou para os textos Sendas da modernização (A modernização dos arquivos é um processo mundial e dele não se furtou o APM) de Adalson Nascimento e Os papéis da memória (Moderno tratamento arquivístico dispensado a documentos das Secretarias de Estado de Minas) de Christiane Laís Fonseca da Costa e Thiago Veloso Vitral.

Finalmente a última revista disponível de 2014, vale mencionar Da gestão à difusão, avançar é preciso de Ivana Parrela; Em busca da transparência, entrevista de José Maria Jardim; O desafio da gestão de documentos em Minas Gerais de Rosilene Silva dos Santos e Usos e experiências da amostragem documental, Caio Graco Valle Cobério.

A Revista do Arquivo Público de Pernambuco tem única "edição especial da Revista do Arquivo Público, comemorativa dos 70 anos de fundação do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (site APP, 2021)" que é datada de 2016. Destacamos o texto Arquivos públicos em regiões tropicais de Celina do A. P. Moreira Franco. Localizamos ainda a Revista Memória Ativa que "editada pelo septuagenário Arquivo Público de Pernambuco, busca dialogar de forma aberta com a sociedade [...] e qualquer um que compreenda a importância da preservação da memória (APP, 2021, documento *on-line*) Na edição de novembro- dezembro de 2015, dois textos merecem atenção: O arquivo no futuro - Os arquivos no século 22 de Sérgio Miguel Buarque e Os 70 anos do Arquivo Público. O futuro do pretérito- o Arquivo público de Pernambuco chega aos 70 anos com o desafio de se inserir em um mundo digitalizado, conectado e veloz sem abrir mão do passado, materializado em um rico e grandioso acervo de Rafael Gomes. Já na edição maio-junho de 2016, de Raimundo Carrero o texto Aventura literária no Arquivo.

De acordo com o nosso levantamento, a Revista Acervo é a que tem um número mais expressivo de publicações, o que nos parece estar relacionado à longevidade da revista, publicada desde 1986.

Em 1986, a publicação de janeiro-junho já destacou importantes discussões sobre legislação, organização de acervos, documentação especial em arquivos públicos e arquivos como fonte histórica. Já na edição julho-dezembro do mesmo ano, temas relevantes ganharam espaço, discutia-se o desafio dos arquivos nos estados e os municipais, experiência de identificação e organização de arquivos intermediários e recomendações para projetos de edifícios de arquivos. No ano seguinte, 1987, temas relevantes circulavam: gestão de documentos, política municipal de arquivos da cidade do Rio de Janeiro, reconstituição histórica a partir de acervos arquivísticos e os problemas de conservação em Honduras. No ano de 1988, edição de julho-dezembro percebe-se a forte discussão em torno do Arquivo Nacional, o tema gestão de documentos e o ensino arquivístico no Brasil.

Na próxima década, a edição janeiro-junho de 1990, chama a atenção os temas de sigilo e transparência, diplomática, a memória do Arquivo Nacional, a programação pública nos arquivos canadenses e a utilização acadêmica dos arquivos. No ano de janeiro-dezembro de 1993 a edição contempla importantes textos sobre os acervos fotográficos em seus mais diversos contextos: nos arquivos pessoais, na biblioteca nacional, na preservação e conservação. No ano de 1994, janeiro-dezembro, a atenção volta-se para a relação das mudanças provocadas pela tecnologia no arquivo. Em 1997, as edições janeiro-junho e julho-dezembro, são marcadas pela influência dos arquivos portugueses e as reflexões lá realizadas.

Os anos 2000, a edição de janeiro-junho de 2003 releva especial atenção à questão dos acervos fílmicos e sua preservação e a Cinemateca Brasileira como patrimônio histórico audiovisual. Já em 2004 volta à tona a temática da tecnologia e os arquivos, com destaque para a “Carta para preservação do patrimônio arquivístico digital brasileiro” de autoria de Claudia Lacombe Rocha e Margareth da Silva. No ano de 2007 (janeiro-dezembro) nos parece uma edição que tem como ênfase as normas arquivísticas e a importância das mesmas, aparece também como foco a descrição arquivística. Chamou-nos atenção o tema centro de memória aparecer nessa edição: Perfil Institucional Centro de Memória Cultural do Sul de Minas. As publicações de julho-dezembro de 2008 relacionam os arquivos e o regime militar. Já o editorial de janeiro- junho de 2009 destaca o perfil institucional do Arquivo Nacional nos seus 170 anos.

No século XXI, na edição de janeiro-junho de 2010, o destaque é a relação estabelecida entre a França e o Arquivo Nacional do Brasil. Na edição de julho- dezembro, do mesmo ano, é dedicada à preservação e conservação documental, no suporte analógico e digital. No ano seguinte, janeiro-junho de 2011, o tema em xeque é o acesso à informação em arquivos. Em 2012, janeiro-junho, a difusão cultural e a educação patrimonial foram os temas que estiveram presentes nos textos.

Na edição da revista de julho/dezembro de 2012, a história administrativa ganha destaque no campo da Arquivologia, no texto assinado por Cynthia Roncaglio. A questão central do texto é “A história administrativa serve como subsídio para a organização da informação arquivística ou vice-versa?” Outra

discussão relevante foi a distinção entre a palavra “arquivo com q e arquivo com ch”, da autora Silvia Ninita de Moura Estevão.

Na edição de 2013 os trabalhos ficam concentrados em refletir o Estado, o poder e a administração. Destaca-se: Para um modelo conceitual internacional de descrição arquivística, dos autores Gretchen Gueguen, Vitor Manoel Marques da Fonseca, Daniel V. Pitti Claire e Sibille de Grimoüard; Em busca de uma cultura científica: Breve panorama da produção científica arquivística docente nos cursos de arquivologia, 2008-2012, autor Leandro Coelho Aguiar; O Arquivo Nacional de Ciência e Tecnologia: Política e organização da ciência em Portugal, dos autores Maria Fernanda Fernandes Garcia Rollo, Madalena Teotónio Pereira Bourbon Ribeiro e Paula Cristina Veloso Meireles; Maços, latas e softwares. O Arquivo Público do Estado de São Paulo e suas reconfigurações, do autor Marcelo Quintanilha Martins; Memória do Arquivo Público do Estado da Bahia, 1890-1984, autoras Maria Teresa Navarro de Britto Matos e Rita de Cássia Santana de Carvalho Rosado; Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa, do autor Ernst Posner.

A primeira edição de 2014 tem como temática central das publicações os arquivos e a história das ciências destacam-se os artigos: Lenta, gradual e segura? A Comissão Nacional da Verdade e a Lei de Acesso a Informações na construção da justiça de transição no Brasil de autoria de Vicente Arruda Câmara; Reflexões epistemológicas dos arquivos e do fazer arquivístico enquanto instrumentos de poder, da autora Fernanda Mont.

Já na segunda edição de 2014, os artigos voltaram-se para arquivos, bibliotecas e museus. Importa salientar Descrição arquivística do acervo documental do Conselho Regional de Desportos do Paraná, autor: Luiz Carlos Ribeiro; Reconsiderando os arquivos pessoais, da autora Heloisa Liberalli; Princípios de acesso aos arquivos: Orientação técnica para gestão de arquivos com restrições, do Conselho Internacional de Arquivos.

A edição de 2015 (v. 28, n.1) é dedicada à cidade do Rio de Janeiro, no entanto textos importantes são publicados, como: Diplomática: novos usos para uma antiga ciência, da autora Luciana Duranti; Preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos Reflexões e perspectivas, do autor Henrique Machado dos Santos e Daniel Flores. A segunda edição de 2015 estava centrada no tema Gestão

de Documentos. Dezessete artigos foram publicados sobre esta importante temática, sendo eles: Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações. Autor: José Maria Jardim; La norma ISO 15489:2001 y su evolución hacia un cambio de estrategia en las organizaciones. Autor: Joaquim Llansó Sanjuan; *La serie de normas ISO 30300 – management system for records La gestión de los documentos integrada en la gestión de las organizaciones.* Autor: Carlota Bustelo-Ruesta; *Gestión de documentos: Entre la alianza interdisciplinar y la teoria del rompecabezas.* Autor: Ramon Alberch i Fugueras; Gestão de documentos de arquivo na administração pública em Portugal - Experiência e desafios. Autor: Pedro Penteado; Arquivística, os arquivistas e os arquivos no Canadá. Autor: Carol Couture; Gestão documental e direito de acesso: interfaces. Autor: Ieda Pimenta Bernardes; Repositórios para a preservação de documentos arquivísticos digitais. Autor: Claudia Lacombe Rocha; A terceirização das atividades arquivísticas na administração pública federa. Autor: Maria Izabel de Oliveira; A função de avaliação na gestão documental em hospitais. Autor: Francisco José Aragão Pedroza Cunha, Louise Anunciação Fonseca de Oliveira e Gillian Leandro de Queiroga Lima; O perfil do integrante do Sistema de Gestão de Documentos (SIGA), da administração pública federal. Autor: Djalma Mandu de Brito; Os bancos de dados, os arquivos digitais e o papel do historiador. Autor: Mariana Flores da Cunha Thompson Flores; A arquivologia no Brasil Seu "desnudamento" como disciplina científica. Autor: Wagner Ridolphi; Documento arquivístico: Um abc conceitual. Autor: Brenda Couto de Brito Rocco; Problemas arquivísticos do governo brasileiro. Autor: Theodor Roosevelt Schellenberg.

A outra edição de 2016 e a primeira edição de 2016, por iniciativa da *International Cartographic Association* (ICA), foram dedicados à celebração do Ano Internacional do Mapa. A presente edição da revista *Acervo* participa desta comemoração com o dossiê temático “Cartografia(s)”. A segunda edição de 2016 a revista *Acervo* coloca em discussão como a tecnologia tem alterado as rotinas de trabalho e estabelecido novos parâmetros para a guarda, o tratamento e a preservação de acervos em meio digital. Importa destacar os seguintes artigos: A custódia como guarda e proteção aos arquivos uma abordagem etimológica, de autoria de Margareth da Silva, Gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais revisitando alguns dos conceitos que as precedem, das autoras Claudia

Lacombe e Rosely Curi Rondinelli; Cadeia de custódia para documentos arquivísticos digitais, dos autores: Daniel Flores; Brenda Couto de Brito Rocco; Henrique Machado dos Santos. Ciranda da arquivologia em torno do seu objeto científico passos e (des)compassos de conceitos, princípios, teorias, métodos e discursos de autoria de Angélica Alves da Cunha Marques.

As edições de 2017 apresentam temas bem diferenciados entre si. A primeira edição atualiza a discussão sobre família e apresenta algumas tendências contemporâneas de seu estudo nas ciências humanas, com destaque para os campos da história, da antropologia e dos direitos humanos. Já a segunda edição trás como tema “Estado Novo, 80 anos: arquivos e histórias”, os artigos decorrem sobre o Estado Novo pois em 2017, esse regime político completou oitenta anos. Destacamos nesta edição os seguintes textos: O Estado Novo e os arquivos públicos- Fontes, reflexões e um pouco de história, do autor Marcelo Thadeu Quintanilha Martins. Um intelectual no Arquivo Legado de José Honório Rodrigues para a arquivologia no Brasil, das autoras Angélica Alves da Cunha Marques e Georgete Medleg Rodrigues. Arquivos de pessoas e instituições em movimento - Reflexões a partir de pesquisas com antropólogos no Brasil, de Candice Vidal e Souza

O ano de 2018 foi um ano que teve o maior número de edições. O volume de número 1 discute a diversidade e(m) arquivos, os artigos procuram discutir as fontes arquivísticas relacionadas a grupos minorizados, mas que envolvam ações de fomento à preservação da memória e ao acesso desses mesmos grupos em instituições arquivísticas. Merecem atenção os artigos: Memória da loucura e as reflexões sobre a reforma psiquiátrica brasileira, o papel dos arquivos para a construção de políticas públicas na saúde mental, das autoras Daniele Corrêa Ribeiro; Nayara Emerick Lamb; Wilma Fernandes Mascarenhas. A destruição de documentos como objeto estratégico e indicador de desempenho o caso do tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, autora Rita de Cássia Colaço Rodrigues. Diversidade na instituição arquivística práticas com públicos especiais no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, de autoria de Taiguara Villela Aldabalde.

O volume de número 2 promove a difusão das fontes referentes à moda e à indumentária custodiadas por arquivos, museus, bibliotecas e centros de documentação. Os trabalhos reúnem temas que tivessem imagens e objetos como

ponto de partida para investigar a moda, a indumentária e nelas a própria vida social, que promovem a difusão das fontes da moda à indumentária custodiadas por arquivos, museus, bibliotecas e centros de documentação. A partir desse número a revista passou a ser quadrimestral. Destacamos o artigo Os inventários no estudo da indumentária - Possibilidades e problemas, da autora Camila Borges da Silva.

No volume 3 de 2018 é marcado pelos 180 anos do Arquivo Nacional, debatendo sobre o estado da arte da pesquisa em arquivologia. Importa destacar os seguintes artigos: Os arquivos e a arquivologia nas pesquisas dos programas de pós-graduação stricto sensu brasileiros (1972-2015), de autoria de Angélica Alves da Cunha Marques; Governança arquivística: contornos para uma noção, do autor José Maria Jardim; Vocabulário controlado e controle de vocabulário em arquivos, da autora Johanna Wilhelmina Smit; Como surgem os fundos arquivísticos: administração pública e produção documental em Minas Gerais, de autoria de Renato Pinto Venancio e Lidiany Silva Barbosa; A análise documental de imagens como processo de mediação da informação nos arquivos, dos autores Sérgio Matias da Silva e Aline Lopes de Lacerda; Centros de documentação e patrimônio documental: direito à informação, à memória e à cidadania, da autora Janete Leiko Tanno; *El documento digital como fuente de memoria organizacional*, de autoria de Juan Bernardo Montoya-Mogollón e Telma Campanha de Carvalho Madio; Transversalidades entre o arquivo e a custódia: as mudanças de paradigmas na arquivologia, de Rosale de Mattos Souza.

Nesse volume 3 fica claro o papel estratégico que as instituições arquivísticas desempenham na sociedade. Muitas das instituições exercem o papel de autoridade arquivística na gestão de documentos e no compromisso com a memória, cumprindo um duplo papel de salvaguarda do patrimônio arquivístico como também a gestão e governança do Estado e serviço da cidadania. Através das ações da Universidade no ensino na graduação e pós-graduação em arquivologia percebe-se a legitimação acadêmica e também institucional através de publicações, pesquisas e eventos científicos, configurando os estudos arquivísticos no campo disciplinar.

No ano de 2019, v. 32 - n. 1, a revista dedica-se a discutir a diversidade de temas e metodologias na área de arquivos. Compõe a revista temas já abordados e estudos não apresentados antes no debate arquivístico. Destacamos: Introdução

aos conceitos básicos do modelo *Open Archival Information System* no contexto da arquivística, dos autores Henrique Machado Santos e Daniel Flores; Acervos de arquivo em museus: Uma proposta de tratamento arquivístico, de Fabiana Costa Dias; João Marcus Figueiredo Assis; Júnia Guimarães e Silva; Gestão e acesso à informação governamental de tipo arquivístico Facticidade, validade e o papel do sistema de prioridades axiológicas, da autora Emília Barroso Cruz; As políticas de arquivo para documentos físicos e nato-digitais nas universidades federais brasileiras, de autoria de Laila Guimarães Cardoso; Julia Araújo Donato; Maria Carolina Gonçalves da Silva; Milton Shintaku; Competência em informação - Disciplina necessária à formação do arquivista?, das autoras Renata Lira Furtado, Regina Célia Baptista Belluzzo e Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano; Os arquivos do Hospital Nacional de Alienados, de autoria de Allister Teixeira Dias, Daniele Correa Ribeiro, Laurinda Rosa Maciel e Cátia Maria Matias; Patrimônio documental roraimense- Em busca do estado da arte das autoras Tatiana Costa Rosa; Leila Adriana Baptaglin.

Em relação ao referido ano, na edição de maio/agosto 2019, a revista se dedica a discutir os 180 anos da Daguerre, abordando o desenvolvimento da fotografia. Importa ressaltar o artigo *La presencia del daguerrotipo en archivos familiares de Canarias El retrato de* John Howard Edwards, das autoras Elisa Díaz Gonzále e Diana Ramos Jorge.

Na edição set/dez 2019 tem como temática central os Diálogos desviantes no arquivo: das experimentações artísticas à educação das sensibilidades, a proposta do dossiê foi discutir a cartografia de sensibilidades que apontassem para os novos usos e abordagens dos arquivos, em diálogo com os campos da educação e arte. Vale destacar: Do museu-arquivo às inscrições de si, do autor Márcio Seligmann-Silva; *The artistic usage of archives through the Benjaminian lens*, das autoras Anne Klein; Yvon Lema; *From collecting an archive to artistic practice in the Intimal project Lessons learned from listening to a Colombian migrant women's oral history archive*, de autoría de Ximena Alarcón, Lucia Nikolaia López Bojorquez, Olivier Lartillot e Helga Flamtermesky; O cinema de arquivo e a (des)pedagogia das sensibilidades: Uma imersão em outros espaços e tempos, autoria de: Andréa França e Nicholas Andueza; *Potentials of architecture archives for art education Exploring concepts of modern architects from Brazil and Germany through digital and*

physical approaches on archival material, do autor Johanna Tewes; Experimentando com arquivos. A recriação de *Double e Don't,* Juan de Constança Capdeville de autoria de Alfonso Benetti, Mónica Chambel e Helena Marinho; Cartas de arquivo: Um projeto de mediação cultural nos 180 anos do Arquivo Nacional, dos autores Leonardo Augusto Silva Fontes e Tulio Alexandre Saeta; Laboratórios da história: A centralidade do arquivo na trajetória profissional de Cecília Westphalen, autora: Daiane Vaiz Machado; Um livro sobre canções escravas: Diálogos entre arte, memórias, arquivos e educação, dos autores Lurian José Reis da Silva Lima e Adriana Carvalho Koyama; A imagem crítica: O documento nas artes e o espaço público do olhar, do autor Luiz Cláudio da Costa.

O último ano desta revista, abordado neste trabalho, é de 2020. Na edição jan/abr 2020, discute-se Memória e legado da resistência negras, são artigos que fomentam as reflexões sobre resistência, lugares de memória e construções dos grupos negros no Brasil. Em relação a nossa proposta de análise, destacamos o artigo Entre a salvaguarda e a destruição: Os arquivos italianos durante a Segunda Guerra Mundial (1942-1945), do autor Roberto Lopes dos Santos Junior.

Já a edição maio/agosto de 2020 tem como tema central As várias faces dos feminismos: memória, história, acervos, merece atenção o artigo O fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no Arquivo Nacional, das autoras Carolina Calixto e Viviane Gouvêa.

A última edição analisada setembro/dezembro 2020 dedica-se a discutir os Usos e usuários de arquivos. Os artigos abordam os usuários das instituições arquivísticas e a multiplicidade de interesses que os fundos arquivísticos despertam nos pesquisadores. Merecem atenção os artigos: Possíveis impactos do modelo *Records in Contexts* para os usuários de arquivos, dos autores Marcos Vinícius Bittencourt de Souza e Daniel Flores; Sem gestão não há difusão e acesso - Aspectos histórico-conceituais da arquivística canadense e brasileira, do autor Thiago Henrique Bragato Barros; Um estudo dos usuários e usos do Arquivo Público Municipal de Vitória, das autoras Fabiola Pereira Costa e Taiguara Villela Aldabalde; Estudos de usuários de arquivo e os desafios da Lei Geral de Proteção de Dados, do autor Moisés Rockembach; Diretrizes para o uso das redes sociais pelas instituições arquivísticas brasileiras, autoria: Diogo Baptista Pereira e Eliezer Pires da Silva; Usuários dos arquivos- Uma análise dos congressos nacionais de

arquivologia, da autora Katia Isabelli Melo; Estudos de usuários em arquivos Panorama dos relatos de experiência publicados em periódicos nacionais, das autoras Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano, Thalita Fernanda Leme e Helen de Castro Silva Casarin. Com a palavra, o usuário- O que dizem os usuários do Arquivo Nacional sobre suas pesquisas na instituição, das autoras Eliane Cristina de Freitas Rocha; Ivana Denise Parrela.

Vale lembrar que a Revista Acervo é a sucessão do Mensário do Arquivo Nacional, periódico que foi editado até 1982. O referido Mensário é citado por vezes no tópico “A retrospectiva do debate sobre os arquivos privados de natureza institucional, no periódico arquivo & administração (1972-2014)” desta pesquisa.

A análise dos anos e o cruzando dos diferentes volumes da revista mostra que as instituições arquivísticas, desde a formação da disciplina Arquivologia, cumprem o papel fundamental da “necessidade prática de habilitação de profissionais especializados para organização dos arquivos brasileiros (MARQUES, 2007, p. 8)”. É possível perceber, ainda, o papel primordial de divulgação científica que as revistas ocupam na Arquivologia, assim como o diálogo estabelecido com outras disciplinas, com destaque para Ciência da Informação, História e Educação.

Outra análise possível é quanto à relação das publicações com o marco da Lei de Arquivos. Após 1991 as publicações procuram problematizar os avanços e o retrocesso dos arquivos públicos no Brasil. Embora a lei também trate dos arquivos privados, essa discussão fica reduzida e, quando abordada, está sempre conectada aos arquivos privados pessoais e/ou aos arquivos privados declarados de interesse público e social.

O levantamento aqui apresentado revela que a constituição do campo científico da Arquivologia brasileira, embora apresente muitas publicações e reflexões sobre arquivos públicos, produz discussões teóricas, conceituais e procedimentais da gestão de documentos que tanto podem ser aplicadas nos documentos de arquivo público, como nos documentos de arquivo privado de natureza institucional. É notável que arquivos privados pessoais pareçam ser mais abordados na literatura quando comparados com os arquivos privados de natureza institucional. Nesse sentido, a presença dos profissionais arquivistas no trabalho com os arquivos privados de natureza institucional impõe desafios, até mesmo para aqueles que se dedicam a estudá-los e organizá-los.

Analisando as revistas dos arquivos estaduais e municipais, outro ponto, não menos importante, foi averiguado: os arquivos públicos recebendo e organizando arquivos privados. Nesse sentido, a discussão sobre essa questão será abordada mais a frente dessa pesquisa de doutorado.

Retomando a história da Arquivologia brasileira e a análise das revistas, encontramos um ponto não pensado até então e que pode ser entendido também como uma segunda hipótese nesta pesquisa: Tendo em vista que a trajetória da Arquivologia brasileira tem grande participação “das associações de arquivistas, sobretudo a AAB (MARQUES, 2007, p. 8)” e que inicialmente há também um papel preponderante na participação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e da Fundação Getúlio Vargas (FVG), os intelectuais que se destacam na AAB e no Dasp, citando-se Marilena Leite Paes, têm forte relação de estudo com a linha da Arquivologia americana, o que traz a ideia de gestão como “*record manager*” em que se pensa o arquivo corrente, intermediário e o arquivo permanente como outra ponta. Em consequência disso, pode ter encaminhado as discussões dos arquivos privados, tanto pessoais como institucionais sempre voltadas para perspectiva de guarda e/ou noção de patrimonialização.

Assim, analisar e averiguar essas duas fontes, AAB e DASP/FVG, tornou-se um importante ponto de conexão para elucidar o desenvolvimento da temática dos arquivos privados de natureza institucional na Arquivologia brasileira, ponto a ser tratado no tópico seguinte.

3 OS ARQUIVOS PRIVADOS INSTITUCIONAIS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DAS ASSOCIAÇÕES ARQUIVÍSTICAS

Na constituição do campo científico da Arquivologia no Brasil, as associações, sobretudo a AAB, assumem um papel preponderante. Por isso, faz-se necessário analisar sua produção científica para posicionar o tema dos arquivos privados institucionais. Como ponto de partida e optando pela abordagem cronológica, a primeira é a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), que promoveu os “Congressos brasileiros de Arquivologia” e publicou a revista *Arquivo & Administração*, primeiro periódico nacional especializado na área.

A revista *Arquivo & Administração,* criada em 1972, constituiu-se em um instrumento de divulgação da AAB. Foi editada no marco temporal de 1972 a 2014, não obstante algumas interrupções[7], com distribuição gratuita e destinada a arquivistas, empresários em geral, gerentes, autoridades administrativas, historiadores, pesquisadores e professores (EPOSEL, 1994, p. 51; FONSECA, 2004, p. 137-139). A AAB foi reconhecida como de utilidade pública, na mesma década, por meio do Decreto 1.200, de 13 de abril de 1977 (ARQUIVO NACIONAL, 1977c, p. 38). Idealizada para designar a profissão de arquivistas e contribuir para o desenvolvimento da Arquivologia brasileira, é filiada ao Conselho Internacional de Arquivos (CIA), membro da Seção de Associação Profissional (SPA/CIA) e a Associação Latino Americana de Arquivos (ALA), integrando também, na qualidade de conselheira, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) (MARQUES, 2007, p. 116).

Conhecer a história da AAB, criada em 20 de outubro de 1971, é importante, pois, além de liderar as conquistas do campo da Arquivologia, criou meios de divulgação do conhecimento científico.

Segundo Marques (2007), no período 1972-2014 a AAB foi responsável pela edição da revista *Arquivo & Administração.* Isso, por si só, justifica sua escolha como representativo do campo de conhecimento a ser aqui pesquisado.

[7]Para saber mais detalhes dos períodos de interrupções, acessar: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/revista-arquivo-administracao .

3.1 A retrospectiva do debate sobre os arquivos privados de natureza institucional no periódico *Arquivo & Administração* (1972-2014).

Pioneiras pesquisas sobre a história dos arquivos e da Arquivologia no Brasil (FONSECA, 2005; MARQUES, 2007; Santos, 2014; SILVA e ORRICO, 2015) apontam que a década de 1970 foi de extrema importância para estabelecer parâmetros que ainda hoje definem as questões arquivísticas no Brasil. Vários autores procuraram explicações, com base em estudo de associações profissionais ou de entidades custodiadoras de acervos, a respeito da trajetória acadêmico-institucional e profissional desse campo no País. Cada um dos autores acima indicados procurou explorar dimensões específicas e diferentes, no entanto convergem na busca por interpretações sobre a trajetória da área arquivística no Brasil.

Em relação ao período anterior à década de 1970, é preciso lembrar os estudos de Paulo Elian dos Santos (2014) sobre o processo de institucionalização da Arquivologia que ocorreu entre 1940 a 1970. O autor cita três iniciativas nesse campo: 1) a formação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP); 2) a criação do Sistema de Arquivos da Fundação Getúlio Vargas (FGV); 3) os esforços realizados pelo Arquivo Nacional para estabelecer laços estreitos com os conhecimentos produzidos, principalmente na Europa e Estados Unidos, que muito contribuíram para o campo arquivístico e para a formação dos profissionais de arquivo no Brasil.

Em fins da década de 1950, a proposta de *records manager* de Schellenberg começa a ganhar força entre os arquivistas brasileiros. Nessa época, José Honório Rodrigues, então diretor do Arquivo Nacional, convida Schellenberg para desenvolver estudos em profundidade dos problemas arquivísticos brasileiros. Dentre as inúmeras contribuições desse autor, constam a autorização de traduções de seus escritos e a cessão dos direitos autorais de suas obras. Em 1959, traduz “A avaliação dos documentos públicos modernos”. No ano seguinte, vem a lume o desafiador “Problemas arquivísticos do governo brasileiro”. Três anos mais tarde, também é vertido para o português a obra “Documentos públicos e privados: arranjo e descrição”. Em 1973, o clássico “Arquivos Modernos: princípios e técnicas” é

traduzido para o português por Nilza Teixeira Soares (SANTOS, 2014)[8]. Esse último livro apresenta um conjunto de técnicas e conceitos utilizados até os dias atuais e que em muito contribuiu teoricamente para inúmeros trabalhos práticos e teórico, em Arquivologia, desenvolvidos no país, sobretudo no que se refere à temática da gestão de documentos.

A década de 1970 foi de extrema importância para o estabelecimento de outros parâmetros que definem as questões arquivísticas no Brasil, como, a regulamentação da profissão de arquivista. Durante toda essa década, a AAB exerceu indiscutível liderança nas conquistas alcançadas, como reconhece Michel Duchein:

> Na falta de uma centralização ou de uma coordenação administrativa que abranja a totalidade dos arquivos no Brasil, existe no país, desde 1971, um órgão não-oficial que assume função notável neste campo. Trata-se da Associação dos Arquivistas Brasileiros, que conta atualmente com mais de 2 mil sócios (DUCHEIN, 1979, p. 28).

Uma das primeiras iniciativas da AAB foi lançar a revista *Arquivo & Administração*, em 1972, que, na perspectiva do fenômeno associativo, equivale a um instrumento de ação (SILVA; ORRICO, 2015, p. 88). Inicialmente de periodicidade trimestral, divulgava textos, notícias, fotos e informes sobre cursos e eventos. De 1972 a 1999, com várias lacunas anuais, publicou 35 edições, equivalendo a 57 volumes, em suporte impresso. Voltou a ser publicada em 2004, em edições *on-line* e em suporte impresso, com periodicidade variando entre semestral e anual.

A leitura dessa fonte indica que nela eram divulgados diferentes estudos relacionados à Arquivologia, inclusive aqueles sobre os arquivos de organizações privadas, como revela o texto a seguir:

> Sobre o horizonte da Administração dentro do campo arquivístico, o discurso da Associação dos Arquivistas Brasileiros é de constatação da emergência do reconhecimento por parte das empresas de que seus arquivos seriam importantes recursos administrativos, o que está presente neste enunciado, “são muitas as empresas particulares que, organizadas dentro de padrões racionais, não se descuidam de seus arquivos” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1972, p. 2). No projeto

[8]Bibliotecária do Serviço de Documentação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Obteve, em 1950, bolsa do governo norte-americano para frequentar cursos nas áreas de gestão de arquivos correntes e de administração de arquivos permanentes na American University. Atuou ainda como bolsista do Conselho Britanico na área de documentação publica junto ao Parlamento e ao Arquivo Nacional do Reino Unido. Fez Estagio Técnico Internacional de Arquivos promovido pelo Arquivo Nacional da Franca, em 1961 (SANTOS, 2014).

> corporativo, “a formação universitária propiciará profissionais competentes para cuidar dos arquivos, tornando-se eficientes instrumentos da dinâmica empresarial ou administrativa.” (AAB, 1973c, p. 5, *apud* SILVA; ORRICO, 2015, p. 91-92).

Considerando a vinculação dessa última temática, buscou-se captar nos editoriais e artigos da revista, no período de 1972 a 2014, as palavras-chave: *arquivos de empresas, arquivos na empresa, arquivos privados de pessoa jurídica, arquivos de empresas privadas, arquivos privados de empresas* e *arquivos de organizações privadas*, a fim de compreender como o tema era abordado. Por vezes, para ampliar o escopo da busca, também se procurou pelas referidas palavras separadamente.

No sentido de sistematizar essas informações, elaborou-se o Quadro 2[9], com base no levantamento dos exemplares disponíveis *on-line*, no período 1972-2014, sediados no site da Biblioteca do Arquivo Nacional, na Lista de Coleção “Arquivo & Administração”. Dos 57 exemplares apurados, textos de diferentes naturezas (editorais, artigos, depoimentos, entrevistas e notícias de eventos) tratam da temática “Arquivos empresariais/arquivos na empresa/ arquivos privados jurídicos”. Outro aspecto a ser sublinhado é que, embora tal tema tenha animado essa publicação em seus primeiros tempos, parece ter desaparecido nas fases mais recentes da revista. Em verdade, o tema deixou de ser abordado a partir da década de 1990.

A Tabela 1 apresenta, por década, o total de textos publicados no periódico da AAB, assim como aqueles que versaram especificamente sobre arquivos privados de natureza institucional. Em termos tanto de números totais de textos publicados como daqueles referentes ao tema desta pesquisa, a década de 1970 se destaca. A constatação mais importante, porém, é a de que o tema “arquivos privados de natureza institucional” sempre foi raro, tanto que no conjunto da história da revista da AAB não ultrapassou 2,5% do total das publicações, traduzindo, assim, uma vocação fortemente estatal da Arquivologia brasileira.

Os textos identificados compreendem os arquivos de empresas privadas como fonte de informação para os diversos setores dessas organizações. Parece-nos que o arquivo é colocado como instância informacional e gerencial, pois, “por

[9] Apresentado nas próximas páginas.

meio do Arquivo, o empresário poderá orientar o andamento dos negócios, controlar e coordenar as atividades da empresa, analisar os resultados obtidos, situando os documentos na condição de peças vitais para o bom andamento de toda uma estrutura.” (ABB, 1973, p. 6). Além disso, observa-se que nos exemplares elencados (QUADRO 2) havia a preocupação em formar e atualizar os profissionais nas técnicas de planejamento e organização de arquivos, notadamente na área empresarial privada. Quanto a isso, destacam-se, inclusive, os títulos dos cursos promovidos pela AAB.

Tabela 1 - Textos publicados no periódico Arquivo & Administração, 1972-2014

Década	Total de textos	Textos sobre arquivos privados de natureza institucional	% de textos sobre arquivos privados de natureza institucional
1972-1980	240	9	3,7
1981-1990	62	2	3,2
1991-2000	24	0	0
2001-2010	62	0	0
2011-2014	39	0	0
Total	**427**	**11**	**2,5**

Fonte: Elaboração própria, com base nos exemplares disponíveis *on-line* no site da Biblioteca do Arquivo Nacional na Lista de Coleção *Arquivo & Administração*.

Além de identificar tais enunciados, examinou-se o conteúdo de cada editorial e demais textos apresentados no Quadro 2, a fim de identificar como a gestão de documentos privados institucional era abordada nas publicações. Para além das palavras-chave presentes no conceito de gestão, entende-se que a presença das funções arquivísticas pode ser um indicativo do entendimento da gestão documental, já que há uma relação intrínseca entre ambas.

No trabalho “Arquivo na Empresa”, de abril de 1973, de Gilda Nunes Pinto, a atenção voltava-se para importância do papel dos arquivos na “Informática Gerencial”. Nessa perspectiva, o arquivo “deixou de ser um simples depósito de

papéis para ser um armazenamento de informações que deverão ser irradiadas, por meio de uma técnica especial, para os diversos setores da organização a que serve". Refletia-se também neste texto a respeito da importância da forma científica de tratar o arquivo

> Para que, no momento preciso, o administrador tenha em mãos as informações necessárias à tomada de decisões. Se não houver um meio científico de ordenar e guardar estas informações, será impossível recuperá-las no momento exato, o que viria prejudicar a finalidade principal desses documentos: prestar informações. (AAB, 1973, p. 6).

Quadro 2 - Enunciações da AAB sobre arquivos privados de natureza institucional, nos editoriais da revista Arquivo & Administração, 1972-2014.

Temática	Edição	Enunciados
Arquivos de empresa/ Arquivos na empresa/ /Arquivos privados de pessoa jurídica/ Arquivos de empresas privadas/ Arquivos privados de empresas/Arquivos de organizações privadas	Abr.1973	O arquivo na empresa (p. 6).
	Set.1973	Arquivos de empresas (p. 16); Testemunho: "Pode um arquivo organizado representar um bom investimento para uma empresa?" (p. 19); Know-how para modernizar sua Empresa (p. 26).
	Abr.1974 ex.2 Abr. 1974 Dez.1973 ex.2	Arquivos de Empresas (p. 29).
	Abr.1975 Dez.1974 ex.2	III Curso: Arquivo de Empresa (p. 20).
	Ago.1975 ex.2	IV Curso de organização de arquivos de empresa (p. 15); "Cochilos na Classificação" (empregada em organizações particulares) (p. 30).
	Abr.1978 ex.2 Abr.1978 ex.3 Abr.1978	Problemática atual dos arquivos particulares (p. 5).
	Maio/ago.1978	Arquivo *versus* empresa: uma briga de foice (p. 7).
	Set./dez.1981 Maio/ago.1981 ex.2	Os arquivos e a avaliação de documentos (2. Arquivos de Empresas, Econômicos e Sociais) (p. 16).
	Jul./dez.1986 ex.2	Reorganização de arquivos empresariais: um estudo de caso (p. 77).

Fonte: Elaboração própria, com base nos exemplares disponíveis *on-line* no site da Biblioteca do Arquivo Nacional na Lista de Coleção *Arquivo & Administração*.

Outro ponto abordado pende-se à importância da microfilmagem, naquele momento, compreendida como uma tecnologia avançada: "Estão sendo adotadas

técnicas mais modernas, compatíveis com o desenvolvimento da tecnologia − como Microfilmagem. A Microfilmagem é a solução para resolver os problemas causados por grandes volumes de documentos".

Na publicação do editorial de setembro de 1973, intitulado "Arquivos de Empresas", informa-se que a Associação dos Arquivistas Brasileiros realizou, de 2 de maio a 15 de junho de 1973, no Salão Nobre do Arquivo Nacional, um "Curso de Organização de Arquivos de Empresas". Com carga horária de 40 horas, seu objetivo era o de formar e atualizar pessoal administrativo, notadamente gerentes, supervisores, chefias e assessores de direção de empresas comerciais, industriais e bancárias. Quanto a esse evento, o mais importante é destacar que as matérias lecionadas no curso abordam a gestão documental no viés das funções arquivísticas.

> As matérias versaram sobre: arquivo como instrumento de informação; métodos de arquivamento; a documentação da empresa; análise da documentação do arquivo; movimentação de documentos; recuperação da informação; arranjo dos arquivos de custódia; descrição e referência dos arquivos de custódia; arquivo e computador; instalação, pessoal e equipamentos; avaliação, seleção e destinação de documentos; arquivos e as técnicas modernas. (AAB, 1973, p. 16)[10].

O número de inscritos e participantes: 40 alunos, que representavam empresas públicas, privadas e de capital misto. As organizações privadas e mistas participantes foram:

> Automóvel Club do Brasil;
>
> Bolsa de Valores do Rio de Janeiro;
>
> Companhia Brasileira de Energia Elétrica;
>
> Companhia Engenharia Indústria- CEIBRASIL;
>
> Construtora Brunet Ltda;
>
> Centro Educacional de Niterói;
>
> Furnas Centrais Elétricas S.A;
>
> H. Stern Comércio e Indústria S.A (AAB, 1973, p. 16).

[10]Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional). Lista de coleção *Arquivo & Administração*. Fundo: Associação dos Arquivistas Brasileiros − AAB. Código de referenciana base Sian: BR RJANRIO JA. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta9/acervo83141/83141_330.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

Vale ressaltar que, embora a proposta do curso contemplasse empresas privadas, a procura majoritária partiu de órgãos públicos: das 26 instituições inscritas, apenas oito (30,7%) eram de capital privado ou misto. Uma possível explicação para isso decorreu da divulgação desse evento. A pesquisa em 21 jornais diários e revistas semanais de São Paulo, principal centro empresarial do Brasil, não revelou notícia alguma a respeito do curso da AAB. Em relação ao Rio de Janeiro, sede do curso, a pesquisa em 23 jornais diários e revistas semanais indicou que apenas o "*Diário de Notícias*" noticiou o evento:

> Corra, porque, dia 25, é o último dia de inscrição para o Curso de Arquivo de Empresa promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros que fica lá na Praça da República, 26 e tem até telefone (252-2338). O Curso de realizará de dois de maio a 15 de junho, nas segundas, quartas e sextas-feiras, de 18h30min. às 20h30min. Serve para gerentes, supervisores, chefias administrativas, assessorias de direção e etc. também (DICAS DA SEMANA, 1973, p. 4).

O Arquivo Nacional o destacou em seu relatório anual, indício de sua divulgação nas instituições públicas. Além disso, reproduziu os títulos das aulas e as alterações na proposta inicial, excluiu o tema "Movimentação de documentos" e o acréscimo do conteúdo "Arquivo e Computador". O *Mensário do Arquivo Nacional-MAN* indicou, ainda, a distribuição dos conteúdos entre os professores que ministraram o curso:

> Aulas (Curso de Organização de Arquivos de Empresa):
>
> 1-O Arquivo como instrumento de informação. Profa. Marilena Leite Paes.
>
> 2-Problemas de Organização e Métodos. Prof. Jorge Gustavo da Costa.
>
> 3-A documentação da empresa. Prof. Arthur Ebert.
>
> 4-Métodos de Arquivamento. Prof[a] Regina Alves Vieira e Wilma S. Corrêa.
>
> 5-Análise da documentação do arquivo. Profa. Lourdes Costa e Souza.
>
> 6-Recuperação da Informação: Descrição e referência dos Arquivos de custódia. Profa. Leda de Ticiano Walker Naylor.
>
> 7-Arquivo e computador. Prof. Antonio Garcia de Miranda Netto.
>
> 8-Instalação. Profa. Hâmida Rodrigues Helluy.
>
> 9-Pessoal. Idem.
>
> 10-Avaliação, seleção e destinação de documentos. Profa. Gilda Nunes Pinto.

> 11-Equipamento. Profa. Hâmida Rodrigues Helluy.
>
> 12-Os arquivos e as técnicas modernas. Profa. Gilda Nunes Pinto. (MENSÁRIO DO ARQUIVO NACIONAL, 1974, p. 42).

O volume de 1973 foi publicou o “Testemunho do diretor presidente da Organização RUF”, empresa especializada em organização de arquivos. É interessante analisar o seguinte questionamento, avançado nesse texto, a respeito de “Quais as atribuições do Departamento Técnico de Arquivamento, Comunicação e Planejamento de sua Empresa?” (p. 19). Nele, o depoente relata que é atribuição deste “Departamento” são de orientar os clientes sobre as diversas possibilidades de arquivamento. Isto se refere não somente à infraestrutura, mas também à forma de arquivar (ordem alfabética, numérica, etc.).

Conforme foi possível observar, a atenção parecia voltar-se para os métodos de ordenamento comuns à Biblioteconomia, não relatando nenhuma outra questão referente à gestão documental arquivística. No artigo “*Knowhow* para modernizar sua Empresa”, o enunciado já destaca a importância do arquivo para a empresa como um *Know-how* (“saber como”), ou ainda, como um conjunto de conhecimentos práticos adquiridos por uma empresa, que traz para si vantagens competitivas.

> O Brasil só há pouco tempo parecer haver despertado para a complexa problemática dos arquivos. Em nosso país, os responsáveis pelo planejamento e organização de arquivos, dentre as dificuldades com que se defrontam, têm-se ressentido sobretudo da escassez de literatura especializada, em língua portuguesa, que enfoque objetivamente os aspectos peculiares da administração de documentos. O reconhecimento da importância dos arquivos, bem como o crescimento quantitativo dos documentos, passaram a exigir técnicas cada vez mais aperfeiçoadas para o efetivo controle da documentação produzida (AAB, 1973, p. 26).

O caminho para enfrentar as dificuldades com que as empresas se defrontam a respeito do planejamento, da organização e do efetivo controle da documentação produzida encontra-se no então recém-lançado livro de T. R. Schellenberg, “*Arquivos Modernos: princípios e técnicas*”.

> Conforme assinala a tradutora [deste livro], o maior mérito da obra está no tratamento integrado que Schellenberg dispensa à problemática arquivística. Preocupa-se com a constituição dos arquivos desde o momento em que são produzidos os documentos, passando pelos arquivos correntes, até o seu arquivamento definitivo nos arquivos permanentes ou de custódia.
>
> Na verdade, o destino dos documentos arquivados (ou arquiváveis) é passar por uma lenta evolução que os afasta mais e mais de seu objetivo

> originário. Com o transcorrer do tempo, embora possa diminuir o seu valor administrativo ou informativo, vai aumentando a sua importância como documentação histórica. Assim, não se pode considerar o arquivo como uma dupla independente e separada de compartimentos estanques: arquivos correntes ou administrativos e arquivos permanentes ou históricos.
>
> Na realidade, são pura e simplesmente um todo, em processo de transformação, e como tal devem ser tratados (AAB, 1973, p. 26-27).

A leitura desse livro, como uma literatura especializada, é indicada como um caminho para as organizações privadas lidarem com o aumento do volume e da complexidade dos documentos, ressaltando os serviços arquivísticos como indispensáveis ao eficiente desempenho das atividades administrativas. Aqui, salienta-se que a gestão documental deveria ser difundida tanto em órgãos governamentais como em empresariais, privadas ou de capital misto.

O texto “Currículo Superior de Arquivo”, de abril de 1974, é indica que além da habilitação geral como “Arquivologista”, as instituições poderiam criar habilitações específicas (Arquivos Históricos, Oficiais, Empresariais, Escolares, Científicos, etc.). O volume dedicou uma seção ao segundo curso de organização de arquivos de empresas que contou com a participação de 20 alunos, representando empresas públicas e privadas. Nesse curso é possível verificar a presença das novas ideias de gestão documental e de arquivos permanentes, tendo em vista o emprego dos termos “Avaliação”, “Seleção”, “Destinação dos Documentos”, “Arranjo” e “Descrição”. Talvez isso se relacione a difusão do livro de Schellenberg.

> O programa versou sobre os seguintes temas: O Arquivo como Instrumento de Informação; Problemas de Organização e Métodos; A Documentação Fiscal da Empresa; Análise da Documentação do Arquivo; Avaliação, Seleção e Destinação dos Documentos, Movimentação de Documentos; Métodos de Arquivamento; Pessoal; Instalação e Equipamentos; Arranjo e Descrição dos Arquivos de Custódia; Recuperação da Informação; Os Arquivos e as Técnicas Modernas, Arquivo e Computador e Racionalização do Fluxo dos Documentos.
>
> Além das aulas o programa incluiu visita aos arquivos de FURNAS — Centrais Elétricas, demonstração de equipamentos modernos e um painel de avaliação (AAB, 1974, p. 29).

Os volumes da revista de abril e de agosto de 1975, um curso sobre “administração de arquivos de empresas” (edições: III e IV). Na verdade, a pesquisa em periódicos da grande imprensa revelou que esse tipo de cursos não havia deixado de ocorrer. Em 1974, embora não noticiado no periódico da AAB, tal evento foi divulgado no “*Jornal do Commercio*”, ora aparecendo como “Curso de Arquivista”,

ora como “Curso intensivo para Gerentes e Supervisores”, conforme revelam as citações a seguir:

> CURSO DE ARQUIVISTA
>
> Estão abertas até a próxima quarta-feira as inscrições do Curso promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros, a realizar-se de 14 a 18 do corrente, para gerentes, supervisores, chefias administrativas, assessorias de direção e elementos do Poder decisório das empresas comerciais, industriais e bancárias. O curso será realizado de segunda à sexta-feira, no horário de 9 às 18 horas, na sede da Associação, na Praça da República, 26, não tendo fins lucrativos, constituindo-se em serviço e colaboração prestados ao setor empresarial para solucionar os seus problemas em matéria de documentação (JORNAL DO COMMERCIO, RIO DE JANEIRO – ANO 148 – N^{O} 75- SÁBADO, 5 DE JANEIRO DE 1974, p. 8).
>
> Serão abertas inscrições para o Curso intensivo para Gerentes e Supervisores promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (Praça da República, 26) (JORNAL DO COMMERCIO, RIO DE JANEIRO – ANO 149 – N 79- QUINTA-FEIRA, 10 DE JANEIRO DE 1974, p. 16).

Especificamente na sua edição de agosto de 1975, o periódico da AAB publica que a Associação dos Arquivistas Brasileiros deu mais um passo na escalada para valorizar a atividade arquivística: um encontro de pessoal de empresa e de serviço público, para juntos, estudarem os arquivos especializados em plantas, desenhos e mapas, reconhecidos na época como “arquivos técnicos”. Informações da grande imprensa também mostram que esse curso passou a ter duração bem menor – apenas cinco dias – e passou a exigir pagamento da inscrição. Essa última mudança diminuiu o número potencial de inscritos, enquanto a primeira viabilizou sua continuação ao longo do tempo, conforme uma vez mais, é possível ler no “*Diário de Notícias*”:

> Um curso sobre o planejamento e organização de arquivos de empresas será promovido, de 3 a 7 de novembro, pela Associação dos Arquivista Brasileiros. O curso terá a duração de 35h de atividades de aulas, sessões de estudo, debates e visitas, diariamente em 2 turnos: das 9 às 12 horas e das 13h30min às 17h30min. Os interessados poderão se inscrever, até o dia 24 de outubro, na Associação dos Arquivistas Brasileiros, na Praça da República, 26, 3^{o} andar, pagando uma taxa de Cr$ 1.500,00, sendo que associados gozam de desconto de 15% que também será concedido aos que, na inscrição, se tornarem associados, efetuando o pagamento da anuidade. (BOLETIM, 1975, p. 8).

Anúncios dos anos seguintes, abaixo reproduzidos, mostram a consolidação desse treinamento:

> A Associação dos Arquivistas Brasileiros realizará, de 14 a 18 de agosto, um curso de Organização de Arquivos de Empresas. Informações na secretaria da entidade- Praia de Botafogo 186, sala B217 (JORNAL DO

> COMMERCIO, Rio de Janeiro – Ano 151- N^{O} 239- quarta-feira, 19 de julho de 1978, p. 14).
>
> CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS DE EMPRESA.
>
> Promoção da Associação dos Arquivistas Brasileiros, de 26 a 30 de maio. Inscrições na sede da AAB, à Praia de Botafogo, 186 – sala B-217. Telefone 246-6637. (CURSO DE APERFEIÇOAMENTO, 1980, p. 7).

O texto “Cochilos na Classificação” de Maria Luzia Dannemann merece atenção, na medida em que destaca que a classificação de Melvil Dewey continuava a muito empolgar dirigentes de empresas que, frequentando bibliotecas, viam com que facilidade as “meninas"– ou seja, as bibliotecárias – encontravam as obras solicitadas. Por essa razão, pelas quais muitos deles optaram, sem qualquer exame, por implantar em arquivos empresariais a classificação de assuntos criada pelo grande bibliotecário norte-americano.

> Daí algumas calamidades encontradas quando se realizou a revisão do arquivo de uma grande empresa. 1) Uma carta onde o remetente noticiava: “Revista Militar organizada para festejar a passagem de uma data nacional...” foi classificado em “Publicações; 2) Telegrama de um visitante europeu, de regresso a seu país, dizia: “Ao transpor o Equador quero mais uma vez agradecer as homenagens recebidas...” foi classificado em “República do Equador”. 3) A referida empresa, com grande número de empregados, estava construindo um teatro para recreação deles e suas famílias. Ao receber a proposta do fornecimento de cadeiras, bancos e estantes, essa trazia como títulos “Peças para o teatro”. É fácil deduzir que nesse arquivo muitos papéis e documentos nunca foram encontrados e culminou com a necessidade urgente de uma completa revisão (AAB, 1975, p. 30).

A autora alega, com razão, que a classificação por assunto não deve ser a base de classificação de documentos arquivísticos, conforme ela alega dizer aos iniciantes na função de arquivistas: “Em arquivo podemos adotar a técnica de Dewey, mas não a sua classificação (AAB, 1975, p. 30).” Ou seja, já existia a consciência da “classificação” como uma função própria do campo da Arquivologia e os desastres informacionais causados pela adoção de critério técnicos da biblioteconomia na gestão documental.

No v. 6, n. 1 de 1978, o texto “Problemática atual dos arquivos privados”, assinado por Heloísa Liberalli Bellotto é outro momento de ênfase sobre a temática dos arquivos privados, tendo em vista as dimensões do estudo, que ocupou várias páginas da publicação da AAB, e a repercussão que ele teve no campo arquivístico. A intenção dessa autora era discutir as questões em torno dos chamados “arquivos

particulares". Para isso, em um primeiro momento, o enfoque volta-se para definição/conceituação do que são os "arquivos privados". Esses últimos são assim definidos: "Arquivos econômicos, sociais e privados (de pessoas) são as modalidades em que se apresentam os arquivos particulares". Em um segundo momento, o foco voltava-se para a importância deste tipo de arquivo para a pesquisa histórica.

> Ora, é evidente que certos aspectos econômicos, sociais, técnicos e científicos só poderão ser verdadeiramente esclarecidos se o pesquisador puder contar com um material para além das fontes oficiais, isto é, as existentes nos arquivos públicos, decorrentes das atividades dos respectivos órgãos estatais. Arquivos de empresas técnicas, agrícolas, industriais, de transportes, comerciais e financeiras, assim como de associações de classe, sindicatos e movimentos de trabalhadores, etc. são fundamentais à história econômica e social. [...].
>
> O arquivo particular, portanto, seja na sua modalidade de arquivo econômico, social ou privado, isto é, o de pessoa física, possibilita um campo específico de pesquisa, notadamente na história contemporânea, de inestimável valor (AAB, 1978, p. 5-6).

O texto prossegue buscando refletir também sobre a relação orgânica dos conjuntos de documentos produzidos por entidades ou por pessoas no curso de suas atividades, bem como enfatiza que os problemas principais em relação aos arquivos particulares têm sido, em primeiro lugar, "o acesso". Bellotto faz uma longa explanação de como procedem alguns países em relação aos "arquivos econômicos", concluindo que à medida que é oneroso e incômodo para as organizações médias manter seu próprio arquivo permanente (problema que talvez não ocorra para as grandes empresas), a solução parece ser realmente que uma entidade de classe ou de pesquisa universitária possa congregar tais arquivos (AAB, 1978).

Essa publicação reconhece, ainda, a importância da preservação e da divulgação dos arquivos particulares:

> [...] Na medida das oportunidades que aparecem no desempenhar de nossas funções arquivísticas, procurar dissipar as desconfianças dos proprietários dos arquivos econômicos, sociais e privados de interesse para a história local e nacional, convencendo-os de que a instituição que pretende custodiar aqueles arquivos não deseja imiscuir-se em questões que não sejam de caráter de pesquisa histórica. (AAB, 1978, p. 9).

O texto de Bellotto se volta para esclarecer o que são os arquivos privados. Ele, aparentemente, não tinha pretensão de discutir a gestão de

documentos, mas sim tornar claro a relevância, inclusive para a pesquisa acadêmica, dos “arquivos particulares”.

Na publicação de agosto de 1978, o artigo de Maria Amélia Gomes Leite, “Arquivos versus empresa: uma briga de foice” é um depoimento sobre o processo de organização de um arquivo de empresa. A intenção dessa autora é o de mostrar a dificuldade de mudança de cultura dentro de uma organização e, em razão disso, os motivos do fracasso de experiências de implantação de serviços arquivísticos. Ao mesmo tempo, alertava para os problemas de implementação de políticas de gestão e se era possível sistematizar e transmitir, através de vivências profissionais específicas, formas de superar ou contornar esses problemas. Somando a isso, o texto abordou um aspecto comum a todos os arquivos (e muito especialmente os empresariais): as barreiras e dificuldades que se criam a cada passo quando tenta-se transformá-los em arquivos que efetivamente refletem a estrutura da empresa, agindo como uma unidade de planejamento, e ganho de eficiência administrativa (AAB, 1978).

Na revista publicada em 1981, v. 9, n. 3, o artigo “Os arquivos e avaliação de documentos”, merece ser destacado. As reflexões desse volume versavam sobre os critérios gerais de seleção e avaliação arquivísticas, realçando o caráter interdisciplinar das mesmas, tendo em vista as dificuldades de se determinar o valor dos documentos pela subjetividade que esta atividade encerra. Constata-se que o volume prioriza a discussão no âmbito dos arquivos públicos. Porém, Nilza Teixeira Soares, no texto “Os arquivos e a avaliação de documentos (p. 16)”, chama atenção que as empresas privadas, naquele momento, pareciam já estar mais atentas à “avaliação” enquanto uma função arquivística. Ela explica essa questão mais detalhadamente, na seguinte passagem:

> Embora Helena haja contra-argumentado, mostrando que os exemplos anotados são principalmente de caráter privado, eu diria que nós na realidade estamos atentos ao papel que representam os arquivos de empresas privadas para as pesquisas de ordem econômica e social. [...].
>
> Quanto à avaliação de documentos, seria procedente que nos ativéssemos aos arquivos oficiais, pois, na verdade, as empresas privadas estão muito atentas aos problemas de relações jurídicas para com o Estado, com seus clientes e empregados, e conhecem bem os valores legal e fiscal que os documentos apresentam, pois sabem o que representa em termos de prejuízo financeiro não se munirem das necessárias provas, para eventuais questões. Sabem por quanto tempo podem ser os documentos úteis para

> comprovações em juízo ou junto aos órgãos de tributação, aos órgãos fiscais.
>
> Quanto à guarda de documentos inúteis, as empresas também são mais criteriosas que os órgãos públicos, pois dimensionam o que representa em custo a manutenção de depósitos. Nos órgãos públicos, é sabido, não existe a preocupação da redução de custos e despesas inúteis [...] (AAB, 1981, p. 16).

Ainda no ano de 1981, no v. 9, n.1, é divulgado sobre o curso "O microfilme e o Arquivo Moderno" ofertado pela AAB. Dentre a programação do curso, do núcleo regional de Brasília, tem-se

> A microfilmagem nos arquivos correntes, intermediários e permanentes. Aplicação técnica nos arquivos públicos institucionais, comerciais e pessoais. Preparação da documentação para microfilmagem (AAB, 1981, p. 18).

Percebe-se uma denominação diferente do abordado até então: o arquivo privados de natureza institucional é denominado como arquivo "comercial".

Prosseguindo nessa análise é importante explorar o volume de julho a dezembro de 1986. Chama-nos a atenção o texto "Reorganização de arquivos empresariais: um estudo de caso", de Léa de Aquino, que discute o processo de gestão de documentos, através de sistemas de informação, visto a partir da complementaridade entre a teoria das três idades. A autora frisa que

> A integração dos arquivos aos sistemas de informação das empresas poderá ser alcançada, mas rapidamente, na medida em que os arquivos estejam preparados para utilizar os modernos recursos que a tecnologia da informação vem colocando à sua disposição, com destaque para o vínculo computação-micrografia. A Gestão de Documentos é apresentada como um caminho técnico para a organização dos serviços de arquivo. Examina procedimentos técnicos adotados em operações dos subsistemas de transferência/avaliação, arquivos correntes, arquivo intermediário, arquivo permanente e microfilmagem [...] (AAB, 1986, p. 77).

É importante enfatizar como se refletia, naquele momento, o uso da tecnologia −no caso os sistemas de informação e a integração dos arquivos. Em outras palavras, constata-se que existia uma preocupação de preparar os arquivos para utilizar os recursos da tecnologia da informação. A chegada da tecnologia da informação às organizações, fossem elas privadas ou públicas, trouxe novas metodologias e novas formas de entender os documentos de arquivo, procedimentos que entraram eventualmente em conflito com os princípios da Arquivologia e foram danosos para organização ou preservação dos arquivos de empresas.

Portanto, é importante sublinhar que o debate sobre arquivos privados de natureza institucional, desde a década de 1970, esteve presente no campo da Arquivologia no Brasil, através da AAB, sendo divulgado na revista *Arquivo & Administração*. Depreende-se, ainda, a partir dessa investigação que, em comparação ao debate sobre os arquivos públicos, os arquivos privados de natureza institucional aparecem de forma específica e numericamente de forma bastante reduzida.

Compreender como o tema arquivos privados de natureza institucional esteve presente no periódico *Arquivo & Administração* e como é abordado no campo teórico da Arquivologia no Brasil pode contribuir não somente com a história da Arquivística, mas também em uma perspectiva inversa: a Arquivística segundo a sua história (MARQUES, 2007).

A evolução da Arquivologia, como a de qualquer outra área do conhecimento, não é linear. Há avanços e recuos, concorrências teóricas e metodológicas e declínio ou expansão de enfoques temáticos, e assim por diante. A recuperação dessas experiências históricas – em particular a da AAB e de seu periódico – pode auxiliar na escrita de “histórias não contadas” dos pioneiros e fundadores da Arquivologia no Brasil. Tal recuperação pode também significar a reatualização dessas experiências, abrindo caminho para inovações, inclusive no que diz respeito aos arquivos privados de natureza institucional.

Tendo em vista essa última dimensão, chama a atenção o fato de o tema dos “arquivos de empresas privadas” desaparecer do periódico da AAB, a partir de 1990. Há vários elementos que talvez ajudem a entender essa evolução, cabendo ressaltar pelo menos dois deles: o impacto da Ciência da Informação no campo teórico da Arquivologia, alterando a eleição de objetos de pesquisa, assim como as mudanças legislativas, com a promulgação da Lei N. 8.159/91, denominada “Lei de Arquivos”, que em muito revalorizou o debate teórico em torno dos arquivos públicos, como protagonistas na implantação de políticas arquivística e de sistemas nacionais, estaduais e municipais de arquivos.

No início deste capítulo, Marques (2007) chamando a atenção que ao longo da história dos diferentes departamentos de biblioteconomia, a mudança dos seus nomes para departamentos de documentação, depois departamentos de CI, abrigando cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia nas Universidades,

revelam questões políticas, institucionais e não necessariamente coincidem com questões teórico epistemológica e tão pouco respeitam ou pelo menos reconhecem a precedência histórica da Arquivologia em relação a CI.

Essas questões políticas e institucionais e o não reconhecimento da precedência histórica da Arquivologia em relação à CI −, ou seja, o impacto da Ciência da Informação no campo teórico da Arquivologia − parece clara quando realizamos o cruzamento das fontes Revista Arquivo & Administração (revista mais antiga de Arquivologia, que datada de 1972) e a Revista *Ciência da Informação* do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) (revista mais antiga de CI, datada de 1972).

O primeiro fascículo da revista da *Ciência da Informação* foi

> lançado em 1972 e representa um marco não somente na área, mas para o próprio Instituto [IBICT]. Essa foi a década de criação de programas de pós-graduação brasileiros, inclusive o de Ciência da Informação do Ibict, em 1970, o primeiro mestrado nesse campo do conhecimento no Brasil e na América Latina, e fase em que circulavam ainda poucos periódicos científicos em nosso País (PINHEIRO, 2016, documento *on-line*).

Embora a revista *Ciência da Informação* exista desde 1972, o primeiro texto sobre arquivologia foi publicado na revista em 1993: “Arquivópolis: uma utopia pós-moderna, do autor Luiz Carlos Lopes”. Vale lembrar que segundo Esposel (1994, p. 39) até a década de 1970, o único curso regular era o CPA, ministrado pelo AN, de 1960 a 1977. Sendo que até 1993 já existiam os cursos de bacharelado em Arquivologia no Brasil sendo ofertados por: UNIRIO, criado em 1973 nas dependências do Arquivo Nacional e, inicialmente, com mandato universitário na UFRJ; Universidade Federal de Santa Maria, criado em 1977; Universidade Federal Fluminense, criado em 1978 e Universidade Federal de Brasília criado em 1991. No entanto, parece que a Arquivologia ganha cena na revista em questão somente na década de 1990. Ano também da promulgação da Lei de Arquivos.

Alvares e Pinheiro (2017) abordam o total de textos publicados sobre Arquivologia na *Revista Ciência da Informação*, de 1972 a 2017, assim como aqueles que versam especificamente sobre arquivologia. Percebe-se que em termos de textos publicados sobre a questão abordada, a década de 1990-2000 se destaca, período da criação da Lei 8.159 e de alguns dos cursos de ensino superior em Arquivologia no Brasil: “Universidade de Brasília, criado em 1991; Universidade Federal da Bahia, criado em 1997; Universidade Estadual de Londrina, criado em

1998; Universidade Federal do Espírito Santo, criado em 1999; e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, criado em 2000 (SILVA, 2014, p. 204).

Nota-se ainda que a temática sobre a importância da documentação da empresa e da informação para tomada de decisão no ambiente empresarial são temas que aparecem na revista. Parece-nos que há uma ênfase da informação desprendida do seu suporte e do seu contexto de produção, por isso o "não uso" da palavra documento ou documento arquivístico.

Compreende-se que no período de 1972 a 2014 a revista *Arquivo & Administração* publica, aproximadamente, um total de 427 textos que versam sobre arquivos e Arquivologia. Neste mesmo período, segundo, Alvares e Pinheiro (2017) a Revista de Ciência da Informação publica aproximadamente, um total de 942 artigos em 113 edições, sendo que apenas 5 autores utilizam como palavra chave "arquivologia[11]". Parece-nos claro através dessa análise que por questões políticas e institucionais, não há o reconhecimento da precedência histórica da Arquivologia em relação a CI.

Como pontua Marques (2007), a criação da AAB propiciou a realização do I Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA) em 1972. De mesmo caráter, outros quatorze encontros foram realizados de 1972 a 2006 em diversas cidades brasileiras. Nesse sentido, averiguar as edições CBA, bem como as suas temáticas, faz-se necessário.

Quadro 3 - Temáticas do "Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA)" de 1972 a 2012

(Continua)

Edição	Temática	Data	Local
I	Centrada nos aspectos histórico e cultural dos arquivos, além de sua função social; discutir a Arquivologia sob o ponto de vista acadêmico; debater a formação do arquivista e do técnico em arquivo; e promover discussões sobre microfilmagem e arquivo médico.	15 a 20 out. 1972	Rio de Janeiro - RJ
II	Examinar e definir as condições dos arquivos de imprensa; discutir a problemática dos arquivos empresariais; estudar a situação dos Serviços de Arquivo Médico e Estatístico no Brasil; e divulgar informações técnicas relativas aos arquivos.	24 a 29 nov. 1974	São Paulo - SP

[11] Ver pesquisa de Alvares e Pinheiro (2017, p. 27).

(Conclusão)

III	O Arquivo como fator de desenvolvimento cultural.	17 a 22 out. 1976	Rio de Janeiro - RJ
IV	Os arquivos e sua utilização	14 a 19 out. 1979	Rio de Janeiro - RJ
V	A arquivologia e a realidade brasileira	17 a 22 out. 1982	Rio de Janeiro - RJ
VI	Arquivos: política, administração e cultura	13 a 18 abr. 1986	Rio de Janeiro - RJ
VII	Nova Arquivística: administração de documentos, informática e acesso à informação	12 a 16 jun. 1988	Brasília - DF
VIII	Arquivologia e gestão da informação: tecnologias e perspectivas	14 a 20 out. 1990	Salvador - BA
IX	O arquivista na era da informação	18 a 22 out. 1992	Santa Maria - RS
X	Rumos e consolidação da Arquivologia	27 nov. a 2 dez. 1994	São Paulo - SP
XI	Dimensões emergentes da Arquivologia no Brasil	22 a 25 out. 1996	Rio de Janeiro - RJ
XII	Os desafios da Arquivologia rumo ao terceiro milênio	15 a 19 jun. 1998	João Pessoa - PB
XIII	Os arquivos e o descobrimento de um novo Brasil	17 a 20 out. 2000	Salvador - BA
XIV	A Arquivologia e a construção social do conhecimento	23 a 28 abr. 2006	Rio de Janeiro - RJ
XV	A Arquivologia no Brasil: diversidades, desigualdades e perspectivas	30. jun.a 4 jul. 2008	Goiânia - GO
XVI	O lugar do arquivo	24 a 27 ago. 2010	Santos - SP
XVII	Preservação, Acesso, Difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI	18 a 22 jul. 2012	Rio de Janeiro - RJ

Fonte: Elaborada pela própria autora, com base nas informações de Melo; Cardoso (2018) e Marques (2007).

O Quadro 3 apresentado acima evidencia as temáticas do CBA, bem como as cidades que ocorrem os eventos. O eixo Rio de Janeiro e São Paulo são predominantes enquanto cidades que sediaram o evento, revelando, mais uma vez, a centralidade das discussões em relação à área geográfica do país. O fato do Rio de Janeiro ser preponderante, como cidade sede do evento, pode ser em função de os primeiros cursos da Arquivologia aí estarem sediados, bem como devido às

presenças do Arquivo Nacional, da Associação dos Arquivistas Brasileiros, do DASP e da FGV.

A razão de o estado de São Paulo também estar muito presente como sede justifica-se, muito provavelmente, pela existência do Arquivo Público de São Paulo (1892), do Núcleo da Regional da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB-SP), extinto, juntamente com os demais núcleos regionais daquela entidade, em 28 de julho de 1998, e do Programa de Pós-graduação em História Social (1971) da USP. A presença de pensadoras importantes, como as professoras Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Belloto, também pode ser considerada um indício[12].

Nota-se que o CBA contribuiu muito para os debates e discussões acerca da área. Ao que nos parece, a padronização de temas ocorre da terceira edição para frente, sendo que as duas primeiras edições não contemplam temáticas específicas.

A segunda edição do CBA, que ocorreu de 24 a 29 de janeiro de 1974, em São Paulo, tem como temática “Examinar e definir as condições dos arquivos de imprensa, discutir a problemática dos arquivos empresariais, estudar a situação dos Serviços de Arquivo Médico e Estatístico no Brasil e divulgar informações técnicas relativas aos arquivos.” (MELO e CARDOSO, 2018). Nesta edição, chama atenção que, “segundo Astréa de Moraes e Castro, a proposta do II CBA para realização do Ano Internacional dos Arquivos foi reformulada pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).” (GOMES, 2014, p. 112).

Nos Anais do II CBA, localizado na Biblioteca Nacional[13], relata-se que no dia 28 de novembro de 1974, de 14h às 16h, dedicou-se a “Sessão Plenária: A importância dos arquivos na empresa, tendo como relatores confirmados: Gilda Nunes Pinto; Arthur Ebert; Helena Corrêa Machado; Celita Pereira Godim; Anna da Soledade Vieira. Gilda Nunes Pinto apresentou o trabalho intitulado “O arquivo empresarial”, que está dividido em cinco tópicos, sendo eles: A importância do arquivo empresarial; Seleção de documentos a serem arquivados; Escolha dos métodos de classificação e sistemas de arquivamento e Escolha de pessoal e Técnicas modernas.

[12] Como bem lembrado pela Professora Dr.ª Ivana Parela, a presença marcante da Associação dos Arquivista de São Paulo (registrada em 17 de novembro de 1998), pode ser um indício do estado de São Paulo sediar por mais de uma vez o CBA.
[13] Sobre a fonte localizada na Biblioteca Nacional, ver Anexo F.

No primeiro tópico, “1- Importância do Arquivo Empresarial”, a autora chama atenção para o processo das organizações, a racionalização e método do trabalho. A autora alerta que

> As possibilidades de êxito [de uma empresa] se baseiam, hoje, em uma cuidadosa programação do trabalho e um conhecimento preciso das datas que não podem ser confiado à memória do executivo e sim a um perfeito sistema de arquivamento. Toda a organização - [...] - tende a transformar-se em uma coleção de papéis, estatísticas, faturas, cartas, que vão se acumulando no decurso das operações, criando um sério problema no manuseio dos arquivos. Todo esse trabalho deve ser feito com método, ordem e precisão, desenvolvendo-se um sistema para selecionar o que deve ser inserido nessa “memória coletiva” que é o arquivo, incluindo-se só aquilo que verdadeiramente interessa a organização, podendo-se achá-lo rapidamente, no momento em que seja necessário, dispendendo-se o menor esforço possível. (PINTO, 1974- II CBA, p. 1).

Já se apresentava a ideia de sistema de arquivamento. Também se colocava o rigor do trabalho baseado em método, ordem e precisão. Importa salientar, ainda, a vinculação de memória coletiva com arquivo.

No segundo tópico, “2- Seleção dos documentos a serem arquivados”, importa pensar como a noção de avaliação já estava sendo apresentada, pois

> É fisicamente impossível conservar tudo: todo o cuidado deve ser empregado no sentido de se guardar o mais importante. Isso significa avaliação inteligente e seleção deliberada. A seleção não é apenas desejável como inevitável; e não se deve demorar muito a fazê-la. [...] Uma vez espalhados num depósito de documentos, a avaliação dos itens individuais é difícil e incerta, enquanto a reunião do todo é tarefa longa e custosa, se não impossível. O arquivo de uma empresa já não é mais aquele depósito empoeirado onde se colecionam velhas faturas e correspondência inútil, mas algo vivo e integrado na vida cotidiana da organização, o armazém da matéria prima” na qual se baseia o trabalho do núcleo diretivo.[...]
>
> Só assim as informações que dele constam poderão ser irradiadas par os diversos setores da organização a que serve. Por meio do arquivo, o empresário poderá orientar o andamento dos negócios, controlar e coordenar as atividades na empresa, analisar os resultados obtidos, situando os documentos na condição de peça vitais para o bom andamento de toda uma estrutura. (PINTO, 1974- II CBA, p. 1).

O tópico seguinte, intitulado “Escolha dos métodos de classificação e sistemas de arquivamento”, parece não estar claro a noção de classificação, ficando o exposto mais próximo dos métodos de arquivamento. Observa-se ainda a ideia de descentralização do arquivo. Vale destacar:

> Cada método de classificação é especialmente recomendável para determinadas aplicações e não é possível dizer-se, em termos absolutos e dentro de um ponto de vista geral, qual seja a classificação melhor e mais aconselhável. Portanto, o método de classificação a ser adotado no arquivo,

> depende de um estudo profundo de cada caso específico [...]. Ao efetuar a escolha de um método de classificação, deve-ser levar em conta o seguinte:
>
> a)que o sistema adotado seja o mais simples possível;
>
> b)que deve facilitar ao máximo o arquivamento dos documentos, na sua busca e transferência para o arquivo inativo;
>
> c)que devem ser consideradas as exigências das diversas seções, as necessidade externas e, dentro do possível, as necessidade futuras para não nos vermos obrigados a modificar, posteriormente, a forma de arquivamento.
>
> Normalmente não convém montar um arquivo para todos os documentos da empresa, mas sim dividí-lo em grandes grupos. Para cada grupo pode ser oportuno manter um sistema particular de arquivamento.
>
> Porém as diferenças entre os grupos terão que ser mínimas e se procurará a máxima unificação possível dos critérios adotados. (PINTO, 1974- II CBA, p. 1).

Ainda nesse tópico 3, a presença de sistema de arquivamento vale destaque. O sistema de arquivamento já estava pensado em um viés informático conforme apresentado a seguir.

> Na escolha dos sistemas devemos observar os seguintes pontos:
>
> - o sistema deve ser simples;
> - o sistema deve ser flexível;
> - o sistema deve permitir expansões.
>
> De modo geral, qualquer sistema de arquivamento, não importa qual seja, pode apresentar resultados satisfatórios se for aplicado adequadamente. A insuficiência do arquivamento deve-se, mais frequentemente, as falhas humanas do que as falhas do sistema. (PINTO, 1974- II CBA, p. 2).

No quarto tópico, “Escolha do pessoal”, apesar de o foco estar na pessoa responsável pelos documentos, o arquivo é visto como fonte de informação. Pontua-se a necessidade de qualificar os colaboradores a ponto de torná-los em arquivistas.

> Essa responsabilidade vai depender de uma série de fatores entre os quais a dimensão da empresa. O Supervisor do arquivo estabelecerá o procedimento a ser adorado no manuseio e controle dos documentos, disciplinando o assunto em toda a organização. Para poder agir com a máxima eficiência, deverá manter-se atualizado, conhecendo os métodos mais modernos, treinando seus colaboradores, desenvolvendo neles as qualidade necessárias a transformá-los em bons arquivistas. (PINTO, 1974- II CBA, p. 2).

No tópico 5, “Técnicas Modernas”, a ênfase volta-se para a Microfilmagem e suas vantagens. Apontou-se a microfilmagem como solução para os grandes volumes de documentos, vantagens de segurança e economia de custos. Chama a atenção o fato de o arquivo empresarial ser encarado como um centro de informações ativo e atuante. Ocorreu-nos que o arquivo privado institucional parece já nessa época ganhar força, apenas como um valor de informação, bem pouco apresentado e discutido a noção do arquivo assumindo o valor também de prova (valor de prova pensado no valor primário do documento). A autora enfatiza

> Lembramos que a informação é o “único meio de previsão para a direção de uma empresa”, está visto que o conceito de informação é algo muito dinâmico. Como tal, o arquivo deve ser encarado como um centro de informações ativo e atuante e deve ser organizado a tal modo que as informações sejam disponíveis no próprio local de consulta. Assim, mesmo que o arquivo seja centralizado, as informações podem ser dirigidas rapidamente à mesa do administrador, se lançarmos mão dos recursos que nos oferece a tecnologia como sejam: comunicações por circuitos fechados de televisão, telecopiadoras, projéteis de ar comprimido, etc. Não basta saber-se da existência de uma informação sem saber onde ela existe e se não pudermos recuperá-la no momento em que é solicitada. A rapidez é essencial nos tempos modernos. (PINTO, 1974- II CBA, p. 3).

Na conclusão do texto chama-se a atenção para o movimento revolucionário que ocorreu em 1974 em relação aos arquivos brasileiros, tirando-os da condição de depósito e atribuindo-lhes a função de centros de informações. Havia também a preocupação dos administradores com a reformulação de seus arquivos.

> O mesmo movimento revolucionário que houve em 1940, nas Bibliotecas, transformando-as, de simples depósitos de livros em centro de informações, está se verificando, em 1974, nos arquivos brasileiros. A atuação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, a criação de um Curso, no Arquivo Nacional considerado de nível superior, a preocupação dos administradores na reformulação de seus arquivos, vem trazer um novo alento ao nosso trabalho. É preciso que as autoridades se conscientizem do importante papel que cabe ao arquivo na meta de nosso desenvolvimento. É preciso que ele seja olhado na sua verdadeira dimensão e colocado no seu devido lugar: que seja retirado do estado de abandono e desprezo em que ainda se encontra em alguns locais e que se faça lembrado em toda a sua importância pois, segundo Camilo Castelo Branco: “Há uma coisa mais aviltante que o desprezo: é o esquecimento.” (PINTO, 1974- II CBA, p. 4).

Em 28 de novembro de 1974, das 16h às 18h, ocorreu a “Sessão Plenária “Critério para eliminação de documentos”, tendo como relatores confirmados: José Lázaro de Souza Rosa; Nilza Teixeira Soares; Salvandir Ferreira Lima (CBA,

1974)[14]. Este pode ter sido um ponto importante para o fato de os arquivos empresariais não ganharem grande repercussão no campo teórico.

> Quando apresentou a sua comunicação Critérios de eliminação de documentos, no II Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1974, em São Paulo, fui testemunha do imenso sucesso de sua proposta, pois tão importante setor do que-fazer arquivístico ainda era pouco abordado e pouco aplicado no Brasil. Tal sucesso tanto repercutiu que chegou ao ponto desse congresso ser, hoje em dia, ícone na área, em virtude das suas contribuições. Dessa forma, Nilza expôs o problema da forma como era abordado nos Estados Unidos, mostrou os meios e as soluções utilizadas, demonstrou como se introduziu aquela metodologia no arquivo da Câmara, otimizando avaliação, construção dos arquivos correntes em sistema, levantamento de produção documental e recolhimento. (SANTOS, 2017, p. 18).

No documento anexo a este trabalho de pesquisa, consta a fonte "Recomendações" do II Congresso Brasileiro de Arquivologia - Associação dos Arquivistas Brasileiros, realizado na PUC-SP (Anexo A). Chama-nos atenção que, embora a proposta do congresso tenha como um dos focos de discussão a problemática dos arquivos empresariais, na recomendação são pontualmente demarcadas. Mais especificamente dois tópicos, de 11 recomendações, tratam da questão:

> 4- Que se deflagre uma campanha a fim de que as entidades, públicas ou privadas, conscientizem-se da necessidade da adoção de critérios adequados de avaliação de documentos, evitando-se assim as eliminações indesejáveis, bem como a adoção de técnicas modernas de reestruturação de documentos de valor técnico, científico, científico e cultural.
>
> [...]
>
> 7- Que a classe empresarial seja sensibilizada para a importância dos arquivos como fator de desenvolvimento técnico- científico. (CBA, 1974, p. 1).

Para além do CBA, averiguou-se como que a temática em estudo se apresentava no "Fundo ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS (JA)- Instrumento Provisório dos Documentos Textuais", sob custódia do Arquivo Nacional (AN). No presente instrumento notou-se que a discussão dos arquivos empresariais esteve presente em cursos oferecidos na ABB, destaca-se:

> -Curso Arquivos Empresariais- Certificados, ano: 1982
>
> -Proposta para avaliação, descarte e ordenação de documentos relativos a pessoal da empresa Carioca Chistiani Nielsen S/A, ano: 1994;

[14] Sobre a fonte localizada na Biblioteca Nacional, ver Anexo F.

> -Curso Organização de Arquivos Correntes em empresas privadas, ano: 2011;
>
> -Curso Organização de Arquivos Correntes em Empresas Privadas, ano: 2012;
>
> -Curso Gestão de Documentos em Arquivos Empresariais, ano: 2014;
>
> (Fundo ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS (JA)- Instrumento Provisório dos Documentos Textuais) (CBA, 1974, p. 1).

Dessas fontes apresentadas, não foi localizado pelo AN o “Curso Gestão de Documentos em Arquivos Empresariais, ano: 2014” e as “Proposta para avaliação, descarte e ordenação de documentos relativos a pessoal da empresa Carioca Chistiani Nielsen S/A, ano: 1994”.

Por outro lado conseguiu-se no AN, no fundo acima descrito, o certificado do Curso “Arquivos empresariais" (Anexo B) que ocorreu em 1982, não sendo possível localizar maiores informações a respeito. Localizou-se também, a ementa do “Curso: Organização de arquivos correntes em empresas privadas” (ANEXO C) respectivamente dos anos 2011 e 2012, tendo como instrutora Tânia Maria de Souza Pimenta. Evidencia-se que o curso estava estruturado em Introdução, Desenvolvimento das Etapas de Trabalho e Exercício prático. Na ementa do curso chama atenção que:

> A organização dos arquivos correntes de uma empresa, como qualquer outro empreendimento, pressupõe o desenvolvimento de quatro etapas fundamentais. São elas: Levantamento de dados; Análise dos dados coletados; Planejamento; Implantação e acompanhamento.
>
> [...] Organização do arquivo da empresa privada [...] Organização de Documentos; Manual de Arquivo; Plano de Classificação de Documentos; Tabela de Temporalidade. (AAB, 2011, p. 2 e 9).

Identifica-se nessa fonte a presença de uma lógica bem demarcada e discutida no campo da Arquivologia nos anos dois mil, que é o foco deslocando do documento para a informação. Na Introdução da ementa do referido curso, consta:

> “Hoje, o foco da atenção dos profissionais de qualquer área, seja acadêmica, empresarial, técnica, científica, política ou social, para citar algumas, deslocou-se do documento para a informação. “É, pois com a informação que devemos nós, profissionais da documentação devemos nos preocupar, tornando-a útil, fidedigna, acessível e completa”. (Marilena Leite Paes).
>
> Os arquivistas devem estar conscientes e preparados tecnicamente para recolher, selecionar, tratar, recuperar e oferecer aos usuários, com a mesma

> rapidez, as informações geradas nesse processo de evolução. (AAB, 2012, p. 2).

Tratando do período de existência da AAB, percebemos que as facetas sobre arquivos privados de empresas estiveram presentes na década de 1970, 1980, 1990 e depois na década de 2010.

Não é precipitado afirmar que a discussão dos arquivos empresariais esteve presente não somente na AAB e, consequentemente, no CBA, mas também na constituição da Arquivologia no Brasil, sobretudo na década de 1970.

Especificamente sobre o processo de institucionalização da Arquivologia no Brasil, Gomes (2014) destaca que

> As particularidades das ações do Estado e do associativismo da AAB no momento em que se buscou patrocinar ações de institucionalização do campo arquivístico nos anos 1970 é fundamental para a construção da história da Arquivologia no Brasil. Os processos dessa institucionalização decorrem da atuação de atores sociais- Estado, **empresariado**, sociedade e dos profissionais de arquivo- uma antinomia que resulta da transformação de conteúdos políticos, de demandas reprimidas, em consensos legitimadores e, por consequência, institucionalizantes. (GOMES, 2014, p. 102).

Astréa de Moraes e Castro, membro do Conselho Deliberativos da AAB e decisiva no Conselho Federal de Educação (CFE), ao encaminhar um projeto para a criação do Curso Universitário de Arquivos, adverte:

> Mais cedo do que se espera, teremos Arquivologistas formados no Brasil. As universidades brasileiras já se empenham em organizar currículos e programas. As administrações do governo e **empresas particulares** esperam ansiosamente por eles, pois, até hoje, não se soube onde guardar documentos, como guardá-los, quando guardá-los e como achá-los. (CASTRO, 1973, p. iv, grifo nosso).

Partindo agora para análise das outras associações de arquivistas, vale lembrar que até 1998 existiam núcleos da AAB em diversos estados brasileiros, e, no referido ano a diretoria resolveu fechar todos os núcleos, mantendo apenas o funcionamento da sede, na cidade do Rio de Janeiro.

> Em substituição aos núcleos regionais, em alguns estados foram criadas associações de arquivistas: em setembro de 1998, foi criada a Associação Brasiliense de Arquivologia - ABARQ; em outubro de 1998, a Associação de Arquivistas de São Paulo - ARQ-SP; em janeiro de 1999, a Associação do Rio Grande do Sul - AARS; em outubro de 2002, a Associação dos Arquivistas da Bahia- AABA; em abril de 2004, a Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro - AAERJ; em agosto de 2005, a Associação dos Arquivistas do Espírito Santo- AARQES e, em abril de 2006, a Associação dos Arquivistas do Estado do Paraná (AAPR).

> À exceção da AARQES e da AAPR- criadas recentemente-essas associações vêm promovendo, [...], uma série de eventos. Dos 21 eventos mapeados- desde a data de criação de cada associação até julho de 2006 - a ABARQ realizou três (2001-2004); a ARQ-SP, cinco (1999-2006); a AARS, oito (1999-2004); a AAB, um (2005) e a AAERJ, realizou três eventos (2004-2005). (MARQUES, 2007, p. 118).

Nesse sentido, compreendeu-se que seria importante atualizar esse levantamento, apontando o conjunto de eventos promovidos pelas associações de arquivistas no Brasil, tendo como marco temporal 1999 a 2020.

Quadro 4 - Eventos promovidos pelas Associações de Arquivistas do país

(Continua)

Associação	Evento promovido	Ano
ABARQ	Seminário "Tratamento arquivístico em Instituições Públicas e Privadas no Distrito Federal"	1999
	Debates ao 20 de outubro- Dia do Arquivista Tema: "Arquivologia: 10 anos de UNB"	2001
	ICNA Tema: "Os arquivos do século XXI: políticas e práticas de acesso às informações"	2004
	Entre os principais feitos da ABARQ estão a publicação da Revista Cenário Arquivístico e livros da área.	
ARQ-SP	Conferência de Ramón Alberch Fugueras Tema: " A experiência de Barcelona na área arquivística	1999
	Seminário sobre Avaliação de Documentos de Arquivo	2000
	Seminário "Guarulhos Memória- Futuro: patrimônio cultural e gestão de documentos"	2000
	Participação da ARQ-SP no I Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus INTEGRAR	2002
	VI CAM Tema: "Arquivos: o saber o fazer"	2005
	Tradição em promover diversos cursos com temáticas variadas desde 1999.	
AARS	I Mesa redonda: o panorama de trabalho em Arquivologia	1999
	I Seminário Regional de Arquivos: A necessidade de organização e conscientização dos administradores municipais	2000
	II Mesa Redonda: o panorama do mercado em Arquivologia	2000
	Seminário: Políticas de Preservação de Acervos Documentais	2000
	IV Mesa Redonda: O panorama do mercado em Arquivologia	2002
	III Seminário Regional de Arquivos: Modernização da Administração Municipal e a Gestão Sistêmica de Documentos e Informações	2003
	IV Seminário Regional de Arquivos: A preservação de documentos eletrônicos	2004
	V Mesa Redonda: O panorama do mercado em Arquivologia - O sistema de arquivos do Ministério Público do RS	2004
	II CNA - Tema: Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento	2006
	II Congresso Nacional de Arquivologia;	2006
	VI Congresso Nacional de Arquivologia	2014
	A AARS promove, em parceria com outras instituições, como o Arquivo Público do Estado – APERS, o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moisés Velhinho, o	

(Continua)

(Conclusão)

	Curso de Arquivologia da UFSM, da UFRGS, da FURG, seminários, encontros, cursos de aperfeiçoamento e atualização de seus associados. No ano de 2007, a AARS conseguiu sua inscrição na Seção de Associações Profissionais – SPA, do Conselho Internacional de Arquivos (CIA). Como entidade atuante no contexto arquivístico brasileiro, a AARS foi representante das associações de classe no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), em 1997, em 2006 e em 2019.	
AABA	Mesa redonda: "Arquivos Muncipais, o Entrelace de Atores da História"	2005
	V Congresso Nacional de Arquivologia	2012
	I Jornada Arquivística da AABA onde buscou, agregada a teoria a prática, uma reflexão sobre o profissional arquivista e suas responsabilidades; Diálogo com as Prefeituras e Câmaras Municipais do estado, através do envio do documento intitulado “Por que contratar um arquivista”, com o objetivo de sensibilizar os gestores das referidas instituições acerca da importância do profissional arquivista para a gestão pública municipal	
AAERJ	Painel "Políticas Públicas de Acesso à Informação"	2004
	Debate sobre o Conselho Federal de Arquivologia	2004
	Painel: "Arquivologia e as Novas Tecnologias da Informação"	2005
	III Congresso Nacional de Arquivologia	2008
	II Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia	2011
	I Congresso Brasileiro de Paleografia e Diplomática	2011
	Informação Arquivística é um periódico científico eletrônico semestral da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ), que contempla a publicação e a divulgação de trabalhos e pesquisas relacionadas ao campo da Arquivologia e suas relações interdisciplinares, no âmbito nacional e internacional. Está aberto à colaboração de pesquisadores, arquivistas, estudantes de Arquivologia (com supervisão e/ou coautoria profissional ou acadêmica) e demais interessados em submeter seus trabalhos ao diálogo crítico do campo arquivístico, desde que esses títulos estejam de acordo com as normas editoriais da revista.	
Arquive-CE	O Arquivologia em Ação, é um evento mensal realizado peça Arquive-CE, que trás temas relacionados a arquivística, com convidados especialistas.	
AMArq	1ª Turma - Curso Básico de Conservação	2019
	2ª Turma - Curso Básico de Conservação	2019
	1º Sarau Arquivístico	2019
	2º Sarau Arquivístico	2019
	Apoiador do Seminário Estudandes de Arquivologia UFMG	2017-2021
Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina	O Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC), com o objetivo de reunir os representantes de instituições públicas e privadas, alunos de universidades e pessoas interessadas pela gestão e preservação da memória documental. O ECA ocorria a cada dois anos, tendo sido sediado pelos municípios seguintes municípios: Florianópolis (1984, 1986, 1988, 1992, 1996, 2002 e 2004), Joaçaba (1990), Blumenau (1994 e 2000) e Jaraguá do Sul (1998 e 2007). Os anais dos referidos eventos estão disponíveis na Revista Ágora: Arquivologia em debate, gerenciada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Após 10 anos sem a ocorrência do evento, a Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina (AAESC) em parceria com o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC), com o apoio do Curso de Graduação em Arquivologia (UFSC) e Centro Acadêmico Livre de Arquivologia (UFSC), realizaram a décima terceira edição do evento em 2017, reiniciando um novo ciclo a este evento.	1984, 1986, 1988, 1992, 1996, 1998, 2000, 2002, 2004, 2007 e 2017

Fonte: Produzido pela autora com base nos websites das Associações de arquivistas do Brasil (informações levantadas em 2020) e também no levantamento realizado por Marques (2007, p. 119).

Nota-se que, regionalmente, as associações estão desenvolvendo papel importante nos estados que estão localizadas. Porém, o debate sobre os arquivos privados de natureza institucional não avançou muito nessa dimensão.

Procurou-se neste tópico problematizar a questão dos arquivos de organizações privadas, esclarecer como este tema é abordado no campo teórico da Arquivologia no Brasil e mostrar em que medida ele pode contribuir com a história da Arquivistica, tendo em conta sua história (MARQUES, 2007).

Percebe-se que, a evolução da Arquivologia não é linear. Ocorrem avanços e recuos, concorrências teóricas e metodológicas, declínios e expansões de enfoques temáticos, e assim por diante. A recuperação dessas experiências históricas – em particular as da AAB e de seu periódico – podem auxiliar na escrita de “histórias não contadas” dos pioneiros e dos fundadores da Arquivologia no Brasil. Tal recuperação também implica a reatualização dessas experiências, abrindo caminho para renovações e inovações, inclusive no que diz respeito aos arquivos das organizações privadas.

4 A CONSTITUIÇÃO DA PESQUISA ACADÊMICA E A TEMÁTICA DOS ARQUIVOS PRIVADOS INSTITUCIONAIS

Segundo Marques (2007), a constituição da pesquisa arquivística universitária −, ou seja, os primeiros passos da Arquivologia rumo a alcançar o espaço universitário − tem como marcos principais:

- O Curso Permanente de Arquivos (CPA) do Arquivo Nacional em 1960;

- A criação da AAB, em 1971;

- A autorização da criação dos Cursos de Arquivologia em nível superior (Parecer n.212, de 7 de março de 1972);

- A realização do I Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1972;

- O acordo de concessão de mandato universitário ao CPA, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 1973;

- Aprovação pelo Conselho Federal de Educação do currículo mínimo do curso superior em Arquivologia, em 1974.

- A transferência do CPA para FEFIERJ, atual UNIRIO, em 1977;

- O início dos cursos de Arquivologia da UFSM (1977) e da UFF (1979).

É importante salientar que nos cinco primeiros marcos existem a lembrança e presença dos arquivos empresariais. Na sequência, procura-se demonstrar tal presença em cada um deles.

Em 1960, o CPA começa a funcionar. De acordo com o Projeto do Elenco das Disciplinas do Concurso de Arquivologia [1960?],identifica-se que a formação também abrangia a organização empresarial, como pode ser verificado no trecho abaixo

> Quanto às expectativas de cursos para a década de 1960, o Arquivo Nacional planejava duas modalidades: uma de *curso permanente* e outra de *curso extraordinário*. O primeiro tinha por finalidade “especializar pessoal na técnica de arquivo, não só servidores públicos **como auxiliares de empresas e de organizações** que desejarem melhorar as suas condições” e teria a duração de dois anos, com aulas semanais. Já os *cursos extraordinários* seriam ministrados conforme as conveniências da instituição. (MARQUES, 2007, p. 90, grifo nosso).

> Em contradição, aliás, com os inegáveis aspectos gerais positivos trazidos pela nova sistemática de cargos, especialmente no que se refere a valorização técnico-profissional, no conjunto das atividades de nível superior e ainda, paradoxalmente, com os resultados que vêm sendo obtidos pelo Arquivo Nacional e com as próprias diretivas gerais que põe em prática em sua política de formação de pessoal especializado- de arquivistas de nível

> médio e superior- através do Curso Permanente de Arquivos e dos vários cursos que mantém o funcionamento desde 1960, além da assistência técnica que proporciona anualmente a arquivos públicos e a **instituições e empresas privadas.** (ARQUIVO NACIONAL, 1976a, p. 23).

Especificamente sobre a AAB, conforme mencionamos anteriormente, nota-se a presença do tema dos arquivos empresariais nas pautas de discussões da AAB e também no CBA, mais especificamente no II CBA, conforme apresentado anteriormente.

Em 1972, a Arquivologia foi reconhecida como habilitação profissional de 2º grau pela aprovação do Parecer n. 249/1972 de 08 de março de 1972.

> Esse parecer aponta a demanda pelos cursos ministrados pelo AN e o interesse pelas técnicas de arquivo como qualificação profissional para **empregos de empresas privadas**. [...] Acresce que, **além do mercado de trabalho empresarial**, há também profissionais de Arquivística, um campo bastante atraente e em ampliação, que é o dos Museus, das Bibliotecas e dos Arquivos Públicos que, com a mudança dos métodos educacionais, repartem cada vez mais com as escolas das tarefas de ensino, recebendo multidões de alunos, cujas pesquisas exigem monitores e assessores capazes de manusear documentos e peças os mais variados. Seriam eles, esses profissionais de nível médio, os técnicos auxiliares dos Historiógrafo, Arquivologista, dos Museólogos e dos Documentaristas. (ARQUIVO NACIONAL, 1972b, p. 4 *apud* MARQUES, 2007, p. 97, grifo nosso).

Verifica-se que, neste momento, a ênfase pela ânsia pelas técnicas de arquivos como habilitação profissional estava a princípio nos profissionais de empresas privadas.

Importa ressaltar também, que no mesmo Parecer n. 249/1972 o pronunciamento chama atenção para os interesses de qualificação profissional para empregos de empresa privada:

> 2-VOTO: - O interesse na colocação do curso de Arquivística como habilitação profissional no ensino de 2º grau está demonstrado no processo, onde se lê que: “pela demanda que se verifica, todos os anos, de matrícula nos cursos ministrados pelo Arquivo Nacional, há, pelo menos neste Estado, acentuado interesse pela técnicas de arquivo como **qualificação profissional para empregos de empresa privada.**” (ARQUIVO NACIONAL, 1972b, p. 2 apud MARQUES, 2007, p. 240, grifo nosso).

Abrantes (1976) também aponta, em outros momentos, a importância dos arquivos empresariais na constituição da arquivologia como disciplina científica, conforme verifica-se abaixo:

> [...] Formação dos recursos humanos, seus problemas e soluções, num campo considerado vital para o progresso de todas as nações- o estudo de arquivologia e sua aplicação à administração pública e às empresas industriais e comerciais. Numa expressão daquele historiador, que resume a importância prioritária desse setor de conhecimento especializado no mundo

> moderno, “não há nação bem organizada e eficiente sem Arquivo Nacional organizado e eficiente, como não há uma empresa poderosa e eficaz sem arquivos ordenados e arranjados”. Ou complementando esse pensamento, “o desenvolvimento econômico exige a organização eficiente do Arquivo Nacional e a defesa dos documentos das empresas privadas, industriais e comerciais.” (ABRANTES, 1976, p. 17-18).
>
> [...] No conjunto de dois cursos, mais de mil pessoas se lançaram à conquista da profissão de arquivista, sem falar nos diferentes cursos avulsos proporcionados pelo Arquivo, na assistência técnica que procura dar, nacionalmente, ajudando arquivos públicos e instituições e empresas privadas a organizarem ou reorganizarem seus arquivos em bases modernas. (ABRANTES, 1976, p. 23).
>
> [..] Com o desenvolvimento sócio-econômico-cultural do país, obviamente [...] criam-se novas empresas e ampliam-se outras. Como decorrência, cresce de importância o trabalho arquivístico, já agora de melhor nível, onde a improvisação começa a ceder lugar à qualificação. E no mercado de trabalho, a mão-de-obra qualificada - insignificante em termos relativos à demanda- já é recrutada através da imprensa diária ou por intermédio da associação de classe. Isto equivale dizer, oferta de maiores vantagens, nunca antes lembradas, em sinal evidente da conscientização das atividades de arquivo pela classe empresarial. (ABRANTES, 1976, p. 24).

Após a concessão de mandato universitário ao CPA, na Resolução do Conselho Federal de Educação, responsável pela aprovação do currículo do Curso Permanente de Arquivos - Resolução nº 28, de maio de 1974 que “fixa os mínimos conteúdo e duração do Curso de Arquivologia”, os arquivos empresariais passam a ser tratados como “habilitação específica” e não ficaram no escopo da “habilitação geral”:

> Art. 4º. - Além da habilitação geral como Arquivologista, as Instituições poderão criar habilitações específicas (Arquivos Históricos, Oficiais, Empresariais, Escolares, Científicos etc), mediante intensificação de estudos em áreas correspondentes às matérias fixadas nesta Resolução e em outras que sejam indicadas nos currículos plenos. (ARQUIVO NACIONAL, 1974d, p. 16, *apud* MARQUES, 2007, p. 247).

A Portaria n. 37, de 6 de setembro de 1974, todavia, permitiu a adoção de novo currículo para o CPA, aprovado e implementado para o primeiro semestre do ano letivo.

> Para elaboração desse currículo, abaixo transcrito, foi formado um grupo de trabalho constituído pelos professores Arno Wehling, Celina Coelho de Jesus, Deoclécio Leite de Macedo, Rui Vieira da Cunha e presidido pela chefe da Seção de Cursos. A distribuição aprovada, passível entretanto, com exceção do 1 semestre, de modificações, prevê:
>
> 1 semestre:
> Introdução ao Estudo do Direito;
> Introdução ao Estudo da História I
> Introdução à Metodologia Científica I
> Língua I (Inglês)

> Estudo de Problemas Brasileiros I
> Arquivo I
>
> 2 semestre:
> Introdução à Administração
> Introdução ao Estudo de História
> Introdução à Metodologia Científica II
> Língua II (Inglês)
> Estudo de Problemas Brasileiros II
> Arquivo II
>
> 3 semestre:
> Arquivo III
> História do Brasil I
> Paleografia e Diplomática I
> Notariado I
> Noções de Contabilidade
> Administração
>
> 4 semestre:
> Arquivo IV
> História do Brasil II
> Paleografia e Diplomática II
> Notariado II
> Noções de Estatística
> Documentação
>
> 5 semestre:
> Arquivo V
> Paleografia e Diplomática III
> História da Historiografia Brasileira I
> Introdução à Comunicação
> Estágio Supervisionado I (8 créditos)
>
> 6 semestre
> Arquivo VI
> Heráldica e Genealogia
> História da Historiografia Brasileira II
> Reprografia
> Estágio Supervisionado II (8 créditos)
> O curso será ministrado em mais de 2.160 horas- aula, distribuídas em 3 anos, neles incluído o estágio supervisionado, com 10% do total das horas previstas. (Mensário do Arquivo Nacional, 1975, p. 3).

Para além do CPA, promoveram-se também cursos avulsos pelo Arquivo Nacional, que abarcavam instituições tanto públicas, como também privadas, conforme relatado a seguir.

> Nos últimos anos, desde a sua criação, o Serviço de Registro e Assistência do órgão federal cumpriu um ininterrupto programa de assistência técnica e Repartições e Arquivos Públicos, colaborando direta e indiretamente para a reorganização dos mesmos ou ministrando cursos rápidos e práticos de técnica arquivística aos seus funcionários. Também o mesmo trabalho vem sendo feito nos Estados, através de cursos intensivos de organização e técnicas de arquivos. Os mais diversos órgãos públicos e instituições e empresas privadas receberam essa colaboração desde 1965, permitindo

> organizar e reoganizar arquivos em condições mais atualizadas de técnica arquivística. Entre muitos, poderiam ser citados, por sua importância: Secretaria de Administração de Alagoas (Maceió); Indústria e Comércio de Minérios (ICO-ME), do Amapá; Secretaria de Educação e Cultura Arquivo Público do Amazonas; Senado Federal (Brasília); Estrada de Ferro Central do Brasil; Ministério da Marinha e Relações Exteriores; Secretaria de Educação de Mato Grosso (Arquivo Público); Departamento de Estradas de Rodagem (Belo Horizonte, Minas Gerais); Arquivo Público do Rio Grande do Norte (Natal); Arquivo Público do Rio de Janeiro (Niterói); Arquivo Público de Sergipe (Aracaju); Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Ceará, Fortaleza); Arquivo Público do Espírito Santo (Vitória); Departamento de Ensino e Pesquisa da Escola de Comando e Estado Maior do Exército; Federação Brasileira para o Progresso Feminino; Arquivo Público do Maranhão (São Luís); Arquivo da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná; Departamento de Administração do Ministério da Justiça; Fundação Getúlio Vargas; Centro de Treinamento e Desenvolvimento do Pessoal do Ministério da Fazenda; Cia Hidrelétrica do São Francisco; Lloyd Brasileiro S/A; Eletrobrás; e Petróleo Brasileiro S/A-Petrobrás. (MENSÁRIO DO ARQUIVO NACIONAL, 1976, p. 23-24).

Vale chamar atenção ainda que 1974, no II CBA, já havia uma preocupação de traçar um perfil do arquivista, que incluía a atuação do profissional no “setor empresarial”. Ressalta-se que

> Na tentativa de elaborar com os que trabalham para ajudar o profissional de Arquivo na conquista plena do seu recolhimento social, escolhemos o tema “O Perfil do Arquivista, em traços preliminares”, com o objetivo de conclamar a classe no sentido de obter sobre o assunto um trabalho de análise, em profundidade, das qualificações desejáveis da profissão.
>
> [...] A análise que por ora propomos figurará certamente entre muitos árduos caminhos que devemos trilhar para obter o conceito que nos coloque na posição que realmente deve ser a nossa, pela contribuição que já podemos oferecer, tanto a Administração Pública quanto ao setor empresarial, no que se refere a arquivos ativos ou permanentes, e nesses os administrativos históricos, notariais, técnicos (médicos, engenharia etc) e outros.
>
> Estamos chegando a Universidade, mercê do esforço de muita gente, especialmente da Associação dos Arquivistas Brasileiros e da Associação Brasileira de Arquivo Médico. (MACHADO,1975, p. 1).

Na fonte acima, merece destacar que o arquivista ainda não era valorizado pela empresa privada.

> Para eficiência dessa atualização de acompanhamento [acompanhamento do ensino] a que aludimos, é claro que, tanto as realidades da empresa privada como as Administração Pública, não devem ser esquecidas.
>
> [...] Assim, devemos buscar forças nas conquistas que embora alcançadas só recentemente se referem a uma atividade antiga e já de há muito reconhecida nos países desenvolvidos, a exemplo da França, onde é exigido o diploma de *L´Ecole de Chartres*, instituição de alta cultura e, ainda nos Estados Unidos da América do Norte em que o Diretor do Arquivo Nacional é o “Arquivista” dos Estados Unidos.

> Naturalmente, nesses países, essa colocação deve levar a empresa privada a valorizar o Arquivista, o que não acontece ainda entre nós (1974, p. 1-2)
>
> [...] 2. Posição do Profissional
>
> [...] O mercado de trabalho empresarial carioca
>
> Se no serviço público o arquivista tem sido, como sabemos, considerado categoria auxiliar, na área administrativa, no setor da empresa privada não se nota diferença acentuada.
>
> Todavia, já aqui e ali, surgem demandas traduzidas em anúncios como por exemplo: "Precisa-se de profissional para Arquivo, de nível superior". Naturalmente isso prova que já há uma tênue consciência, no setor privado, do valor da gerência documental.
>
> [...] Quanto aos outros Estados brasileiros, não estamos capacitados para falar sobre o que neles acontece a respeito, embora seja esse conhecimento muito importante, mormente no grande São Paulo (1974, p. 2 e 3)
>
> [...] 5. Aspectos básicos dos requisitos desejáveis na profissão
>
> Progresso funcional: Exame da situação funcional, tanto no Serviço Público como na empresa privada, no que tange a possibilidades de colocação e progresso, (horizontal e vertical). (MACHADO, 1975, p. 1).

Nota-se no primeiro currículo da FEFIERJ seguiu o currículo mínimo aprovado em 13/05/1974 pela Resolução n. 28 do Conselho Federal de Educação (Transferência do CPA para FEFIERJ ocorreu 1977, atual UNIRIO).

Na Universidade Federal de Santa Maria, a criação do curso é relatada no website[15], na aba Histórico do Curso, e merece destaque que

> O Curso de Arquivologia foi criado pelo Parecer nº 179/76 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UFSM, em 10 de agosto de 1976. Sua instalação deu-se em março de 1977 com oferecimento de 25 vagas anuais e quatro habilitações: Arquivos Empresariais, Arquivos Escolares, Arquivos Históricos e Arquivos Médicos.
>
> A criação do Curso de Arquivologia da UFSM foi anunciada através de comunicação feita pela Profa. Darcila de La Canal Castelan durante o 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia realizado na cidade do Rio de Janeiro no período de 17 a 22 de outubro de 1976.
>
> A Universidade propôs-se a criar para 1977 o Curso de Arquivologia em nível de graduação. Curso esse, compreendendo 2.165 horas e estágio de 200 horas a serem desenvolvidas num mínimo de três anos letivos, ou seja seis semestres. A regulamentação da profissão aconteceu um ano após a criação do Curso na UFSM, através da Lei n.º 6.546 de 04 de julho de 1978 e do Decreto 82.590 de 06 de novembro de 1978.

[15]Os documentos podem ser acessados no website: https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/arquivologia/historico-do-curso/

> O Reconhecimento do Curso de Arquivologia da UFSM deu-se pelo Ministério da Educação e Cultura, em 1981, através da Portaria n. 076/81/MEC. Quando da criação do Curso de Arquivologia, professores de vários departamentos da UFSM e professores convidados de outras instituições contribuíram para o seu funcionamento inicial, pois naquele momento não havia sido criado um departamento, onde estariam lotados os professores para lecionar as disciplinas técnicas profissionalizantes no referido Curso de Arquivologia.
>
> Em 1978, foi criado o Departamento de Documentação através da Resolução 001/78/UFSM, com o objetivo de alocar as disciplinas técnicas profissionalizantes para atender especialmente o Curso de Arquivologia. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, [S.d.], documento *on-line*).

Na UFF, a criação do curso de graduação em Arquivologia ocorreu em 28 de junho de 1978, pela resolução n. 73/78 do Conselho Universitário. Em vista disso, realçamos que

> Criado em 28 de junho de 1978, pela Resolução n. 73/78 do Conselho Universitário, o Curso de Graduação em Arquivologia tem sua sede no Instituto de Arte e Comunicação Social, na Rua Lara Vilela, 126, São Domingos, Niterói, RJ, onde está instalada a sua Coordenação. O currículo pleno foi estabelecido pela Resolução n. 53/78 do Conselho de Ensino e Pesquisa e deverá ser cumprido num tempo útil de 2.985 horas, correspondentes a 170 créditos e ii seguinte duração em períodos letivos: mínima - seis; média - oito; máxima - dez; incluindo-se Estágio Supervisionado, Educação Física e Educação Moral e Cívica.
>
> 5. Currículo Pleno
>
> Ciclo Básico
>
> Obrigatórias
>
> Matérias
>
> Arquivo, Introdução ao Estudo do Direito, Introdução ao Estudo da História, Noções de Contabilidade, Noções de Estatística, Documentação, Introdução ii Administração, Introdução ii Comunicação, Organização e Métodos, Computação, Catalogação e Classificação, Língua Portuguesa, Língua Inglesa.
>
> Disciplinas
>
> Introdução B Arquivologia, Introdução ao Estudo do Direito, Introdução ao Estudo da História, Noções de Contabilidade, Estatística, Introdução B Documentação, Introdução ii Administração, Introdução B Comunicação, Organização e Métodos, Introdução ao Computador, Introdução B Classificação, Língua Portuguesa, Língua Inglesa.
>
> Ciclo Profissional
>
> Obrigatórias

> Matérias
>
> Arquivo, Documentação, Paleografia e Diplomática, Dinâmica de Grupo e Relações Humanas, História Administrativa, Econômica e Social do Brasil, Bibliografia e Referência, Notariado, Meios de Reprodução de Documentos, Conservação e Restauração de Documentos.
>
> Disciplinas
>
> Arquivos Correntes e Intermediário, Arquivos Permanentes, Arquivos Especiais, Microfilmagem Aplicada aos Arquivos, Recursos Humanos e Materiais, Arquivos Médicos, Arquivos de Estabelecimentos Escolares, Documentação. Paleografia, Diplomática, Dinâmica de Grupo de Relações Humanas, História do Brasil, História Regional do Brasil, Metodologia da Pesquisa Documentária, Direito Notarial, Meios de Reprodução de Documentos, Conservação e Restauração de Documentos.
>
> Optativas
>
> Matérias
>
> Metodologia e Técnica de Pesquisa, Sociologia, Fotografia, Filosofia, Língua Francesa. Disciplinas Metodologia e Técnica de Pesquisa, Métodos e Técnicas de Pesquisa, Introdução à Sociologia, Introdução B Fotografia, Introdução à Filosofia Língua Francesa.
>
> Completam este currículo o Estágio Supervisionado, Educação Física e Educação Moral e Cívica, ministradas, as duas últimas, sob a forma de Prática Desportiva e Estudos de Problemas Brasileiros. (TAVEIRA; ESPOSEL, 1981, p. 13).

Importa ressaltar que a pesquisa arquivística universitária está intimamente ligada a

> [...] Criação e ampliação dos cursos de graduação em arquivologia são um dos fatores que podem explicar a existência, sobretudo a partir dos anos 1990, de pesquisas relacionadas à área, pela presença de, por exemplo, professores dos cursos de Arquivologia nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação. Nesse cenário, os profissionais com graduação em outras áreas do conhecimento (História, na sua grande maioria) e com destacada atuação na prática arquivística, parecem ter motivado a aprofundar suas experiências na Pós-graduação. (MARQUES, 2007, p. 120).

Nesse sentido, merece destaque a pesquisa de Jardim (1998) que analisa e sistematiza a produção de conhecimento arquivístico no Brasil, no período compreendido entre 1990 e 1995. Esse autor destaca que:

> A maioria dos títulos publicados (51%) se deu em periódicos de organizações arquivísticas, sendo que 30% especificamente dos arquivos públicos. Isto sugere a importância das instituições arquivísticas na comunicação científica, apesar desse esforço não plasmar–se em um periódico específico do campo regularmente publicado. A maioria dos artigos brasileiros publicados procede, porém, das universidades (47%), que, por sua vez, ainda não conseguiram liderar nenhum projeto de um

> periódico na área. Apesar do papel dos arquivos públicos na comunicação científica na área, apenas 30% do material publicado referem-se às suas experiências arquivísticas. [...] A arquivologia só alcançará a condição de uma disciplina científica se forem realizados investimentos na pesquisa como estratégia de produção de conhecimento, base essencial para uma formação profissional, e uma gestão da informação em altos níveis. Como tal, reconhecermos sob que paradigmas e parâmetros conceituais atuamos é algo inerente ao fazer arquivístico. Por isso, é mais do que relevante discutirmos o que estamos hoje entendendo por arquivologia em nível internacional e no Brasil. (JARDIM, 1998, p. 4).

Marques (2007) revela que a produção científica em Arquivologia está dispersa em outras publicações. Por exemplo, somente em 2002 temos a revista *Cenário Arquivístico,* especializada em temas arquivísticos.

Não podemos perder vista, conforme apresentado no tópico anterior desta pesquisa, que os congressos são

> Um dos indicadores de formação e consolidação de um campo científico, como bem observam Nehmy et al (1996, p. 10-14), com base em Kuhn. Esses autores apontam que as reflexões acerca do campo das ciências sociais, e em especial da Ciência da Informação, não se dão apenas no nível geral de caráter epistemológico ou da história das ciências, mas também na "comunidade de praticantes". Segundo esses autores, "Os praticantes das disciplinas do social não podem partilhar daquele isolamento experimentado pelos pesquisadores das outras ciências em razão de seu objeto de estudo ter sempre implicações sociais." (MARQUES, 2007, p. 142).

Importa salientar que

> Os diálogos da Arquivística não se restringem àquelas observados nesses eventos. Na análise da sua trajetória observamos que ela se relaciona diretamente com outras disciplinas em, pelo menos, três aspectos: 1) quanto aos vínculos institucionais dos seus cursos de graduação; 2) quanto à formação dos seus docentes; 3) e quanto à produção científica, com temáticas relacionadas à área. Essas três perspectivas de relações parecem se entrecruzar e delinear a configuração do campo científico da Arquivística no Brasil, conjugando tanto a sua autonomia como disciplina, como as suas relações extradisciplinares. (MARQUES, 2007, p. 142).

Nesse aspecto, e compreendo a autonomia da Arquivologia como uma disciplina científica, buscou-se analisar os currículos dos cursos superiores dessa. Vale enfatizar que

> Os conceitos de disciplina científica e de disciplina curricular são distintos: a disciplina científica é um ramo particular do conhecimento científico, enquanto a disciplina curricular constitui a prática de ensino de uma determinada disciplina científica. (MARQUES, 2007, p. 55).

Apesar de já apontar os currículos no momento de criação dos cursos de Arquivologia da UNIRIO, UFSM e da UFF, ponderou-se ser importante analisar os currículos também atualmente. Partindo desse pressuposto, todos os demais cursos

foram analisados através dos currículos disponíveis atualmente (ano 2020) nos websites dos colegiados/universidades, os que foram possíveis ser salvos encontram-se no Anexo D.

Torna-se relevante apontar que

> Os primeiros Cursos de Arquivologia do país necessitavam seguir o Currículo determinado pela Resolução do Conselho Federal de Educação (Resolução nº 28, de 13 de maio de 1974, do CFE), que vigorou de 1974 a 1996. O Currículo Mínimo para a Arquivologia privilegiava o tratamento técnico de arquivos permanentes e orientava para a formação profissional, não aprofundando questões em relação à reflexão e à pesquisa arquivística, assim como suas dimensões sociais de acesso aos documentos e informações como, por exemplo, os direitos fundamentais nas sociedades democráticas. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996), de 1996, a obrigatoriedade do Currículo Mínimo deixou de existir, dando aos Cursos a liberdade para definirem os seus planos curriculares e seus Projetos Político-Pedagógicos. (MARIZ, 2021, p. 11).

Na UNIRIO aparece na matriz curricular de 2013 a disciplina “Administração I” que possui como ementa “Apresentação dos movimentos e teorias da Administração; Análise e comparação dos conceitos; Elaboração de novos conceitos sob o enfoque moderno da Administração; Aplicação dos conhecimentos nas tarefas administrativas empresariais (UNIRIO, 2020)”. Nessa perspectiva, parece que se trata da única ocorrência em relação a arquivos empresariais no currículo.

Na UFSM, analisando a estrutura curricular na UFSM disponível no site, não se localizou nenhuma ocorrência relacionada à temática dos arquivos empresariais. Na UFF, as atividades complementares e disciplinas optativas estão concentradas no 8º período, porém a resposta do colegiado do curso foi “Em nosso curso não temos uma disciplina específica sobre arquivos empresariais”.

No caso da UNB (criado em 1991), pesquisando o documento intitulado “Manual do Curso de Graduação em Arquivologia - 2017”, não localizou-se nenhuma ocorrência de disciplina que propusesse discutir os arquivos empresariais.

Na Universidade Federal da Bahia (UFBA) (criado em 1977)- analisando a matriz curricular disponível, datada de 2012, localizamos como disciplina optativa “Arquivos empresariais”, tendo como pré-requisito as disciplinas obrigatórias “Arquivos correntes”; “Arquivo Intermediário” e “Arquivo permanentes”.

Já na Universidade Estadual de Londrina (UEL) (criado em 1998) não localizamos nenhuma disciplina que aborde os arquivos empresariais.

Segundo a grade curricular do curso de Arquivologia da UFES (criado em 1999), não há uma disciplina que trate especificamente dos arquivos empresariais. Contudo, nota-se na ementa da disciplina “Gestão organizacional” um enfoque no ambiente empresarial, pois constam: “A lógica do processo produtivo; e o negócio da empresa [...]”. Da mesma forma, a disciplina “Organização e métodos” enfoca “Etapas do estudo de consultoria empresarial.” (GRADE CURRICULAR UFES, 2016).

No currículo de Arquivologia disponível no site da UFRGS (pesquisa realizada em 2020) não se localizou uma disciplina específica sobre arquivos empresariais. No entanto, chama a atenção a disciplina “Psicologia motivacional na empresa”. Outro ponto que merece destaque é a disciplina “Arquivos especializados”, que tem como enfoque: “Arquivos médicos, de engenharia, notariais e cartoriais de imagens e sons”. Ao que parece, os arquivos que não são de instituições públicas são tratados como “arquivos especializados”.

O curso de Arquivologia da UNESP-Marília, criado em 2003, tem no currículo disponível no site, datado de 2019, no sétimo período, a disciplina “Arquivos Empresariais” (consultar o Anexo E).

Nota-se que tal situação é apontada desde 2002 na “Proposta de Criação do Curso de Arquivologia” (MARQUES, 2007, p. 271), conforme apresentado abaixo:

> [...] vem exatamente ao encontro das necessidades do contexto que se insere a FCC-UNESP-Marília, visto a propiciar a formação de profissionais especializados para dar conta não apenas da gestão de documentos empresariais como também da documentação administrativa pública da região e da documentação histórica que reflete a memória regional. Registra-se, ainda, que tal aspecto tem sido objeto de constantes e reiteradas solicitações da comunidade, seja no que tange a cursos de curta duração, seja no tocante a uma formação específica. Desse modo, a criação do curso permitirá, à UNESP, não apenas responder a uma demanda regional efetiva mas permitirá o oferecimento de um curso de graduação até então inexistente, seja na própria universidade, seja no Estado de São Paulo, como um todo. (MARQUES, 2007, p. 112).

Na UEPB (criado em 2006), encontra-se na matriz curricular disponível no site, a disciplina “Desenvolvimento sustentável na prática arquivística”, cuja ementa aborda “Conceitos relativos à sustentabilidade do meio ambiente, suas relações com

o setor produtivo e a influência para a competitividade das empresas modernas. [...].”

Já na FURG (criado em 2008), o documento “Quadro de Sequência Lógica de disciplinas” disponível no site da instituição, verificou-se, no sétimo período, a presença da disciplina “10278-Tópicos Especializados em Arquivologia I” a ementa propõe que trata-se de “Conteúdo variável de caráter articulador, na perspectiva da relação teoria prática, abrangendo temas emergentes, relacionados aos arquivos empresariais, propostos por professores e educandos.”

Na UFPB (criado em 2008) segundo a matriz curricular do site, não localizamos nenhuma ocorrência relacionada a arquivos empresariais. Já a UFMG (criado em 2009), na estrutura curricular disponível no website do curso (pesquisado em 2020), não localizou-se nenhuma disciplina que trate especificamente de arquivos empresariais, contudo tem-se informação que foi ofertado uma disciplina em “Tópicos em Arquivos Especializados D - Arquivos empresariais” em 2019. A UFAM (criado em 2009) segundo a matriz curricular do site, não aborda ocorrência relacionada a arquivos empresariais. Por último, na UFSC (criado em 2010), identificou-se a disciplina “CIN7151 Práticas em Documentação Empresarial”.

A fim de refinar ainda mais a análise, solicitou-se, via e-mail, aos Colegiados de todos os cursos de Arquivologia de universidades federais brasileiras que respondessem se já ocorrera a incidência de disciplinas que abordassem os arquivos privados de natureza institucionais. Para facilitar o entendimento dos servidores dos colegiados usou-se também o termo “arquivos empresariais". Pensou-se que os sites institucionais poderiam não estar devidamente atualizados, por isso a consulta fez-se necessária.

O Quadro 5 informa sobre a existência de disciplinas sobre arquivos privados institucionais nos cursos de Arquivologia no Brasil, com base nas respostas dos Colegiados dos cursos de Arquivologia consultados.

Quadro 5 - Disciplinas de arquivos privados institucionais nos cursos de arquivologia no Brasil

(Continua)

Universidade	Respostas
UFSM	Sem resposta

(Continua)

UNIRIO	Inicialmente posso te afirmar que não temos uma disciplina intitulada "Arquivos Empresariais". No entanto, a justificativa que nos orienta para isso, é que nosso entendimento é o de que enquanto conjunto de documentos administrativos, estes arquivos são iguais a todos os outros, não sendo justificado uma disciplina específica. Nossos princípios e metodologias são suficientes. Outra consideração é a de que o contato com os "arquivos de organizações privadas", assim como o uso de nossos princípios e metodologias nas organizações privadas, são contemplados, direta e indiretamente, por algumas disciplinas: Introdução à Arquivologia Gestão da Informação Arquivística Classificação de Documentos Avaliação de Documentos Arquivísticos Administração I Administração II Arranjo e Descrição de Documentos Estágio Supervisionado I, II e III Gestão de Processos Projetos Arquivísticos Organização Prática de Arquivos Gestão de Serviços Arquivísticos Políticas de Acesso à Informação
UFF	Em nosso curso não temos uma disciplina específica sobre arquivos empresariais.
UNB	Sem resposta
UFBA	Sem resposta
UEL	Temos muitas disciplinas que citam sim os arquivos privados. [...] Eu ministrei atividades práticas de elaboração de instrumentos de pesquisa de arquivos pessoais.
UFES	Sem resposta
UFRGS	Sem resposta
UNESP-Marília	Referente a sua consulta sobre a existência de disciplinas que abordem os arquivos empresariais, informo que desde o início do curso de Arquivologia da Unesp, em 2003, o tema tem sido abordado em disciplina específica. Em 2003, havia a disciplina Arquivos empresariais e especializados. Em 2013, na primeira reestruturação, a disciplina passou a ser denominada Arquivos Empresariais Em 2021, na segunda reestruturação, a disciplina foi renomeada, passando a ser denominada Arquivos Institucionais.
UEPB	O curso de bacharelado em Arquivologia não possui em sua matriz curricular componentes que tratem especificamente de arquivos privados.
FURG	Temos apenas uma disciplina de “Arquivos Especializados”, na qual são abordados somente arquivos privados de um modo amplo, sem um enfoque específico em arquivos empresariais.
UFMG	Disciplina Tópicos em Arquivos Especializados D (Arquivos empresariais) - ECI089 TC4 - Ofertada 2019/2 para o 6º e 8º períodos.

(Conclusão)

UFPB	Infelizmente, o Curso de Arquivologia da UFPB não ofertou nenhuma disciplina sobre esse assunto ou mesmo que o aborde.
UFSC	Sem resposta
UFAM	Até o momento, não temos em nosso currículo nenhuma disciplina específica sobre arquivos empresariais. De forma indireta, talvez, algum professor tenha comentado essa temática em outras disciplinas do currículo, mas não há nenhuma com esse foco. As disciplinas que envolvem os conteúdos de Planejamento e Organização em arquivos são as que mais abordam os aspectos citados da sua temática, em que são apresentados estudos tanto dos arquivos públicos quanto dos privados.
UFPA	Sem resposta

Fonte: Elaborado pela própria autora, com base no questionamento enviado via e-mail para os colegiados dos cursos de arquivologia das universidades brasileiras.

Infere-se que nos dois levantamentos fica claro que algumas Universidades procuram trazer a abordagem dos arquivos privados institucionais para suas propostas de disciplinas ofertadas.

Souza (2011) aponta sobre os cursos de Arquivologia e seus currículos:

> a) os diferentes espaços geográficos, as demandas do mercado de trabalho e a vertente dos currículos influenciam nos objetivos dos cursos; b) somente dois cursos, UFBA e UFSM, possuem objetivos similares que concentram-se na valorização dos arquivos. Enquanto a pesquisa científica está presente nos objetivos do curso da UNESP-Marília, o mercado de trabalho tem uma posição destacada no curso da FURG e os demais cursos apresentam, como objetivos, a gestão de acervos, a gestão de sistemas de informação com aplicação das novas tecnologias, além de enfocarem a política de acesso; c) o programa acadêmico do curso da UNB possui uma vertente orientada aos arquivos públicos, o da UNIRIO possui uma vertente acadêmica com ênfase na pesquisa, o da UFSM possui uma vertente profissional de caráter privado e o programa acadêmico do curso da UFRGS possui uma vertente dirigida à gestão de documentos eletrônicos; d) os currículos, em linhas gerais, apresentam disciplinas em comum, que podem ser agrupadas em disciplinas vinculadas à arquivística e à informação e em disciplinas interdisciplinares; e) as disciplinas vinculadas à arquivística e à informação revelam um equilíbrio, sendo que aquelas que apresentam maior semelhança são: Arranjo e Descrição de Documentos, Avaliação de Documentos, Conservação Preventiva de Arquivos, Diplomática I e II, Estágio Supervisionado I e II, Gestão de Documentos I, Introdução à Arquivologia, Paleografia, Projetos e Sistemas de Arquivos, Reprografia e Microfilmagem e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); f) as disciplinas interdisciplinares revelam similaridade, sendo que aquelas que apresentam uma maior coesão são: Direito Notarial, Estatística Aplicada, Inglês Instrumental, Instituições de Direito Público e Privado, Metodologia da Pesquisa Científica, Organização e Métodos; g) as discussões sobre harmonização dos cursos de Arquivologia, no Brasil, estão pouco desenvolvidas. (SOUZA, 2011, p. 93-112).

Concordamos com Chagas; Negreiros; Silva (2021), na obra *Formação em Arquivologia no Brasil - análise e perspectivas acerca de uma possível*

harmonização curricular, quando afirma que não há uma harmonização curricular dos cursos de Arquivologia nacionais, pois “um país tão extenso e heterogêneo apresenta inúmeras realidades que serão necessariamente refletidas em suas instituições e cursos.” (CHAGAS; NEGREIROS; SILVA, 2021, p. 12).

Outro ponto que chama atenção na análise apresentada acima e que dialoga com a análise de Chagas, Negreiros e Silva (2021) diz respeito à atuação e importância do docente.

> Neste cenário, a atuação do docente é essencial. Ele é protagonista na definição do produto final. Em última instância, cabe a ele a tarefa de implementar, no cotidiano da sala de aula, o que foi definido na elaboração, na fase de planejamento do currículo. O que será feito, com base nos recursos dos quais o professor dispõe, vai depender de uma série de fatores, tais como, sua formação, suas experiências profissionais e de vida, área em que atua com mais regularidade, entre outros. (CHAGAS; NEGREIROS; SILVA, 2021, p. 14).

Ademais, vale refletir se a formação do docente, bem como suas experiências profissionais e de vida podem ser um fator crucial para a presença ou ausência de disciplinas sobre arquivos privados institucionais nos currículos dos cursos.

Uma questão precisa ser colocada: Estaria a presença da disciplina “Arquivos Empresariais”, presente na UNESP– Marília, em função de ser uma linha de pesquisa de interesse da docente Márcia Pazin ou seria em função de o estado de São Paulo ter um grande número de instituições privadas que absorvem os formandos no mercado de trabalho?[16]

À vista disso, ressoam também as seguintes outras questões

> Regiões mais ricas têm mais cursos de Arquivologia? Regiões com PIB mais alto ou com IDH acima da média do país têm capacidade de absorver melhor os egressos? Como esses índices podem influenciar a formação do aluno de Arquivologia? Regiões que possuem suas economias concentradas no setor de serviços devem estruturar o currículo do curso de Arquivologia de forma diferente daquelas que têm a economia baseada na agricultura ou no setor industrial? (CHAGAS; NEGREIROS; SILVA, 2021, p. 198).

---

[16] Márcia Pazin Vitoriano, na data da defesa da tese esclareceu que: Talvez não seja nenhuma das duas coisas diretamente. Provavelmente a segunda seja o contexto em que as decisões foram tomadas. No caso, a disciplina já existia desde o começo do curso em 2003 (planejado em 2002). Ela apenas assumiu a disciplina quando chegou à universidade.
A referida autora atribui a criação da disciplina a uma opção metodológica sob influência da Heloísa Bellotto (que foi uma consultora informal dos docentes que planejaram a criação do curso). Heloísa foi quem trouxe a experiência da Universidade Carlos III, de Madrid, em que há uma disciplina chamada Documentação Empresarial, justamente por se tratar de uma realidade específica, diferente dos arquivos públicos.

Com realidades tão distintas no nosso país é necessário que se respeite especificidades e diferenças necessárias a cada cenário, para conseguirmos uma harmonização curricular (CHAGAS; NEGREIROS; SILVA, 2021). Mais do que isso,

> É preciso saber qual é o perfil do profissional que se quer formar e isso não pode ser determinado apenas pelo que exige o mercado de trabalho. O desenho do primeiro curso, que nasceu no Arquivo Nacional e tinha, como objetivo, formar profissionais para desenvolver atividades na própria instituição e atender às demandas do serviço público, era extremamente tradicional, voltado para a documentação permanente e oficial. Atualmente, o arquivista tem que ser preparado para atuar em qualquer arquivo, o que se traduz em um espectro extremamente amplo. Há demanda por arquivistas com perfis diversos, o que exigiu mudanças nos cursos de graduação, bem como na qualificação do corpo docente. (CHAGAS; NEGREIROS; SILVA, 2021, p. 15).

Faz-se necessário, então, levantar outra questão importante: Estariam os currículos de Arquivologia aptos a preparar os arquivistas para atuarem em qualquer arquivo?

A análise dos currículos sugere que os arquivos privados institucionais são pouco abordados. Por vezes, necessita-se refletir que, embora os currículos preparem os alunos para o entendimento, por exemplo, do que é a gestão documental, será que os arquivos privados institucionais não exigem outro tipo de cuidado e especificidade?

No sentido de demonstrar que há critérios que deslocam os arquivos privados para uma situação subalterna, apresentamos no Quadro 6 seguinte, os cursos que apresentam disciplinas sobre arquivos privados pessoais e os que apresentam sobre arquivos privados institucionais.

Quadro 6 - Universidades que oferecem disciplinas de arquivos privados de natureza institucional e universidades que oferecem disciplinas de arquivos privados pessoais.

(Continua)

Universidade	Com disciplina de arquivo privado institucional	Com disciplina de arquivo privado pessoal
UFSM	Sem resposta	Sim[17]
UNIRIO	Não[18]	Não[19]

[17] Baseado na Estrutura Curricular disponível em: https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/arquivologia/informacoes-do-curriculo

[18] Os "arquivos de organizações privadas", assim como o uso de nossos princípios e metodologias nas organizações privadas, são contemplados, direta e indiretamente, por algumas disciplinas. Ver: “Quadro 5- disciplinas de arquivos privados institucionais nos cursos de Arquivologia no Brasil”.

[19] Baseado na Matriz curricular e na Oferta de Disciplinas: http://www.unirio.br/arquivologia/estrutura-curricular

(Conclusão)

UFF	Não	Sim[20]
UNB	Sim[21]	Sim[22]
UFBA	Sem resposta	Sem resposta
UEL	Não	Não[23]
UFES	Não	Não[24]
UFRGS	Não	Não[25]
UNESP- Marília	Sim	Não[26]
UEPB	Não	Não[27]
FURG	Sim	Sim[28]
UFMG	Não[29]	Sim
UFPB	Não	Não[30]
UFSC	Sim	Sim[31]
UFAM	--	--[32]

Fonte: Elaborado pela própria autora, com base nas informações disponíveis nos web sites dos cursos de Arquivologia.

Silva (2017), na obra Entre a teoria e a prática: o contexto de atuação dos estagiários, sob a ótica das instituições contratantes e dos egressos do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais, procurou conhecer a contextualização dos estagiários de Arquivologia do curso da UFMG, na ótica das instituições contratantes, buscando identificar implicações no mercado de trabalho

[20] Baseado na Estrutura Curricular disponível em: https://app.uff.br/iduff/consultaMatrizCurricular.uff

[21] Baseado na Estrutura Curricular disponível em: https://sigaa.unb.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/1141625;jsessionid=C62DA8CBB5A9E4958FD96C49F2EE68F6.sigaa13, verifica-se a Disciplina Optativa "Arquivos de Organizações de Direito Privado".

[22] Baseado na Estrutura Curricular disponível em: https://sigaa.unb.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/1141625;jsessionid=C62DA8CBB5A9E4958FD96C49F2EE68F6.sigaa13

[23] Não foi localizado especificamente as disciplina em análise. Contudo, consta na Matriz curricular a disciplina Arquivos Especializados. Disponível em: http://www.uel.br/ceca/cin/pages/arquivologia/matriz-curricular/quarta-serie-arq.php

[24] Não foi localizado especificamente as disciplina em análise. Contudo, consta na matriz curricular a disciplina: Instituições de Direito Público e Privado. Disponível em: https://arquivologia.ufes.br/sites/arquivologia.ufes.br/files/field/anexo/ppc_arquivologia_2016_versao_final_grade_curricular_e_ementario_26052017.pdf#overlay-context=grade-curricular

[25] Baseado na Estrutura Curricular disponível em: http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=301

[26] Baseado na Estrutura Curricular disponível em: https://www.marilia.unesp.br/#!/graduacao/cursos/arquivologia/grade-curricular/estrutura-curricular-2019/

[27] Não foi localizado especificamente as disciplina em análise. Contudo, consta na matriz curricular a disciplina: Instituições de Direito Público e Privado. Disponível em: http://arquivologiauepb.com.br/matriz-curricular/

[28] Conforme resposta do Quadro 3.

[29] Exceção apresentada no Quadro 3.

[30] Não foi localizado especificamente as disciplina em análise. Contudo, consta na matriz curricular a disciplina: Instituições de Direito Público e Privado. Disponível em: http://www.ccsa.ufpb.br/arqv/contents/paginas/doptativas

[31] Baseado na Estrutura Curricular disponível em: http://cagr.sistemas.ufsc.br/relatorios/curriculoCurso?curso=335&curriculo=20161

[32] Currículo não disponível no web site UFAM.

para o arquivista no tocante a sua inserção, reconhecimento e visibilidade do seu trabalho.

> Quanto à esfera de atuação, houve uma predominância de estágios nas instituições públicas, seguida das instituições privadas.
>
> Assim, como a demanda cada vez menor de estagiários de Arquivologia, também foi possível perceber pelos relatos que muitas instituições ainda desconhecem o profissional arquivista e o curso de Arquivologia. [...]
>
> No campo das instituições privadas isso parece ser ainda mais difícil. Segundo um dos entrevistados, os profissionais não chegam nessas instituições pois uma média considerável já tem uma graduação ou emprego, outros vão direcionar os estudos para concursos e apenas uma pequena parcela vai se direcionar para o mercado privado.
>
> São necessárias atividades de divulgação do curso pela universidade e pelos alunos para esse mercado por meio de eventos como workshops, cursos de extensão para atualização dos egressos e outros com foco na comunidade em geral, disciplinas voltadas para esse campo, a fim de estimular os alunos ao olhar empreendedor, despertando o interesse dos futuros profissionais para essa expertise, tendo foco tanto no privado quanto no público. Ações de estímulo às empresas tendem a ter como contrapartida o reconhecimento do profissional, proposição de boa carreira, salário justo e boas condições de trabalho, expandindo mais esse setor. (SILVA, 2017, p. 95).

Assim, compreender como as reflexões teóricas estão buscando discutir sobre os arquivos privados, e mais especificamente, os arquivos privados institucionais faz-se necessário. Marques (2007, p. 221) em sua análise, buscou elencar no Quadro 29 (APÊNDICE E) as dissertações e teses com temáticas relacionadas à Arquivística no período compreendido entre 1980 a outubro de 2006 e que muito contribuiu para a reflexão aqui proposta. Contudo,

> É importante destacar que as informações relacionadas no quadro também devem ser relativizadas, embora sejam bastante próximas da realidade. Um dos problemas é a dificuldade do enquadramento das teses e dissertações apenas pelos seus títulos. Por isso, é importante advertir que esse quadro (quantitativo de dissertações e teses) serve mais como um indicador de tendências do que propriamente um dado definitivo. (MARQUES, 2007, p. 136).

No referido Quadro 29 é possível inferir que as teses e dissertações produzidas em Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação do Brasil, de 1980 a 2006, apresentam diversas abordagens. Merece destaque a presença da abordagem dos arquivos privados de natureza institucional, já presentes nesse levantamento: “Fundamentos de um sistema informacional para o apoio à tomada de decisão de inovação em empresas de base tecnológica (ALVIM, Paulo César

Rezende de Carvalho, 2002)”; “O correio eletrônico e seu impacto na formação dos arquivos empresariais: estudo de caso da Shell e do Club Mediterranée (MARIZ, Anna Carla Almeida, 1997)”; “O conceito de arquivo na literatura e na opinião de gestores de arquivos privados (PEREIRA, Sandra Lucia, 1995)”;

Embora os casos acima devam ser destacados, eles são exceção. Por isso mesmo, reforça-se e compartilha-se o argumento que

> É importante visualizar quais serão os papéis sociais destes profissionais, tendo em vista as demandas conjunturais e circunstanciais, as oportunidades e ameaças presentes, as tecnologias disponíveis e os seus impactos e desafios. Tal análise é importante para harmonização do currículo em reestruturação com o mercado laboral, regional e nacional. (SOUZA, 2011 *apud* CHAGAS; NEGREIROS; SILVA, 2021, p. 202).

A pesquisa em Arquivologia, como demonstrado até o momento, tem procurado avançar na busca por um campo científico consolidado. Porém, nota-se que o foco dos estudos perpassa pelas problemáticas teóricas dos arquivos públicos, deixando de expandir as outras reflexões também necessárias e que prepare o arquivista para os desafios da sua atuação profissional prática.

5 ARQUIVOS PRIVADOS INSTITUCIONAIS EM DEBATE

Este capítulo dedica-se ao debate sobre os arquivos privados institucionais. Parte-se das definições teóricas de arquivos privados e de arquivos públicos. Adverte-se que a terminologia arquivística deve refletir as práticas executadas no país que fazem referência, inclusive, a seus aspectos administrativos, políticos e culturais.

No subtópico seguinte, procura-se averiguar os usos dos diferentes termos usados para designar os arquivos privados institucionais. Entendeu-se que seria revelador definir a expressão que fizesse mais sentido. Aponta-se como uma sugestão a terminologia *arquivos privados de natureza institucional* e considera-se necessária a constante atualização terminológica, principalmente no que diz respeito ao *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.*

No último tópico, enfatiza-se, do ponto de vista da pesquisa científica, o modo como os arquivos privados de natureza institucional são debatidos no campo científico. Fica claro que as teorias da Arquivologia refletem no Brasil, ao longo do tempo, o movimento da prática profissional, que, por vezes, parece focalizada apenas nos arquivos públicos. Acredita-se que as técnicas voltadas para os arquivos públicos, somados aos arquivos privados, podem formar um conjunto coeso das teorias arquivísticas. De outro lado, é importante que ambos os campos de atuação − público e privado− passem a ocupar lugar de destaque no cenário brasileiro.

5.1 Arquivos privados e arquivos públicos: definições teóricas

A história da Arquivologia como campo disciplinar no Brasil, segundo Marques (2007, p. 171), “é marcada pela necessidade de habilitação técnica de pessoal para o tratamento dos acervos produzidos/acumulados, sobretudo pelas instituições públicas brasileiras”. Apesar da utilização da palavra *sobretudo*, nota-se a presença dos arquivos privados de natureza institucional nos principais marcos da Arquivologia no Brasil, conforme apresentado no tópico anterior. Assim, compreender o desenvolvimento das definições conceituais da área, também pode ser esclarecedor e revelador quando pensamos nos arquivos privados institucionais.

Em função de a Arquivologia brasileira ter sofrido a influência de estudiosos franceses e americanos (MARQUES, 2011), percebe-se que já existia uma distinção terminológica entre arquivos privados e arquivos públicos. O trecho abaixo esclarece:

> A arquivística brasileira recebeu a influência francesa na literatura e na terminologia, principalmente, em relação aos arquivos históricos. Os arquivos empresariais sofreram influência americana, como é o caso do Arquivo Central da FGV, na abordagem sistêmica, no valor primário dos documentos, na preocupação com os documentos administrativos, no controle, na classificação e na gestão de documentos. Embora sua documentação também seja histórica, pois os documentos que são recolhidos ao Arquivo Central são de guarda permanente, ele ainda é reconhecido apenas como um arquivo administrativo, o que configura mais uma herança daspiana. (SILVA, 2014, p. 68).

Considerados por vários estudiosos, como COOK (1997); DUCHEIN (1992); SILVA et al. (1999); FONSECA (2004), os rumos científicos da arquivologia são marcados pela obra *Manual dos Arquivistas Holandeses*, publicado em 1898 (MUELLER; FEITH; FRUIN, 1960) (MARQUES, 2011).

Fica claro que

> [...] vários estudiosos da área reconhecem, nesse Manual, "o marco inaugural do que se poderia identificar como uma disciplina arquivística, como um campo autônomo de conhecimento" (FONSECA, 2004, p. 50). Segundo Cook (1997), o Manual dos Arquivistas Holandeses apresenta as reflexões de Muller acerca da teoria arquivística francesa (quando com ela teve contato em sua passagem pela *École des Chartes* em 1873), bem como a introdução e a repercussão do Princípio da Proveniência nos arquivos holandeses. Apesar de suas limitações teóricas, revela-se pioneiro na sua proposta de codificação da teoria arquivística europeia e de metodologia na organização de arquivos. Silva et al (1999) reconhecem os avanços e limitações da obra, afirmando que, de um lado, aspectos hoje considerados essenciais (conceito de arquivo, organização e descrição padronizada dos documentos) são nela apresentados; por outro lado, noções importantes não são contempladas, como a triagem, a eliminação e o arquivo privado. Quanto a este último aspecto, os autores portugueses lembram que o Manual centrou-se nos arquivos da administração pública e marcou o início de um novo período para a Arquivologia, agora caracterizada por um viés técnico, distante dos paradigmas historiográficos e mesmo biblioteconômicos, de forma a dar os seus primeiros passos para a definição de um campo de saber específico. (SILVA et al, 1999; DUCHEIN, 1992 *apud* MARQUES, 2011, n.p).

Apesar de Marques (2011) afirmar que o arquivo privado não é contemplado no Manual, vale chamar atenção que embora a temática não seja discutida, é, ao menos, lembrado o documento privado, como se percebe no trecho a seguir:

> 33. Os documentos originais de natureza formal, por muito danificados que estejam ou por diminutos que sejam os seus fragmentos restantes, não

> devem jamais ser destruídos, ainda que deles existam duplicatas, confirmações ("*vidimus*") ou cópias autênticas. [...].
>
> O instrumento formal é, por si mesmo, não só a autêntica prova documentária do ato, mas também simultâneo a este, e todo fragmento de um documento constitui testemunho irrefutável da sua existência. A norma em apreço, de um modo geral, não comporta exceção. Mas é mister zelar-se também pela preservação dos documentos privados, que aparecem com freqüência, por exemplo, nas coleções de particulares (MANUAL DOS ARQUIVISTA HOLANDESES, 1973, p. 75).

A ênfase parece recair nos documentos privados e nas coleções particulares, sem definição de abrangência entre privado pessoal e institucional.

No Brasil, a tradução do *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos (Manual dos Arquivistas Holandeses*) foi publicada pelo AN, em 1960. Tal feito representa um avanço para a Arquivologia brasileira, que, em conjunto com o *Manual de Arquivo,* de Schellenberg, "davam início a um programa de formação e aperfeiçoamento do pessoal de arquivos." (RODRIGUES, 1980).

A busca pelas definições da terminologia arquivística está mais demarcada no século XX.

> As discussões em torno da consolidação de uma terminologia arquivística remontam à criação, em 1948, do Conselho Internacional de Arquivos (CIA). Em 1953, por ocasião do II Congresso Internacional de Arquivos, o CIA instituiu o comitê que, entre 1954 e 1963, dedicou-se ao tema, buscando a correspondência de termos e conceitos em seis idiomas. O comitê foi presidido por Herman Hardenberg (Holanda) e integrado por Marcel Baudot e Robert-Henri Bautier (França), Miguel Bordonau (Espanha), Antonino Lombardo (Itália), Herman Meinert (Alemanha), Heinrich-Otto Meisner (República Democrática da Alemanha) e Peter Walne (Inglaterra). Os estudos resultaram no lançamento, em 1964, do *Elsevier's Lexicon of archive terminology*, redigido em francês, que englobou termos equivalentes em inglês, alemão, espanhol, italiano e holandês, compreendendo tipos de documentos, catálogos e inventários, aspectos físicos estruturais dos arquivos, métodos de preparação, processamento, utilização e preservação.
>
> Em 1974, dez anos após a publicação do *Lexicon, a Society of American Archivists* reimprimiu, na *The American Archivist*, um trabalho compilado por Frank Bernard Evans, Donald F. Harrison e Edwin A. Thompson e editado por William L. Rofes, intitulado *A Basic glossary for achivists, manuscript curators, and records managers.* [..].
>
> Em 1976, a literatura técnica foi enriquecida por uma publicação da Unesco que ultrapassou o domínio dos arquivos, intitulada *Terminology of documentation,* trabalho compilado por Gernot Wersig, do Instituto de Documentação e Estatísticas Médicas de Berlim, com a colaboração do Instituto Central de Informação Científica e Técnica de Moscou e de Armando M. Sandoval, do Centro de Informação Científica e Humanística da Universidade do México [...].

> Em 1977, o CIA retomou o tema da terminologia em arquivos, constituindo um grupo de trabalho presidido pelo inglês Peter Walne, que havia participado do *Lexicon of archive terminology* (1964). O grupo, integrado por François-J. Himly e Michel Duchein (França), Eckhart G. Franz (República Federal da Alemanha), Antonio Arago (Espanha), Frank Bernard Evans (EUA, representante oficial da Unesco), Filip J. Dogih (URSS), Charles Kecskeméti (secretário-executivo do CIA), Eric Ketelaar (Holanda) e Elio Lodolini (Itália), produziu o *Dictionary of archival terminology* (DAT 1), publicado em 1984, pelo qual o CIA reafirmou os propósitos de instrumentalizar o intercâmbio técnico internacional.
>
> Com o mesmo caráter e a mesma filosofia do DAT 1, uma segunda edição foi lançada em 1988, contendo 486 termos, com conceituações em inglês e francês [...].
>
> Entre o DAT 1 e o DAT 2 vieram a público várias contribuições de diferentes países, inclusive do mundo hispânico – estas promovidas pela Associação Latino-Americana de Arquivos (ALA) –, uma das quais a tradução e adaptação efetuada por Manuel Vázquez (Argentina), e Maria Luisa Acuña Braun (México), em versão datilografada, que circulou em 1986 [...].
>
> Durante esse período também veio a público a contribuição de Portugal, que, em 1989, apresentou uma versão provisória do Dicionário de terminologia arquivística, sendo o texto definitivo publicado em 1993 [...]. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 8).

O breve resumo acima apresentado é esclarecedor a respeito da evolução e dos marcos em torno da busca pela terminologia arquivística internacionalmente.

No âmbito nacional, é somente após a criação da AAB, em 1971, que se criou um grupo de estudos que se debruça sobre a terminologia arquivística.

> Os primeiros resultados foram apresentados no I Congresso Brasileiro de Arquivologia (1972), constituindo um glossário com 132 termos.
>
> Em 1977, foi criado pela AAB o Comitê de Terminologia Arquivística. Unindo-se à Comissão de Estudos de Terminologia Arquivística do Comitê Brasileiro de Finanças, Bancos, Seguros, Comércio, Administração e Documentação (CB-14) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o novo grupo – composto por Maria de Lourdes Costa e Souza (AAB), Maria Amélia Porto Migueis e Irene de Menezes Dória (individuais), Marilena Leite Paes e Eloísa Helena Riani (Fundação Getúlio Vargas), Maria de la Encarnación E. Santos (Arquivo Nacional) e José Lázaro de Souza Rosa (Comercial Prontocópia S.A.) – iniciou, em 1982, um projeto de normalização da terminologia arquivística no Brasil que, lançado em 1983, compreendeu 60 termos em português, com as respectivas definições. Em 1986, esse trabalho passou à categoria de norma brasileira, constituindo a NBR 9578: Arquivo – Terminologia.
>
> Em 1988, quando se divulgava junto à comunidade arquivística brasileira, com o apoio da ALA, uma tradução do DAT de 1984, realizada por Maria Amélia Porto Migueis e Maria Odila Kahl Fonseca, com o objetivo de servir de base de discussão para a organização de uma terminologia nacional, foi lançado o DAT 2. Em virtude disso, na I Conferência Nacional de Arquivos, realizada naquele ano de 1988 no Rio de Janeiro, formaram-se grupos de

> trabalho para discutir e atualizar essa tradução (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 10).

A busca por uma consolidação da terminologia no Brasil tem como plano de fundo a “Conferência Nacional de Arquivos”.

> As propostas derivadas da I Conferência Nacional de Arquivos não se constituíram em meras ratificações de uma nova tradução da versão de 1988. Sem perder de vista a terminologia internacional, alguns termos e conceitos de uso regional foram sistematizados e incorporados ao vocabulário técnico, passando a ser referenciados em obras a partir de então publicadas.
>
> Em 1989, Rolf Nagel, pela Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional, em co-autoria com Maria José Rabello de Freitas, pela Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal da Bahia, lançaram o Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira, trabalho que contou com a assessoria de Isa Miriam de Almeida Poupard, na época professora visitante da Universidade, e com a participação de 34 alunos do Curso de Especialização em Arquivologia da referida escola. O Dicionário da Bahia, como ficou conhecido, reuniu um conjunto de 537 termos, tendo por referencial o DAT 2.
>
> Ainda em 1989, o grupo de São Paulo, formado por Ana Maria de Almeida Camargo, Ana Maria Penha Mena Pagnocca, Aparecida Sales Linares Botani, Célia Reis Camargo, Edite Maria da Silva, Felícia Musikman, Guita Mindlin, Heloísa Liberalli Bellotto, Isabel Maria Mezzalira, Janice Gonçalves, Maria Cecília Ferraz de Castro Cardoso e Viviane Tessitore, divulgou uma Contribuição do Arquivo Público do Estado de São Paulo para elaboração do dicionário de terminologia arquivística, e, em 1990, lançou o Dicionário brasileiro de terminologia arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa.
>
> Naquele ano de 1990, havia sido instituído um grupo de trabalho no Arquivo Nacional que procurava interligar os estudos em curso[...]. Em 1991, os resultados dos estudos foram divulgados preliminarmente, com o objetivo de aproximar as discussões regionais e receber contribuições técnicas de várias partes do país[...] Encaminhado para publicação em 1992, reunindo então cerca de 550 termos, o Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia brasileira não foi impresso.
>
> Em 1994, a versão de 1992 foi reduzida por solicitação da ALA, tendo em vista facilitar a discussão e a compilação de uma terminologia comum em português e espanhol, chegando a existir, então, duas versões do trabalho, apelidadas à época de Glossa[rio] Brasil e Glossa[rio] Espanha. Nesta última, reduzida conforme o solicitado, haviam sido excluídos termos relativos a equipamentos, tipos de documentos e aqueles considerados especializados de áreas afins. O Glossa Espanha foi a contribuição brasileira para a elaboração da obra, já citada, *Hacia un diccionario de terminología archivística*, pelo GITAA. Ana Maria de Lima Brandão integrou o grupo como representante do Arquivo Nacional.
>
> Em 1996, o grupo de São Paulo lançou uma nova edição do Dicionário [...].

> De novembro de 1997 a julho de 1999 procedeu-se, no Arquivo Nacional, a uma revisão do trabalho, interrompida na parte relativa à equivalência dos seus 381 termos com outros idiomas
>
> Os estudos de 1999 do Arquivo Nacional, herdeiros de estudos anteriores, eram em boa parte resultantes de uma análise a que se procedeu sobre os trabalhos publicados no Brasil até então, com destaque para os dicionários de São Paulo (1989, 1990, 1996) e o da Bahia (1989). Desta maneira, o que há de especialmente novo nos Subsídios de 2004 e, em decorrência, neste Dicionário brasileiro de terminologia arquivística, é a tentativa de se observar a evolução dos conceitos, recorrendo-se à comparação entre os três DAT, procurando uma aproximação de idéias, nem sempre coincidentes nem de fácil percepção, e não uma mera tradução de termos ou versão de conceitos. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 12).

Barros (2015) afirma que os problemas atrelados às definições terminológicas se fizeram presentes no percurso da disciplina, tanto nacionalmente como internacionalmente, constituindo-se em um passo importante para o reconhecimento do arquivista como profissional.

O referido autor afirma que

> [...] passando pela obra de Jenkinson, Casanova, Schellenberg, até a década de 1990, na qual as associações e sociedades e o próprio Conselho Internacional de Arquivos buscaram estabelecer parâmetros terminológicos, através do Dicionário de Terminologia Arquivística (1996), da criação de Arquivistas de São Paulo, ou mesmo do *Glossary of archival and records terminology* (2014), da Sociedade Americana de Arquivistas, ou ainda do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), do Arquivo Nacional. Nesse campo, existe a necessidade fundamental de que os arquivistas se reconheçam como profissionais, e a normalização terminológica constitui um grande passo para isso. (BARROS, 2015, p. 13).

É importante esclarecer que o desenvolvimento da Arquivologia como área do conhecimento “deve considerar a definição de termos numa sistemática permanente que relaciona sua aplicação pratica, sua constatação empírica e sua validade teórica, sempre com o objetivo de significar a realidade em conhecimento.” (BARROS; SCHMIDT, 2021, 197).

Analisar as definições de arquivos públicos e arquivos privados nesses dicionários torna-se importante para esclarecer como reverberou e circulou esse desenvolvimento terminológico, na medida em que a terminologia é fundamental na transmissão do pensamento de um determinado campo.

Barros e Schmidt (2021) esclarecem:

> Nesse sentido, de acordo com Cabré, a terminologia assume um importante papel na comunicação especializada, principalmente por ser o termo, além de uma representação léxica, essencial a transmissão do pensamento especializado de um determinado campo.

> Para as diferentes disciplinas técnico-científicas, a terminologia é o conjunto de unidades de expressão e comunicação que permitem a transferência de pensamento especializado. O importante nesta concepção e o valor de troca do stermos, e por isso que dizemos que os termos são, para as áreas de especialidade,um meio de transferir o conhecimento, de se comunicar. (CABRE, 1995, p. 4)

> Nessa linha de pensamento, para Benveniste, a constituição de uma terminologia própria marca, em toda ciência, o adventoou o desenvolvimento de uma conceitualização nova, assinalando, assim, um momento decisivo de sua historia. Poder-se-ia mesmo dizer que a historia particular de uma ciência se resume na de seus termos específicos. Uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação. Ela não tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o,podendo este constituir uma ordem de fenômenos, um domínio novo ou um modo novo de relação entre certos dados. O aparelhamento mental consiste,em primeiro lugar, de um inventario de termos que arrolam, configuram ou analisam a realidade. *Denominar, isto é, criar um conceito, é, ao mesmo tempo,a primeira e última operação de uma ciência.* (Benveniste, 1989, p. 252, grifo nosso) (BARROS; SCHMIDT; 2021, p. 196).

Dentre os dicionários internacionais citados nos textos introdutórios do *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, conseguiu-se localizar o *Dictionary of archival terminology* (DAT 1), de 1984, e o *Dictionary of archivalterminology* (CIA), de 2002.

Em 1984, o CIA publicou o "*Dictionary of Archival Terminology*" (DAT 1), compreendendo 503 termos, constando as seguintes definições:

> ARCHIVE
>
> *(1) Archives (1) originating from a single provenance.*
> *See Archive Group: Principle of Provenance (2): Record Group.*
> *(2) An individual item forming a part of archives (2) (UK).*
>
> *ARCHIVE (s) ADMINISTRATION*
>
> *(1) The theoretical and practical study of polices, procedures and problems relating to archives functions*
> *(2) The direction and management of archives (2)* (CIA,1984, p. 23).

Em 2002, o Grupo de Terminologia do CIA divulgou, via Internet, uma nova versão do *Dictionary of Archival Terminology*, cuja última atualização data de 21 de setembro do mesmo ano. O DAT 3 possui 313 termos e conceitos definidos em inglês e com suas equivalências em francês, alemão e espanhol. A versão do DAT que encontrada nesta pesquisa data de 2021.

> *[..] archival record n. Materials created or received by a person, family, or organization, public or private, in the conduct of their affairs that are*

> *preserved because of the enduring value contained in the information they contain or as evidence of the functions and responsibilities of their creator. Notes'Archival records' connotes documents rather than artifacts or published materials, although collections of archival records may contain artifacts and books. Archival records may be in any format, including text on paper or in electronic formats, photographs, motion pictures, videos, sound recordings. The phrase archival records is sometimes used as an expanded form of archives to distinguish the holdings from the program.* (DAT, 2021, documento *on-line*).

O *A Glossary of Archival and Records Terminology Richard Pearce-Moses*, de 2005, também foi localizado, cuja definição de arquivo é assim apresentada:

> *Archival records, n. ~ Materials created or received by a person, family, or organization, public or private, in the conduct of their affairs that are preserved because of the enduring value contained in the information they contain or as evidence of the functions and responsibilities of their creator. Syn: permanent records BT: record RT: archives Notes: 'Archival records' connotes documents rather than artifacts or published materials, although collections of archival records may contain artifacts and books. Archival records may be in any format, including text on paper or in electronic formats, photographs, motion pictures, videos, sound recordings. The phrase archival records is sometimes used as an expanded form of archives to distinguish the holdings from the program.* (PEARCE-MOSES, 2005, p. 28).

Do ponto de vista da terminologia arquivística, principalmente no que tange ao cenário internacional, um cuidado é necessário, conforme alerta Duchein (2007)

> Na França, a distinção entre *archives publiques* e *archives privées* é claramente estabelecida por lei: são "públicos" todos os arquivos que emanam do Estado, das coletividades territoriais e de estabelecimentos públicos, e mais algumas categorias enumeradas na lei n. 18/79, já citada: todos os outros arquivos são privados.
>
> Isso não é o mesmo em todo o lugar. Assim, na Inglaterra, o termo *public records* tem uma significação muito limitada e não compreende, especialmente, os arquivos dos condados e vilas.
>
> Prudentemente, o DTA se contenta em definir *public archives/archives publiques* por "arquivos definidos pela lei como públicos", o que é vago. Infelizmente, ele acrescenta "termo talvez utilizado para designar os arquivos consultáveis pelo público", o que é (na França, pelo menos) uma heresia. Quanto aos arquivos privados, importa saber que nos Estados Unidos (e no Canadá) são chamados *manuscripts*. Ora, o DTA, na rubrica *Manuscript* (n. 279), dá como equivalente francês *manuscrit*, o que faz correr o risco de conduzir a temíveis erros de tradução, por exemplo, com relação à questão de *manuscript collections, manuscript curators, manuscript groups,* que são, respectivamente, em francês, *collections d'archives privées, conservateurs d'archives privées* e *fonds d'archives privées.* Trata-se aí, sejamos precisos, de usos sobretudo americanos, mas, mesmo na Inglaterra, a *"Historical Manuscript Commission"*

> corresponde, de fato, àquela que seria na França uma *"Comission des archives historiques privées."* (DUCHEIN, 2007, p. 20).

No que diz respeito às produções brasileiras, em 1971, a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) institucionalizou um Grupo de Trabalho integrado que resultou na elaboração de um glossário com 132 termos, apresentado no I Congresso Brasileiro de Arquivologia, de 1972. Intitulado nos anais do referido Congresso como "Terminologia", consta:

> Arquivo - "Conjunto de documentos oficialmente produzidos e recebidos por um governo organização ou firma, no decorrer das suas atividades, arquivados e conservados por si e seus sucessores para efeitos futuros" (Salon Buck). A palavra arquivo pode também ser usada para designar:
> - conjunto de documentos;
> - o móvel de aço, de madeira, usado para guardar documentos;
> - o local, o edifício onde os documentos deverão ser conservados;
> - órgão governamental ou institucional localizado nesse edifício;
> - títulos de revistas ou periódicos (usada, geralmente, no plural) (AAB, 1972, p. 437-438).

Já na Norma Brasileira NBR 9578, de 1986, tem-se as seguintes significações:

> Arquivos públicos
>
> 2.15.1 Conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por instituições governamentais de âmbito federal, estadual ou municipal, em decorrência de suas funções específicas administrativas, judiciárias ou legislativas.
>
> Arquivos privados
>
> 2.14 Conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por instituições não-governamentais, famílias ou pessoas físicas, em decorrência de suas atividades específicas, e que possuam uma relação orgânica perceptível através do processo de acumulação. (ASSOSSIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1986, p. 2).

No Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira, ou Dicionário da Bahia, de Rolf Nagel, de 1989, observam-se as seguintes conceituações:

> Arquivos Públicos
>
> Arquivos produzidos e recebidos pelos órgãos do poder público de âmbito federal, estadual e municipal no exercício de suas funções executivas, legislativas e judiciárias. Ver: Arquivo Municipal, Arquivo Estadual, Arquivo Nacional.
>
> Arquivos Privados

> Arquivos ou conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por uma pessoa, uma família ou mesmo por empresa, instituições e organizações não governamentais em decorrência de suas atividades cotidianas e que possuam uma relação orgânica perceptível através do processo de acumulação. São os arquivos, produzidos por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Ver: Arquivo de Empresa; Arquivo Familiar; Arquivo Pessoal.
>
> Arquivos Empresariais
>
> Ver: Arquivos de Empresa.
>
> Arquivos de Empresa
>
> 1.Conjunto de documentos acumulados ao longo das atividades de uma organização comercial, industrial ou bancária. Usa-se também Arquivos Empresariais; 2. Unidade administrativa ou órgão encarregado de um arquivo de empresa; Ver: Arquivos privados (NAGEL, 1989, n.p).

Em 1990, a Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo lançou o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística- contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa, averiguou-se:

> ARQUIVO PÚBLICO
>
> 1.Conjunto de documentos acumulados em decorrência das funções executivas, legislativas e judiciários do poder público no âmbito federal, estadual e municipal, bem como o conjunto de documentos de entidades de direito privado encarregadas de serviços públicos.
>
> 2. Unidade administrativa ou órgão encarregado de um arquivo público
>
> ARQUIVO PRIVADO
>
> Conjunto de documentos acumulados em decorrência das atividades de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, depositados ou não em instituições públicas. (AAB, 1990, p. 19-20).

Em 1996, o Grupo de Trabalho de Terminologia Arquivística de São Paulo, agora composto por Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto (Coordenadoras), Aparecida Sales Linares Botani, Isabel Maria Mezzalira, Janice Gonçalves e Viviane Tessitore, lançou uma nova versão do dicionário, intitulada “Dicionário de terminologia arquivística”.

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), a designação de arquivo público e arquivo privado são:

> Arquivo público
>
> Arquivo(1) de entidade coletiva pública, independentemente de seu âmbito de ação e do sistema de governo do país.
>
> Arquivo(2) integrante da administração pública.
>
> Arquivo privado
>
> Arquivo(1) de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 35).

O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (CUNHA; CAVALCANTI, 2008) define:

> *Arquivo (1) archives, in-house archives, records. 1. "Conjunto de documentos, quaisquer que sejam suas datas, suas formas e seus suportes físicos, produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, ou por instituições pública ou privada, em decorrência de suas atividades".*
>
> A de empresas- arquivo empresarial. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 24).

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (ARQ-SP, 2012), tem-se:

> Arquivo Público
>
> Conjunto de documentos acumulados em decorrência das funções executivas, legislativas e judiciárias do poder público no âmbito federal, estadual e municipal, bem como o conjunto de documentos de entidades de direito privado encarregadas de serviços públicos [...].
>
> Arquivo Privado
>
> Conjunto de documentos acumulados em decorrência das atividades de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, depositados ou não em instituições públicas (ARQ-SP, 2012, p. 24).

Portanto, compartilha-se a ideia de Barros e Schmidt (2021), de que a terminologia arquivística deve refletir as práticas executadas no país que fazem referência, inclusive considerando seus aspectos administrativos, políticos e culturais.

Embora não seja especificamente um dicionário, um outro marco que merece atenção é a Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991. Nessa legislação é demarcado que

> CAPÍTULO II
>
> DOS ARQUIVOS PÚBLICOS
>
> Art. 7º - Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias.
>
> § 1º - São também públicos os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por instituições de caráter público, por entidades privadas encarregadas da gestão de serviços públicos no exercício de suas atividades. [...]
>
> CAPÍTULO III
>
> DOS ARQUIVOS PRIVADOS
>
> Art. 11 - Consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades.
>
> Art. 12 - Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional. (BRASIL, 1991, documento *on-line*).

Segundo o dicionário do Conselho Internacional dos Arquivos (ICA, 2004, documento *on-line*), arquivos privados são "arquivos cuja procedência é de organização não governamental, ou em oposição aos registros do setor público (governo)".

No texto "Os Arquivos na Torre de Babel Problemas de Terminologia Arquivística Internacional", Michel Duchein, aponta:

> Quanto aos arquivos privados, importa saber que nos Estados Unidos (e no Canadá) são chamados *manuscripts*. Ora, o DTA, na rubrica *Manuscript* (n. 279), dá como equivalente francês *manuscrit*, o que faz correr o risco de conduzir a temíveis erros de tradução, por exemplo, com relação à questão de *manuscript collections, manuscript curators, manuscript groups,* que são, respectivamente, em francês, *collections d'archives privées, conservateurs d'archives privées* e fonds d'archives privées. Trata-se aí, sejamos precisos, de usos sobretudo americanos, mas, mesmo na Inglaterra, a *"Historical Manuscript Commission"* corresponde, de fato, àquela que seria na França uma *"Comission des archives historiques privées."* (DUCHEIN, 2007, p. 20).

As bases teóricas da Arquivologia e a Arquivística internacional ensinam, em primeiro lugar, o "respeito aos fundos" ou o "princípio da proveniência". Porém, é notável que "as práticas profissionais, os métodos, o substrato institucional variam de um país a outro em tais proporções que, com muita

frequência, a tradução dos textos não pode ser mais que uma aproximação (DUCHEIN, 2007, p. 20)". Faz-se importante, portanto, estudar os problemas terminológicos da arquivologia.

> Ela [arquivística internacional comparada] ajuda a precisar as noções, a dissipar o vapor do empirismo, obriga a colocar em questão as certezas adquiridas pela rotina. Arquivologia nacional alguma pode ignorar os aportes dos outros países. O papel do CIA, para esta tomada de consciência intercultural, é essencial. E é por isso que o *Dictionnaire de terminologie archivistique* será, em todo país do mundo, uma das obras de referência de toda biblioteca de arquivos, esperando o advento de um esperanto arquivístico que não é para amanhã. (DUCHEIN, 2007, p. 21-22).

O tema "Arquivos públicos" suscita discussões bem abrangentes. Ao mesmo tempo, trata-se de um conceito mais preciso, ficando ainda mais clara tal afirmação quando se retoma o número de pesquisas que a ele dedicados. De outro lado, as discussões sobre o tema "Arquivos privados institucionais" são mais restritas. Consequentemente, o conceito apresenta-se menos discutido e formalmente menos consolidado, como apresentado até o momento e como será demonstrado mais detalhadamente no tópico seguinte.

O conceito de arquivo privado institucional foi apenas traduzido, mas pouco se compreendeu do contexto brasileiro.

Celistre (2015) adverte:

> Na Arquivologia, assim como em outras áreas do conhecimento, o conceito também está condicionado ao contexto em que está inserido. Dessa maneira alguns termos apresentam conceitos diferentes, o que faz com que existam termos com múltiplos conceitos ou termos polissêmicos.
>
> O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, dentre outras obras que já surgiram no intuito de normalizar os termos utilizados na área ainda não dão conta das inúmeras imprecisões que certos termos apresentam, seja por um problema idiomático durante a tradução, seja pela questão semântica. Em todo o campo do saber é necessário o mínimo de simetria, regularidade entre os termos utilizados, inclusive no que diz respeito aos procedimentos adotados no campo arquivístico (CELISTRE, 2015, p. 18).

Em 1998 Jardim (1998) alertava que a arquivologia carece do arquivista como produtor de conhecimento, pois ainda são raras as trajetórias fora dos marcos do trabalho prático institucional[33]. Pensando nisso e nas definições apresentadas acima, propõe-se no próximo tópico estabelecer uma reflexão terminológica do conceito de arquivos privados de natureza institucionais.

[33] Vale lembrar que mudanças significativas ocorreram após esse contexto com a ampliação dos cursos de Arquivologia nas universidades brasileiras nos anos 2000 com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

5.2 Tipologia de arquivos privados institucionais

Diferentes termos são usados para definir arquivos privados institucionais, por exemplo: arquivos privados de empresas, arquivos empresariais, arquivos de empresas, arquivos privados de pessoa jurídica de direito privado, arquivo privado de pessoa jurídica e arquivos privados de natureza institucional. Averiguar os usos pode ser revelador no sentido de propor a expressão que faz mais sentido.

Ao retornar os textos que compõem a revisão teórica desta pesquisa, para analisar a questão acima apresentada, notou-se que, apesar de os diferentes autores utilizarem diferentes expressões, poucos refletem sobre essas. Ou seja, os autores, normalmente, utilizam os termos sem partir de uma ponderação teórica. Ao que parece, a exceção é a pesquisadora Pazin Vitoriano (2012; 2016). O habitual é utilizar os termos citados acima para definir arquivos privados de organizações − ou seja, arquivos que não são públicos e pessoais. No entanto, em relação às tipologias de arquivos, é necessário situar o modo de produção no contexto original e princípio de proveniência.

Retomando aos conceitos de princípio de proveniência e ordem original, nota-se que é recorrente nas definições o uso do termo entidade coletiva, assim definido pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia arquivística (2005):

> Princípio da proveniência: Princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma **entidade coletiva**, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos.
>
> Princípio do respeito à ordem original: Princípio segundo o qual o arquivo(1) deveria conservar o arranjo dado pela **entidade coletiva**, pessoa ou família que o produziu.
>
> Entidade coletiva: Grupo de pessoas que age de maneira organizada e é identificado por um nome específico, variando no seu grau e forma de organização, como movimentos sociais e políticos, feiras, seminários, conferências, instituições econômicas, sociais, políticas e religiosas, embarcações e aeronaves. Também chamado de entidade corporativa. (BRASIL, 2005, p. 83, 136, grifo nosso).

A questão central está na definição de entidade coletiva, já que os arquivos privados de natureza institucionais estariam, de acordo com a proveniência e a ordem original, em “arquivo produzido por uma entidade coletiva”.

A análise da definição de entidade coletiva no *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* mostra que, embora esteja claro que se trata de um “grupo

de pessoas que age de maneira organizada", constata-se que pode ser identificado "por um nome específico". Analisando essa última frase, todos os nomes empregados não estariam errados. A questão volta-se para uma terminologia que tenha mais coerência.

Refletindo os conceitos acima apresentados e se interpretados literalmente, pode-se pensar na seguinte terminologia: arquivo de entidade coletiva privada ou arquivo de entidade corporativa privada.

O *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* parece seguir a coerência acima apresentada, nesse sentido define "arquivo privado: arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular" (BRASIL, 2005, p. 35). A partir dessa definição temos um novo elemento que não aparece anteriormente: "entidade coletiva de direito privado". Sobre as questões terminológicas de entidade coletiva de direito privado foram apresentadas nas páginas iniciais desta pesquisa. Vale reforçar que Pazin Vitoriano (2012) aponta que uma empresa pode ser pública ou privada mantendo sua característica de personalidade jurídica de direito privado, e isso independe da origem do seu patrimônio.

A análise de todas as terminologias utilizadas permite sugerir a expressão *arquivos privados de natureza institucional*. A justificativa para tal proposta apoia-se ideia aqui defendida de delimitar e fazer referência a arquivos e de assumir que se trata de privados. Ou seja, partindo do padrão de análise diplomática (TOGNOLI, 2014), a natureza do ato é privada. Contudo, os atos privados podem ser de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Por isso, é importante delimitar também sua natureza. Então, o que o caracteriza ou o define é o fato de ser institucional. Por último, o fato de ser institucional. Isto é, "característico de uma instituição, do conjunto de normas em benefício de interesses coletivos e sociais (Dicionário Aurélio)". Dessa forma, tem-se uma terminologia que segue uma explicação lógica, porém não fica extremamente restrita.

Aponta-se como uma sugestão promover a constante atualização terminológica, acompanhando, principalmente, os esforços do *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.*

Não obstante o uso de diferentes terminologias ao longo desta pesquisa sobre o tema em questão, optou-se, a partir deste tópico, por usar a arquivos

privados de natureza institucional, com o intuito de contribuir para o campo da Arquivologia, em busca de uma terminologia mais adequada.

5.3 Os arquivos privados institucionais e a pesquisa científica

Busca-se neste subcapítulo discutir a produção científica sobre a Arquivologia no Brasil no que diz respeito aos arquivos privados de natureza institucional.

Na primeira etapa, adota-se como base o banco de teses e dissertações da Capes, seguida da aplicação dos filtros arquivo(s), arquivologia e arquivística, bem como “ciências sociais aplicadas”. Tal levantamento recuperou-se 509 pesquisas (APÊNDICE D). Tomando como base a investigação apresentada, afunilou-se ainda mais a busca, utilizando os filtros arquivo privado, arquivo privado institucional, empresa e arquivo privado de interesse público. Apresenta-se, a seguir, o resultado desse levantamento.

- CERQUEIRA, GENEVIEWE DA CRUZ DE. A Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados Sob a Ótica de Novos Acontecimentos: A I Conferência Nacional De Arquivos e o Plano Nacional Setorial De Arquivos' 20/04/2018 . Mestrado em Ciência Da Informação Instituição de Ensino: Universidade Federal Fluminense, Niterói Biblioteca Depositária: BCG;

- MALINOWSKI, GABRIEL GESUALDI. Montagens do público e do privado no arquivo audiovisual: imaginação histórica e cultura do fragmento a partir de filmes de Carlos Nader' 28/04/2020 149 f. Doutorado em COMUNICAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A;

- MOTTA, VERA MARIA ROCHA VASCONCELLO. Arquivos Privados De Titulares Mineiros - 1930/1983: Um Estudo Sobre a Localização, Composição e Uso dos Documentos.' 01/11/1993 347 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte Biblioteca Depositária.. Trabalho anterior à Plataforma Sucupira;

- PEREIRA, SANDRA LUCIA. O conceito de arquivo na literatura e na opinião de gestores de arquivos privados' 01/03/1995 102 f. Mestrado em Biblioteconomia E Ciências da Informação Instituição de Ensino: Pontifícia

Universidade Católica De Campinas, Campinas Biblioteca Depositária.. Trabalho anterior à Plataforma Sucupira;

- MACHADO, BRUNO AMADEI. Do arquivo à empresa, da fábrica à cozinha: movimentos desde o gasômetro de São Cristóvão' 16/08/2019 181 f. Mestrado em Planejamento Urbano e Regional Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: IPPUR/UFRJ;

- SOARES, VERONICA FERNANDES. A institucionalização do arquivo na assessoria jurídica do serviço de apoio às micro e pequenas empresas no estado do rio de janeiro – SEBRAE/RJ: a gestão de documentos como proposta.' 27/04/2018 . Mestrado em Ciência Da Informação Instituição de Ensino: Universidade Federal Fluminense, Niterói Biblioteca Depositária: BCG. Detalhes;

- SOUSA, SARA BARBOSA DE. Memória Empresarial: interesse utilitarista ou responsabilidade histórica?' 01/04/2010 130 f. Mestrado em Ciência Da Informação Instituição de Ensino: Universidade De São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: ECA/USP. Trabalho anterior à Plataforma Sucupira;

- TEIXEIRA, PAULO JOSÉ. A gestão de documentos e a sua importância para a sobrevivência da pequena empresa' 01/08/2007 95 f. Mestrado em Administração Instituição de Ensino: Universidade Positivo, CURITIBA Biblioteca Depositária: CENTRO UNIVERSITÁRIO POSITIVO. Trabalho anterior à Plataforma Sucupira;

- MACHADO, BRUNO AMADEI. Do arquivo à empresa, da fábrica à cozinha: movimentos desde o gasômetro de São Cristóvão' 16/08/2019 181 f. Mestrado em Planejamento Urbano e Regional Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: IPPUR/UFRJ;

- SOARES, VERONICA FERNANDES. A Institucionalização Do Arquivo Na Assessoria Jurídica Do Serviço De Apoio Às Micro E Pequenas Empresas No Estado Do Rio De Janeiro – SEBRAE/RJ: A Gestão De Documentos Como Proposta.' 27/04/2018 . Mestrado em Ciência Da Informação Instituição de Ensino: Universidade Federal Fluminense, Niterói Biblioteca Depositária: BCG;

- Sousa, Sara Barbosa de. Memória Empresarial: interesse utilitarista ou responsabilidade histórica?' 01/04/2010 130 f. Mestrado em Ciência Da Informação Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: ECA/USP. Trabalho anterior à Plataforma Sucupira;

- Silva, Wystercley Marins da. Arquivos De Interesse Público e Social: A Atuação Do Conselho Nacional De Arquivos.' 01/07/2011 146 F. Mestrado Em Ciência Da Informação Instituição de Ensino: Universidade Federal Fluminense, Niterói Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá / UFF;

Este levantamento revela que algumas pesquisas e autores, por vezes, utilizados como referências não constaram no resultado acima apresentado, pois foram defendidos em outros programas que não estão vinculados diretamente na Capes a “Ciência Social Aplicada”. Contudo, avaliou-se a importância de elencá-las também:

- JUNIOR, FRANCISCO ALCIDES COUGO. A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil' 09/02/2021 448 f. Doutorado em Memória Social E Patrimônio Cultural Instituição de Ensino: Universidade Federal De Pelotas, Pelotas Biblioteca Depositária: Biblioteca de Ciências Sociais;

- KONRAD, GLAUCIA VIEIRA RAMOS KONRAD. Acervos arquivísticos em instituições esportivas, militares e religiosas de Santa Maria, RS. 12/04/2019. 88 f. Mestrado em Programa de Pós-graduação Profissional em PATRIMÔNIO CULTURAL. Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil;

- MOLINA, TALITA DOS SANTOS. Arquivos Privados e Patrimônio Documental: O Programa De Preservação Da Documentação Histórica - Pró - Documento (1984-1988)' 11/05/2018 237 f. Doutorado em História Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: PUC/SP;

- MOLINA, TALITA DOS SANTOS. Arquivos privados e interesse público: caminhos da patrimonialização documental. 20/05/2013. 131 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: PUC-SP;

- PAZIN VITORIANO, Márcia Cristina de Carvalho. Obrigação, controle e memória: aspectos legais, técnicos e culturais da produção documental de organizações privadas.' 01/03/2012 355 f. Doutorado em HISTÓRIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: SBD / CAPH;

Desde o início da década de 1970 os arquivos privados de natureza institucional constituem um tema que pouco entusiasma o campo científico, salvo

nos casos de patrimonialização via chancela do interesse público e do interesse social. Parece ocorrer uma divergência quando se analisam as pesquisas acadêmicas mediante a interlocução com os desafios e as práticas apresentadas no mundo do trabalho. Embora arquivistas formados também ocupem o mercado de trabalho do ambiente privado, as pesquisas acompanham outra lógica, mais genérica, cujos temas obedecem a aspectos arquivísticos específicos, por exemplo, meio profissional dos arquivos, funções arquivísticas, processos, processamento, métodos e técnicas (MARQUES, 2018).

Julga-se primordial que o campo científico também se dedique às particularidades e desafios apresentados pelos arquivos privados de natureza institucional.

> O arquivista é a pessoa que, numa administração ou uma empresa, é responsável pelos arquivos, ou seja, pela política de gestão e de conservação de todos os documentos necessários ao bom funcionamento de todos os aspectos daquela entidade, e, como tal, desenvolve os métodos e técnicas indispensáveis ao cumprimento de sua função. (DELMAS, 2010, p. 84).

Mais do que isso, fica claro que as teorias da Arquivologia, ao longo do tempo no Brasil refletem o movimento da prática profissional, que, por vezes, parece apenas focalizada nos arquivos públicos. Tal assertiva é confirmada no levantamento anteriormente apresentado: “Arquivos privados” surge como tema de pesquisa via chancela de “interesse público e social”, controlada por instituições arquivísticas públicas.

Torna-se importante que ambos os campos de atuação − público e privado − passem a ocupar lugar de destaque no cenário brasileiro.

Abrantes (1976) já apontava a representatividade do arquivista em escala mundial:

> Nesses países [Estados Unidos, Inglaterra, França e União Soviética], arquivistas e arquivos ocupam lugar destacado e prioritário na administração pública e das empresas privadas. (ABRANTES, 1976, p. 21).

> Uma síntese do que representam os arquivistas em escala mundial [...]. A remuneração desses profissionais, obviamente, caminha paralelamente ao conceito em que são tidos, inclusive no âmbito da iniciativa privada, para cujo arquivos, também, há dispositivos legais específicos regulando o princípio de controle e preservação de documentos, além de comitês ou comissões especiais funcionando junto aos Arquivos Nacionais, ou, quando não isto, instituições encarregadas de receber e dar destino adequado, quando julgados de interesse histórico ou administrativos, aos acervos das empresas industriais e comerciais. (ABRANTES, 1976, p. 21).

Pode-se afirmar, portanto, que “Arquivos privados de natureza institucional” é um tema que precisa ser mais bem abordado nas pesquisas científicas. Esta pesquisa pode ser um impulso para entusiasmar novos pesquisadores a se dedicarem a estudos nesse sentido.

6 POLÍTICA ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA E OS “ARQUIVOS PRIVADOS DE PESSOAS JURÍDICAS”

Busca-se neste capítulo discutir a política arquivística brasileira e os arquivos privados de pessoas jurídicas. Para isso, optou-se por realizar a análise a partir de três pontos importantes: Normas arquivísticas para os arquivos de pessoas jurídicas: leis, normas e decretos sobre a temática; O Arquivo Nacional e o debate sobre arquivos de empresas privadas; e Arquivos privados de natureza institucional declarados de interesse público e social no Brasil.

No item “As normas arquivísticas para os arquivos de pessoas jurídicas: leis, normas e decretos sobre essa temática”, buscou-se analisar as leis, normas e decretos que versam sobre os arquivos de pessoas jurídicas. Gradualmente, o debate sobre o tema vem ganhando espaço. Ao mesmo tempo, as legislações para os arquivos de organizações privadas, tendo em vista sua relação de eficiência, eficácia e efeitos concretos, merecem ser atualizadas, como também devidamente aplicadas.

No tópico “O Arquivo Nacional e o debate sobre arquivos de empresas privadas”, procurou-se compreender o movimento promovido pelo AN em torno da temática em questão. Inferiu-se que a elaboração de uma política de aquisição por parte do AN visou suprir a necessidade de transparência do processo, pois, quando se consolida uma política, ocorre um movimento para respaldar as tomadas de decisões, isentar os profissionais e proteger a instituição. A política mostra a postura da instituição perante a questão da aquisição dos arquivos privados, servindo como instrumento de disseminação e divulgação da instituição e do seu acervo.

O último tópico apresentado, “Arquivos privados de natureza institucional declarados de interesse público e social no Brasil”, mostra que a declaração de interesse público e social ganha uma perspectiva que a aproxima da patrimonialização. Contudo, ainda é tema que merece ser amplamente discutido. Ousa-se apontar que o fato de a existência da declaração ganhar essa prerrogativa de patrimonialização distancia os arquivos privados de natureza institucional de sua missão de praticar ações voltadas para as noções da gestão de documentos, aproximando-os da ideia de “meros” arquivos permanentes.

6.1 Normas arquivísticas para os arquivos de pessoas jurídicas: leis, normas e decretos sobre essa temática

Em 1980 uma comissão foi nomeada pelo Arquivo Nacional para levantar as questões relacionadas aos arquivos no Brasil, objetivando elaborar um anteprojeto que seria ainda submetido aos poderes Executivo e Legislativo (FRANCO, 1984).

A Lei de Arquivos, ou Lei 8.159/91, foi alvo de muitos debates entre pesquisadores, profissionais e políticos na época de sua concepção. Os debates voltavam-se, principalmente, para a divergência do texto relacionada à abordagem pública e privada (BRASIL, 1984, 1991; SILVA, 2003).

Aqui, importa compreender como se deu o início da proteção do patrimônio arquivístico brasileiro.

A criação do Arquivo Nacional, em 1983, foi o primeiro marco para a preservação dos documentos de natureza arquivística. Era nítida a preocupação com a proteção dos papéis originais dos contratos do imperador, príncipe e princesas imperiais, bem como das correspondências provinciais (Brasil, 1838).

> Nesse contexto, a salvaguarda dos registros era praticada, sobretudo, com a finalidade de legitimar as ações do Estado e auxiliar na construção da **identidade nacional**. Mesmo após uma reforma em 1876 e a ampliação do rol de documentos a serem preservados, o AN permaneceu com as características iniciais, atendo-se à proteção dos papéis produzidos e recebidos pelo poder público. (MATTAR, 2003 *apud* LOPES; RODRIGUES, 2017, p. 3).

Nenhuma menção é feita aos arquivos privados nas Constituições de 1934 e 1937. Lopes e Rodrigues (2017, p. 4) esclarecem que “fica claro que não havia como prioridade a fixação de uma política documental naquele momento, no entanto, as Cartas Magnas apontavam a necessidade de preservação do patrimônio histórico”.

Segundo Bastos e Araújo (1990), a primeira referência no âmbito legal relacionando a proteção documental surge com a promulgação da Constituição de 1946. Advirta-se, porém:

> Embora tenha expressado tal preocupação, Moreira (1990) disserta que o Estado não colocou em prática medidas que auxiliassem o AN na preservação e conservação de documentos sob sua guarda, além de não determinar recursos técnicos e financeiros para o órgão e não promover debates em torno da criação da lei geral de arquivos.

> Neste cenário, tem-se, inclusive, a primeira iniciativa de preservação dos arquivos privados através do Decreto-lei 8.534 de 02 de janeiro de 1946, que determina à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), antiga denominação para o IPHAN, “a catalogação sistemática e a proteção dos arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares, cujos acervos interessem à história nacional e à história da arte no Brasil” (BRASIL, 1946). Para Rodrigues (1982), essa decisão constituiu em um erro gravíssimo, uma vez que essas atribuições eram próprias do AN. (LOPES; RODRIGUES, 2017, p. 4).

Em 1958, o Arquivo Nacional aprova um novo regimento que cita os arquivos privados com um viés voltado para a questão da preservação, pois estabelecia que:

> V - Promover a execução de um plano de reprodução em microfilme, dos documentos de valor histórico, de propriedade de arquivos nacionais públicos e privados, e de arquivos estrangeiros; VI - Organizar o registro nacional de arquivos codificando informes sobre os arquivos públicos e privados que apresentem interesse histórico; VII - Prestar assistência técnica aos arquivos nacionais, públicos e privados, no que concerne à administração de arquivo. (BRASIL, 1958 *apud* LOPES; RODRIGUES, 2017, p. 5).

De outro lado, há um despertar, ainda que tímido, para a necessidade de facilitar o acesso aos arquivos privados.

> Apesar do ritmo lento e quase imperceptível, Moreira (1990) observa que a partir da década de 1960 inicia-se, de fato, o despertar nacional para a importância da preservação do patrimônio arquivístico público e privado. Tal percepção foi influenciada pelos rumos da pesquisa histórica no Brasil, marcada pelo fenômeno do brasilianismo, momento em que estudiosos perceberam as dificuldades relacionadas ao acesso aos arquivos públicos, estaduais, municipais e particulares, alertando, inclusive, o meio acadêmico sobre a necessidade de consulta aos arquivos privados durante a construção da história recente do Brasil. Além disso, “as novas tendências da pesquisa histórica brasileira ressentiam-se da inexistência de uma política efetiva de proteção ao patrimônio documental da nação, incluindo-se a preservação dos arquivos privados.” (MOREIRA, 1990, *apud* LOPES; RODRIGUES, 2017, p. 6).

Parece-nos, nesse período, que sempre voltado para o acesso e uso das informações no âmbito do desenvolvimento científico brasileiro, os arquivos públicos e privados começam a ganhar atenção.

> Dreifuss (1986), por sua vez, ao dissertar sobre a trajetória de sua pesquisa no Brasil em 1976, relata que, até aquele momento, não havia instrumentos que auxiliassem na localização de acervos públicos e/ou privados no país, visto que inexistia um catálogo geral de arquivos, por exemplo (LOPES; RODRIGUES, 2017, p. 6).

Na década de 1970 ganha destaque o nascimento dos centros de documentação, que

> Têm como principal finalidade a preservação de documentos contemporâneos, sobretudo registros do período republicano e, especialmente, os de caráter privado. Ainda de acordo com a autora, esses novos centros podem ser divididos em dois grandes grupos: o primeiro corresponde às instituições vinculadas às universidades, cujo acervo é constituído de conjuntos documentais não-orgânicos e decorrentes de temas e linhas de pesquisa e, o segundo, refere-se aos centros que definiram previamente o conteúdo do seu acervo tendo em vista um período histórico ou conjuntos documentais oriundos de pessoas ou instituições. Nessa direção, Costa (2006), acrescenta que o último grupo visava preencher uma lacuna decorrente da inexistência de uma política nacional de arquivos, promovendo, também, o desenvolvimento da historiografia no Brasil. Inclui-se, nessa categoria, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil (CPDOC), a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). (LOPES; RODRIGUES, 2017, p. 6).

Conforme já citado anteriormente, a década de 1979 foi marcada também pela criação da Fundação Nacional Pró-Memória que alargou as noções de patrimônio de arquivos, sobretudo, no que diz respeito aos arquivos privados (SILVA, 2011).

O anteprojeto da Lei de Arquivos foi publicado no *Diário Oficial da União* em 1981, contudo vale ressaltar que

> [...] A definição desta lei de arquivos pautava-se no estabelecimento de políticas para os arquivos privados, especialmente os de interesse público. Além disso, o anteprojeto baseava-se no processo de racionalização e modernização da administração pública federal, que precisava definir uma estrutura legal para as atividades desenvolvidas no âmbito do Arquivo Nacional e da necessidade de conformar essa instituição às modernas teorias e práticas arquivísticas, direcionadas para as ações de controle da informação (FRANCO, 1984*apud*LOPES; RODRIGUES, 2017, p. 8).

Nota-se também uma discussão que procurava estabelecer fronteiras conceituais para os arquivos privados. Lopes e Rodrigues (2017) elucidam a questão:

> Acompanhando essa dinâmica e, de acordo com Franco (1985), a proposta definia os arquivos privados como “os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por instituições não governamentais, famílias ou pessoas físicas, em decorrência de suas atividades específicas e que possuam uma relação orgânica perceptível através do processo de acumulação” (FRANCO, 1985, p. 3), prevendo uma classificação para os documentos que constituíssem arquivos privados que fossem de interesse público e a criação de um Registro de Arquivos Privados, atividades que seriam realizadas pelo Arquivo Nacional (BRASIL, 1984).
>
> [...]
>
> Tal classificação seria parte de um reconhecimento do Estado pela relevância e pelo interesse público por tais conjuntos documentais. No entanto, esses acervos não estariam sujeitos a qualquer tipo de

> transferência ou recolhimento automático para instituições públicas (BRASIL, 1984; FRANCO, 1987). As garantias restringiam-se somente à impossibilidade de exportação ou transferência dos acervos para o exterior e ao direito de preferência no caso de alienação à preservação do patrimônio documental (FRANCO, 1984 *apud* LOPES; RODRIGUES, 2017, p. 8).

A questão terminológica a respeito de arquivo privado, então, perpassou pela elaboração da Lei de Arquivos, não significando, contudo, que tenha ficado esclarecida.

> De acordo com a notícia veiculada no Jornal do Brasil, ainda em 1984, mesmo transcorridos quatro anos de estudos e discussões, que culminaram em 14 versões diferentes do documento, muitos foram os erros cometidos na elaboração do documento. O maior desses equívocos, segundo a matéria do Jornal do Brasil, foi não esclarecer a diferença entre o que é, de fato, público e o que é propriedade particular, visto que "qualquer ambiguidade nessa conceituação poderia transformar muitos arquivos privados em alvo do autoritarismo de burocratas que gostariam de ver toda a memória nacional estatizada" (JORNAL DO BRASIL, 1984c, p. 10). [...].
>
> Como esperado, as discussões sobre a formulação de políticas relacionadas à preservação dos arquivos privados não cessaram após a submissão do anteprojeto ao Congresso Nacional. Durante o I Encontro de Arquivos Privados da Região Sudeste, o tema foi novamente debatido por Celina Moreira Franco, Aurélio Vander Bastos e Gilson Antunes (JORNAL DO BRASIL, 1984a, 1984b, 1984c). Franco, em 1985, numa possível tentativa de justificar a definição dos arquivos privados no anteprojeto, disserta que tal figura jurídica baseava-se na legislação francesa e que corresponde ao reconhecimento pelo Estado de que alguns documentos privados podem ser de interesse para a sociedade dadas as suas características ou formas de produção (FRANCO, 1985 *apud* LOPES; RODRIGUES, 2017, p. 8).

Não apenas a questão terminológica estava sendo pensada. A instituição que ganharia a responsabilidade por identificá-los e os modos de acesso também estavam na pauta.

> De acordo com o dossiê do Projeto de Lei 4.895/1984, disponibilizado pela Câmara dos Deputados, em 13 de março de 1985, a Comissão de Constituição e Justiça votou pela constitucionalidade e juridicidade da proposta. Ao chegar ao parlamento, o texto sofreu algumas modificações. Segundo a sexta proposta de ementa constitucional, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) seria o órgão responsável pela identificação e deliberação do registro de arquivos privados classificados como de interesse público (BRASIL, 1984). [...].
>
> Tal alteração foi justificada pelo deputado José Eudes ao entender que a definição de interesse público se baseia na natureza sensível das relações entre o público e o privado e que essas decisões deveriam ser realizadas por um corpo colegiado que expressasse as diversas opiniões do Estado e da Sociedade, sugestão que foi acatada em plenário (BRASIL, 1984). Além disso, ainda de acordo com o deputado José Eudes, era preciso garantir formas de acesso às informações de arquivos privados classificados como de interesse público. Segundo o parlamentar, esses acervos deveriam ser

> abertos à consulta, tendo em vista a promoção de convênios estabelecidos com o Arquivo Nacional ou entidades estaduais ou municipais equivalentes, porém, sua proposta foi rejeitada (BRASIL, 1984, *apud* LOPES; RODRIGUES, 2017, p. 9).

Em 1988 promulgou-se a Constituição. A discussão voltou a estar em pauta em1989, fato considerado importante.

> Como o texto constitucional reafirmava o direito irrestrito à informação, ressalvando-se a garantia do sigilo imprescindível à privacidade do cidadão, tornou-se necessária a reestruturação da matéria sob novo ponto de vista arquivístico e jurídico e, consequentemente, a submissão de um projeto substitutivo à Comissão. A partir do novo texto, os arquivos privados foram definidos como “os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades” (BRASIL, 1984), sendo o acesso a esses acervos, franqueado por autorização de seus proprietários ou possuidores. Entretanto, como destacado por Rodrigues (2011), três emendas (6, 7, 10) foram feitas ao projeto, especificamente no artigo 10, que se referia aos arquivos privados, passando do Arquivo Nacional ao CONARQ a responsabilidade de classificar os arquivos privados como de interesse público, bem como ressaltando que “essa classificação não implicaria necessariamente sua transferência para arquivos públicos.” (RODRIGUES, 2011, p. 270, *apud* LOPES; RODRIGUES, 2017, p. 9).

Segundo Lopes; Rodrigues (2017), em 1985 surgia outro debate no que tange à preservação dos arquivos privados, que foi a criação do Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica.

> Vinculado à então Fundação Nacional Pró-Memória, o Pró-Documento surgiu em 1984, funcionando até meados de 1988 e seu principal objetivo era identificar acervos privados de interesse histórico, garantindo sua proteção e acesso (MOLINA, 2016). [...].
>
> A existência simultânea dessas duas propostas traz à tona as contradições e dualidades da legislação existente, que desde a década de 30 sobrepõe às atribuições do Arquivo Nacional as do Patrimônio Histórico, também responsável, pelo menos em parte, pela documentação brasileira.[...].
>
> De fato, a existência dos dois projetos não se deu concomitantemente. Entretanto, a aprovação da Lei de Arquivos em 1991 não trouxe grandes avanços para a problemática de preservação dos arquivos privados. (LOPES; RODRIGUES, 2017, p. 15).

Na época, Garcia (1986) propunha a importante discussão de que o embasamento legal da arquivística deveria também abarcar a delimitação entre o público e o privado, buscando esclarecer tanto os direitos quanto os deveres de cada um desses.

> Em primeiro lugar, [...] houve, durante muito houve, durante muito tempo, uma dificuldade em apresentar uma definição clara sobre os arquivos privados, o que ocasionou, por exemplo, a custódia desses documentos por instituições de caráter diversificado – bibliotecas, universidades, centros de documentação e museus. Em segundo lugar, para que as ações legislativas

> fossem consolidadas e, sobretudo, para que a existência de políticas relacionadas aos acervos privados e a importância de preservação desses documentos fosse colocada em debate, alguns movimentos, especialmente por parte de historiadores, foram necessários. (LOPES; RODRIGUES, 2019, p. 69).

Torna-se importante analisar as leis, normas e decretos que abordam a delimitação acima para esclarecer a evolução a respeito do tema proposto para este estudo.

A Lei de Arquivos, ou Lei 8.159, avançou pouco no que diz respeito à questão dos arquivos privados. Apesar de apresentar pontos importantes, como a identificação dos arquivos privados como de interesse público e social e o acesso aos documentos, outros pontos ainda ficaram pouco esclarecidos, citando-se: o critério balizador para identificar interesse público e social dos arquivos privados e a justificativa para a permissão, ou não, do acesso aos documentos de arquivos privados identificados como de interesse público e social.

As questões apresentadas anteriormente conduzem à discussão sobre levar em consideração a legística, conceito de abrangência do ordenamento jurídico, trazido do campo do Direito.

A legística, ou legisprudência, ou “teoria da legislação”, pode ser assim designada:

> Disciplina que visa estudar o fenômeno legislativo e a lei “em todas as suas dimensões” (ALMEIDA, 2009, pp. 84,85), inclusive seus efeitos concretos observáveis socialmente, advindo daí sua eminente transdisciplinaridade (SOARES, KAITEL, PRETE, 2019, p. 10). [...]. Os estudos da Legística podem ser agrupados em duas grandes sub-áreas, sendo uma que dá ênfase ao aspecto formal e a outra ao aspecto material da Lei, respectivamente, Legística formal e Legística material. A primeira estuda os aspectos linguísticos e comunicacionais da norma, ou seja, a qualidade e clareza de sua redação e o acesso da população à mesma – meios de acesso físico e sua inteligibilidade. Já a Legística material tem por objeto a relação de eficiência e eficácia da norma no meio social; ela se ocupa, dentre outros, com a avaliação prospectiva e retrospectiva dos efeitos concretos da lei. (SOARES; KAITEL; PRETE, 2019, p. 46).

Como ficou claro em diferentes momentos nesta pesquisa, a existência da legislação não garante sua eficiência e eficácia. Jardim (2021) afirma:

> A Lei de Arquivos não foi devidamente aplicada, por diversas razões, pelo Poder Público, nos últimos 30 anos. [...] A Lei de Arquivos, em vários aspectos, era muito mais avançada que a realidade arquivística do país em 1991. E segue sendo. A Lei foi concebida como um projeto de reorganização arquivística do país sob um ordenamento jurídico até então inédito. Trazia em si um projeto de reconfiguração gradual dos arquivos brasileiros, sobretudo aqueles que derivam das ações do Estado. Faltaram visões políticas e estratégicas para tal, principalmente – mas não apenas –

> por parte do CONARQ, órgão que ofereceu relevantes contribuições técnicas. O CONARQ, depois de 100 reuniões ao longo de 28 anos (1994-2021) jamais definiu a política nacional de arquivos, sua atribuição legal fundamental. Agiu muito mais como órgão técnico do que como instância política que a Lei lhe assegura. (JARDIM, 2021, p. 92).

Cabe, então, averiguar a Lei de Arquivos na ótica dos arquivos privados, partindo da legística material. Para buscar os efeitos da lei, tornou-se necessário promover a regulamentação da Lei 8.159, por intermédio do Decreto 4.073, de 3 de janeiro de 2002, bem como do Decreto 10.148, de 2 de dezembro de 2019.

Os decretos acima citados procuram tornar mais eficazes e eficientes, sobretudo, os tópicos que dizem respeito aos arquivos privados. Existia a preocupação em clarear pontos até então apresentados de modo cinzento na lei. Para elucidar a questão, citam-se os tópicos dos decretos que merecem atenção:

> Art. 2º Compete ao CONARQ:
>
> II - promover o inter-relacionamento de arquivos públicos e privados com vistas ao intercâmbio e à integração sistêmica das atividades arquivísticas; [...]
>
> VIII - estimular a integração e modernização dos arquivos públicos e privados; [...]
>
> IX - identificar os arquivos privados de interesse público e social, nos termos do art.12 da Lei nº 8.159, de 1991;
>
> X - propor ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública a declaração de interesse público e social de arquivos privados; [...]
>
> XIII - promover a elaboração do cadastro nacional de arquivos públicos e privados, bem como desenvolver atividades censitárias referentes a arquivos; [...]
>
> Art. 7º O CONARQ poderá instituir câmaras técnicas consultivas com a finalidade de auxiliar o Conselho a elaborar estudos e propostas normativas e propor soluções para questões da política nacional de arquivos públicos e privados e do funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos.
>
> Art. 7º-A Fica instituída a Comissão de Avaliação de Acervos Privados, no âmbito do CONARQ, de caráter permanente, à qual compete: (Incluído pelo Decreto nº 10.148, de 2019)
>
> I - receber as propostas de declaração de interesse público e social de acervos privados e instruir o processo de avaliação; (Incluído pelo Decreto nº 10.148, de 2019)
>
> II - convidar especialistas para análise do acervo privado, quando necessário; (Incluído pelo Decreto nº 10.148, de 2019)

III - emitir parecer conclusivo sobre o interesse público e social do acervo privado para apreciação pelo Plenário do CONARQ; e (Incluído pelo Decreto nº 10.148, de 2019)

IV - subsidiar o monitoramento dos acervos declarados como de interesse público e social pelo Poder Executivo federal. (Incluído pelo Decreto nº 10.148, de 2019)

§ 1º A Comissão de Avaliação de Acervos Privados terá de três a cinco membros e respectivos suplentes, nos termos do disposto em ato do CONARQ. (Incluído pelo Decreto nº 10.148, de 2019)

§ 2º Os membros da Comissão de Avaliação de Acervos Privados e respectivos suplentes, incluído o seu Presidente: (Incluído pelo Decreto nº 10.148, de 2019)

I - poderão ser conselheiros do CONARQ ou especialistas convidados; e (Incluído pelo Decreto nº 10.148, de 2019)

II - serão designados pelo Presidente do CONARQ, ad referendum do Conselho. (Incluído pelo Decreto nº 10.148, de 2019)

§ 3º A Comissão de Avaliação de Acervos Privados se reunirá em caráter ordinário sempre que houver solicitação para análise de acervo privado e por convocação do seu Presidente e em caráter extraordinário por convocação do seu Presidente ou solicitação de seus membros. (Incluído pelo Decreto nº 10.148, de 2019)

§ 4º O quórum de reunião da Comissão de Avaliação de Acervos Privados é de maioria absoluta dos membros e o quórum de aprovação é de maioria simples. (Incluído pelo Decreto nº 10.148, de 2019)

§ 5º Além do voto ordinário, o Presidente da Comissão de Avaliação de Acervos Privados terá o voto de qualidade em caso de empate. (Incluído pelo Decreto nº 10.148, de 2019)

§ 6º A Secretaria-Executiva da Comissão de Avaliação de Acervos Privados será exercida pelo Arquivo Nacional. (Incluído pelo Decreto nº 10.148, de 2019)

§ 7º Os membros da Comissão de Avaliação de Acervos Privados que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente no Arquivo Nacional e os membros que se encontrem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência. (Incluído pelo Decreto nº 10.148, de 2019)

§ 8º A participação na Comissão de Avaliação de Acervos Privados será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada. (Incluído pelo Decreto nº 10.148, de 2019) [...]

Art. 12. Integram o SINAR:

§ 2º As pessoas físicas e jurídicas de direito privado, detentoras de arquivos, podem integrar o SINAR mediante acordo ou ajuste com o órgão central.

Art. 13. Compete aos integrantes do SINAR:

> IX - propor ao CONARQ os arquivos privados que possam ser considerados de interesse público e social;
>
> XII - possibilitar a participação de especialistas de órgãos e entidades, públicos e privados, nas câmaras técnicas e na Comissão de Avaliação de Acervos Privados; e (Redação dada pelo Decreto nº 10.148, de 2019)
>
> Capítulo V - DA DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO E SOCIAL DE ARQUIVOS PRIVADOS
>
> Art. 22. Os arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional podem ser declarados de interesse público e social por ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública. (Redação dada pelo Decreto nº 10.148, de 2019)
>
> § 2º São automaticamente considerados documentos privados de interesse público e social:
>
> I - os arquivos e documentos privados tombados pelo Poder Público;
>
> Art. 23. A Comissão de Avaliação de Acervos Privados, por iniciativa própria ou mediante provocação, encaminhará solicitação relativa à declaração de interesse público e social de arquivos privados, acompanhada de parecer, para deliberação do Conselho Nacional de Arquivos. (Redação dada pelo Decreto nº 10.148, de 2019)
>
> § 1º O parecer será instruído com avaliação técnica da Comissão de Avaliação de Acervos Privados de que trata o art. 7º-A. (Redação dada pelo Decreto nº 10.148, de 2019)
>
> Art. 24. O proprietário ou detentor de arquivo privado declarado de interesse público e social deverá comunicar previamente ao CONARQ a transferência do local de guarda do arquivo ou de quaisquer de seus documentos, dentro do território nacional. [...]
>
> Art. 26. Os proprietários ou detentores de arquivos privados declarados de interesse público e social devem manter preservados os acervos sob sua custódia, ficando sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente.
>
> Art. 27. Os proprietários ou detentores de arquivos privados declarados de interesse público e social poderão firmar acordos ou ajustes com o CONARQ ou com outras instituições, objetivando o apoio para o desenvolvimento de atividades relacionadas à organização, preservação e divulgação do acervo.
>
> Art. 28. A perda acidental, total ou parcial, de arquivos privados declarados de interesse público e social ou de quaisquer de seus documentos deverá ser comunicada ao CONARQ, por seus proprietários ou detentores. (BRASIL, 2002, documento *on-line*).

Da citação acima, é preciso destacar, especialmente o capítulo V, na medida em que enfatiza a declaração de interesse público e social de arquivos

privados e a instituição da Comissão de Avaliação de Acervos Privados, considerada um avanço para o campo e também para o debate da temática central desta pesquisa. O avanço fica claro quando no mesmo ano, 2002, o CONARQ cria a Câmara Setorial sobre Arquivos Privados, fundada pela Portaria 66, de 13 de novembro.

É função da Câmara Setorial sobre Arquivos Privados da portaria supracitada:

> Estabelecer diretrizes e estratégias para a identificação de arquivos privados com vistas a sua declaração de interesse público e social e ao recenseamento desses conjuntos documentais, visando ao incremento e atualização do Censo Guia de Arquivos Brasileiros – Públicos e Privados; elaborar estudos sobre a importância desses acervos para a pesquisa em geral; propor linhas de financiamento para sua organização, preservação e acesso, bem como para a constituição e/ou modernização de instituições voltadas para a sua guarda. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2002, documento *on-line*).

Avançando temporalmente, o Decreto número 10.148 de 2 de dezembro de 2019, substitui a Comissão Técnica de Avaliação de Acervos Privados pela Comissão de Avaliação de Acervos Privados (CAAP). A CAAP com competências mais coerentes, no site do CONARQ, estão assim enumeradas:

> I - Receber as propostas de declaração de interesse público e social de acervos privados e instruir o processo de avaliação;
>
> II - convidar especialistas para análise do acervo privado, quando necessário;
>
> III - emitir parecer conclusivo sobre o interesse público e social do acervo privado para apreciação pelo Plenário do CONARQ e
>
> IV - subsidiar o monitoramento dos acervos declarados como de interesse público e social pelo Poder Executivo federal. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2002, documento *on-line*).

Somado a isso, em 26 de abril de 2021, o CONARQ lança a resolução de número 47 que aponta alguns procedimentos quanto “à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2021).

Essa Resolução pontua questões importantes, por exemplo: A declaração citada no parágrafo acima será por ato do ministro da Justiça e Segurança Pública?; A solicitação pode ser realizada por qualquer pessoa física ou jurídica?; Será

apresentada ao CONARQ e avaliada pela CAAP?; A documentação e as informações necessárias acrescidas à solicitação serão numeradas?; e O parecer técnico será emitido no prazo de 90 dias após o recebimento dos autos?.

Após a conclusão do trabalho da CAAP, caminha-se para as seguintes etapas:

> Art. 10. Concluído o trabalho da CAAP, o processo administrativo será encaminhado ao Presidente do CONARQ, que:
>
> I - determinará o arquivamento do processo administrativo, no caso de parecer técnico desfavorável à declaração, dando ciência ao proprietário do arquivo e ao solicitante; ou
>
> II - submeterá o processo administrativo ao Plenário do CONARQ, no caso de parecer técnico favorável à declaração, para deliberação.
>
> § 1º No caso de decisão pelo arquivamento do processo administrativo, prevista no inciso I deste artigo, o solicitante deverá ser notificado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar recurso ao Plenário do CONARQ, que decidirá ouvida a CAAP.
>
> § 2º No caso de indeferimento do recurso, o solicitante deverá ser notificado para, no prazo de 15 (quinze) dias, em última instância, apresentar recurso ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.
>
> Art. 11. No caso de deliberação favorável do Plenário do CONARQ, o processo administrativo segue para homologação do Presidente do CONARQ e após para a apreciação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.
>
> Parágrafo único. A cópia da ata da reunião plenária integrará os autos.
>
> Art. 12. Após a edição pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública da declaração de interesse público e social do arquivo privado, o CONARQ providenciará a comunicação formal ao proprietário e demais pessoas e órgãos interessados, explicitando as implicações decorrentes do ato.
>
> Parágrafo único. O CONARQ deverá manter livro de registro das declarações de interesse público e social dos arquivos privados, publicando anualmente a lista.
>
> Art. 13. As atuações e deliberações do CONARQ, inclusive da CAAP, no procedimento previsto nesta Resolução, quando couber, poderão ser realizadas mediante atos eletrônicos, dispensados atos presenciais, de acordo com decisão e orientações do Presidente do CONARQ, observadas as regras de segurança da informação e integridade dos registros no processo administrativo. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2021, documento *on-line*).

Fica evidente que a Resolução em análise ofereceu esclarecimentos importantes para a questão da declaração de interesse público e social de arquivos

privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional, que se arrastava desde as discussões da Lei de Arquivos.

Ao longo do tópico apresentado, comprovou-se que vem ganhando espaço, ainda que gradualmente, o debate sobre as leis, normas e decretos sobre arquivos de organizações privadas.

Apesar de Jardim (2021) estar se referindo à Lei de Arquivos, cabe aqui também estender o apontamento aos arquivos privados de natureza institucional, que é preciso atualizar as legislações, tendo em vista sua relação de eficiência, eficácia e efeitos concretos, como também aplicá-las devidamente.

6.2 O Arquivo Nacional e o debate sobre arquivos privados de natureza institucional

Em 11 de outubro de 2017, por meio da publicação da Portaria 477, instituiu-se um Grupo de Trabalho (GT) para elaborara política de aquisição de acervos privados para o Arquivo Nacional. O GT promoveu a mesa-redonda "Arquivos privados − pensando uma política de acervo para o Arquivo Nacional",[34] que buscou refletir sobre o tema "Arquivos privados, pessoais e institucionais nos arquivos públicos".

O Arquivo Nacional neste período contava com 352 acervos de natureza privada, ou seja, cerca de um quarto são conjuntos documentais de natureza privada, provenientes de pessoas, famílias e entidades coletivas de direito privado. A maior parte integra o acervo por doação, no entanto, o arquivo nacional naquela época não tinha uma política ou um documento que formalizasse os critérios e diretrizes para as doações. O AN tinha uma tendência em receber todas as ofertas, pois não existiam critérios formais para a recusa. Embora tenha sido sempre uma preocupação do AN, inclusive com a criação de alguns grupos de trabalhos ao longo do tempo, é somente em 2017 que o projeto ganha força.

[34] A mesa-redonda contou com a participação da Aline Lopes de Lacerda (COC/FIOCRUZ), Lúcia Maria Velloso de Oliveira (Fundação Casa de Rui Barbosa); Luciana Quillet Heymann (CPDOC/FGV), Maria Celina Soares de Mello e Silva (MAST) e Vitor Manuel Marques da Fonseca (UFF).

O objetivo do GT envolve a proposta de elaboração de política de acervo com critérios para o recebimento de arquivos privados na instituição. Partiu-se dos estudos realizados pelos grupos de trabalhos anteriores, porém pensando na importância da formalização da política e levando em conta a robustez do Arquivo Nacional, a mesa redonda teve então o objetivo de democratizar a elaboração dessa política.

Em um primeiro momento, pensou-se em uma política com texto enxuto e diretrizes gerais, pois sempre existiria uma margem de subjetividade no aceite ou na recusa das doações. Daí a importância da existência de uma Comissão para avaliar os acervos.

No debate promovido pela mesa-redonda, enfatizou-se a importância de alguns pontos, aqui elencados:

- Necessidade de estabelecer a linha lógica a ser seguida;

- Definição das responsabilidades internas;

- Previsão de recursos para cada incorporação;

- Definição dos critérios para incorporação, bem como as formas de incorporação (doação, compra e/ou permuta);

- Análise preliminar minuciosa do acervo que se pretende incorporar;

- Definição dos aspectos formais da doação (termo de doação ou similar); e

- Exigência de refletir arquivisticamente sobre os pontos acima em termos de conceituações claras.

Chama atenção a fala da Luciana Haymann no debate, por considerar pertinente levantar a necessidade do interesse de pensar os arquivos privados institucionais, tratando-os como grandes ausências no panorama de arquivos e de fontes para a pesquisa. Arquivos para pensar o mundo do trabalho, da produção, das associações e dos sindicatos. Parece existir um grande vazio sobre essa questão no cenário brasileiro[35].

[35] Embora a ênfase seja o caso brasileiro, visitou-se rapidamente o web site do arquivo da Austrália que não recebe documentação privada, sugerindo outros destinos para coleções privadas, já o arquivo do Canadá recebe documentos privados. No caso do arquivo francês, sempre paradigmático, faz parte da estrutura um centro de arquivos do mundo do trabalho, uma temática que recebe arquivos privados tanto de empresas quanto de personalidades do mundo do trabalho.

Entende-se que há um amadurecimento e desenvolvimento institucional quando o AN propõe este tipo debate e busca sistematizar e criar diretrizes, neste caso, para arquivos privados.

A elaboração de uma política de aquisição vem para suprir a necessidade de transparência do processo, pois, quando se consolida uma política ocorre um movimento de respaldar as tomadas de decisões, isentar os profissionais e proteger a instituição. A política mostra a postura da instituição perante a questão da aquisição dos arquivos privados, servindo como instrumento de disseminação e divulgação da instituição e do seu acervo.

No ano de 2019, ou seja, dois anos após a criação do GT, é publicada a Portaria ORG n. 310, de 9 de setembro de 2019 que “estabelece critérios para recebimento de arquivos privados do Arquivo Nacional”. Por meio da portaria definiu-se:

> Art. 1º Definir como critério para o recebimento de arquivos privados no Arquivo Nacional a existência de prévia declaração de interesse público e social cujo processo se inicia por meio de solicitação ao Conselho Nacional de Arquivos, nos termos do art. 12 da Lei nº. 8.159, de 8 de janeiro de 1991.
>
> § 1° Ficam fora do alcance desta portaria os acervos documentais privados dos presidentes da República que integram o patrimônio cultural brasileiro e são declarados de interesse público para os fins de aplicação do § 1° do art. 216 da Constituição Federal e da Lei nº. 8.394, de 30 de dezembro de 1991, outros documentos privados previstos no Decreto nº 4.073, art. 22, § 2º , bem como os arquivos que estão em processo de análise pelo Arquivo Nacional.
>
> Art. 2º Cabe à Coordenação-Geral de Processamento e Preservação do Acervo analisar e propor ao Diretor-Geral do Arquivo Nacional, em articulação com a Coordenação-Geral de Gestão de Documentos, o recebimento de doações de arquivos privados declarados de interesse público e social.
>
> Art. 3º O recebimento de arquivos de natureza privada pelo Arquivo Nacional deverá considerar o cumprimento dos procedimentos descritos no Anexo 1 desta Portaria, bem como o interesse da Instituição e a sua capacidade de preservar e dar acesso ao arquivo.
>
> Parágrafo único. Os modelos dos instrumentos utilizados para a formalização do processo e dos atos relativos à doação do arquivo constam dos anexos desta portaria (Anexos 2, 3 e 4).
>
> Art. 4º O Arquivo Nacional poderá, a qualquer tempo, expedir orientações complementares aos dispositivos desta portaria e promover atualizações de seus anexos.

> Art. 5º Ficam revogadas as Portarias nº. 058, de 13 de março de 2018, publicada no Boletim Interno quinzenal nº 3/2018 e a nº 191, de 19 de julho de 2018, publicada no Boletim Interno quinzenal nº 7/2018.
>
> Art. 6º Os casos omissos nesta Portaria serão dirimidos pela Direção-Geral do Arquivo Nacional.
>
> Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2019, documento *on-line*).

Com base no art. 3º, citado acima, cabe também ponderar sobre o Anexo I da Portaria, cujo objetivo é esclarecer os procedimentos para recebimento de arquivos de natureza privada pelo Arquivo Nacional. Tais procedimentos estão estabelecidos em três pontos chaves: 1. Ao que cabe ao detentor do arquivo privado; 2. Ao que cabe ao Arquivo Nacional; e 3. Sobre a formalização da doação, importa salientar que: os procedimentos parecem não se aproximar, propriamente dito, dos critérios de recebimento, aproximando-se mais da definição dos aspectos dos recebimentos. Vejamos:

> 1. Cabe ao detentor do arquivo privado:
>
> a. Comunicar oficialmente ao Arquivo Nacional seu interesse e condição legal para a doação do arquivo privado, por meio de carta ou mensagem de correio eletrônico, onde deverá constar uma lista sumária da composição do arquivo, bem como informações relativas aos tipos de documentos constantes, assuntos, período cronológico e condições físicas.
>
> b. Encaminhar ao Arquivo Nacional cópia do ato legal de reconhecimento do interesse público e social pelo poder público.
>
> c. Franquear ao Arquivo Nacional visita(s) técnica(s) para reconhecimento do arquivo e de suas condições de preservação.
>
> d. Atender no que for possível às orientações técnicas oferecidas pelo Arquivo Nacional.
>
> 2. Cabe ao Arquivo Nacional:
>
> a. Autuar a comunicação oficial do doador, dando início ao processo de recebimento do arquivo privado pelo Arquivo Nacional.
>
> b. Realizar visita técnica ao arquivo proposto que atenda, em princípio, às diretrizes e critérios da Portaria número....e ao interesse e possibilidades técnicas e orçamentárias da Instituição.
>
> c. Elaborar relatório de visita técnica (Anexo 2) que subsidiará a decisão do Arquivo Nacional em receber o arquivo por meio de doação;
>
> d. Comunicar ao detentor do arquivo a posição da Instituição e, em caso de parecer favorável, iniciar as tratativas para entrega e doação do arquivo.

> 3. Formalização da doação
>
> ● São elementos constituintes do processo de doação as comunicações entre o detentor do arquivo e o Arquivo Nacional, e seus respectivos anexos, o(s) relatório(s) de visita técnica, como quaisquer registros ou informações pertinentes ao processo de recebimento por doação de arquivos ou coleções privados pelo Arquivo Nacional.
>
> A entrada da documentação dar-se-á mediante um Termo de Entrega (Anexo 3), de caráter provisório.
> ● No Arquivo Nacional, o arquivo será conferido com a listagem encaminhada pelo detentor e será elaborado um anexo único para ser anexado ao Termo de Doação (Anexo 4), que formalizará a transferência de propriedade do arquivo ao Arquivo Nacional.
> ● Os itens do arquivo que não atenderem aos critérios para recebimento não serão objeto do Termo de Doação, sendo devolvidos ao doador, que deverá retirá-los no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, não prorrogáveis, a contar da assinatura do Termo de Doação.
> ● O Termo de Doação será assinado pelo doador, bem como pelo representante legal do Arquivo Nacional. Uma das vias ficará arquivada na Instituição e a outra deverá ser encaminhada ao doador.
> ● O Termo de Doação será publicado no Diário Oficial da União (DOU).
> ● A partir da publicação do Termo de Doação, o arquivo doado passa a ser inalienável. (ARQUIVO NACIONAL, 2019b, documento *on-line*).

Para além do Anexo citado acima, a portaria compõe-se também do Anexo 2, Anexo 3 e Anexo 4. O anexo 2 trata da composição do Relatório de Visita Técnica organizado da seguinte forma: I – Introdução; II – História administrativa/ biografia; III – Arquivo (contexto histórico e geográfico, tipologia, assunto, dimensão e suporte); IV – Local de guarda e estado de conservação e V – Considerações. O Anexo 3 descreve o modelo de texto que compõe o Termo de Entrega de Documentos. Já o Anexo 4, estabelece como deve ser o Termo de Doação de Documentos por intermédio do Arquivo Nacional e o Doador.

Apesar de toda a preocupação e avanço dos debates sobre a questão realizados pelo AN, pontou-se a relevância de pensar a questão do ponto de vista da divisão político-administrativa do Brasil. Partiu-se da questão central: seria mais viável a centralização da declaração dos arquivos privados e institucionais de relevância para o país no AN? Tendo em vista a dimensão territorial do país, sugere-se pensar a questão também voltada para os arquivos estaduais e municipais, uma vez que muitos arquivos privados e institucionais possuem valor a nível municipal e estadual e não necessariamente a nível federal.

Pazin Vitoriano (2016) realizou um estudo pertinente em que analisa a presença de fundos privados institucionais nos arquivos públicos estaduais no Brasil.

A coleta de dados referente a pesquisa abarcou 26 estados da federação e do Distrito Federal e o AN

> Dos acervos elencados para a pesquisa, não conseguimos informações consistentes em nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Goiás, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Roraima e Tocantins. Sendo assim, foram efetivamente utilizados para levantamento 17 arquivos estaduais, o Arquivo do Distrito Federal e o Arquivo Nacional. (PAZIN VITORIANO, 2016, p. 16).

A tabela reproduzida a seguir, elaborada por Pazin Vitoriano (2016, p. 20), apresenta os acervos privados identificados nos 17 arquivos estaduais, no Arquivo do Distrito Federal e no Arquivo Nacional.

Tabela 2 - Volume de acervos privados (fundos e coleções) em arquivos públicos estaduais

Local	Fundos privados	Fundos pessoais	Fundos institucionais
Arquivo Nacional	351	256	95
Distrito Federal	08	07	01
Alagoas	00	00	00
Bahia	32	31	01
Ceará	02	01	01
Espírito Santo	07	07	00
Mato Grosso	08	05	03
Mato Grosso do Sul	01	00	01
Minas Gerais	44	41	03
Pará	00	00	00
Paraná	09	08	01
Pernambuco	11	01	10
Piauí	00	00	00
Rio de Janeiro	05	05	00
Rio Grande do Sul	11	11	00
Rondônia	05	05	00
Santa Catarina	06	05	01
São Paulo	61	44	17
Sergipe	11	11	0
TOTAL	**572**	**438**	**134**

Fonte: elaborado pela autora

Concorda-se com a autora supracitada ao afirmar que há uma baixa taxa de preservação nos arquivos públicos estaduais e nos arquivos privados institucionais. Segundo a responsável pelo estudo, a justificativa para isso pode estar na lentidão da organização dos acervos dos arquivos estaduais, que constitui o principal motivo de dificuldade para ampliar o recebimento de arquivos privados.

Diante do exposto e também das observações acima pertinentes, reforça-se a necessidade de os arquivos municipais e estaduais se ocuparem com os arquivos privados institucionais, visando a uma ideia de complementaridade, para ajudar a compor as lacunas dos arquivos públicos e, igualmente, ampliando o patrimônio arquivístico brasileiro.

6.3 Arquivos privados de natureza institucional declarados de interesse público e social no Brasil

Os arquivos de organizações privadas, tratados na Lei de Arquivos como arquivos privados de natureza jurídica, podem ser declarados de interesse público e social no Brasil, conforme artigo 12 da lei citada. Relata Cougo (2020):

> [..] a lei de arquivos de 1991 estabeleceu também um “novo regime” para os arquivos privados. Fonte de preocupação do Pró-Documento nos anos 1980, os acervos particulares ganharam a guarida da nova legislação através da declaração de interesse público e social, um novo instrumento jurídico dedicado a garantir a integridade, inalienabilidade e imprescritibilidade do patrimônio cultural arquivístico não-público. A declaração foi prevista na Lei Federal n. 8.159, mas regulamentada pelo Decreto n. 1.117, de 1994, sem detalhamento. Foi somente em 2002, através de uma reforma na legislação, sintetizada através do Decreto n. 4.073, que o procedimento ganhou a forma atual. (COUGO, 2020, p. 363).

Em adição à apresentação realizada no tópico 3.1, cabe agora explorar como está sendo realizada a análise por parte da agora denominada “Comissão de Avaliação de Acervos Privados” (CAAP).

No website do CONARQ encontramos a página Arquivos Declarados-Arquivos Privados Declarados de Interesse Público e Social, que apresenta os seguintes arquivos declarados: Barbosa Lima Sobrinho; Associação Brasileira de Educação - ABE; Companhia e Cervejaria Brahma; Companhia Antártica Paulista; Glauber Rocha, Cineasta; Atlântida Cinematográfica - LTDA; Darcy Ribeiro; Berta Gleizer Ribeiro; Oscar Niemeyer; Abdias Nascimento; César Lattes; Paulo Freire; Cúria Diocesana de Nova Iguaçu; Dom Lucas Moreira Neves; Associação Circo Voador; Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB; Augusto Ruschi; Sindicato dos Músicos do Estado do Rio de Janeiro; Memória Civelli Produções Culturais LTDA e Isaac Rozemberg.

Para criar um alinhamento com o objetivo principal e os objetivos secundários da pesquisa, refina-se a averiguação com ênfase nos arquivos privados

institucionais declarados. Para isso, elaborou-se o Quadro Arquivos Declarados (CONARQ), que pode ser acessado no Apêndice C.

De 2004 a 2022 têm-se 20 arquivos declarados. Os citados na sequência são arquivos de organizações privadas: Companhia e Cervejaria Brahma, Companhia Antártica Paulista, Atlântida Cinematográfica Ltda., Associação Circo Voador, Instituto de Arqueologia Brasileira, Sindicato dos Músicos do Estado do Rio de Janeiro e Memória Civelli Produções Culturais LTDA.[36] Entende-se que o número de declarações foi baixo, tendo em vista o marco temporal da Lei de Arquivos, 1991.

Silva (2011) afirma que o interesse público e social sobre os arquivos privados não tem definições claras, o que pode estar diretamente relacionado aos limites não explicitados na legislação.

> [...] a definição do interesse público e social relativo aos arquivos privados não é clara, pois os seus limites não estão bem delimitados tanto na legislação quanto pelos representantes do CONARQ. Os membros do Conselho possuem dúvidas sobre o que deve ser objeto de declaração. [...] a questão do arquivo privado custodiado em instituições públicas apresentou as divergências entre os Conselheiros do CONARQ. Uns defendem a tese que arquivos privados custodiados por instituições públicas são arquivos públicos, outros acreditam que acervos nesta situação não perdem sua natureza privada; mas por estarem incorporados no patrimônio público já são de interesse público, portanto não necessitam da chancela do estatuto do interesse público e social. Essa é uma questão realmente problemática, porque mesmo em entidades públicas direcionadas para a preservação e guarda de acervos, existem casos de arquivos privados que estão depositados nestas entidades, mas não então incorporados plenamente ao Patrimônio Público, isto é, estão em regime de comodato. (SILVA, 2011, p. 97).

Chamou-nos atenção ainda os pareceres dos arquivos declarados, ao lê-los fica evidente que diferentes argumentos são utilizados para pontuar a importância dos mesmos, o que faz sentido uma vez que as instituições e os arquivos são únicos. Porém, não são pontuados claramente os critérios utilizados. O argumento de relevância nacional é uma questão muito ampla, não sendo um critério estabelecido.

É perceptível que, após a declaração favorável, fica a cargo do proprietário apontar ao CONARQ as possíveis situações de risco do acervo. Nesse sentido, concorda-se com SILVA (2011) quando expõe as seguintes questões:

[36] Apesar de no campo “Vinculação arquivística” alguns outros se apresentarem como entidade de direito privado, como é o caso do arquivo declarado Darcy Ribeiro, entende-se que se trata de um arquivo pessoal privado sobre a responsabilidade de uma Fundação.

> No entanto o que o CONARQ faz com essas informações? A partir dos dados coletados observou-se que até o momento o Conselho não recebeu informações nesse sentido. Diante do exposto, fica a pergunta de quem é a responsabilidade de zelar por estes arquivos? Apenas dos proprietários? O Estado declara que é de interesse público e social, mas não fiscaliza? Como que esse mecanismo protege o bem? A legislação é clara ao determinar as implicações do estatuto da declaração, e, é mais clara ainda ao estabelecer que o CONARQ é o órgão responsável por receber as comunicações relativas a qualquer alterações em arquivos privados declarados como de interesse público. Portanto, responsável pelo controle destes acervos. Até o momento o CONARQ só mencionou a questão em reunião plenária, mas não se manifestou ainda de forma prática, em capítulo pertinente a questão já foi discutida. O que se entende é que não há uma política nesta direção. Os critérios, a solução dos problemas, o próprio objeto que incide a declaração, tudo é feito pelas demandas que propõem a declaração de interesse público, isto é, a reflexão sobre as questões só ocorrem à medida que vão surgindo. A política não está definida. Observou-se que o posicionamento do Conselho Nacional de Arquivos, nesta questão dos arquivos privados de interesse público, é reativo, ou seja, ele só se manifesta quando acionado por instituições ou proprietários de acervos privados. Essas questões, num quadro menor de análise, refletem a ausência de uma política nacional de arquivos. (SILVA, 2011, p. 99).

Vale também pontuar sobre o acesso aos arquivos declarados como de interesse público e social, pois a legislação não é precisa, com base no questionamento apresentado no tópico anterior.

Silva (2011) realiza importante reflexão:

> Outro ponto extremamente relevante, e que merece atenção, é a questão do acesso aos arquivos declarados como de interesse público e social. A legislação, neste aspecto, parece ser um paradoxo. A determinação legislativa é que o Poder Público pode identificar arquivos privados como de interesse público e social, desde que relevantes para a cultura, história e o desenvolvimento científico, mas a mesma legislação estabelece que a franquia do acesso está em poder do proprietário. Ora, se é de interesse público porque é de relevância cultural, história e científica, onde estão as garantias do acesso por parte do Estado? Este é de fato um ponto delicado para o Estado, por envolver direitos que são antagônicos. Contudo é um aspecto que merece ser revisto com atenção, porque deixar a franquia do acesso, única e exclusivamente, na mão do proprietário pode ocasionar restrição excessiva ou impedimento total do acesso, o que prejudicaria o desenvolvimento científico. Esta é uma questão jurídica: o Estado tem limites em relação à propriedade privada. Considerada esta limitação, a questão é de política arquivística: que mecanismos por parte da autoridade arquivística classificadores podem induzir/fomentar o acesso? A questão da obrigatoriedade de acesso foi levantada 58º reunião do CONARQ, quando foi sugerida a obrigatoriedade do acesso como condição para se declarar o interesse público. (SILVA, 2011, p. 97).

Volta-se a problematizar a declaração, agora, na ótica voltada para a questão da patrimonialização.

Cougo (2020) é conclusivo ao afirmar que há semelhanças entre a declaração de interesse público e social dos arquivos privados e o processo de

patrimonialização, por meio do tombamento, afastando a primeira dos preceitos arquivísticos.

> É importante compreendermos alguns aspectos fundamentais que envolvem a declaração de interesse público e social de arquivos privados e caracterizam esta forma de patrimonialização. Em primeiro lugar, há que se destacar que o emprego do termo “avaliação”, que compõe o nome das comissões responsáveis por fazer análise técnica sobre a pertinência ou não das proposituras, não apresenta o mesmo significado atinente à avaliação de documentos empregada nos conjuntos documentais do âmbito público. A “avaliação” realizada com a finalidade de aferir a relevância histórica, cultural ou voltada ao desenvolvimento nacional dos arquivos privados não tem por finalidade estabelecer prazos de guarda ou deliberar sobre a destinação dos documentos, mas sim analisar as características do acervo e da instituição custodiadora que possam interessar ao país. Neste sentido, a declaração de interesse público e social dos arquivos privados guarda muito mais semelhanças com o processo de patrimonialização através do tombamento, do que com os preceitos arquivísticos. Não à toa, as consequências práticas para os arquivos declarados são praticamente as mesmas aplicadas aos bens tombados: os acervos de interesse público e social não podem ser desintegrados, nem retirados do território nacional e, em caso de venda, terão a União como adquirente preferencial.
>
> Outro ponto a ser destacado em relação à declaração de interesse público e social referente aos arquivos privados é o fato de que, até 2018, este processo de patrimonialização foi o único aferido exclusivamente por decreto presidencial, uma distinção que o dota de profunda legitimidade simbólica. (COUGO, 2020, p. 366).

Como atesta Cougo (2020), ocorreu um avanço na legislação, do ponto de vista da patrimonialização, no período compreendido entre 1990 e os anos 2000, que pode ser compreendida e pensada da seguinte forma:

> Os avanços da legislação nos anos 1990 e 2000 promoveram não só a concretização do Sistema Nacional de Arquivos, como também – consequentemente – uma organização “sistêmica” em torno da ativação patrimonial dos arquivos brasileiros. Com o decreto de 2002, as expressões “patrimônio arquivístico nacional” (art. 13) e “patrimônio documental” (art. 20) passaram a compor a terminologia legal dos arquivos brasileiros. [...].
>
> Pela via dos arquivos privados, o novo sistema adotou medidas mais previsíveis. A declaração de interesse público e social dos acervos particulares, neste sentido, pode ser observada como uma emulação do processo de tombamento. É importante lembrar que a legislação arquivística não derrogou a instância jurídica do tombamento como mecanismo de patrimonialização, mas praticamente a suplantou. A declaração, certificada a partir de um decreto presidencial, representa o maior avanço em relação à tutela do Estado sobre o patrimônio cultural arquivístico privado, ainda que quantitativamente sejam poucos os acervos reconhecidos com tal distinção. (COUGO, 2020, p. 367).

Cabe dizer que, pela importância de seus aspectos, a declaração ganha uma nova perspectiva, a qual a aproxima da patrimonialização. Contudo, ainda é tema que merece ser amplamente discutido, tendo em vista, até mesmo, as

questões aqui apresentadas. Ousa-se apontar que o fato de a existência da declaração ganhar essa prerrogativa de patrimonialização distancia os arquivos privados institucionais de praticarem ações voltadas para as noções da gestão de documentos, aproximando-os da ideia de arquivos permanentes. É caso, então, de perguntar: Como promover a gestão de documentos nas organizações privadas que estão fora desse objeto da declaração?

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse teórico pelo tema “Arquivos privados de natureza institucional”, bem como suas variações ao longo do tempo no campo da Arquivologia no Brasil, começou a ser analisado ao longo desta tese, partindo da noção de que no Brasil a Arquivologia é uma ciência relativamente recente. Marques (2007) salienta que o nascimento do Arquivo como instituição dá-se no século XIX, com a criação do “Arquivo Público do Império”, doravante renomeado “Arquivo Nacional”. Entretanto, foi necessário aguardar mais de um século para que a Arquivística fosse reconhecida academicamente, pois é somente na década de 1970 que foram criados os primeiros cursos de graduação nas universidades públicas.

Ao discutir os arquivos privados de natureza institucional na constituição do campo de pesquisa da Arquivologia brasileira, buscou-se estabelecer três tópicos centrais para a discussão. No primeiro, buscou-se compreender a noção de campo científico; no segundo, o modo como ocorreu a constituição do campo de pesquisa da Arquivologia no Brasil; e, no terceiro, perceber os arquivos públicos como campo de pesquisa da Arquivologia. Compreendeu-se que a constituição da Arquivologia como campo científico no Brasil volta-se para os arquivos públicos. Ao mesmo tempo, ficou evidente o protagonismo do Arquivo Nacional neste processo, assim como as importantes discussões que culminaram na Lei de Arquivos.

Ao averiguar a presença dos arquivos públicos como campo de pesquisa da Arquivologia no País, como contraponto para compreender a composição geral dos temas de estudos e pesquisas, notou-se que a constituição de seu campo científico, embora tenha muitas publicações e reflexões sobre arquivos públicos, contém discussões teóricas, conceituais e procedimentais da gestão de documentos que podem ser aplicadas tanto nos documentos de arquivo público como nos arquivos privados institucionais. É notável que arquivos privados pessoais pareçam ser mais abordados na literatura quando comparados com os arquivos privados institucionais

Chama a atenção que na constituição do campo científico da Arquivologia no Brasil as associações, sobretudo a AAB, assumem um papel preponderante. Torna-se surpreendente, até certo ponto, o fato de, a partir de 1990, o tema “Arquivos privados de natureza institucional” desaparecer do periódico da AAB. Há

vários elementos discorridos ao longo da tese que ajudam a entender essa evolução (ou involução), cabendo ressaltar, pelo menos, dois deles: o impacto da Ciência da Informação no campo teórico da Arquivologia, alterando a eleição de objetos de pesquisa; e as mudanças legislativas decorrentes da promulgação da Lei 8.159, de 1991, denominada “Lei de Arquivos”, que muito revalorizaram o debate teórico em torno dos arquivos públicos como protagonistas na implantação de políticas arquivísticas e de sistemas nacionais, estaduais e municipais de arquivos.

A análise das definições teóricas de arquivos privados e de arquivos públicos sobreleva a recomendação deque a terminologia arquivística deve refletir as práticas executadas no país a que fazem referência, considerando, inclusive, seus aspectos administrativos, políticos e culturais.

O exame dos usos dos diferentes termos empregados para arquivos privados de natureza institucional mostrou que seria revelador a reflexão no sentido de propor qual termo faz mais sentido. Apontou-se como sugestão *arquivos privados de natureza institucional*. Também, considerou-se necessário promover a constante atualização terminológica, principalmente, para acompanhar o esforço do *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*.

Do ponto de vista da pesquisa científica, os arquivos privados de natureza institucional têm sido pouco debatidos. Ao longo da pesquisa aqui desenvolvida, ficou claro que as teorias da Arquivologia refletem no Brasil a prática profissional, que, por vezes, parece apenas focalizada nos arquivos públicos. Acredita-se que as técnicas voltadas para os arquivos públicos, bem como aos arquivos privados, podem formar um conjunto coeso das teorias arquivísticas. De outro lado, é importante que ambos os campos de atuação − público e privado − passem a ocupar lugar de destaque no cenário brasileiro.

Ao ponderar sobre as normas arquivísticas para os arquivos de pessoas jurídicas − leis, normas, decretos sobre essa temática −, concluiu-se que, gradualmente, o debate sobre o tema vem ganhando espaço na Arquivologia brasileira. Ao mesmo tempo, as legislações para os arquivos de organizações privadas, tendo em vista sua relação de eficiência, eficácia e efeitos concretos, merecem ser atualizadas e devidamente aplicadas.

O Arquivo Nacional vem procurando debater sobre arquivos privados de natureza institucional. Inferiu-se que a proposição que vem formulando de uma

política de aquisição é capaz de suprir a necessidade de transparência do processo de arquivos declarados de interesse público, na medida em que, quando se consolida uma política, ocorre um movimento de respaldar as tomadas de decisões, assim como se procura isentar os profissionais e proteger a instituição. A política proposta mostra a postura da instituição perante a questão da aquisição dos arquivos privados, servindo como instrumento de disseminação e de modelo para outras instituições.

A análise dos arquivos privados de natureza institucional declarados de interesse público e social no Brasil mostra que a declaração de interesse público e social ganha uma nova perspectiva, a qual a aproxima da patrimonialização. Contudo, ainda é tema que merece ser amplamente discutido. Ousa-se apontar que o fato de a existência da declaração ganhar essa prerrogativa de patrimonialização dificulta os arquivos privados de natureza institucional de praticarem ações voltadas para as noções da gestão de documentos, aproximando-os da ideia de “meros” arquivos permanentes.

O Projeto de Lei 2.789, de 2021, propõe relevantes alterações na Lei de Arquivos (Lei 8.159/1991), citando-se aquelas que tratam dos arquivos privados capazes de serem identificados pelo Poder Público como de interesse público e social. Mudanças na Lei dos Arquivos propostas pelo Projeto de Lei 2.789:

> “Art. 12 - Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história, a cultura, as artes e o desenvolvimento científico nacional. ““
>
> “Art. 13 - Os arquivos privados identificados como de interesse público e social não poderão ser alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior.”
>
> “§1º-Na alienação desses arquivos o Poder Público exercerá preferência na aquisição.”
>
> “§2º- Os critérios e procedimentos para identificação de arquivos privados de interesse público e social, sejam eles originalmente digitais, digitais ou físicos, serão objeto de regulamento específico, considerando-se as boas práticas nacionais e internacionais sobre o tema, as Resoluções do Conselho Nacional de Arquivos e outras legislações vigentes.”
>
> “Art. 14 - Parágrafo único. O proprietário de arquivo privado identificado como de interesse público que obtiver subsídios do Poder Público para sua organização e preservação deverá garantir o acesso às informações nele contidas.” (NR) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021, documento *on-line*).

A análise do texto legal acima apresentado revela que no art. 12 há um acréscimo nos conjuntos de fontes relevantes, sendo incluídas a cultura e as artes. A grande novidade está no art. 13, alargado pelo inciso 2º,o qual determina que os critérios e procedimentos de arquivos privados de interesse público e social serão objeto de regulamento específico. Por último, o art.14, também como novo texto, diz respeito à questão de o financiamento público desses arquivos ficar condicionado à promoção do acesso.

O exame dos arquivos públicos estaduais acusa uma baixa taxa de preservação dos arquivos privados institucionais. Aponta-se como alternativa que os arquivos municipais se ocupem com os arquivos privados institucionais, visando à construção de uma ideia de complementaridade, ajudando a compor as lacunas dos arquivos públicos e, igualmente, ampliando o patrimônio arquivístico brasileiro. De fato, algumas instituições arquivísticas municipais já avançaram nesse sentido, como no caso de Belo Horizonte, Minas Gerais, via Lei Municipal 5.899, de 20 de maio de 1991, que “Dispõe sobre a política municipal de arquivos públicos e privados, e dá outras providências”.

> Art. 12 - Os arquivos privados podem ser identificados, pelo Poder Público Municipal, como de interesse público e social, desde que sirvam como instrumento de apoio à história, à cultura e ao desenvolvimento científico do Município. (BELO HORIZONTE, 1991, documento *on-line*).

De outro lado, compreender como o tema foi abordado nesta tese no campo teórico da Arquivologia no Brasil contribuiu também para a história da Arquivística, tendo em conta a história de ambas (MARQUES, 2007).

Esta pesquisa apontou que a evolução da Arquivologia, como o de qualquer outra área do conhecimento, não se deu de forma linear. Ocorreram avanços e recuos, há concorrências teóricas e metodológicas, há declínios ou expansões de enfoques temáticos, e assim por diante. A recuperação dessas experiências históricas – em particular, as da AAB e de seu periódico – podem auxiliar muito na escrita das “histórias não contadas” dos pioneiros e fundadores da Arquivologia no Brasil. Tal recuperação também implica a reatualização dessas experiências, abrindo caminho para renovações e inovações, inclusive no que diz respeito aos arquivos privados de natureza institucional.

Cita-se como uma das limitações desta pesquisa o fato de não ter conseguido abranger a importância da memória empresarial, que tem relação ímpar

com o tema abordado, ficando a possibilidade desse desdobramento para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Nicolau. Arquivos: sua importância para o progresso brasileiro-Contribuição do Arquivo Nacional para a formação de recursos humanos. Arquivo Nacional. **Mensário do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 11, nov., 1976.

AGENDA. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano 149, n. 79, p. 16, 10 jan. 1974. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_16&pesq=%22Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Arquivistas%20 Brasileiros%22&pagfis=26604>. Acesso em: 14 maio 2020.

ALVARES, Lillian Maria Araújo de Rezende; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Memória e vanguarda da pesquisa em ciência da informação no Brasil: 45 anos da revista do ibict. parte 1: análise de autores. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 46, n. 3, p. 13-29, maio 2017. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4561>. Acesso em: 20 maio 2020.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.** Rio de janeiro: Arquivo Nacional: 2005. (Publicações técnicas). Disponível em: < https://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/01/Dicionario-de-terminologia-arquivistica.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2020.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Você conhece o Mensário do Arquivo Nacional?**. [Rio de Janeiro: AN], 2019. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/ultimas-noticias/1492-voce-conhece-o-mensario-do-arquivo-nacional>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Portaria AN-PR/MJSP nº 311, de 9 de setembro de 2019b.** Disponível em: <https://boletim.sigepe.gov.br/publicacao/detalhar/24799>. Acesso em: 07 jan. 2020.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Portaria ORG nº 310, de 9 de setembro de 2019.** Disponível em: <https://boletim.sigepe.gov.br/publicacao/detalhar/24296>. Acesso em: 07 jan. 2020.

ARQUIVO PÚBLICO AO MINEIRO (Minas Gerais). **Sistema Integrado de acesso do APM.** [S.d.]. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/publicacoes/apresentacao.php>. Acesso em: 19 fer. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **ISO 9001, sucesso há 25 anos.** Notícias, 2014. Disponível em: http://abnt.org.br/noticias/3647-iso-9001-sucesso-ha-25-anos. Acesso em 10 nov. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR ISO 15489-1:** Informação e documentação - Gestão de documentos de arquivo: Parte 1: Conceitos e princípios. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOSSIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9578: Arquivos – Terminologia.** Rio de Janeiro, 1986. 4 p.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Biblioteca Maria Beatriz Nascimento. **Lista de coleção Arquivo & Administração.** Fundo: Associação dos Arquivistas Brasileiros − AAB. Código de referência na base Sian: BR RJANRIO JA. [1973]. Disponível em: <http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta9/acervo83142/83142_329.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional). **Lista de coleção Arquivo & Administração.** Fundo: Associação dos Arquivistas Brasileiros − AAB. Código de referência na base Sian: BR RJANRIO JA. [1974]. Disponível em: <http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/ pasta9/acervo83141/83141_330.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional). **Lista de coleção Arquivo & Administração.** Fundo: Associação dos Arquivistas Brasileiros − AAB. Código de referência na base Sian: BR RJANRIO JA. [1978]. Disponível em: <http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/ pasta12/acervo112407/112407_345.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional). **Lista de coleção Arquivo & Administração.** Fundo: Associação dos Arquivistas Brasileiros − AAB. Código de referência na base Sian: BR RJANRIO JA. [1986]. Disponível em: <http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/ pasta9/acervo83157/83157_356.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional). **Lista de coleção Arquivo & Administração**. Fundo: Associação dos Arquivistas Brasileiros − AAB. Código de referência

na base Sian: BR RJANRIO JA. [1986]. Disponível em: <http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta12/acervo112449/112449_358.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

BALINHA, Hélio Filipe Domingos da. **A gestão da informação nos arquivos empresariais portugueses**: as instituições financeiras. 2012. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação e Documentação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/9441/1/Tese_HB_modelo%20formal%20-%20final.pdf. Acesso em: 2 abr. 2021.

BARROS, Gabriel da Silva; SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. O processo de elaboração de dicionários brasileiros de terminologia arquivística: contribuições para a terminologia da área. **Acervo** - Revista do Arquivo Nacional, v. 34, n. 1, p. 195-215, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/153008>. Acesso em: 17 maio 2023.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. **Uma trajetória da arquivística a partir da Análise do Discurso**: inflexões histórico-conceituais. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Disponível em: < https://repositorio.unesp.br/handle/11449/138613>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

BASTOS, Aurélio Wander Chaves; ARAÚJO, Rosalina Corrêa de. A legislação e a política de arquivos no Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 1990. Disponível em: < https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/archive/3>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BATISTA, Edinaldo Medina. **A gestão de documentos (ISO 15489) orientada aos ambientes empresariais privados e uma relação possível com a gestão da qualidade na certificação da norma ISO 9001**. 2019. 102 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquivologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. O Discreto Fascínio da Arquivologia. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, V. 44, n. 1, p. 10-16, jan./jun., 2008. Entrevista. Disponível em:

<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/RAPM07A122008_entrevista.pdf>. Acesso em: 10 outubro de 2021.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo estudos e reflexões.** Belo Horizonte: UFMG, 2014.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 5.899, de 20 de maio de 1991.** Dispõe sobre a política municipal de arquivos públicos e privados e dá outras providências. 1991. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1991/590/5899/lei-ordinaria-n-5899-1991-dispoe-sobre-a-politica-municipal-de-arquivos-publicos-e-privados-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 9 jul. 2021.

BOLETIM. **Diário de Notícias,** Rio de Janeiro, n. 16.424, p. 8, 1 out. 1975. Disponível em: <http:// memoria.bn.br/DocReader/DocReader. aspx?bib=093718_05&pesq=%22Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Arquivistas%20 Brasileiros%22&pagfis=40241>. Acesso em: 14 maio 2020.

BONFIGLIO-DOSIO, Giorgetta. **Archivie, d´impresa**:. studi e proposte. Padua: Cleup, 2003.

BOTTINO, Mariza. **O legado dos congressos brasileiros de arquivologia (1972-2000)**: uma contribuição para o estudo do cenário arquivístico nacional. Rio de Janeiro: FGC, 2014.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu: **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983. p. 39-72..

BOURDIEU, Pierre. Le champ scientifique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 2/3, jun. 1976, p. 88-104. Disponível em: < https://www.persee.fr/issue/arss_0335-5322_1976_num_2_2>. Acesso em: 1 mar. 2020.

BRASIL. **Lei n. 8.159 de 8 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 07 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 7 jan. 2020.

BUENO, Danilo André; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **Fluxos documentais em ambientes empresariais**: características, tipologias e usos. 2018. Disponível em: http://www.enearq2008.ufba.br/wp-content/uploads/2008/09/04-danilo_andre_bueno.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

CALDERON, Wilmara Rodrigues. **O arquivo e a informação arquivística**: da literatura científica à prática pedagógica no Brasil. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). **Projeto de Lei 2.789/2021.** Moderniza a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e cria nova hipótese de improbidade administrativa. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2293801>. Acesso em 15 abr. 2022.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. (Orgs.). **Dicionário de terminologia arquivística.** São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado de Cultura, 2012.

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. **Centros de Memória:** uma proposta de definição. São Paulo: Edições SESC. 2015.

CARVALHÊDO, S. P. **O arquivo Público do Distrito Federal:** contextos, concepções e práticas informacionais de uma instituição arquivística. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/36073>. Acesso em: 25 jul. 2022.

CELISTRE, Bianca. **Análise comparativa de termos arquivísticos em língua portuguesa**. 2015. 53 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquivologia, Faculdade de Biblioteconomia e Documentação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/135060/000987807.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 5 maio 2021.

CHAGAS, Cintia Aparecida; Negreiros, Leandro Ribeiro; Silva Welder Antônio. **Formação em Arquivologia no Brasil:** análise e perspectivas acerca de uma

possível harmonização curricular. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora Ltda, 2021. 216 p. Disponível em: <https://www.nyota.com.br/_files/ugd/c3c80a_3b32e497b10b431baf43bc522c4a344f.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2020.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (ICA). **Multilingual Archival Terminology.** 2004. Definição: Records continuum. Disponível em: <http://www.ciscra.org/mat/mat/ term/296/544>. Acesso em 7 mar. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Portaria nº 66, de 13 de novembro de 2002.** Disponível em: < https://www.gov.br/conarq/pt-br/acesso-a-informacao/portarias-conarq-1/Portaria_66_2002_02_06.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Cadastro nacional de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos.** 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/CONARQ/pt-br/servicos-1/cadastro-nacional-de-entidades-custodiadoras-de-acervos-arquivisticos>. Acesso em: 07 jan. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Resolução nº 47, de 26 de abril de 2021.** Dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-47-de-26-de-abril-de-2021>. Acesso em: 07 jan. 2021.

CORAIOLA, Diego Maganhotto. Importância dos arquivos empresariais para a pesquisa histórica em Administração no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 2, p. 254-269, 2012. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/7509/importancia-dos-arquivos-empresariais-para-a-pesquisa-historica-em-administracao-no-brasil/i/pt-br>. Acesso em: 1 mar. 2020.

COTRIM, Gilberto. **Direito fundamental:** instituições de direito público e privado. São Paulo: Saraiva, 2009.

COUGO, Francisco Alcides Junior. **A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil**. 2020. 448 f. Tese (Doutorado) - Curso de Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021. Disponível em:

http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/7423/1/Tese_Francisco_Alcides_Cougo_Junior.pdf. Acesso em: 23 mar. 2020.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Fundamentos da disciplina arquivística.** Lisboa: Dom Quixote, 1998.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia.** Brasília: Briquet de Lemos, 2008. xvi, 451 p.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO em organização de arquivos de empresa. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 6, 9 maio 1980. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pesq=%22Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Arquivistas%20 Brasileiros%22&pagfis=6413>. Acesso em: 14 maio 2020.

CURSO DE ARQUIVISTA. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano 148, n. 75, p. 8, 5 jan. 1974. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_16&pesq=%22Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Arquivistas%20 Brasileiros%22&pagfis=26520. Acesso em: 14 maio 2020.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DICAS DA SEMANA. **Diário de Notícias,** Rio de Janeiro, p. 4, 20 abr. 1973. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_05&pesq=%22Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Arquivistas%20Brasileiros%22&pagfis=18223>. Acesso em: 14 maio 2020.

DUCHEIN, Michel. Relatório sobre os arquivos no Brasil. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 7, n.1, p. 28-30, jan/abr. 1979. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/49760>. Acesso em: 15 jan. 2020.

DUCHEIN, Michel. Os arquivos na Torre de Babel: problemas de terminologia arquivística internacional. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 13-22, jan./dez., 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/55189>. Acesso em: 15 jan. 2020.

EM PAUTA. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano 151, n. 239, p. 14, 19 jul. 1978. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_16&pesq=%22Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Arquivistas%20 Brasileiros%22&pagfis=57955>. Acesso em: 14 maio 2020.

EPOSEL, José Pedro. **Arquivos**: uma questão de ordem. Niterói: Muiriquitã, 1994.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**: (re)definição de marcos interdisciplinares. 1997. 181 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GARCIA, Marco Aurélio de A. A memória nacional aprisionada. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,** Rio de Janeiro, n. 21, p. 43-45, 1986. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=&busca=revista+do+patrimonio&pagina=2>. Acesso em: 14 maio. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998. Disponível em: < https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2069> . Acesso em: 1 mar. 2020.

GOMES, Yuri Queiroz. A Associação dos Arquivistas Brasileiros e o processo de institucionalização da Arquivologia no Brasil: 1971-1978. In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTOS, Paulo Elian dos. **História da Arquivologia no Brasil:** instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivista Brasileiros, 2014.

GOMES, Yuri Queiroz. **Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978):** entre a memória e a história. 2011. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12317/Yuri%20Queiroz%20Gomes%20Final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 de novembro de 2019.

GONZÁLEZ PEDRAZA, José Andrés. **Los archivos de empresas:** qué son y cómo se tratan. Asturias: Ediciones Trea, 2009.

GOULART, Silvana. **Patrimônio Documental e Historia Institucional.** São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

HYVY, Tom. Private Archives. In: DURANTI, Luciana; FRANKS, Patricia C. **Encyclopedia of archival science.**Maryland: Rowman&Littlefield, 2015.

JARDIM, José Maria. A produção do conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro. **Ciência da Informação,** Brasília, v. 27, n. 3, p. 243-252, set./dez. 1998. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/777>. Acesso em 1 jun. 2020.

JARDIM, José Maria. Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, jul./dez., 2015, p.19-50. Disponível em: <https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/%20article/view/607>. Acesso em: 30 maio 2020.

JARDIM, José Maria. O Projeto de Lei 2789/2021 e a atualização da Lei de arquivos brasileira: possibilidades e limites, 2021. **Arquivo**, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 89-95, dez., 2021. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/13/pdf/Debate_JARDIM_J_M_-_O_Projeto_de_Lei_2789-2021_e_a_atualizacao_da_Lei_de_Arquivos_brasileira_possibilidades_e_limites.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2020.

CURSO DE ARQUIVISTA. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, v. 148, n. 75, p. 8, 5 jan.1974. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_16&pesq=%22Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Arquivistas%20Brasileiros%22&pagfis=26520>. Acesso em: 14 maio 2020.

JOUTARD, Philippe**. História oral:** balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). Usos e abusos da história oral. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 43 a 64.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória.** 4 ed. Campinas: Unicamp, 1996. p. 535-550.

LOPES, Bruna Pimentel; RODRIGUES, Georgete Rodrigues. **Os arquivos privados na legislação brasileira:** do anteprojeto da Lei de Arquivos às regulamentações do CONARQ, 2017. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/04/pdf/LOPES__B_P__RODRIGUES_G_M_-_Os_arquivos_privados_na_legislacao_brasileira__do_anteprojeto_da_Lei_de_Arquivos_as_regulamentacoes_do_CONARQ.pdf >. Acesso em 17 maio 2020.

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOPES, Luis Carlos. Arquivópolis: uma utopia pós-moderna. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 41-43, jan./abr. 1993. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/515>. Acesso em 20 jan. 2020.

MACHADO, Helena Correa. Arquivologistas, bibliotecários e museólogos de mãos dadas. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 26-27, ago. 1975.

MARCONI, Maria de Andrade; LATAKOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2005.

MARIZ, Anna Carla Almeida. Prefácio. In: CHAGAS, Cintia Aparecida; Negreiros, Leandro Ribeiro; Silva Welder Antônio. **Formação em Arquivologia no Brasil:** análise e perspectivas acerca de uma possível harmonização curricular. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora Ltda, 2021. 216 p. Disponível em: <https://www.nyota.com.br/_files/ugd/c3c80a_3b32e497b10b431baf43bc522c4a344f.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2020.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. Arquivologia e Ciência da Informação: submissão ou interlocução?. **Brazilian Journal Of Information Science**: research trends, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 14-22, dez. 2017. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/7499/4784>. Acesso em: 14 maio 2020.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil.** 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2979?mode=full>. Acesso em 20 jan. 2020.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. Os lugares da arquivologia no campo da informação. **Ciência da Informação**, v. 42, n. 1, p. 92-106, 2013. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1397>. Acesso em: 1 jan. 2020.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.). **História da Arquivologia no Brasil:** instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014. 224 p.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; TOGNOLI, Natália Bolfarini. Entre a arquivologia e outras disciplinas: promessas de interdisciplinaridade? **Páginas A&B**: Arquivos e Bibliotecas, Portugal, v. 3, n. 6. p. 65-83, 2016. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/1546>. Acesso em: 7 jan. 2020.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. A institucionalização do Conselho de Pesquisas no Brasil: inspirações históricas internacionais e identidade para a concepção das áreas do conhecimento. **Informação & Informação,** Londrina, v. 22, n. 3, p. 6-34, 2017a. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/24878/22722>. Acesso em: 30 mar. 2020.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. A investigação científica em Arquivologia e a sua busca de identidade. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 12, n. 2, p. 77-89, 2017b. Disponível em: < https://www.pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/35520/18545>. Acesso em: 1 mar. 2020.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg . Um intelectual no Arquivo: legado de José Honório Rodrigues para a Arquivologia no Brasil. **Acervo:** Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 176-191,

2017c. Disponível em: <https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/723/962>. Acesso em: 1 mar. 2020.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. Henri Boullier de Branche e José Honório Rodrigues: dos *Archives de Sarthe* para o Arquivo Nacional. **Acervo:** Revista do Arquivo Nacional, v. 34, n. 1, p. 68-84, 2021. Disponível em: <https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1599/1605>. Acesso em: 29 mar. 2020.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RAMALHO, Paula Rafisa Batista de Almeida. José Honório Rodrigues: interlocutor brasileiro para a institucionalização da Arquivologia no Brasila partir das contribuições francesas. **Ágora**, Florianópolis, v. 31, n. 62, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/899/912>. Acesso em: 29 mar. 2020.

MASTROPIERRO, Maríadel Carmem. CASANOVAS, Inés. **Archivos de Empresa**. Buenos Aires: Alfagrama, 2011.

MELO, Katia Isabelli; CARDOSO, Aline da Cruz. Arquivista como protagonista nos eventos científicos: uma análise dos congressos de Arquivologia no Brasil. **Páginas a&b:** arquivos e bibliotecas, v. 3, n. 10, 71-91, 2018. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/4774/4913>. Acesso em: 1 mar. 2020.

MENSÁRIO DO ARQUIVO NACIONAL (MAN). Rio de Janeiro: **Arquivo Nacional**, v. 5, n. 3, p. 42-43, 1974. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=865521&pesq=&pagfis=130. Acesso em: 14 maio 2020.

MILANI, Mario Sergio. **Da escrituração no Novo Código Civil.** Comentários aos arts. 1.179 a 1.195 do Código Civil aprovado pela Lei n. 10.406, de 10.1.2002. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: Hucitec/Abasco, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementariedade? **Cadernos Saúde Pública,** Rio de Janeiro, v.9, n.3, 239-

262, jul./set., 1993. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hg4J9fJDb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20 jan. 2020.

MINTEGUI, Evelin Melo. **Arquivistas**: uma análise sob o viés da sociologia das profissões. 2014. 77 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/6250/MINTEGUI%2c%20EVELIN%20MELO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 mar. 2020.

MOLINA, Talita dos Santos. Arquivos Privados e interesse público: caminhos da patrimonialização documental. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2. p. 160-174, jul./dez., 2013. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/%20article/view/522>. Acesso em 20 mar. 2020.

MOREIRA, Regina da Luz. Brasilianistas, historiografia e Centros de Documentação. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 66-75, 1990. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2294>. Acesso em: 05 de dezembro de 2019.

MUÑOZ CAÑAVATE, António; MONTEIRO, Maria Gracinda Barata; FREITAS, Maria Cristina Vieira de; BORGES, Maria Manuel. Os arquivos empresariais em Portugal: do tradicional ao *cloud computing*. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 210-251, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3189>. Acesso em 10 out. 2019.

NAGEL, Rolf. **Dicionário de Termos Arquivísticos:** subsídios para uma terminologia arquivística brasileira. Salvador: UFBA, 1989.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt; PAULA, Viviane Carolina de; PRADO, Noêmia Schoffen. Arquivos públicos estaduais do Brasil: avaliação das funções: conteúdo dos sites. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 1, n. 10, p. 50-75, jan. 2005. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/415. Acesso em: 20 maio 2020.

PAZIN VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho. **Obrigação, controle e memória**: aspectos legais, técnicos de culturais da produção documental em organizações privadas. 2011. 356 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Universidade de São Paulo, São, 2011. Disponível em:

<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-22082012-090854/pt-br.php>. Acesso em: 7 jan. 2020.

PAZIN VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho. **Arquivos e organizações privadas**: funções administrativas e tipos documentais. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2012, 160p.

PAZIN VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho. A presença de fundos privados institucionais nos arquivos públicos estaduais do Brasil. In: CAMPOS, José Francisco (Org.). **Arquivos privados:** abordagens plurais. Associação de Arquivistas de São Paulo. São Paulo: ARQ-SP, 2016. p. 6-23. Disponível em: <http://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Arquivos_privados_abordagens_plurais_e-book.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2020.

PEARCE-MOSES, Richard. **A Glossary of Archival and Records Terminology.** Chicago: The Society of American Archivists, 2005. Disponível em: <https://files.archivists.org/pubs/free/SAA-Glossary-2005.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2020.

PESAVENTO, Sandra J. **História e História Cultural.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. **História da revista:** Ciência da Informação, periódico do IBICT. 2016. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/journal-history>. Acesso em: 19 mar. 2020.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. 9ª edição da Revista Eletrônica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. **PBH**, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: < https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/publicacoes/revista-eletronica>. Acesso em: 18 fev. 2020.

RODRIGUES, José Honório.In: SCHELLENBERG, T. R. **Documentos públicos e privados:** arranjo e descrição. Tradução Manoel Adolpho Wanderley. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Administração pública, arquivos e documentação no Brasil: a presença do Departamento Administrativo do Serviço Público nas décadas de 1930 a 1950. In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha *et al.* (Org.).

História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014. p. 17-48.

SANTOS, Vanderlei Batista dos Santos [Org.]. **A Câmara dos Deputados e a arquivística brasileira (1970-2000)**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. (Coleções especiais. Acervo arquivístico, 3). Disponível em: <https://livraria.camara.leg.br/a-camara-dos-deputados-e-a-arquivistica-brasileira-1970-2000>. Acesso em: 29 abr. 2020.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Entre o documento de arquivo e a informação arquivística: reflexões acerca do objeto científico da arquivologia.** 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/184023>. Acesso em: 30 maio 2022.

SEMINÁRIO DE SABERES ARQUIVÍSTICOS, 9., 2019, Coimbra. **Os arquivos privados no Brasil e na França:** uma análise das práticas precedentes à promulgação da Lei de Arquivos brasileira. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2019. 12 p. Disponível em: http://www.ufpb.br/evento/index.php/index/index/index/index. Acesso em: 30 jun. 2020.

SILVA, Eliezer Pires da; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. O projeto da Associação dos Arquivistas Brasileiros para o campo arquivístico. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 85-100, jul./set., 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23009/18592>. Acesso em: 30 abr. 2020.

SILVA, Maria Juliana Nunes da. **Entre a teoria e a prática**: o contexto de atuação dos estagiários, sob a ótica das instituições contratantes e dos egressos do curso de arquivologia da universidade federal de minas gerais. 2017. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-AWWNEX>. Acesso em: 4 maio 2020.

SILVA, Welder Antônio. Desenvolvimento, tendências, perfis e perspectivas dos cursos e docentes de Arquivologia no Brasil. In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTOS, Paulo Elian dos. **História da Arquivologia no Brasil:** instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014. 224 p.

SILVA, Wystercley Marins da. **Arquivo de interesse público e social: a atuação do Conselho Nacional de Arquivos.** 2011. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/10245>. Acesso em 14 set. 2020.

SOARES, Fabiana de Menezes; KAITEL, Cristiane Silva; PRETE, Esther Külkamp Eyng (Orgs.). **Estudos em legística**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2019. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/2019/10/Miolo_Estudos-em-Legi%CC%81stica-Final2.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020

SOBRAL, Fernanda A. da Fonseca. Uma leitura da sociologia da ciência em Foucault e Bourdieu. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 19, n. 2, jul./dez. 1995, p. 269-275.

TAVEIRA, Dyrse Barreto; ESPOSEL, José Pedro Pinto. Curso de graduação em arquivologia da UFF. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 12-15, 1981. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/31796>. Acesso em: 01 jun. 2022.

THOMPSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e abusos da história oral.** 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 65-92.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A construção teórica da diplomática:** em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Ciencia de la información y archivística: un diálogo a partir de la información registrada. **Ibersid**: revista de sistemas de información y documentación, Zaragoza, v. 4, n. 1, 131-136, 2010. Disponível em: <https://ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/3797>. Acesso em: 7 jan. 2020.

TORTELLA CASARES, Teresa. **Los archivos empresariales.** Su organización, conservación y uso. In: Historia empresarial: pasado, presente y retos de futuro. Madrid: Ariel, 2003, p.135-151.

TOTINI, Beth; GAGETE, Elida. Memória empresarial, uma análise da sua evolução. In: NASSAR, Paulo. (Org.). **Memória de empresa**: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações. São Paulo: ABERJ Editorial, 2004. p. 113-126.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Arquivologia**: histórico do curso. [S.d]. Disponível em: < https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/arquivologia/historico-do-curso#:~:text=O%20Curso%20de%20Arquivologia%20foi,10%20de%20agosto%20de%201976.>. Acesso em 1 fev. 2020.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Gestão Documental em Ambientes Empresariais. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim. (Org.). **Estudos avançados em Arquivologia.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo. Cultura Acadêmica. 2012. 318 p. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf>. Acesso em 1 mar. 2020.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Arquivos de Empresas em Arquivos Nacionais: uma comparação entre brasil e portugal, 1990-2015. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, 3., 2016, Lisboa. **Anais [...] .** Lisboa: [S.N.], 2016. p. 16-17.

VENANCIO, Renato Pinto. Ser e não ser: as relações históricas entre arquivologia e ciência da informação. ***Brazilian Journal of Information Science*****:** Research Trends, v. 11, n. 4, p. 23-32, 2017. Disponível em:<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/7500>. Acesso em 20 mar. 2020.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédict. Pensar a história cruzada: entre empiria e a reflexividade. **Textos de História,** Brasília, v. 11, n. 1/2, p. 89-128, 2003. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27853>. Acesso em: 20 mar. 2020.

FONTES CONSULTADAS

ARCHIVES NATIONALES DU MONDE DU TRAVAIL (Campange de numérisation), 2020. Disponível em: <http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr/camt/>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

ARQUIVO & ADMINISTRACAO (A&A). Rio de Janeiro: AAB, 1972-2004. Disponível em: <http://biblioteca.an.gov.br/scripts/bnportal/bnportal.exe/index#acao=busca_col&cod_per=79344&alias=geral&xsl=vbiblcol0>. Acesso em: 7 jan. 2020.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS - AAB. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, 1972- 2004. - Código de referência na base SIAN: BRRJANRIO JA– Disponível em:

<http://biblioteca.an.gov.br/scripts/bnportal/bnportal.exe/index#acao=busca_col&cod_per=79344&alias=geral&xsl=vbiblcol0>. Acesso em: 7 jan. 2020.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Site governamental** – Notícia: Mensário do Arquivo Nacional, 2019. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/ultimas-noticias/1492-voce-conhece-o-mensario-do-arquivo-nacional. Acesso em: 18 de fev. de 2020.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Acervo Revista do Arquivo Nacional.** Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan-jun. 1986. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/media/v.1,n.1,jan-jun.1986.pdf>. Acesso em 18 de fev. de 2020.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA (CBA), I, 1972, Rio de Janeiro. **Anais...** Brasília: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1979.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO em organização de arquivos de empresa. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 6, 9 maio 1980. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pesq=%22Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Arquivistas%20 Brasileiros%22&pagfis=6413>. Acesso em: 14 maio 2020.

CURSO DE ARQUIVISTA. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano 148, n. 75, p. 8, 5 jan. 1974. Disponível em: http://memoria. bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_16&pesq=%22Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Arquivistas%20 Brasileiros%22&pagfis=26520. Acesso em: 14 maio 2020.

DAT- Dictionary of Achives Terminology, 2021. Disponível em: < https://dictionary.archivists.org/index.html>. Acesso em: 29 de set. de 2021.

DICAS DA SEMANA. **Diário de Notícias,** Rio de Janeiro, p. 4, 20 abr. 1973. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_05&pesq=%22Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Arquivistas%20Brasileiros%22&pagfis=18223>. Acesso em: 14 maio 2020.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 14 mar. 1980. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pesq=%22Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Arquivistas%20Brasileiros%22. Acesso em: 14 maio 2020.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 9 maio 1980. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pesq=%22Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Arquivistas%20Brasileiros%22. Acesso em: 14 maio 2020.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 5 jan. 1974. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_16&pesq=%22Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Arquivistas%20Brasileiros%22>. Acesso em: 14 maio 2020.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 10 jan. 1974. Disponível em: < < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_16&pesq=%22Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Arquivistas%20Brasileiros%22>. Acesso em: 14 maio 2020.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 19 jul. 1978. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_16&pesq=%22Asso

cia%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Arquivistas%20Brasileiros%22>. Acesso em: 14 maio 2020.

ANEXOS

ANEXO A - Recomendações do II Congresso Brasileiro de Arquivologia

II CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
LOCAL: Pontifícia Universidade Católica - São Paulo - Capital.
DATA: 24 a 29 de novembro de 1974.

R E C O M E N D A Ç Õ E S

1 - Insistir na campanha para criação do Sistema Nacional de Arquivos, visando torná-lo um subsistema do Sistema Nacional de Informações, recomendado pela UNESCO, como fator preponderante do desenvolvimento sócio-econômico dos países membros dessa organização.

2 - Instar junto às autoridades competentes para que a implantação dos Cursos de Arquivo, já devidamente estruturados, não sejam alcançados pela recente recomendação do MEC ao CFE, proibindo a instalação de todo e qualquer curso até que se proceda ao levantamento das necessidades dos distritos geo-educacionais.
Tal medida, se de aplicação indiscriminada impediria a imediata formação de profissionais no campo da arquivologia, profundamente carente de recursos humanos necessários ao seu plano desenvolvimento.

3 - Que sejam envidados esforços para a regulamentação da profissão do técnico de arquivo, em nível médio, assim como do profissional de arquivo, em nível universitário.

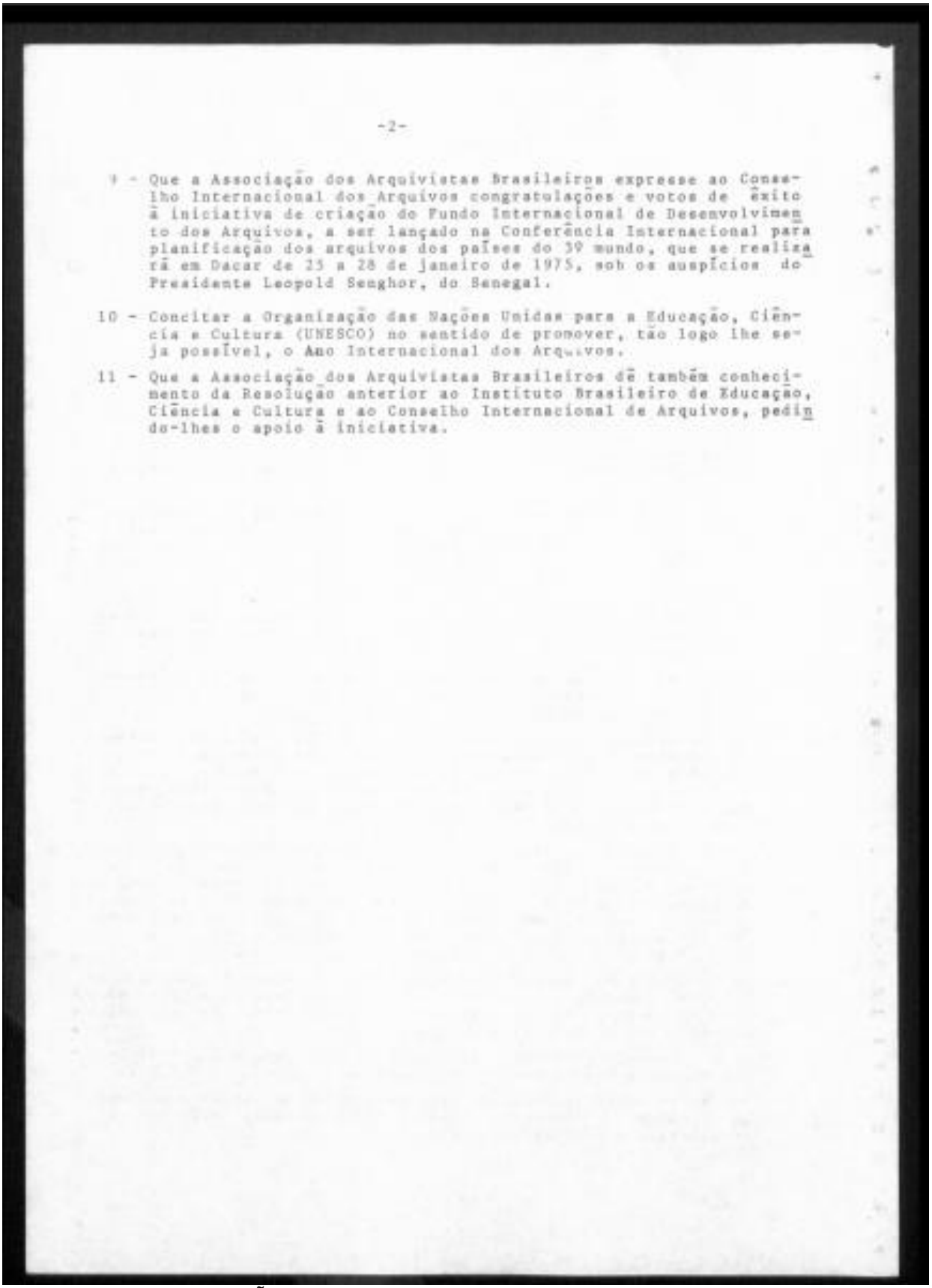
4 - Que se deflagre uma campanha a fim de que as entidades, públicas ou privadas, conscientizem-se da necessidade da adoção de critérios adequados de avaliação de documentos, evitando-se assim as eliminações indesejáveis, bem como da adoção de técnicas modernas de restauração de documentos de valor técnico, científico, científico e cultural.

5 - Que se elabore documento dirigido ao INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (IBAM) com sede no Rio de Janeiro, no qual sejam destacados os benefícios que advirão para as administrações locais, se no trabalho de prestar assistência às Prefeituras, se incluir, também, a da área de ARQUIVO, como base documental para as opções fundamentadas no presente, preservando, ao mesmo tempo, as fontes históricas do Município brasileiro.

6 -Que os órgãos de imprensa criem condições para instalação de Centros de Documentação e/ou racionalização dos arquivos já existentes, de forma a atender, com rapidez a eficiência, às exigências características de suas atividades.

7 - Que a classe empresarial seja sensibilizada para a importância dos arquivos como fator de desenvolvimento técnico-científico.

8 - Que sejam intensificados os estudos e pesquisas sobre a aplicação, adequada e criteriosa, das técnicas modernas, tais como microfilmagem e computador, aos arquivos.



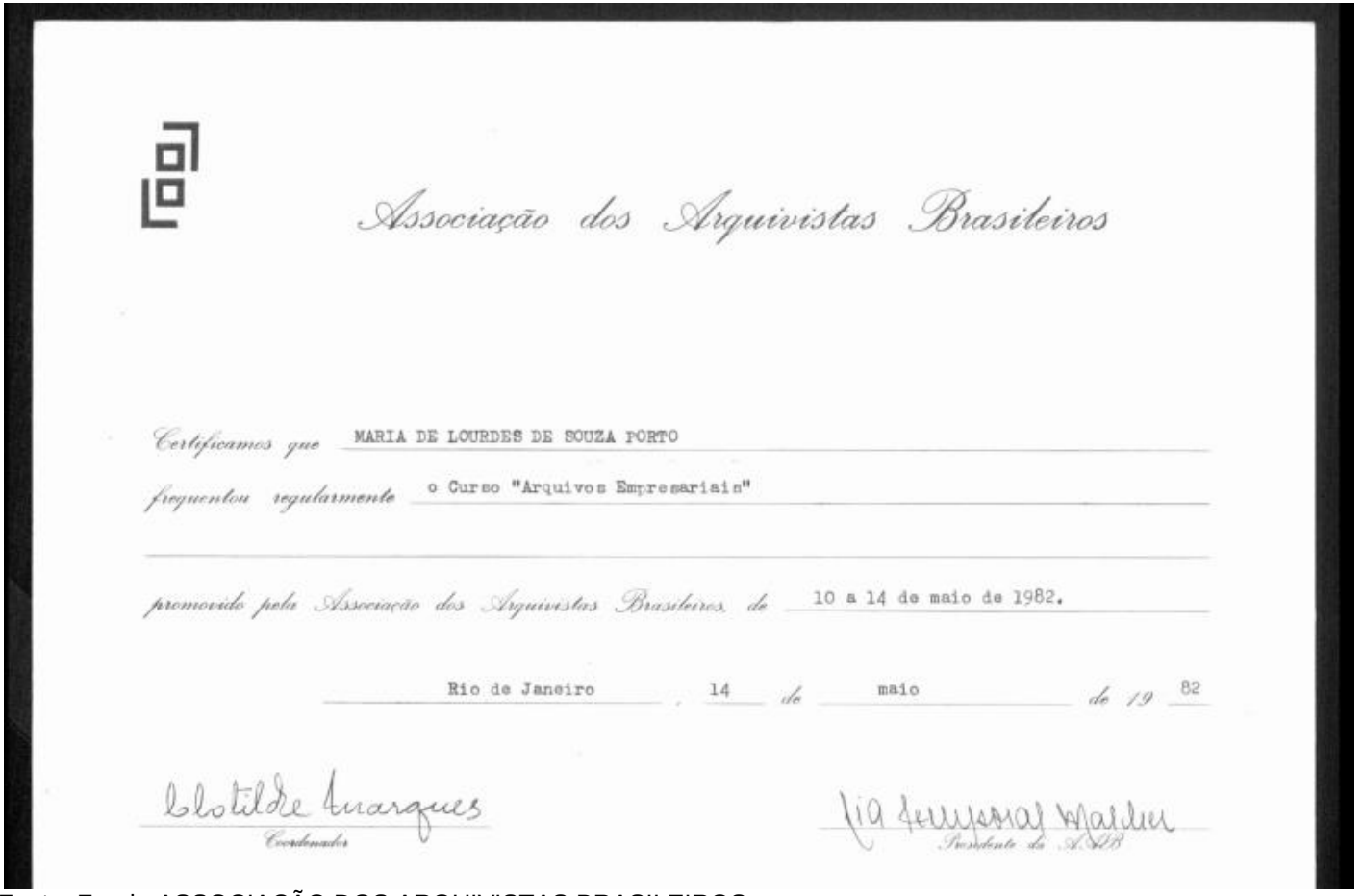
9 - Que a Associação dos Arquivistas Brasileiros expresse ao Conselho Internacional dos Arquivos congratulações e votos de êxito à iniciativa de criação do Fundo Internacional de Desenvolvimento dos Arquivos, a ser lançado na Conferência Internacional para planificação dos arquivos dos países do 3º mundo, que se realizará em Dacar de 25 a 28 de janeiro de 1975, sob os auspícios do Presidente Leopold Senghor, do Senegal.

10 - Concitar a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) no sentido de promover, tão logo lhe seja possível, o Ano Internacional dos Arquivos.

11 - Que a Associação dos Arquivistas Brasileiros dê também conhecimento da Resolução anterior ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura e ao Conselho Internacional de Arquivos, pedindo-lhes o apoio à iniciativa.

Fonte: Fundo ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS (JA)- Instrumento Provisório dos Documentos Textuis. Código BR_RJANRIO_JA_0_CAI_146_PST_0007.

ANEXO B - Certificado Curso “Arquivos Empresariais” – 1982



Associação dos Arquivistas Brasileiros

Certificamos que MARIA DE LOURDES DE SOUZA PORTO

freqüentou regularmente o Curso "Arquivos Empresariais"

promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros de 10 a 14 de maio de 1982.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 19 82

Clotilde Marques
Coordenadora

Presidente da AAB

Fonte: Fundo ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
(JA)- Instrumento Provisório dos Documentos Textuais. Código BR_RJANRIO_JA_0_CAI_0093_PST_0012.

ANEXO C - “Curso: Organização de arquivos correntes em empresas privadas” respectivamente dos anos 2011 e 2012.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS - AAB

CURSO: ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS CORRENTES EM EMPRESAS PRIVADAS

PERIODO: 24 E 25/ FEV/ 2011

PROFa. TÂNIA MARIA DE SOUZA PIMENTA

1 – INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico e as constantes mudanças por que vem passando a sociedade possibilitam cada vez mais a existência de grandes desafios para o profissional da área de arquivos, entre outros.

"Hoje, o foco da atenção dos profissionais de qualquer área, seja ela acadêmica, empresarial, técnica, científica, política ou social, para citar algumas, deslocou-se do documento para a informação". É, pois com a informação que nós profissionais da. documentação devemos nos preocupar, tornando-a útil, fidedigna, acessível e completa". (Marilena Leite Paes)

Os arquivistas devem estar conscientes e preparados tecnicamente para recolher, selecionar, tratar, recuperar e oferecer aos usuários, com a mesma rapidez, as informações geradas nesse processo de evolução.

2 – DESENVOLVIMENTO DAS ETAPAS DE TRABALHO

A organização dos arquivos correntes de uma empresa, como qualquer outro empreendimento, pressupõe o desenvolvimento de quatro etapas fundamentais:

São elas:

- Levantamento de dados;

- Análise dos dados coletados;

- Planejamento;

- Implantação e acompanhamento

2.1 – Levantamento de Dados

Nesta etapa, é primordial o conhecimento da entidade detentora do arquivo a ser organizado. Necessário se faz conhecermos a estrutura, os objetivos e o funcionamento da empresa. O primeiro passo seria analisarmos o estatuto, o regimento, atas de criação, regulamentos, normas e organogramas.

Em seguida devemos analisar o gênero dos documentos (escritos ou textuais, cartográficos, iconográficos, eletrônicos etc.); as espécies dos documentos mais freqüentes (cartas, faturas, notas fiscais, relatórios, projetos, contratos, questionários, e-mails etc.); os modelos e formulários em uso; volume e estado de conservação do acervo; arranjo e classificação dos documentos (métodos de arquivamento adotados); a existência de registros e protocolos (tradicionais, em fichas, em livro, ou informatizados; média de arquivamento diário; controle de empréstimo de documentos; processos adotados para conservação e reprodução de documentos; existência de normas de arquivo; manuais e planos de classificação). A análise do fluxo dos documentos também é fundamental.

Além dessas informações são necessárias outras, como:

Pessoal encarregado do arquivo: número de pessoas, nível de escolaridade, formação profissional, salário etc.

Equipamento: quantidade, modelos, estado de conservação.

Localização física: extensão da área ocupada, condições de iluminação, umidade, estado de conservação das instalações, proteção contra incêndios.

Meios de comunicação disponíveis: telefones, fax, computadores (rede x internet).

2.2 – Análise dos Dados Coletados

Esta fase consiste em analisarmos a real situação dos serviços de arquivos e fazermos o diagnóstico, formulando e propondo alterações e medidas adequadas a cada caso.

2.3 – Planejamento

A fase do planejamento é muito importante para que os objetivos de organização do arquivo sejam atingidos.

Esta fase, geralmente requer maior dispêndio de tempo para sua elaboração. Um plano de arquivo, considerando as disposições legais e as necessidades da empresa torna-se fundamental para a organização do arquivo.

Para a elaboração desse plano devem ser considerados os seguintes elementos:

- Posição do arquivo na estrutura da empresa;
- Centralização ou descentralização e coordenação dos serviços de arquivo;
- Escolha do método de arquivamento adequado;
- Estabelecimento de normas de funcionamento;
- Previsão de recursos humanos;
- Escolha das instalações e do equipamento;
- Constituição de arquivos intermediário e permanente;
- Previsão der recursos financeiros

2.3.1 – Posição do Arquivo na Estrutura da Empresa

É recomendável que o arquivo seja subordinado a um órgão hierarquicamente superior da empresa, visto ser um setor operacional, institucional, ou seja, atende a todos os departamentos da empresa, independente da função e/ou nível de autoridade.

Nas empresas, a tendência é reunir todos os órgãos e/ou setores que tenham como objeto de trabalho a informação.

2.3.2 – Centralização ou Descentralização e Coordenação dos Serviços de Arquivo

Este é outro aspecto importante a ser definido no planejamento. Cabe ressaltar que os arquivos correntes devem ser sempre descentralizados. Arquivos intermediários e permanentes devem ser centralizados; embora existam depósitos de documentos fisicamente separados. A coordenação exercerá funções normativas orientadoras e controladoras das atividades arquivísticas.

2.3.3 – Escolha do Método de Arquivamento

Esta é uma das etapas mais importantes, tendo em vista que mais importante que guardar é recuperar a informação rapidamente.

Na verdade, dificilmente se emprega um único método, pois há documentos que devem ser ordenados pela função. Atividade ou assunto.

Ao se tratar de empresas privadas, geralmente é utilizado o método funcional (ideográfico) – por função. Atividade ou assunto- com arrnjo secundários (geográfico, alfabético etc.) . A classificação é decimal quando se trata de empresas privadas.

2.3.4 – Estabelecimento de Normas de Funcionamento

As normas representam as rotinas, planos de classificação, modelos e formulários, índices, manual de arquivo etc. Estas normas são aplicadas para dar continuidade e uniformidade às ações arquivísticas.

2.3.5 – Recursos Humanos

Formação e regulamentação de pessoal. Diante do volume de documentos e da diversidade de funções, atividades e assuntos surgem dificuldades na classificação dos documentos. A capacitação do arquivista é fundamental para o trabalho de arquivamento e seleção dos documentos que fazem parte do arquivo. Isto é, separar documentos com valor futuro, contendo informações valiosas dos documentos inúteis.

"Em questão de arquivo, a experiência não substitui a instrução, pois 10 (dez) anos de prática podem significar 10 (dez) anos de arquivamento errado e inútil". (Ignês B. C. D'Araújo).

Em agosto de 1974, foi instituído o Curso Superior de Arquivologia, com duração de 04 anos. Em 04 de julho de 1978, foi sancionada a Lei 6546, regulamentada pelo Decreto n. 82590, de 06 de novembro de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo.

Atributos o profissional: conhecimento da organização e dos sistemas de arquivamento, saúde, habilidade em lidar com o público, discernimento, paciência, imaginação, criatividade, atenção, poder de analise e de crítica, poder de síntese, discrição, honestidade, espírito de equipe e entusiasmo pelo trabalho.

2.3.6 – Escolha das Instalações e Equipamentos

Condições físicas – Iluminação, limpeza, índices de umidade e de temperatura.

Ver: Michel Duchein, especialista em instalações de arquivos e ex-inspetor geral dos arquivos da França – tem vários livros e artigos publicados sobre o assunto,

Extensão da área – previsão de expansão futura;

Equipamentos - conjunto de materiais de consumo e permanente indispensáveis à realização do trabalho arquivístico.

2.3.7 – Constituição de Arquivos Intermediários e Permanentes

Em virtude do acúmulo de documentos decorrente das atividades das empresas, no decorrer do tempo, todo plano deve contemplar a constituição do arquivo permanente, para onde devem ser recolhidos todos os documentos vitais para a empresa. Quanto aos arquivos intermediários, estes só devem ser criados, se ficar evidenciada a real necessidade.

Geralmente, são criados arquivos intermediários em empresas de âmbito governamental, em face do grande volume de documentos e de sua descentralização. Empresas privadas, de grande porte, com filiais, representações etc. dispersas geograficamente e detentores de grande volume documental, podem constituir seus arquivos intermediários.

2.3.8 – Recursos Financeiros

Outro aspecto fundamental diz respeito aos recursos financeiros para a instalação dos arquivos, bem como à sua manutenção. Uma campanha de esclarecimento torna-se necessária para sensibilizar dirigentes.

Cabe neste momento a apresentação do **Projeto de Organização.**

De posse de todos estes elementos, o arquivista estará pronto para elaborar o projeto que se subdividirá em três partes:

1 - Síntese da situação encontrada

2 – Análise e diagnóstico da situação

3 – Plano propriamente dito, contendo as prescrições, recomendações e procedimentos a serem adotados, estabelecendo-se as prioridades para a implantação.

2.4 – Implantação e Acompanhamento/ Manuais de Arquivo

- Campanha de sensibilização a todos os níveis hierárquicos (reuniões, palestras etc.) para informar as alterações a serem introduzidas nas rotinas de serviço e solicitar a colaboração de todos, neutralizando as resistências;

- Treinamento do pessoal diretamente envolvido na execução das tarefas e, também dos que se utilizarão dos serviços;

- Acompanhamento da implantação das normas e procedimentos, verificando se as normas, rotinas modelos e formulários atendem às necessidades;

- Elaboração do Manual de Arquivo – O Manual de Arquivo deve refletir as peculiaridades das empresas.

Elementos que devem constituir os Manuais de Arquivo:

- Apresentação, objetivos e abrangência do Manual;

- Informações sobre os arquivos da Instituição, suas finalidades, sua interação e subordinação;

- Organogramas e fluxogramas;

- Conceitos gerais de arquivo, definição das operações de arquivamento e terminologia;

- Detalhamento das rotinas, modelos de carimbos e formulários utilizados;

- Plano de Classificação de Documentos com seus respectivos códigos e índices;

- Tabelas de Temporalidade.

Devido à atividade dinâmica do arquivo, o Manual deverá ser periodicamente atualizado.

O "Case Aventura" – Este tema será tratado, durante aula prática.

Exercícios

1 – Cite quatro etapas do desenvolvimento da organização de arquivos em empresas privadas:

2- Em qual das etapas procuramos conhecer a empresa detentora do arquivo a ser organizado?

3 – O que se faz durante o levantamento de dados?

4- Em que consiste a fase da análise dos dados coletados?

5 – Em que fase despendemos maior quantidade de tempo para organizar arquivos?

6- Em que fase elaboramos o Plano de Arquivo?

7 – Cite três elementos necessários à elaboração do Plano de Arquivo?

8 – Em que fase podemos prever recursos financeiros?

9 – Em que fase elaboramos manuais de Arquivo?

10 – Cite dois aspectos importantes na fase de Implantação e acompanhamento de um Plano de Organização de Arquivos:

11 – Suponhamos que você seja o responsável pela organização do arquivo da empresa privada onde trabalha ou de uma empresa fictícia:

a) **Elabore uma proposta de Organização de Documentos**
b) **Elabore um Manual de Arquivo**
c) **Elabore um Plano de Classificação de Documentos**
d) **Elabore a Tabela de Temporalidade**

Obs: Para responder aos itens C e D podem ser criados somente exemplos, como amostras.

Curso Organização de Arquivos Correntes em Empresas Privadas

Qua, 04 de janeiro de 2012 14:34 Voltar

Organização de Arquivos Correntes em Empresas Privadas

Curso organizado pela ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS – AAB, com o apoio do Museuda República.

Instrutor: Tânia Maria de Souza Pimenta possui o curso de MBA em Administração de Empresas eNegócios pela Fundação Getulio Vargas, é arquivista pela Uni-
Rio, contadora pela UFRRJ,professora pela FANIP. Sua experiência profissional inclu i o cargo
de Arquivista Chefe do ArquivoCentral da Fundação Getulio Vargas, docência em cur sos de Contabilidade e práticas deArquivologia para a FGV, GLOBOSAT, SONANG OL e INPI. Membro da Diretoria da Associação dosArquivistas Brasileiros no período 1997-
2001, onde integrou o Grupo responsável pela elaboraçãodo "Código de Ética dos Arq uivistas"

Objetivo: Orientar arquivistas e estudantes de arquivologia quanto à organização de arquivos correntes em empresas privadas.

Programa

1 – Introdução
2 – Desenvolvimento e Etapas de Trabalho
Levantamento de Dados (elaboração do Questionário)
Análise dos Dados Coletados (apresentação do Diagnóstico)
3 – Planejamento
Posição do Arquivo na Estrutura da Empresa
Centralização x Descentralização
Escolha do Método de Arquivamento
Estabelecimento de Normas de Funcionamento (Plano de Classificação, Tabela de Temporalidade, Padronização de Formulários, Inventário, Manual de Procedimentos etc.)
Recursos Humanos
Escolha de Instalações
Constituição de arquivos Intermediários e Permanentes
Recursos Financeiros
4 – Implantação e Acompanhamento
Manual de Procedimentos
Reuniões de Conscientização
Treinamento do Pessoal diretamente envolvido
5 – "Cases"
Aventura
Petrobras
Fundação Casa de Rui Barbosa

Carga horária: 16 horas.

Data: 9 e 10 de fevereiro de 2012

Local: Auditório do Museu da República
Rua do Catete, - Catete – Rio de Janeiro - RJ

Horário: 9hs às 17h

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS – AAB

CURSO: ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS CORRENTES EM EMPRESAS PRIVADAS

PERÍODO: 09 e 10 / FEV / 2012

PROFa. TÂNIA MARIA DE SOUZA PIMENTA

e-mail: taniamar.pimenta7@gmail.com

1 – INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico e as constantes mudanças por que vem passando a Sociedade possibilitam cada vez mais a existência de grandes desafios para o profissional da área de arquivos, entre outros.

"Hoje, o foco da atenção dos profissionais de qualquer área, seja ela acadêmica, empresarial, técnica, científica, política ou social, para citar algumas, deslocou-se do documento para a informação. "É, pois com a informação que devemos nós, profissionais da documentação devemos nos preocupar, tornando-a útil, fidedigna, acessível e completa". (Marilena Leite Paes)

Os arquivistas devem estar conscientes e preparados tecnicamente para recolher, selecionar, tratar, recuperar e oferecer aos usuários, com a mesma rapidez, as informações geradas nesse processo de evolução.

2 – DESENVOLVIMENTO DAS ETAPAS DE TRABALHO

A organização dos arquivos correntes de uma empresa, como qualquer outro empreendimento, pressupõe o desenvolvimento de quatro etapas fundamentais.

São elas:

- Levantamento de dados

- Análise dos dados coletados

- Planejamento

- Implementação e acompanhamento

2.1 – Levantamento de Dados

Nesta etapa, é primordial o conhecimento da entidade detentora do arquivo a ser organizado. Necessário se faz conhecermos a estrutura, os objetivos e o funcionamento da empresa. O primeiro passo seria analisarmos o estatuto, o regimento, atas de criação, regulamentos, normas e organogramas.

Em seguida devemos analisar o gênero dos documentos (escritos ou textuais cartográficos, iconográficos, eletrônicos etc.); as espécies dos documentos mais freqüentes (cartas, faturas, notas fiscais, projetos, contratos, questionários, e-mails etc.); a natureza dos documentos; sigilosos ou ostensivos os modelos e formulários em uso; volume e estado de conservação do acervo; arranjo e classificação dos documentos (métodos de arquivamento adotados); a existência de registros e protocolos (tradicionais, em fichas, em livro, ou informatizados; média de arquivamento diário; controle de empréstimo de documentos; processos adotados para conservação e reprodução de documentos; existência de normas de arquivo; manuais e planos de classificação). A análise do fluxo dos documentos também é fundamental.

Além dessas informações são necessárias outras, como:

Pessoal encarregado do arquivo: número de pessoas, nível de escolaridade, e formação profissional, salário etc.

Equipamento: quantidade, modelo estado de conservação.

Localização física: extensão da área ocupada, condições de iluminação, umidade, estado de conservação das instalações, proteção contra incêndios.

Meios de comunicação disponíveis: telefones, fax, computadores (rede x internet)

Obs: Para obtenção dos dados, necessário se faz a elaboração prévia de questionário a ser aplicado ao maior número possível de representantes da área e/ ou pessoal envolvido nas atividades.

2.2 – Análise de Dados Coletados

Esta fase consiste em analisarmos a real situação dos serviços de arquivos e fazermos diagnósticos, formulando e propondo alterações e medidas adequadas a cada caso.

2.2.1 – Diagnóstico

Devem constar do diagnóstico os seguintes itens:

1 – Apresentação

2 – Identificação e situação do acervo

- Físico
- Eletrônico

3 – Gestão Documental

- Fluxo Documental (atividades x processo x trâmite)

- Classificação dos Documentos

- Quanto à espécie

- Quanto à natureza

- Quanto ao gênero

Analisar consultas, movimentação e trâmite (incluindo-se ao Plano de Classificação e Tabelas de Temporalidade)

4 – Proposta e Plano de Trabalho

5 – Considerações Finais

6- Anexos

- Siglas e Abreviaturas

- Modelo de questionário aplicado.

2.3 → Planejamento

A fase do Planejamento é muito importante para que os objetivos de organização do arquivo sejam atingidos.

Esta fase, geralmente requer maior dispêndio de tempo para sua elaboração. Um plano de arquivo, considerando as disposições legais e as necessidades da empresa, torna-se fundamental para a organização do arquivo.

Para a elaboração desse plano devem ser considerados os seguintes elementos:

- Posição do arquivo na estrutura da empresa;

- Centralização ou descentralização e coordenação dos serviços de arquivo;

- Escolha do método de arquivamento adequado;

- Estabelecimento de normas de funcionamento;

- Previsão de recursos humanos;

- Escolha das instalações e do equipamento;

- Constituição de arquivos intermediário e permanente;

- Previsão dos recursos financeiros.

2.3.1 – Posição do arquivo na estrutura da empresa

É recomendável que o arquivo seja subordinado a um órgão hierarquicamente superior da empresa, visto ser um setor operacional, institucional, ou seja, atende a todos os departamentos da empresa, independente da função e/ou nível de autoridade.

Nas empresas, a tendência é reunir todos os órgãos e/ou setores que tenham como objeto de trabalho a informação.

2.3.2 – Centralização ou Descentralização e Coordenação dos Serviços de Arquivo

Este é outro aspecto importante a ser definido no planejamento. Cabe ressaltar que os arquivos devem ser sempre descentralizados. Arquivos intermediários e permanentes devem ser centralizados; embora existam depósitos de documentos fisicamente separados. A coordenação exercerá funções normativas orientadoras e controladoras das atividades arquivistas.

2.3.3 – Escolha do Método de Arquivamento

Esta é uma das etapas mais importantes, tendo em vista que mais importante que guardar é recuperar a informação rapidamente.

Na verdade, dificilmente se emprega um único método, pois há documentos que devem ser ordenados pela função, atividade ou assunto.

Ao se tratar de empresas privadas, geralmente é utilizado o método funcional (ideográfico) – por função, atividade ou assunto – com arranjos secundários (geográfico, alfabético etc.). A classificação é decimal quando se trata de empresas privadas.

2.3.4 – Estabelecimento de Normas de Funcionamento

As normas representam as rotinas, planos de classificação, modelos e formulários, índices, manual de arquivo tabela de temporalidade de documentos etc. Estas normas são aplicadas para dar continuidade e uniformidade às ações arquivísticas.

2.3.4.1 – Plano de Classificação de Documentos

O Plano de Classificação de Documentos deve ser elaborado, a partir do levantamento de dados e da análise dos dados coletados. A partir do conhecimento da estrutura da empresa, seu organograma, missão, e fluxo da documentação com a identificação de cada item documental (ID), pode-se montar o Plano de Classificação. Definidas as áreas meio e áreas fim, o plano deve ser elaborado partindo-se dos assuntos gerais para os particulares. O ideal é que se comece pelas atividades ou áreas-meio. Para tanto, podemos observar o Código de Classificação de Documentos de arquivo para administração pública, aprovado pelo CONARQ. Idem para a tabela de temporalidade de documentos.

2.3.4.2 – Manual de Arquivo (Manual de Procedimentos)

Este manual deve conter a descrição da estrutura do arquivo na hierarquia da empresa, sua missão, a descrição dos arquivos correntes ou setoriais. As atividades desenvolvidas pelos arquivistas devem estar descritas (rotinas). Os formulários utilizados devem fazer parte do manual, (como anexos). Como e quando utilizar tais formulários, também deve estar descrito, claramente no manual.

2.3.5 – Recursos Humanos

Formação e regulamentação de pessoal

Diante do volume de documentos e da diversidade de funções, atividades e assuntos surgem dificuldades na classificação dos documentos. A capacitação do arquivista é fundamental para o trabalho de arquivamento e seleção dos documentos que fazem parte do arquivo. Istoé separar documentos com valor futuro, contendo informações valiosas, dos documentos inúteis.

"Em questão de arquivo, a experiência não substitui a instrução, pois 10 (dez) anos de prática podem significar 10 (dez) anos de arquivamento errado e inútil". (Ignês B. C. D'Araújo).

Em agosto de 1974, foi instalado o Curso Superior de Arquivologia, com duração de 04 anos. Em 04 de julho de 1978, foi sancionada a Lei 6546, regulamentada pelo Decreto n° 82 590, de 06 de novembro de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivista e técnico de arquivo.

Atributos do profissional

Conhecimento da organização e dos sistemas de arquivamento, saúde, habilidade em lidar com o público, discernimento, paciência, imaginação, criatividade, atenção, poder de análise, poder de síntese, discrição, honestidade, espírito de equipe e entusiasmo pelo trabalho.

2.3.6 – Escolha das Instalações e Equipamentos

Condições físicas – Iluminação, limpeza, índices de umidade e de temperatura.

Ver: Michel Duchein, especialista em instalações de arquivos e ex- inspetor geral dos arquivos da França – tem vários livros e artigos publicados sobre o assunto.

Extensão da área – previsão de expansão futura;

Equipamentos – conjunto de materiais de consumo e permanente indispensáveis à realização do trabalho arquivístico.

2.3.7 – Constituição de Arquivos Intermediários e Permanentes

Em virtude do acúmulo de documentos decorrente das atividades das empresas, no decorrer do tempo todo plano deve contemplar a constituição do arquivo permanente, para onde devem ser recolhidos todos os documentos vitais para a empresa. Quanto aos arquivos intermediários, estes só devem ser criados, se ficar evidenciada a real necessidade.

Geralmente, são criados arquivos intermediários em empresas de âmbito governamental, em face do grave volume de documentos e de sua descentralização. Empresas privadas, grande porte, com filiais, representações etc. dispersas geograficamente e detentores de grande volume documental, podem constituir seus arquivos intermediários.

2.3.8 – Recursos Financeiros

Outro aspecto fundamental diz respeito aos recursos financeiros para a instalação dos arquivos, bem como a sua manutenção. Uma campanha de esclarecimento torna-se necessária para sensibilizar dirigentes.

Cabe neste momento a apresentação do **Projeto de Organização.**

De posse de todos estes elementos, o arquivista estará pronto para elaborar o projeto que se subdividirá em três partes:

1 – Síntese da situação encontrada

2 – Análise e diagnóstico da situação

3 – Plano propriamente dito, contendo as prescrições, recomendações e procedimentos a serem adotados, estabelecendo-se prioridades para implantação.

2.4 – Implantação e Acompanhamento/ Manuais de Arquivo

- Campanha de sensibilização a todos os níveis hierárquicos (reuniões, palestras etc.) para informar as alterações a serem introduzidas nas rotinas de serviço e solicitar a colaboração de todos neutralizando as resistências.

- Treinamento do pessoal diretamente envolvido na execução das tarefas e também dos que se utilizarão dos serviços.

- Acompanhamento da implementação das normas e processos, verificando se as normas, rotinas modelos e formulários atendem às necessidades;

- Elaboração do Manual de Arquivo deve refletir as peculiaridades das empresas.

Elementos que devem constituir os Manuais de Arquivo

- Apresentação, objetivo e abrangência do Manual;

- Informações sobre os arquivos de instituição, suas finalidades, sua interação e subordinação.

- Organograma e Fluxogramas;

- Conceitos gerais de arquivo, definição das operações de arquivamento e terminologia;

- Detalhamento das rotinas, modelos de carimbos e formulários utilizados;

- Plano de Classificação de Documentos com seus respectivos códigos e índices;

- Tabelas de Temporalidades.

Devido à atividade dinâmica do arquivo, o Manual deverá ser periodicamente atualizado.

O "Case Aventura" – Este tema será tratando, durante aula prática.

Outros temas:

Associação dos amigos da Casa de Rui Barbosa
Sociedade Brasileira de Proctologia
FIRJAN
Petrobras

Exercícios

1 – Cite quatro etapas do desenvolvimento da organização de arquivos em empresas privadas.

2 – Em qual das etapas procuramos conhecer a empresa detentora do arquivo a ser organizado?

3 – O que se faz durante o levantamento de dados?

4 – Em que consiste a fase da análise dos dados coletados?

5 – Em que fase despendemos maior quantidade de tempo para organizar arquivos?

6 – Elabore questionário para obtenção de dados.

7 – Em que fase elaboramos o Plano de Arquivo?

8 – Cite três elementos necessários à elaboração do Plano de Arquivo.

9 – Em que fase podemos prever recursos financeiros?

10 – Em que fase elaboramos manuais de Arquivo?

11 – Cite dois aspectos importantes na fase de implantação e acompanhamento de um Plano de Organização de Arquivos:

12 – Suponhamos que você seja o responsável pela organização do arquivo e da empresa privada onde trabalha ou de uma empresa fictícia:

a) **Elabore uma Proposta de uma Organização de Documentos**
b) **Elabore um Manual de Arquivo**
c) **Elabore um Plano de Classificação de Documentos**
d) **Elabore a Tabela de Temporalidade**

7.4 Estrutura do currículo

7.4.1 Grade curricular completa

1º PERÍODO							
Departamento responsável pela oferta	**Código**	**Nome da disciplina**	**CHS**	**Cr**	**T.E.L**	**Pré-requisitos**	**Classe**
Dep. ARQ	Nova	Fundamentos de arquivologia	60	4	45-15-0	-	Obr
Dep. ARQ	Nova	História e Memória*	60	4	45-15-0	-	Obr
Dep. ADM	ADM01731	Introdução à Administração	60	4	45-15-0	-	Obr
Dep. FIL	FIL00428	Introdução a Filosofia	60	4	45-15-0	-	Obr
Dep. ARQ	Nova	Raciocínio Lógico	60	4	45-15-0	-	Obr
		Totais do período	***300***	***20***			

* Disciplina transferida do Departamento de História para o de Arquivologia, de acordo com a Resolução 29/2014.

2º PERÍODO							
Departamento responsável pela oferta	**Código**	**Disciplina**	**CHS**	**Cr**	**T.E.L**	**Pré-requisitos**	**Classe**
Dep. ARQ	Nova	Gestão de Documentos	60	4	45-15-0	Fundamentos de arquivologia	Obr
Dep. ADM	ADM04417	Gestão organizacional	60	4	45-15-0	-	Obr
Dep. DIR	DIR00293	Instituições de Direito Público e Privado	60	4	45-15-0	-	Obr
Dep. ADM	ADM01815	Organização e Métodos	60	4	45-15-0	Introdução à Administração	Obr
Dep. ARQ	Nova	Comunicação na Sociedade da Informação	60	4	45-15-0	-	Obr
		Totais do período	***300***	***20***			
3º PERÍODO							
Departamento responsável pela oferta	**Código**	**Disciplina**	**CHS**	**Cr**	**T.E.L**	**Pré-requisitos**	**Classe**
Dep. ARQ	Nova	Análise documental	60	4	45-15-0	Gestão de Documentos	Obr

Dep. ARQ	Nova	Classificação de Documentos Arquivísticos	60	4	45-15-0	Gestão de Documentos	Obr
Dep. ARQ	Nova	Documentos Arquivísticos Eletrônicos	60	4	45-15-0	Comunicação na Sociedade da Informação	Obr
Dep. ARQ	Nova	Políticas arquivísticas I	60	4	45-15-0	Gestão de Documentos	Obr
-	Nova	Optativa 1	60	4	-	-	Opt
	Totais do período		***300***	***20***			

4º PERÍODO							
Departamento responsável pela oferta	**Código**	**Disciplina**	**CHS**	**Cr**	**T.E.L**	**Pré-requisitos**	**Classe**
Dep. ARQ	Nova	Repositórios Arquivísticos Digitais	60	4	30-15-15	Documentos Arquivísticos Eletrônicos	Obr
Dep. ARQ	Nova	Preservação e conservação de documentos I	60	4	30-15-15	Gestão de Documentos	Obr
Dep. ARQ	Nova	Avaliação de Documentos Arquivísticos	60	4	45-15-0	Classificação de Documentos Arquivísticos	Obr
-	Nova	Optativa 2	60	4	-		Opt
-	Nova	Optativa 3	60	4	-		Opt
	Totais do período		***300***	***20***			

5º PERÍODO							
Departamento responsável pela oferta	**Código**	**Disciplina**	**CHS**	**Cr**	**T.E.L**	**Pré-requisitos**	**Classe**
Dep. ARQ	Nova	Descrição de documentos arquivísticos	60	4	45-15-0	Avaliação de Documentos Arquivísticos	Obr
Dep. ARQ	Nova	Metodologia de Pesquisa Científica	60	4	45-15-0	-	Obr
Dep. ARQ	Nova	Usos e usuários da informação arquivística	60	4	45-15-0	-	Obr
-	Nova	Optativa 4	60	4	-	-	Opt
-	Nova	Optativa 5	30	2	-	-	Opt
-	Nova	Optativa 6	30	2	-	-	Opt

	Totais do período	***300***	***20***			

6º PERÍODO							
Departamento responsável pela oferta	**Código**	**Disciplina**	**CHS**	**Cr**	**T.E.L**	**Pré-requisitos**	**Classe**
Dep. ARQ	Nova	Estágio supervisionado	180	7	20-160-0	Descrição de documentos Documentos Arquivísticos	Obr
Dep. ARQ	Nova	Projeto de pesquisa	60	4	15-45-0	Metodologia de Pesquisa Científica	Obr
	Totais do período		***240***	***11***			

7º PERÍODO							
Departamento responsável pela oferta	**Código**	**Disciplina**	**CHS**	**Cr**	**T.E.L**	**Pré-requisitos**	**Classe**
Dep. ARQ	Nova	Gestão de instituições e serviços arquivísticos	60	4	45-15-0	Estágio supervisionado	Obr
Dep. ARQ	Nova	Mediação cultural em arquivos	60	4	45-15-0	Estágio supervisionado	Obr
-	Nova	Optativa 7	60	4	-	-	Opt
-	Nova	Optativa 8	60	4	-	-	Opt
	Totais do período		***240***	***16***			

8º PERÍODO							
Departamento responsável pela oferta	**Código**	**Disciplina**	**CHS**	**Cr**	**T.E.L**	**Pré-requisitos**	**Classe**
Dep. ARQ	ARV04433	Trabalho de Conclusão de Curso	180	7	10-170-0	Projeto de pesquisa	Obr
	Totais do período		***180***	***7***			

7.4.2 Grade curricular de optativas

Disciplinas optativas							
Departamento responsável pela oferta	**Código**	**Disciplina**	**CHS**	**Cr**	**T.E.L**	**Grupo**	**Pré-requisitos**
Dep. ARQ	Nova	Estudos métricos da informação	60	4	45-15-0	A	Raciocínio lógico
Dep. ARQ	Nova	Organização de documentos e informações de instituições de saúde	60	4	45-15-0	A	-
Dep. ARQ	Nova	Acervos fotográficos em Arquivos	60	4	45-15-0	A	-
Dep. ARQ	Nova	Preservação e conservação de documentos II	60	4	30-15-15	A	Preservação e conservação de documentos I
Dep. ARQ	Nova	Teoria do documento	60	4	45-15-0	A	Análise Documental
Dep. ARQ	Nova	Indexação e Recuperação da Informação Arquivística	60	4	45-15-0	A	-
Dep. ARQ	Nova	Tesauro Funcional	60	4	45-15-0	A	-
Dep. ARQ	Nova	Análise crítica de procedimentos Arquivísticos	60	4	45-15-0	A	-
Dep. ARQ	Nova	Arquivo e Sociedade	60	4	45-15-0	A	-
Dep. ARQ	Nova	Serviços educativos em Arquivos	60	4	45-15-0	A	-
Dep. ARQ	Nova	Prática em arquivologia I	30	2	0-30-0	A	-
Dep. ARQ	Nova	Tópicos Especiais de Arquivologia I	30	2	30-0-0	A	-
Dep. ARQ	Nova	Documentos da produção artística	60	4	45-15-0	A	-
Dep. ARQ	Nova	Projeto de produtos em Arquivos	60	4	45-15-0	A	-
Dep. ARQ	Nova	Projeto de consultoria em Arquivos	60	4	45-15-0	A	-
Dep. ARQ	Nova	História dos arquivos	30	4	30-0-0	B	-
Dep. HIS	HIS01783	História do Brasil	60	4	45-15-0	B	-
Dep. HIS	HIS01596	História Econômica e Social do Espírito Santo	60	4	45-15-0	B	-
Dep. ARQ	Nova	Patrimônio cultural no Brasil	60	4	45-15-0	B	História do Brasil
Dep. ARQ	Nova	Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD)	60	4	30-15-15	C	Documentos arquivísticos eletrônicos

Dep. ARQ	Nova	Softwares para descrição Arquivística	30	2	15-0-15	C	Descrição de documentos Arquivísticos
Dep. ARQ	Nova	Organização e Representação do Conhecimento	30	2	15-15-0	C	-
Dep. ARQ	Nova	Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGBD)	60	4	30-15-15	C	Raciocínio lógico
Dep. ARQ	Nova	Arquitetura da Informação	60	4	30-15-15	C	Raciocínio lógico
Dep. ARQ	Nova	Ciências de dados	60	4	30-15-15	C	Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGBD)
Dep. ARQ	Nova	Preservação digital	60	4	30-15-15	C	Documentos arquivísticos eletrônicos
Dep. ARQ	Nova	A Comunicação Pública: Mídias Sociais e Terceiro Setor	60	4	45-15-0	C	
Dep. ARQ	Nova	Pesquisa de Opinião: método e função	60	4	45-15-0	C	
Dep. ARQ	Nova	Prática em tecnologia I	30	2	0-30-0	C	-
Dep. ARQ	Nova	Tópicos especiais em tecnologia I	30	2	15-15-0	C	-
Dep.ADM	ADM02158	Comportamento Organizacional	60	4	45-15-0	D	-
Dep. ARQ	Nova	Normalização	30	2	15-15-0	D	-
Dep.LET	LCE06306	Libras	60	4	45-15-0	D	-
Dep.STA	STA04449	Estatística Aplicada	60	4	45-15-0	D	-
Dep.CON	CON04451	Elementos de Contabilidade para Arquivologia	60	4	45-15-0	D	-
Dep.ADM	ADM03816	Fundamentos de Administração Pública	60	4	45-15-0	D	-
Dep. ARQ	Nova	Prática em pesquisa I	30	2	0-30-0	D	-
Dep. ARQ	Nova	Tópicos especiais em pesquisa I	30	2	15-15-0	D	-

7.5 Ementas e bibliografia

7.5.1 Disciplinas obrigatórias

1º PERÍODO					
Código	**Disciplina**	**Carga horária**	**TEL**	**Ementa**	**Bibliografia**
Nova	Fundamentos de arquivologia	60	45-15-0	Conceitos Gerais: arquivo e arquivologia – objeto, campo de atuação; Classificação e tipos de arquivo; Profissão do arquivista; Noções de ética arquivística; Áreas afins da Arquivologia. A Arquivologia como campo científico. Principais abordagens da Arquivologia contemporânea. Intérpretes e interpretações dos processos arquivísticos em diferentes contextos nacionais de configuração da Arquivologia.	**Básica** COUTURE, C.; ROUSSEAU, J. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Dom Quixote, 1998. FONSECA, M. O. Arquivologia e ciência da informação. Rio de Janeiro: FGV, 2005. SILVA, A. M. da, et al. Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 2002. **Complementar**: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Orgs). Fontes de informação para pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 21-34. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/teste/article/viewFile/31975/20369>. Acesso em 20 abr. 2016. CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. 12. ed. São Paulo: Ática, 2000. Disponível em: <http://bahiapsicosocial.com.ar/biblioteca/Convite%20%20Filosofia%20-%20Marilena% 20Chaui.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016. DELMAS, Bruno. Arquivos para quê?: textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010. p. 17-93. LOPES, L. C. A nova arquivística na modernização administrativa. 2. ed. Brasília: Projecto Editorial, 2009. VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). Estudos avançados em arquivologia. Marília: Cultura Acadêmica, 2012. p. 135-154. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.
Nova	História e Memória	60	45-15-0	História: acontecimento e conhecimento. Os parâmetros do conhecimento histórico:	**Básica** AMADO, Janaina: FERREIRA, Marieta de Moraes (ORG). Usos & Abusos da história oral.. Rio de janeiro: Editora FGV, 2005.

				tempo, espaço, estrutura e sujeito. Mito, narrativa e história. As referências teórico-metodológicas e seu papel no processo de produção do conhecimento histórico. As correntes historiográficas. A função social do historiador.	LE GOFF, Jacques. História e Memória. São Paulo: Martins Fontes,1993. PINSKY, Carla B. Fontes Históricas. (Org.). São Paulo: Contexto, 2005. **Complementar** BLOCH, Marc. Apologia da História; ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2001. BURKE, Peter (Org.). A ESCRITA DA HISTÓRIA. UNESP, São Paulo, 1992. _____. A ESCOLA DOS ANNALES. Unesp, São Paulo, 1997. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). DOMÍNIOS DA HISTÓRIA: ENSAIOS DE TEORIA E METODOLOGIA. Campus, Rio de Janeiro, 1997. FEBVRE, Lucien. COMBATES PELA HISTÓRIA. Editorial Presença, Lisboa, 1985. PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania Regina de. O Historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2001. RICOEUR, Paul. A Memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
ADM01731	Introdução à Administração	60	45-15-0	Fundamentos de Administração, origens e evolução do modo de produção asiático às sociedades contemporâneas. Administração Científica. A Escola de Relações Humanas. Estruturalismo: administração e burocracia. Enfoque sistêmico: os sistemas abertos na sociedade contemporânea. A informação como fator de resolução das organizações.	**Básica** CHIAVENATO, I. Introdução à Teoria Geral da Administração. 9. ed. Barueri: Editora Manole, 2014. MAXIMIANO, A. C. A. Introdução à administração. Editora Atlas SA, 2000. MAXIMIANO, A. C. A. Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital. 7. ed. São Paulo: Atlas. 2012.- **Complementar** ARAUJO, L. C. G. de. Organização, Sistemas e Métodos e as Tecnologias de Gestão Organizacional. Vol.1. 5 ed. São Paulo. Atlas, 2012. CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas. 3. Ed. Rio de Janeiro: 2010. DAVIS, K. Comportamento humano no trabalho: Uma abordagem organizacional. São Paulo: Pioneira, 2001. ISHIKAWA, K. Controle de qualidade total: maneira Japonesa. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FIL00428	Introdução a Filosofia	60	45-15-0	O que é Filosofia. As questões centrais da tradição filosófica. Análise filosófica do mundo atual. Filosofia e conhecimento. Filosofia contemporânea. Temas de filosofia para formação acadêmica específica do curso	**Básica** ARANHA, Maria Lucia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: Introdução à Filosofia. 2º ed. São Paulo: Moderna, 1993. BORNHEIM, Gerd A. Introdução ao filosofar.8 ed. Rio de janeiro: Record. 1980. OLIVEIRA, Admarso s. et. al. Introdução ao pensamento filosófico. 8º ed. São Paulo: Loyola, 2005. **Complementar** BUZZI, Arcangelo R. Introdução ao Pensar. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 1983. CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática 1988. CORBISIER, R. C. de A. Introdução à Filosofia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. CYRINO, Hélio. Filosofia hoje. 5 ed. Campinas: Papirus, 1986. GILES, T.R. Introdução à filosofia. São Paulo: EPU/Edusp, 1979. MONDIN, Battista. Introdução à filosofia. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 1980. TURNBULL, Neil. Fique por dentro da Filosofia. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.
Nova	Raciocínio Lógico	60	45-15-0	A construção do conhecimento através da argumentação e raciocínio lógico. Pensamento indutivo e dedutivo. Proposições. Conectivos. Tabela verdade. Equivalência lógica e negação de proposições. Diagramas lógicos. Lógica da argumentação. Implicação lógica. Associação lógica. Introdução ao pensamento crítico.	**Básica** KELLER, Vicente; BASTOS, Cleverson Leite. Aprendendo lógica. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 179 p. ISBN 9788532606556 (broch.). MORTARI, Cezar A. Introdução à lógica. São Paulo: Editora da UNESP, 2001. xiii, 393 p. ISBN 9788571393370 (broch.). COPI, Irving Marmer. Introdução a lógica. 3. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1981. 488, [3] p. ISBN 97788587068057 (broch.). **Complementar** BARROS, Dimas Monteiro de. Raciocínio lógico: [matemático e quantitativo: teoria e testes]. São Paulo: Novas Conquistas, 2001. 475 p. ISBN 9788588176119 (broch.). CABRAL, Luis Cláudio; NUNES, Mauro César. Raciocínio lógico e matemática para concursos: mais de 730 questões e itens resolvidos e

					comentados. 6. ed., rev. e ampl Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2009. Não paginado ISBN 9788535235821 (broch.) VILLAR, Bruno. Matemática e raciocínio lógico quantitativo: teoria e treinamento prático. São Paulo: Método, 2010. xvii, 381 p. (Série Concursos públicos) ISBN 9788530930530 (broch.). VILLAR, Bruno. Raciocínio lógico ESAF. Niterói, RJ: Impetus, 2012. 186 p. (Série impetus questões). ISBN 9788576265726 (v.1 : broch.). ROCHA, Enrique; AIRES, Marcos. A lógica do cotidiano: como o raciocínio lógico contribui para o seu desenvolvimento profissional. Niterói, RJ: Impetus, 2010. 214 p. ISBN 9788576264255 (broch.).

2º PERÍODO					
Código	**Disciplina**	**Carga horária**	**TEL**	**Ementa**	**Bibliografia**
Nova	Gestão de Documentos	60	45-15-0	História, conceitos, importância e evolução da Gestão Documental. Sistema de gestão de documentos com base na norma ISO. Protocolo. Métodos de arquivamento. Tipologia documental.	**Básica** ROUSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa : Dom Quixote, 1998. SCHELLENBERG, T. R. Arquivos Modernos: Princípios e técnicas. 2ª ed. Rio de Janeiro. FGV, 2002 INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de Documentos: Uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. Arquivística.net – www.arquivistica.net, Rio de janeiro, v.3, n.2, p. 28-60, jul./dez, 2007. http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/06/pdf_59336b505e_0003553.pdf RUESTA, Carlota B. Série ISO 30300: Sistema de gestão para documentos de arquivo. LISBOA: BAD, 2012. http://www.bad.pt/publicacoes/Serie_ISO_30300.pdf **Complementar** SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. A Classificação como função matricial do que fazer arquivístico. (In) SANTOS, Vanderlei Batista dos (org.). Arquivística temas contemporâneos: Classificação, preservação digital e gestão do conhecimento. Distrito Federal: SENAC, 2007. BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos e-ARQ Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. (versão 1.1).

					http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/earq/conarq_earqbrasil_model_requisitos_2009.pdf BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Diplomática e tipologia documental em arquivos. 2ª Ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.7, n.13, jan./jun. 1994. p.49-64. http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976/2164 RODRIGUES, Ana Márcia L. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. Belo Horizonte. Perspect. ciênc. inf, v.11 n.1, p. 102-117, jan./abr. 2006. http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a09
ADM04417	Gestão organizacional	60	45-15-0	A lógica do processo produtivo; o negócio da empresa; modelos de gestão e estratégias organizacionais; a cultura organizacional como um dos fatores determinantes do processo produtivo; o capital intelectual: recurso para o gerenciamento organizacional; o sistema de informação no atendimento aos negócios: gerenciamento da informação	**Básica** ALDAS, Miguel Pinto; BERTERO, Carlos Osmar (Coord.). Teoria das organizações. São Paulo: Atlas, 2007. MORGAN, Gareth. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 1996. MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella Freitas Gouveia de. Teoria geral da administração. 3. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2006. Capítulos 10, 11 e 14. (Cultura organizacional, aprendizagem organizacional, psicanálise organizacional e psicodinâmica, pós-modernidade e tendências nos estudos organizacionais). **Complementar** ARAUJO, Luis Cesar G. de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. (Orgs.). Clínicas do trabalho. São Paulo: Atlas, 2011. DAFT, R. L. Administração. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. DAVEL, E. P. B.; VASCONCELLOS, J. G. M. de. (Orgs.). “Recursos” humanos e subjetividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. DAVEL, E. P. B.; VERGARA, S. C. (Orgs.). Gestão com Pessoas e Subjetividade. São Paulo: Atlas, 2001. FARIA, J. H. de. Economia Política do Poder: uma crítica da teoria geral da administração. V.1. Curitiba: Juruá, 2004. FLEURY, M. T. L.; FISCHER, R. M. Cultura e poder nas organizações. São Paulo: Atlas, 1992. PAGÈS, M. et al. O poder das organizações - a dominação das multinacionais sobre os indivíduos. São Paulo: Atlas, 1987.

DIR00293	Instituições de Direito Público e Privado	60	45-15-0	Direito: fundamentos e definições. Divisão Geral do Direito. A superestrutura jurídica. Legalidade e Legitimidade. Pessoa natural e jurídica. Os fatos e os atos jurídicos. Direito das coisas. Direito das obrigações. Direito Administrativo. Direito Constitucional.	**Básica** BRANCATO, Ricardo Teixeira. Instituições de Direito Público e Privado. CRETELLA NETO, José; CRETELA JR., José. 1000 Perguntas sobre Instituições de Direito Público e Privado. DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. **Complementar** FLORINDO, Luiz Augusto Irineu. Instituições de Direito Público e Privado. HERKENHOFF, João Baptista. Instituições de direito Público e Privado. JORGE, Hélio Maldonado. Programas de Instituições de Direito. MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de Direito Público e Privado. PINHO, Ruy Rebello; NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Instituições de Direito Público e Privado.
ADM01815	Organização e Métodos	60	45-15-0	Etapas do estudo de consultoria empresarial. Gráficos organizacionais, Organogramas, Fluxogramas e QDT. Técnicas ou critérios de estruturação. Técnicas de manualização. Layout. Tendências Organizacionais.	**Básica** ARAUJO, L. C. G. de. Organização, Sistemas e Métodos e as Tecnologias de Gestão Organizacional. Vol.2. 4 ed. São Paulo. Atlas, 2012. BALLESTERO-ALVAREZ, María Esmeralda. Manual de organização, sistemas e métodos: abordagem teórica e prática da engenharia da infomação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 329 p. CURY, A. Organizações e Métodos: uma visão holística. 7.ª ed. São Paulo: Atlas. 2000. OLIVEIRA, D. de P. R. de Sistemas, Organização & Métodos: uma abordagem gerencial. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2010. OLIVEIRA, D. de P. R. de. Manual de Consultoria Empresarial: Conceitos, Metodologia e Práticas. 12ª edição. São Paulo: Atlas, 2014. **Complementar** ARAÚJO, L. C. G. de; GARCIA, A. A.; MARTINES, S. Gestão de Processos. São Paulo: Atlas, 2011. KUBR, M. Consultoria: um guia para a profissão. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

					MINTZBERG, Henry. Criando organizações eficazes. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006. MOCSÁNYI, D. C. Consultoria: o caminho das pedras: trabalhando na era do não emprego. SãoPaulo: Central de negócio em RH editora e marketing, 2003. VALLE, R.; OLIVEIRA, S. B. de (Orgs.) Análise e modelagem de processos de negócios. SãoPaulo: Atlas, 2011.
Nova	Comunicação na Sociedade da Informação	60	45-15-0	A revolução industrial, a globalização e a Sociedade da Informação. Análise do discurso e redes sociais. Economia digital. Cibercultura e a Sociedade.	**Básica** CASTELLS, Manuel. (2003) A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. LÉVY, Pierre. Cibercultura. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2010. 270 p. (Coleção trans). ISBN 9788573261264 (broch.). LÉVY, Pierre. O que é o virtual?. São Paulo: Ed. 34, 1996. 157 p. - ISBN 857326036X (broch.) O´BRIEN, James A. Sistemas de Informação e as Decisões Gerenciais na Era da Internet. Ed. Saraiva, 2ª Edição, 2004. **Complementar** LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. 2. ed. São Paulo, SP: Ed. 34, 2010. 206 p. (Coleção TRANS) ISBN 9788585490157 (broch.). CASTELLS, Manuel. (2002) A sociedade em Rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura – Volume 1. São Paulo: Paz & Terra. LEVINE, Rick. O manifesto da economia digital: o fim dos negocios como nos conhecemos. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 190p. ISBN 8535206752 (broch.). Nogueira Júnior, D. A.Direitos autorais e a pirataria: uma polêmica na realidade virtual. Revista FAMECOS mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, v. 20, n. 1, pp. 47-68, janeiro/abril 2013. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/13645/9198>. Acesso em Maio de 2016. THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. 8. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2006?. 261 p. ISBN 8532620795 (broch.).

3º PERÍODO					
Código	**Disciplina**	**Carga horária**	**TEL**	**Ementa**	**Bibliografia**
Nova	Análise documental	60	45-15-0	Conceito de documento e de informação. Processos e procedimentos de análise do conteúdo informativo do documento de arquivo para seu tratamento (produção, organização e recuperação).	**Básica** BELLOTTO, Heloisa Liberali. Arquivos permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2006. RIBEIRO, Fernanda. Organizar e representar informação: apenas um meio para viabilizar o acesso? Revista da Faculdade de Letras, I série, v. IV, 2005. Disponível em : <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1239.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2013. FUJITA, Mariângela Spotti; NARDI, Izabel Aspeti; SANTOS, Silvana. A leitura em análise documentária. Transinformação, v. 10, n. 3, p. 13-31, setembro/dezembro, 1998. Disponível em: http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/viewFile/1556/1529. Acesso em: abr. 2015. **Complementar** GUIMARÃES, José Augusto Chaves; SALES, Rodrigo de. Análise documental: concepções do universo acadêmico brasileiro em Ciência da Informação. DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação, v.11, n.1, fev. 2010. Disponível em: http://www.dgz.org.br/fev10/Art_02.htm. Acesso em: abr. 2015. RABELLO, Rodrigo; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A relação conceitual entre conhecimento e documento no contexto da Organização do Conhecimento: elementos para uma reflexão. Anais... Marília: ENANCIB, 2006. Disponível em: http://eprints.rclis.org/16806/1/Rabello_Guimar%C3%A3es_2006_a%20rela%C3%A7%C3%A3o%20conceitual%20entre%20conhecimento%20e%20documento%20no%20contexto%20da%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20conhecimento.pdf. Acesso em: abril de 2015. VOGEL, Michely Jabala Mamede. A evolução do conceito de linguagem documentária: as linhas francesa e brasileira. Anais... Salvador: ENANCIB, 2007. Disponível em: http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--146.pdf. Acesso em: abril de 2015. CORTÉS ALONSO, Vicenta. Nuestro modelo de análisis documental. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005. 28 p. RIBEIRO, Fernanda. Indexação em arquivos. Pressupostos teóricos gerais e especificidades. In: SOUSA, Francinete Fernandes de; SANTOS, Eliete

					Correia dos (Org.). A linguagem e a informação documentária: intermediações e ressignificações possíveis. Recife: Bagaço, 2011, p. 31-59.
Nova	Classificação de Documentos Arquivísticos	60	45-15-0	Abordar princípios, aspectos teóricos e metodológicos da classificação arquivística.	**Básica** MOTTA, Fernando C. Prestes. Teoria Geral dos sistemas na teoria das organizações. Revista de Administração de empresas. Rio de Janeiro, v.11, n.1, p.17-33. Jan/Mar, 1971. http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75901971000100003.pdf SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. A Classificação como função matricial do que fazer arquivístico. (In) SANTOS, Vanderlei Batista dos (org.). Arquivística temas contemporâneos: Classificação, preservação digital e gestão do conhecimento. Distrito Federal: SENAC, 2007. VALENTIM, Marta (org). Gestão da informação e **do conhecimento** no âmbito da ciência da informação. São Paulo: Cultura acadêmica: Polis, 2008. SILVA, Armando Malheiro da Et. Al. Arquivísitca: Teoria e Prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1998. **Complementar** WATSON, Tony J. Organização e trabalho em transição: Da lógica "sistêmico-controladora" à lógica "processual-relacional". RAE. São Paulo, v. 45, n.1. Jan/Mar, 2005. http://www.scielo.br/pdf/rae/v45n1/v45n1a03.pdf DAVENPORT, Thomas & PRUSAK, Laurence. Conhecimento Empresarial. Rio de Janeiro. Campus, 1998. GONÇALVES, Janice. Como classificar e ordenar documentos de arquivo.São Paulo. Arquivo do Estado, 1998. LOUSADA, Mariana & VALENTIM, Marta Lígia. Modelos de tomada de decisão e suarelação com a informação orgânica. Perspectivas em Ciência da Informação, v.16, n.1, p.147-164, jan./mar. 2011. http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1028/838 SOUSA, Renato Tarciso B. Classificação de documentos arquivísticos: Trajetória de um conceito. Rio de Janeiro . Arquivística.net (www.arquivistica.net), v.2, n. 2, p 120-142, ago./dez. 2006. http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/948/2/ARTIGO_ClassificacaoDocumentoArquivistico.pdf
Nova	Documentos	60	45-15-0	Conceitos básicos de Documentos	**Básica**

	Arquivísticos Eletrônicos			Arquivísticos Eletrônicos. Elementos dos documentos digitais: físico, lógico e conteúdo. Metadados. Introdução às tecnologias para Arquivologia.	Memorial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (Org.). Anais do III Simpósio Capixaba de Memória Institucional - O uso das tecnologias na construção da Memória Institucional. Dossi Editora. Vitória – ES: MP-ES, 2014. Disponível em < https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/b55c7ad9-8880-4244-9cfa-d51179467317.pdf>. Acessado em Junho de 2016. SANTOS, Vanderlei Batista dos (Org.). Arquivística: temas contemporâneos : classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. 3. ed. Brasília, DF: SENAC, 2009. 223 p. ISBN 9788598694375 (broch.) RONDINELLI, Rosely Curi. O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária . 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2013. 279 p. ISBN 9788522514267 (broch.). **Complementar** Documentação do Projeto InterPARES (The International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems). Disponível em <http://www.interpares.org/> . Acesso em Maio de 2016. CONARQ (Brasil). Câmara Técnica de documentos eletrônicos. Glossário. Versão 6.0. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2014ctdeglossario_v6_public.pdf>. Acesso em Maio de 2016. RONDINELLI, Rosely Curi. Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005. 158 p. ISBN 9788522503964 (broch.).
Nova	Políticas arquivísticas I	60	45-15-0	Noções de Estado, sociedade, política e política pública. Estudos sobre política nacional de arquivos públicos e privados. Legislação arquivística.	**Básica** JARDIM, José Maria. Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil. Niterói: EDUFF, 1995, p. 29-56. (7 exemplares) SANTOS, Zenaide de Freitas. Dimensões arquivísticas na implementação da Lei de Acesso à Informação: perspectivas no poder executivo do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: file:///C:/Users/W7/Downloads/LAI%20-%20Rio%20de%20Janeiro%20-%20Zenaide%20de%20Freitas%20Santos%20-%20disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20mestrado%20-%2001-06-2016%20(1).pdf. Acesso em: 02 de jun. 2016.

					SILVA, Luiz Carlos da. Políticas Públicas de Arquivo: a gestão documental do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2013. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECIC-9C2NQR/pol_ticas_p_blicas_de_arquivo_a_gest_o_documental_do_arquivo_p_blico_do__estado_do_esp_rito_santo.pdf?sequence=1. Acesso em: 01 de jun. 2016. **Complementar** JARDIM, José Maria. A Diversidade arquivística e políticas de arquivo. PontodeAcesso. Salvador, v. 3, n. 1, p. 46-59, abr. 2009. Disponível em: http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3312/2422. Acesso em 12 fev. 2015. JARDIM, José Maria. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). IX ENANCIB, 2008. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30774-32938-1-PB.pdf. Acesso em: 01 jun. 2016. RODRIGUES, Georgete Medleg. Legislação de Acesso aos Arquivos no Brasil: um terreno de disputas pela memória e pela história. Acervo, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 257-286, jan/jun 2011. Disponível em: http://linux.an.gov.br/seer/index.php/info/article/viewFile/478/401. Acesso em: 20 nov. 2013. SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. O Arquivista e as políticas públicas de arquivo. Texto apresentado originalmente no II Congresso Nacional de Arquivologia. Porto Alegre – RS, julho de 2006. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1026/1/EVENTO_ArquivistaPoliticaPublicaArquivo.pdf?origin=publication_detail. Acesso em: 19 jan. 2015.

4º PERÍODO					
Código	**Disciplina**	**Carga horária**	**TEL**	**Ementa**	**Bibliografia**
Nova	Repositórios Arquivísticos Digitais	60	30-15-15	Conceitos Básicos de Repositórios Digitais. Repositórios Temáticos x Repositórios Institucionais. Sistemas	**Básica** SAYÃO, Luis et al. Implantação e Gestão de Repositórios Institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. 365 p. Disponível em:

				de Repositórios Digitais Arquivísticos x Não Arquivísticos. Repositórios Digitais Confiáveis Arquivísticos.	<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf>. Acesso em: Maio de 2016. CONARQ (Brasil). Câmara Técnica de documentos eletrônicos. Diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis de documentos arquivísticos. Rio de Janeiro. 2014. 29 p. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/repositorios/conarq_repositorios_completa.pdf>. Acesso em: Maio de 2016. LEITE, Fernando et al. Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica. Brasília: IBICT, 2012. Disponível em: <http://www.ifpb.edu.br/campi/cabedelo/biblioteca/arquivos/documentos/RepositoriosInstitucionaisIBICT.pdf>. Acesso em: Maio de 2016. **Complementar** Memorial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (Org.). Anais do III Simpósio Capixaba de Memória Institucional - O uso das tecnologias na construção da Memória Institucional. Dossi Editora. Vitória – ES: MP-ES, 2014. Disponível em < https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/b55c7ad9-8880-4244-9cfa-d51179467317.pdf>. Acessado em Junho de 2016. GOMES, Maria João; ROSA, Flávia (Org.). Repositórios institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento. Salvador: EDUFBA, 2010. 208 p. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/616/3/Repositorios%20institucionais.pdf>. Acesso em: Maio de 2016. WEITZEL. S.R. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. Em Questão, v. 12, n. 1, p. 51-71, 2006. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/19>. Acesso em: Maio de 2016. MARCONDES, Carlos Henrique. O acesso livre na informação científica e tecnológica. in: Fundação Oswaldo Cruz. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em saúde. Seminário SUS 20 anos: desafios para a informação e comunicação em saúde. Rio de Janeiro: FioCruz- iCiCt, 2009. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/cict/media/susrevisado.pdf>. Acesso em: Maio de 2016.
Nova	Preservação e conservação de	60	30-15-15	Conceitos básicos de preservação, conservação e restauração de	**Básica**

	documentos I			documentos. Planejamento de edifícios para arquivos. Meio-ambiente. Armazenagem e segurança. Reformatação para preservação.	IAVASCHI, Magda Barros; LÜBBE, Anita; MIRANDA, Maria Guilhermina. Memória e Preservação de Documentos: Direitos do Cidadão. São Paulo: LTR, 2007. INNARELLI, Humberto Celeste. Preservação Digital In: SANTOS, Vanderlei Batista dos; INNARELLI, Humberto Celeste; SOUZA, Renato Tarciso Barbosa de (orgs.). Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. Distrito Federal: SENAC, 2007. cap. 1, p. 20 - 75. JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de pesquisa, n. 118, mar. 2003. Disponível em: http://www.cpd1.ufmt.br/gpea/pub/jacobi_artigoeducamab-cadpesq-2002.pdf. Acesso em 20 abr. 2014. SANTOS, Vanderlei Batista dos. Conservação e preservação de documentos eletrônicos. In: ____. Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística. 2 ed. Brasília: ABARQ, 2005. cap. 4, p. 43 - 68. LUCCAS, Lucy. Conservar para não restaurar: uma proposta para preservação de documentos em bibliotecas. Brasília: Thesaurus, 1995. 12 exemplares **Complementar** CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. A trajetória histórica da conservação-restauração de acervos em papel no Brasil. Juiz de Fora: Editora UFJF, FUNALFA, 2012. CONSELHO Nacional de Arquivos. Recomendações para construção de arquivos. Rio de Janeiro: Conarq, 2000. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/recomenda/recomendaes_para_digitalizao.pdf > Acesso em: 12 ago. 2014. BORTOLETTO, Maria Elide; MACHADO, Rejane Ramos. Contaminação fúngica do acervo da biblioteca de manguinhos da Fundação Oswaldo Cruz: ações desenvolvidas para sua solução. Encontros Biblio, Florianópolis, n. 14, out. 2002. Disponível em: <http://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/432> Acesso em: 12 ago. 2014. CASSARES, Norma Cianflone. Como fazer Conservação preventiva em arquivos e bibliotecas. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2000. Disponível em: < www.arquivoestado.sp.gov.br/>. Acesso em: 12 ago. 2014. OGDEN S. Caderno técnico: emergências com pragas em arquivos e bibliotecários. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

Nova	Avaliação de Documentos Arquivísticos	60	45-15-0	Aspectos teóricos e práticos da avaliação de documentos. Metodologia do levantamento da produção documental para construção da tabela de temporalidade de documentos. Valoração dos documentos. Prescrição e decadência de documentos. Instrumentos de destinação.	**Básica** BELLOTTO, H. L. Arquivos permanentes: tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. BERNARDES, Ieda Pimenta. Como avaliar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. COUTURE, Carol. ROUSSEAU, Jean-Yves. Os fundamentos da disciplina arquivística. Tradução de Magda Bigotte de Figueiredo e Pedro Penteado. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1998.' SHELLENBERG, Theodore.. Arquivos Modernos: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 1973.SILVA, Armando Malheiro da et alli. Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1999. **Complementar** ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Gestão da produção documental: conceitos e procedimentos básicos. Rio de Janeiro: NA, 1995. (Publicações Técnicas). ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.NBR 10519: Critérios de avaliação de documentos de arquivo. Rio de Janeiro, 1988. BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Legislação arquivística brasileira. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. www.conarq.arquivonacional.gov.br. BRASIL. Arquivo Nacional. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicação Técnica; n.o 51). Disponível em: www.conarq.arquivonacional.gov.br. DELGADILHO, Sandra Maria Lopes, LOUREIRO JUNIOR, Aminthas, OLIVEIRA, Elias. Repensando o método 5S para arquivos. 2006. Disponível em http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/147/14702207.pdf. Acesso em 20 mar. 2016. DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.7, n.13, jan./jun. 1994. p.49-64. www.cpdoc.fgv.br. FONSECA, M. O. Arquivologia e ciência da informação. Rio de Janeiro: FGV, 2005. FREIRE, Isa Maria. Acesso à informação e identidade cultural: entre o *global* e o *local*. Ciência da Informação Brasília, v. 35, n. 2, p.58-67, maio/ago. 2006.

					GONÇALVES, Janice. Como classificar e ordenar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto como Fazer, v.2). JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. Ciência da Informação. Brasília, v. 25, n. 2, p.1-13, 1995. POLLAK, M. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212, 1992. REIS, Heloísa Esser dos. Ciclo vital na visão do documento. Disponível em: http://www.cidarq.ufg.br/?menu_id=521&pos=esq&site_id=90 >. SOUSA, Renato Tarcisio Barbosa de Sousa. Os arquivos montados nos setores de trabalho e as massas documentais acumuladas na administração pública brasileira: uma tentativa de explicação. Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, v. 21, n. 1, jan./jun. 1997, p. 31-50. VON SIMSON, O. R. de M. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento: o exemplo do centro de memória da UNICAMP. 2006. Disponível em: http://lite.fae.unicamp.br/revista/cultura.html >. Acesso em: 10 maio 2016.

5º PERÍODO					
Código	**Disciplina**	**Carga horária**	**TEL**	**Ementa**	**Bibliografia**
Nova	Descrição de documentos arquivísticos	60	45-15-0	Origem, fundamento, princípios e técnicas. Os tipos e funções dos instrumentos de pesquisa. Normas e padrões da descrição arquivística. Prática da descrição arquivística. Políticas de descrição.	**Básica** BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos Permanentes: tratamento documental. 1ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991. BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística. Segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. **Complentar** LOPEZ, André Porto Ancona. Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo : Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

					OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012. DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.7, n.13, jan./jun. 1994. p.49-64. www.cpdoc.fgv.br. FONSECA, M. O. Arquivologia e ciência da informação. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
Nova	Metodologia de Pesquisa Científica	60	45-15-0	Métodos e técnica de pesquisa científica. Quantificação de dados e procedimentos estatísticos como base do método científico. O processo de pesquisa: análise, interpretação e apresentação dos dados. Normalização Bibliográfica.	**Básica** GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6a. ed. São Paulo: Editora ATLAS, 2008. MIRANDA, J. L. C.; GUSMÃO, H. R. Os Caminhos do Trabalho Científico: Orientação para não Perder o Rumo. São Paulo, SP: Briquet de emos/Livros, 2003. SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2009. 304 p. **Complementar** BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70 – Brasil, 2011. ECO, U. Como se Faz uma Tese. 17. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. LAVILLE, C.; DIONNE, J. A Construção do Saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas. São Paulo: Editora Armed, 1999. PHILLIOPS, E. M.; PUGH, D. S. How to Get a PhD. 2. ed. Bristol, USA: Open University Press, 1998.
Nova	Usos e usuários da informação arquivística	60	45-15-0	Usuários da informação arquivística: histórico e peculiaridades. Uso da informação arquivística. Metodologia de estudo de usuário.	**Básica** APLICAÇÃO da lei de acesso à informação em recursos a CGU. Brasília, 2015. Disponível em: file:///C:/Users/Lenovo/Documents/2016-2%20-%20Disciplina%20Usu%C3%A1rio%20e%20uso%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o%20-%20Aplicacao%20da%20LAI%20em%20recursos%20a%20CGU%20-%2028-04-2016.pdf. Acesso em: 28 abr. 2016. ÁVILA, Roberto Fortes de. Além do que se vê: o uso e o pós-uso da informação orgânica arquivística. Brasília: UnB, 2011. Disponível: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9480/1/2011_RodrigoFortesdeAvila.pdf. Acesso em: 28 abr. 2016.

					ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Legislação arquivística. Rio de Janeiro, [20--?]. Disponível: ttp://www.conarq.arquivonacional.gov.br/legislacao/coletanea-da-legislacao.html. Acesso em: 29 abr. 2016 **Complementar** CORRÊA, Luciana Rodrigues; QUIMELLI, Marcia. Estudos de usuários sob enfoque da arquivologia: uma revisão bibliográfica/documental. Trabalhado de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquivologia do Departamento de Ciências da Informação do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória ES. 2003. LOUSADA, Mariana. Informação Orgânica como Insumo Estratégico para a Tomada de Decisão em Ambientes Competitivos PPGCI. Marília, 2011. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/lousada_m_me_mar.pdf. Acesso em: 28 abr. 2016. SILVA, Armando Malheiro da et all. Arquivística: teoria e prática uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1998. NEVES, Dulce Amélia de Brito; ANDRADE, Wendia Oliveira de. Usuários da informação jurídica: quem são e como funciona o fluxo informacional no âmbito do arquivo da Justiça Federal da Paraíba (JFPB). Biblionline, João Pessoa, v. 8, n. esp., p. 55-64, 2012. CORRÊA, Lucia Helena Miranda. Acesso à memória de domínio e de interesse público das instituições brasileiras: obscurantismo e opacidade legal-burocrática. Páginas a&b. Porto, n. 6 (série 2), 2010, p. 45-89. _____. Usos e usuários imediatos e mediatos de sistemas de informação de arquivo: da visão custodialista: da visão custodialista: da visão pós-custodialista. Páginas a&b. Porto, n. 7 (série 2), 2011, p. 33-56.

6º PERÍODO					
Código	**Disciplina**	**Carga horária**	**TEL**	**Ementa**	**Bibliografia**
Nova	Estágio supervisionado	180	20-160-0	Prática em técnicas e métodos arquivísticos	**Básica** ROUSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa : Dom Quixote, 1998.

					SCHELLENBERG, T. R. Arquivos Modernos: Princípios e técnicas. 2ª ed. Rio de Janeiro. FGV, 2002 INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de Documentos: Uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. Arquivística.net – www.arquivistica.net, Rio de janeiro, v.3, n.2, p. 28-60, jul./dez, 2007. http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/06/pdf_59336b505e_0003553.pdf **Complementar** BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos e-ARQ Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. (versão 1.1). http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/earq/conarq_earqbrasil_model_requisitos_2009.pdf BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Diplomática e tipologia documental em arquivos. 2ª Ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.7, n.13, jan./jun. 1994. p.49-64. http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976/2164 RODRIGUES, Ana Márcia L. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. Belo Horizonte. Perspect. ciênc. inf, v.11 n.1, p. 102-117, jan./abr. 2006. http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a09 SILVA, A. M. da, et al. Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 2002.
Nova	Projeto de pesquisa	60	15-45-0	Realização de projeto de pesquisa para TCC	**Básica** GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6a. ed. São Paulo: Editora ATLAS, 2008.

					MIRANDA, J. L. C.; GUSMÃO, H. R. Os Caminhos do Trabalho Científico: Orientação para não Perder o Rumo. São Paulo, SP: Briquet de emos/Livros, 2003. SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2009. 304 p. **Complementar** BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70 – Brasil, 2011. ECO, U. Como se Faz uma Tese. 17. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. LAVILLE, C.; DIONNE, J. A Construção do Saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas. São Paulo: Editora Armed, 1999. PHILLIOPS, E. M.; PUGH, D. S. How to Get a PhD. 2. ed. Bristol, USA: Open University Press, 1998.

7º PERÍODO					
Código	**Disciplina**	**Carga horária**	**TEL**	**Ementa**	**Bibliografia**
Nova	Gestão de instituições e serviços arquivísticos	60	45-15-0	Conceitos de instituições e serviços arquivísticos. Estrutura e funcionamento. Administração de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros. Terceirização. Marketing e endomarketing em arquivos. Serviço de reprografia de documentos. Indicadores e auditoria em arquivos. Projeto de organização de Arquivos.	**Básica** CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 4a. ed. São Paulo: Makron, 1993. JARDIM, José Maria. Em torno de uma política nacional de arquivos: os arquivos estaduais brasileiros na ordem democrática (1988-2011). In: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite. Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil. Rio de Janeiro: Móbile: Associação dos Arquivistas dos Estado do Rio de Janeiro. 2012, p.397-415. MCGEE, J. V.; PRUSAK, L. Gerenciamento estratégico da informação: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

					RAMOS, Paulo Baltazar. A gestão na organização de unidades de informação, Ciência da Informação, Vol 25, número 1,1996. **Complementar** CHIAVENATO, I. Controle orçamentário. IN: Administração de empresas: uma abordagem contigencial. 3.ed. São Paulo: Makron Books, 1994. SANTOS, E.G. et al. Gerenciamento da rotina diária em unidades de informação. Disponível em < : http://www.geocities.ws/biblioestudantes/texto_51.pdf > Acesso em maio 2016. CRUZ, Inês Oswaldo Cruz; LEVY, Ariel. Indicadores de desempenho de gestão no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro . APERJ. Rio de Janeiro, 2011, 25p. ESCOBAR, Luis Fernando Sierra. Como medir la eficiência, eficácia y efectividade en los archivos: propuesta de indicadores de gestión. IV Convención Internacional de Archivistas – Coindear-San Bernardo (Chile), abril de 2012, 10p. ESCUELA NACIONAL DE BIBLIOTECONOMÍA Y ARCHIVONOMÍA. La auditoría archivística como herramienta para evaluar y mejorar los procesos técnicos Del Archivo Histórico del Distrito Federal. México, DF, 2006. (Cap. 2) La auditoría archivística y los procesos técnicos em los archivos históricos,p.22- 56. JARDIM, J. M. O lócus da opacidade; a administração pública federal (Cap.5). In: Transparência e opacidade do Estado no Brasil [...]. - Niterói; EdUFF, 1999. KURTZ, Clara Marli Scherer. O usuário do Arquivo Nacional e o seu relacionamento com os serviços oferecidos para a satisfação de suas necessidades de informação. 1990. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro,1990. LOUSADA, Mariana. Informação orgânica como insumo estratégico para a tomada de decisão em ambientes competitivos. Marília, 2011. 250 f.; 30 cm. Dissertação

					(Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2010. MCGEE, J. V.; PRUSAK, L. Gerenciamento estratégico da informação: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica. Rio de Janeiro: Campus, 1994. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. 22a. ed. São Paulo : Atlas, 2005. RHOADS, James B. La función de la gestión de documentos y archivos em los sistemas nacionales de información: un estudio del RAMP. Paris: UNESCO, 1989. SÁ, Ivone Pereira de. A face oculta da interface: serviços de informação arquivística na web centrados no usuário. Rio de Janeiro, 2005. 136fl. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e da Comunicação em Saúde) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – FIOCRZ, Rio de Janeiro. 2005. SORDI, José Osvaldo de. Administração da Informação. São Paulo: Saraiva, 2008. CARDOSO, Júlio César; LUZ, André Ricardo. Os arquivos e os sistemas de gestão da qualidade. Arquivística.net – www.arquivística.net, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.51-64, jan./jun., 2005.
Nova	Mediação cultural em arquivos	60	45-15-0	Funções arquivísticas e os direitos culturais. Patrimônio cultural e patrimônio documental. Democratização e democracia cultural em arquivos. Arquivo como lugar de produção cultural.	**Básica** BELLOTTO, Heloisa Liberali (2004). Arquivos permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2006. COELHO, Teixeira. O que é ação cultural. São Paulo: Brasiliense, 1989. 94 p. MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2009. **Complementar**

					ALDABALDE, T. V.; RODRIGUES, G. M. Mediação cultural no arquivo público do Espírito Santo. Transinformação, vol. 27, n. 3, 2015. CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2006. PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. A mediação cultural como categoria autônoma. Inf. Inf., Londrina, v. 19, n. 2, p. 01 – 22, maio./ago. 2014. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19992/pdf_31. Acesso em: abr. 2015. MATTELART, Armand. Diversidade cultural e mundialização. São Paulo: Parábola, 2005. 167 p. VELA, S. Tipología de actividades. In: Alberch I Fugueras, R. et al. Archivos y Cultura: Manual de dinamización. Madrid: EdicionesTrea, 2001. p. 159-163.

8º PERÍODO					
Código	**Disciplina**	**Carga horária**	**TEL**	**Ementa**	**Bibliografia**
ARV04433	Trabalho de Conclusão de Curso	180	10-170-0	Realização e defesa de trabalho monográfico sobre tema de Arquivologia	**Básica** GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6a. ed. São Paulo: Editora ATLAS, 2008. MIRANDA, J. L. C.; GUSMÃO, H. R. Os Caminhos do Trabalho Científico: Orientação para não Perder o Rumo. São Paulo, SP: Briquet de Lemos/Livros, 2003. SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2009. 304 p. **Complementar** BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70 – Brasil, 2011. ECO, U. Como se Faz uma Tese. 17. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

					LAVILLE, C.; DIONNE, J. A Construção do Saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas. São Paulo: Editora Armed, 1999. PHILLIOPS, E. M.; PUGH, D. S. How to Get a PhD. 2. ed. Bristol, USA: Open University Press, 1998.

7.5.2 Disciplinas Optativas

Disciplinas optativas grupo A					
Código	**Disciplina**	**Carga horária**	**TEL**	**Ementa**	**Bibliografia**
Nova	Estudos métricos da informação	60	45-15-0	A Ciência e a produção do conhecimento científico. Avaliação da produção científica e tecnológica a partir dos fundamentos da bibliometria, cientometria, infometria, webometria, altmetria e patentometria.	Básica FERREIRA, A.G.C. Bibliometria na avaliação de periódicos científicos. Datagramazero, v.11, n.3, jun.2010. Disponível em: http://www.dgz.org.br/jun10/Art_05.htm. MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Estudos métricos da informação em ciência e tecnologia no Brasil realizados sobre a unidade de análise artigos de periódicos. Liinc em Revista, v.9, n.1, p.6-27, maio 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/li-inc/article/view/558>. NORONHA, Daisy Pires; MARICATO, João de Melo. Estudos métricos da informação: primeiras aproximações. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [S.l.], p.116-128, abr. 2008. ISSN 1518-2924. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13nesp1p116>. **Complementar** ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução história e questões atuais. Em Questão, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006. POBLACION, Dinah Aguiar; SILVA, José Fernando Modesto da (Org.). Comunicação & produção científica:

					contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. 426 p. ISBN 9788586421198 (broch.). RIBEIRO, Fernanda. Indexação e controlo de autoridade em arquivos. Porto: Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico, 1996 **(**Base de dados: RCAAP) . Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10721>. Acesso em 11 fev. 2015 (Catálogo da Biblioteca Central da UFES informa que texto completo pode ser acessado via RCAAP). SILVA, Armando Malheiro da. A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objeto científico. Porto: Edições Afrontamento, 2006. (02 exemplares disponíveis).
Nova	Organização de documentos e informações de instituições de saúde	60	45-15-0	Requisitos legais, de qualidade e segurança da informação em organizações de saúde, principalmente acerca do prontuário. Prontuário Eletrônico do paciente.	**Básica** ARAÚJO, Eliece Helena Santos. Estudo da importância do registro no prontuário do Hospital Universitário Professor Edgard Santos - HUPES e as novas tecnologias. Salvador, 2001(Monografia, Departamento de Ciências Humanas, UNEB, Bahia, 2001). BERTOLLI FILHO, Claudio. Prontuários Médicos e a Memória da Saúde Brasileira. Boletim do Instituto de Saúde. SP. Nº 38, Abril de 2006. MORAES, Margarete Farias de; SALIES, Luciene. Gestão de acesso ao prontuário do paciente. In: DUARTE, Zeny; FARIAS, Lucio (Org.). A medicina na era da informação. Bahia: Edufba, 2008. **Complementar** CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (Brasil). Resolução n º 1821/ 2007. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (Brasil). Resolução n º 1638/ 2002. CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL. Prontuário Médico do paciente: Guia para uso prático. Brasília: Conselho Regional de Medicina de Brasília, 2006.

					HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE. Manual do prontuário do paciente. Porto Alegre, 2002, v.2.3. MARIN, H. F.; MASSAD, E.; AZEVEDO NETO, R. S. Prontuário Eletrônico do Paciente: definições e conceitos. In: O PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO PACIENTE NA ASSISTÊNCIA, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO MÉDICO. São Paulo: USP, 2003. Cap.01 MORAES, Margarete Farias de; SALIES, Luciene. Acreditação hospitalar e melhoria do gerenciamento da informação. 2011 (Trabalho apresentado no Colóquio Internacional Medinfor II. Porto. Portugal) QUINTO NETO, Antônio; BITTAR, Olímpio J. Nogueira. Hospitais: Administração da Qualidade e Acreditação de organizações complexas. Porto Alegre: Da Casa Editora, 2004.
Nova	Acervos fotográficos e Arquivos	60	45-15-0	Debate conceitual e histórico sobre acervos fotográficos nos arquivos. O documento fotográfico como documento de arquivo. Identificação, organização e descrição dos documentos fotográfico nos arquivos. Políticas públicas e elaboração de projetos culturais para acervos fotográficos.	**Básica** DUBOIS, Philippe. O ato fotográfico e outros ensaios. 6. ed. Campinas: Papirus, 2003. 362 p. (Ofício da Arte e Forma). ISBN 8530802462 (broch.). FILIPPI, Patrícia de.; CARVALHO, Vania Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de. Como tratar coleções de fotografias. 2. ed. -. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. 93 p. (Projeto como fazer 4) ISBN 8570600240 ; 8586726206 (broch.). MUSTARDO, Peter; KENNEDY, Nora. Preservação de fotografias: métodos básicos para salvaguardar suas coleções. Cadernos técnicos de conservação fotográfica, n. 2, Rio de Janeiro, Funarte, 1997. Disponível em: <http://www.arqsp.org.br/cpba/cadtec/cadtec_39.htm>. Acesso em 27 abr. 2016. **Complementar** DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. Trad. Adelina Novaes e Cruz. Estudos históricos. Rio de Janeiro, v.7, nº13, p.49-64, jan./jun. 1994. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976 >. Acesso em 27 abr. 2016

					MANINI, Mirian Paula. Análise documentária de fotografias: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários. 2002. 226f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-23032007.../Tese.pdf>. Acesso em 27 abr. 2016. JOLY, Martine. Introdução à análise da imagem. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002. 152 p. (Coleção ofício de arte e forma) ISBN 9788530804244 (broch.) MANGUEL, Alberto. Lendo imagens: uma história de amor e ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 358 p. ISBN 9788535901498 (broch.). ROUILLÉ, André. A fotografia: entre documento e arte contemporânea. São Paulo, SP: Ed. SENAC São Paulo, 2009. 483 p. ISBN 9788573598766 (broch.).
Nova	Preservação e conservação de documentos II	60	30-15-15	Conceitos básicos de preservação, conservação e restauração de documentos. Diagnóstico das condições do documento. A preparação e as técnicas de preservação, conservação e restauração em ambiente de laboratório.	**Básica** CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. A trajetória histórica da conservação-restauração de acervos em papel no Brasil. Juiz de Fora: Editora UFJF, FUNALFA, 2012. BORTOLETTO, Maria Elide; MACHADO, Rejane Ramos. Contaminação fúngica do acervo da biblioteca de manguinhos da Fundação Oswaldo Cruz: ações desenvolvidas para sua solução. Encontros Biblio, Florianópolis, n. 14, out. 2002. Disponível em: <http://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/432> Acesso em: 12 ago. 2014. CASSARES, Norma Cianflone. Como fazer Conservação preventiva em arquivos e bibliotecas. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2000. Disponível em: < www.arquivoestado.sp.gov.br/>. Acesso em: 12 ago. 2014. **Complementar** OGDEN S. Caderno técnico: emergências com pragas em arquivos e bibliotecários. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

					CONSELHO Nacional de Arquivos. Recomendações para construção de arquivos. Rio de Janeiro: Conarq, 2000. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/recomenda/recomendaes_para_digitalizao.pdf > Acesso em: 12 ago. 2014. IAVASCHI, Magda Barros; LÜBBE, Anita; MIRANDA, Maria Guilhermina. Memória e Preservação de Documentos: Direitos do Cidadão. São Paulo: LTR, 2007. INNARELLI, Humberto Celeste. Preservação Digital In: SANTOS, Vanderlei Batista dos; INNARELLI, Humberto Celeste; SOUZA, Renato Tarciso Barbosa de (orgs.). Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. Distrito Federal: SENAC, 2007. cap. 1, p. 20 - 75. JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de pesquisa, n. 118, mar. 2003. Disponível em: http://www.cpd1.ufmt.br/gpea/pub/jacobi_artigoeducamab-cadpesq-2002.pdf. Acesso em 20 abr. 2014.
Nova	Teoria do documento	60	45-15-0	Os saberes e os fazeres a partir e sobre o documento. Questões teóricas, epistemológicas e laborais sobre o documento.	**Básica** GRIGOLETO, Maira C. Documento, poder e governo: os agenciamentos políticos na construção patrimonial no Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013. RABELLO, Rodrigo. A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação. 2009. 331f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009. AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009. (7 exemplares) **Complementar** OTLET, Paul. Documentos e documentação: discurso pronunciado no Congresso de Documentação Universal, Paris. 1937. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional

					(Separata). Disponível em: <http://www.conexaorio.com/biti/otlet/>. Acesso em: 01 jun. 2016. MURGUIA, Eduardo Ismael. Percepções e aproximações do documento na Historiografia, Documentação e Ciência da Informação. InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 42-53, jul./dez. 2011. Disponível em: file:///C:/Users/W7/Downloads/42350-50548-1-PB.pdf. Acesso em: 01 de jun. De 2016. POBLACION, Dinah Aguiar; SILVA, José Fernando Modesto da (Org.). Comunicação & produção científica: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. 426 p. ISBN 9788586421198 (broch.). RIBEIRO, Fernanda. Indexação e controlo de autoridade em arquivos. Porto: Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico, 1996 **(**Base de dados: RCAAP) . Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10721>. Acesso em 11 fev. 2015 (Catálogo da Biblioteca Central da UFES informa que texto completo pode ser acessado via RCAAP). SILVA, Armando Malheiro da. A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objeto científico. Porto: Edições Afrontamento, 2006. (02 exemplares disponíveis).
Nova	Indexação e Recuperação da Informação Arquivística	60	45-15-0	Representação orgânico-funcional da informação arquivística: etapas do processo de indexação (análise conceitual e tradução). Medidas para avaliar a qualidade de um sistema de busca da informação arquivística (níveis de exaustividade e de especificidade; taxas de revocação e de precisão; artifícios de precisão). Linguagem natural *versus* linguagem documentária. Hierarquização do conteúdo orgânico-funcional da informação arquivística. Tesauro Funcional: teoria e prática. Política de indexação para Sistemas de Informação Arquivística.	**Básica** AGUIAR, Francisco de. O controle de vocabulário como dispositivo metodológico para a organização, tratamento e recuperação da informação arquivística. PUC-Campinas, 2008. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=437>. Acesso em; 11/fev. 2015. (não disponível na Biblioteca Central da UFES). AGUIAR, Francisco Lopes de; TALÁMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. O Controle de Vocabulário da Linguagem Orgânico-Funcional Concepção e princípios teórico-metodológicos. Acervo, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1,

					p. 117-138, jan./jun. 2012 - pág. 117. Disponível em: <http://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/522/442>. Acesso em; 11 fev. 2015. (não disponível na Biblioteca Central da UFES). BERNARDES, Antonio. Quanto às categorias e aos conceitos. Revista Formação Online, v. 2, n.16, p.39-62, jul./dez., 2011. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/602/1225>. Acesso em: 11 fev. 2015. (não disponível na Biblioteca Central da UFES). LANCASTER, F. W. Indexação e resumos: teoria e pratica. 2. ed. Briquet de Lemos/Livros, 2004. (35 exemplares disponíveis). **Complementar** DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. Tesauro: linguagem de representação da memória documentária. Niterói, RJ : Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002. (28 exemplares disponíveis na Biblioteca Central da UFES). CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. Indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informação. Arq. & Adm., Rio de Janeiro, v.5, n.1 jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.aab.org.br/wp-content/uploads/2014/05/2006_05_JANEIRO-A-JUNHO.pdf.> Acesso em: 11 fev. 2015 (não disponível na Biblioteca Central da UFES). RIBEIRO, Fernanda. Indexação e controlo de autoridade em arquivos. Porto: Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico, 1996 (Base de dados: RCAAP) . Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/10721>. Acesso em 11 fev. 2015 (Catálogo da Biblioteca Central da UFES informa que texto completo pode ser acessado via RCAAP). SILVA, Armando Malheiro da. A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objeto científico. Porto: Edições Afrontamento, 2006. (02 exemplares disponíveis). SMIT, Johanna Wilhelmina; KOBASHI, Nair Yumiko.

					Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2003 (Projeto Como Fazer, v. 10). Disponível em: <http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf10.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2015 (não disponível na Biblioteca Central da UFES).
Nova	Tesauro Funcional	60	45-15-0	O que é controle de vocabulário. Procedimentos para elaboração do tesauro funcional; Elaboração de fragmento de tesauro funcional (prática para efeito didático)**.**	**Básica** AGUIAR, Francisco de; TALÁMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. O Controle de Vocabulário da Linguagem Orgânico-Funcional: concepção e princípios teórico-metodológicos. Revista Arquivo Nacional, 2012. Disponível em: http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/341/341. Acesso em: 31 jan. 2016. BRASIL. Ministério da Saúde. Tesauro Eletrônico [do Ministério da Saúde]. [2008?]. Disponível em: http://bvsms2.saude.gov.br/cgi-bin/multites/mtwdk.exe?k=default&x=1&s=&n=50&t=&l=60&y=0&w=. Acesso em: 28 abr. 2016. BRASIL. Ministério da Saúde. Projeto de Terminologia da Saúde. Brasília – DF, 2008. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/palestras/projeto_terminologia_out2008.pdf. Acesso em: 29 abr. 2008. CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. A construção de tesauros com a integração de procedimentos terminográficos. Marília, 2009. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/cervantes_bmn_do_mar.pdf. Acesso em 29 abr. 2016 **Complementar** CORRÊA, Lucia Helena Miranda. Curso Uso do Tesauro do Sebrae/ES e noções sobre indexação. Vitória, 2001. (apostila). DEREK. Austin. Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesauros monolíngues. Brasília: IBICT/Senai, 1993.

					DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. Tesauro: linguagem de representação da memória documentária. Niterói, RJ : Intertexto; Rio de Janeiro : Interciência, 2002). MOREIRA, W. et al. Vocabulário controlado para a representação documentária em arquivos correntes da UNESP. [2009?]. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/seminariodearquivologiaebiblioteconomia/moreiraw.-fujita-m.s.l.-davanzo-l.-piovezan-l.b..pdf. Acesso em: 29 abr. 2016. SMIT, Johanna W.; YUMIKO KOBASHI, Nair. Com elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. (Projeto Como Fazer, 10).
Nova	Análise crítica de procedimentos Arquivísticos	60	45-15-0	Conceito de documento e de informação orgânica sob a visão da arquivística custodial, da arquivística integrada, da arquivística funcional, da arquivística pós-custodial Entorno conjuntural sobre o surgimento da Teoria das Três Idades. Análise crítica das peculiaridades inerentes à Teoria das Três Idades sob a visão da arquivística custodial, da arquivística integrada, da arquivística funcional, da arquivística pós-custodial. Entorno conjuntural sobre o surgimento do Princípio pelo Respeito aos Fundos de Arquivo. Análise crítica das peculiaridades inerentes ao Princípio do Respeito pelos Fundos sob a visão da arquivística custodial, da arquivística integrada, da arquivística funcional, da arquivística pós-custodial.	**Básica** ROUSSEAU, Jena-Yves; COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. SCHLLENBERG T. R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. TOGNOLI, Natália Bolfarini. A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília (SP), 2010. Disponível em: http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/unesp/93669/tognoli_nb_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso: 28 abr. 2016. _____. A construção da diplomática (recurso eletrônico): em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. Disponível em: http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm. Acesso em: 29 abr. 2016. SILVA, Armando Malheiro da et al. Arquivística: teoria e prática de uma ciência. v. 1. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

					Complementar ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. Manual dos Arquivistas holandeses. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/media/manual_dos_arquivistas.pdf. Acesso em: 28 abr. 2016 BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental – 2. Ed. Ver. E ampl. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. DICONÁRIO eletónico de terminologia em ciência da informação. Porto: Universidade do Porto, 2014. Disponível em: https://paginas.fe.up.pt/~lci/index.php/1239. Acesso em: 29 abr. 2016. RIBEIRO, Fernanda. A arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011. http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/9887. Acesso em 28 abr. 2016. TORRES, Simone. O conceito de documento na ciência da informação e arquivologia Modalidade de apresentação. 2013. (pôster) http://mba.eci.ufmg.br/downloads/Document_Enancib2013.pdf. Acesso em: 29 abr. 2016.
Nova	Documentos da produção artística	60	45-15-0	Conhecer os documentos originados a partir dos processos de criação nas Artes Plásticas. Reflexões acerca de sua criação, organização e tratamento. A necessidade de sua preservação para manutenção da memória. Documentos de processos de criação e arquivos pessoais.	**Básica** BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 318 p. ISBN 9788522504749 (broch.). LE GOFF, Jacques. História e memória. 6. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2012. 524 p. ISBN 9788526809550 (broch.). OSTROWER, Fayga. Criatividade e processos de criação. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 187 p. **Complementar**

					CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo, SP: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007. 312 p. ISBN 9788598864198 (broch.) CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORANEA DO BRASIL. Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC. -. 4. ed Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. 101p. OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012. 171 p. ISBN 9788564502109 (broch.). SANMARTIN, Stela Maris. Arqueologia da criação artística: vestígios de uma gênese: o trabalho artístico em seu movimento. 2004. 133 f. Dissertação (Mestrado em Artes) - Programa de Pós-Graduação em Artes, UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2004. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000353548. Acesso em: 27 abr. 2016. ZIELINSKY, Mônica. Histórias da arte hoje: Alguns apontamentos a partir de arquivos de artistas e de historiadores. Farol, Vitória, n. 14, p. 99 – 110, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/farol/article/view/11674/8415>. Acesso em: 27 abr. 2016.
Nova	Projeto de produtos em Arquivos	60	45-15-0	Os produtos das funções arquivísticas. Arquivos como insumo para indústrias culturais e de comunicação. Projeto de produto em arquivos: ideia ou *design* do produto, identificação da clientela ou mercado-alvo, estratégia de marketing, precificação, custos, lucro esperado e teste de produto.	Básica BAUDRILLARD, J. A Sociedade de Consumo. 3ed. Lisboa: Edições 70, 2009. BAXTER, M. Projeto de Produto: Guia Prático para o Desenvolvimento de Novos Produtos. São Paulo: Edgard Blücher, 1998. BELLOTTO, H. Arquivística: objetos, princípios e rumos. São Paulo: ARQ-SP, 2002. (Scripta, 1).

					CAMARGO, A. BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coord.). Dicionário de Terminologia Arquivística. 1ª ed. São Paulo: AAB-SP, 1996. 142 p. **Complementar** CURCHILL, G. A. & PETER, J. P. Marketing: Criando Valor para os Clientes. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. COUTURE, C; DUCHARME, D.l; MARTINEAU, J. A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo. 1ª ed. Brasília: Finatec, 1999. 190 p. DELMAS, B. Arquivos para quê? São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2010. MELO, K I. Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília: Starprint, 2011. PAES, M. Arquivo: teoria e prática. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008. 228 p. ROUSSEAU, J, COUTURE, C. Os fundamentos da disciplina Arquivística. Lisboa, Dom Quixote, 1998. SCHELLENBERG, T. R. Arquivos Modernos, Princípios e Técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
Nova	Projeto de consultoria em Arquivos	60	45-15-0	O serviço de consultoria em arquivos e funções arquivísticas. Diagnóstico: problemas, consequências e soluções. Projeto de Consultoria em Arquivos: projetando soluções em arquivo.	**Básica** BELLOTTO, Heloísa. Arquivística: objetos, princípios e rumos. São Paulo: ARQ-SP, 2002. (Scripta, 1). CAMARGO, Ana Maria de Almeida. BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coord.). Dicionário de Terminologia Arquivística. 1ª ed. São Paulo: AAB-SP, 1996. 142 p. COUTURE, Carol; DUCHARME, Daniel; MARTINEAU, Jocelyne. A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo. 1ª ed. Brasília: Finatec, 1999. 190 p. **Complementar** DELMAS, Bruno. Arquivos para quê? São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2010.

					MELO, Kátia Isabelli B. de Mello. Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília: Starprint, 2011. OLIVEIRA, Djalma de Pinho; Manual de consultoria empresarial: conceitos, metodologias, práticas. 9ed. São Paulo: Atlas, 2010. PAES, Marilena Paes. Arquivo: teoria e prática. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008. 228 p. ROUSSEAU, Jean-Yves & COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina Arquivística. Lisboa, Dom Quixote, 1998. SCHELLENBERG, Theodore Arquivos Modernos, Princípios e Técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
Nova	Arquivo e Sociedade	60	45-15-0	A função social dos arquivos: perspectiva histórica e configurações contemporâneas. O arquivo e as suas implicações no processo de transparência das administrações públicas. Arquivo, democracia, direitos humanos e os movimentos sociais.	**Básica** FONSECA, Maria Odila Kahl. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. Ciência da Informação, Brasília, v. 28, n.2, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000200007. Acesso em: 31 jul. 2016. ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1994. SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. Arquivística: Teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 2002. **Complementar** DELMAS, Bruno. Arquivos para quê? Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010. p. 11-123. JARDIM, José Maria. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, Eliane (Org). Acesso à informação e política de arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

					JARDIM, José Maria. Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental. – Niterói : EdUFF, 1999. p.97-121. SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Arquivos modernos: princípios e técnicas. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1973. VIVAS MORENO, Agustín. El tiempo de la archivística: un estudio de sus espacios de racionalidad histórica. Ci. Inf., Brasília, v. 33, n. 3, set./dez. 2004. p. 76-96. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/622/556>. Acesso em: 30 ago. 2012.
Nova	Serviços educativos em Arquivos	60	45-15-0	O Arquivo e sua dimensão educacional. Ações educativas em arquivo. Educação Patrimonial em arquivo. Planejamento, implantação e acompanhamento de ações educativas em arquivos. Estudos de casos	**Básica** BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz. 1991. NÓVOA, Antonio. **Professores –imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009. Disponível em <http://www.etepb.com.br/arq_news/2012texto_professores_imagens_do_futuro_presente.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2015. PARRELA, Ivana D. **Educação Patrimonial nos arquivos brasileiros**: Algumas experiências e perspectiva de uso da metodologia. Ci. Inf., Brasília, DF, v. 41, n. 1, p. 124-133, jan/abr., 2013. **Complementar** ALDABALDE, Taiguara Vilela. Arquivologia e pedagogia arquivística: bases para uma habilitação que ensine o arquivista a educar. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite. **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil.** Rio de Janeiro: Móbile: Associação dos Arquivistas dos Estado do Rio de Janeiro. 2012, p.198-212. CALIL, Daniéle Xavier; PEREZ, Carlos Blaya. **O Programa de educação Patrimônial do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria pelo viés de**

					ações direcionadas aos educadores. Ci. Inf., Brasília, DF, v. 41, n. 1, p. 98-108, jan/abr., 2013. DELMAS, Bruno. Arquivos para quê? São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2010. KOYAMA, Adriana Carvalho. Arquivos online: ação educativa no universo virtual. São Paulo: ARQ-SP, 2015. 360 p. (Thesis, 2). SIBILIA, Paula. Redes ou Paredes: a escola em tempos de dispersão. São Paulo: Contraponto, 2013.
Nova	Prática em arquivologia I	30	0-30-0	Vivenciar e refletir sobre as especificidades das diversas naturezas dos acervos arquivísticos púbicos ou privados. Conhecer os desafios enfrentados pelo profissional no que se refere às atividades práticas da Arquivologia em acervos especializados.	**Básica** ROUSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa : Dom Quixote, 1998. SCHELLENBERG, T. R. Arquivos Modernos: Princípios e técnicas. 2ª ed. Rio de Janeiro. FGV, 2002 INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de Documentos: Uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. Arquivística.net – www.arquivistica.net, Rio de janeiro, v.3, n.2, p. 28-60, jul./dez, 2007. http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/06/pdf_59336b505e_0003553.pdf **Complementar** BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos e-ARQ Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. (versão 1.1). http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/earq/conarq_earqbrasil_model_requisitos_2009.pdf BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Diplomática e tipologia documental em arquivos. 2ª Ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.7, n.13, jan./jun. 1994. p.49-64.

					http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976/2164 RODRIGUES, Ana Márcia L. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. Belo Horizonte. Perspect. ciênc. inf, v.11 n.1, p. 102-117, jan./abr. 2006. http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a09 SILVA, A. M. da, et al. Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 2002.
Nova	Tópicos Especiais de Arquivologia I	30	30-0-0	Apresentar ao aluno inovações metodológicas e novas discussões teóricas no campo da Arquivologia nacional e internacional.	**Básica** ROUSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa : Dom Quixote, 1998. SCHELLENBERG, T. R. Arquivos Modernos: Princípios e técnicas. 2ª ed. Rio de Janeiro. FGV, 2002 INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de Documentos: Uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. Arquivística.net – www.arquivistica.net, Rio de janeiro, v.3, n.2, p. 28-60, jul./dez, 2007. http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/06/pdf_59336b505e_0003553.pdf **Complementar** BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos e-ARQ Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. (versão 1.1). http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/earq/conarq_earqbrasil_model_requisitos_2009.pdf BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Diplomática e tipologia documental em arquivos. 2ª Ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.7, n.13, jan./jun. 1994. p.49-64. http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976/2164

					RODRIGUES, Ana Márcia L. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. Belo Horizonte. Perspect. ciênc. inf, v.11 n.1, p. 102-117, jan./abr. 2006. http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a09 SILVA, A. M. da, et al. Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 2002.
Disciplinas optativas grupo B					
Nova	História dos arquivos	30	30-0-0	Conceitos Gerais: História dos Arquivos: antiguidade, Grécia , Roma, Idade Média, Idade Moderna. Arquivos no Brasil.	**Básica** RICHTER, E. I. S.; GARCIA, O. M. C.; PENNA, E. F. Introdução à arquivologia. Santa Maria: UFSM, 1997. SILVA et. al. Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação. 2. ed. Porto (Portugal): Afrontamento, 2002. PORTO, D. M. História e evolução do arquivo. 2013. 84 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Documentais) – Universidade da Beira Interior. Centro de Artes e Letras. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/1836/1/Dissertа%C3%A7%C3%A3o_Daniela_Porto.pdf>. Acesso em: 07 julho, 2016. **Complementar** COUTURE, C.; ROUSSEAU, J. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Dom Quixote, 1998. FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930: História e Historiografia. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização, 2003. V1, V 2, V 3 e V 4. FICO, Carlos. Como eles agiam. os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001. GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. IUPERJ/ Vértice, 1988.
HIS01783	História do Brasil	60	45-15-0	Formação social e política do Brasil, o modelo primário exportador, a sociedade civil e o Estado brasileiro até 1930. A crise do	**Básica**

				setor agroexportador e a Revolução de 1930. A industrialização e o Estado Novo. A sociedade civil e o Estado na democracia populista. A internacionalização da economia, a aceleração do processo de urbanização e as contradições urbanas sob a vigência do regime militar após 1964. A transição democrática, as perspectivas atuais e futuras da sociedade brasileira na área de Inclusão dos povos indígenas, os desafios étnico-raciais e as questões ambientais	CARVALHO, J. M. A Formação das Almas. Imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. LINHARES, M. Y. (Org). História Geral do Brasil. 9º edi. Rio de Janeiro: Campus, 1991. FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002. **Complementar** Arquidiocese de São Paulo. Brasil Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1985. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Os arquivos da polícia brasileira. Uma alternativa para os estudos da História do Brasil Contemporâneo. PROIN (Projeto Integrado) Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo, 2005, s/p. Disponível em :http://www.proin.usp.br/download/artigo/artigoarquivospoliciapolitica.pdf FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930: História e Historiografia. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização, 2003. V1, V 2, V 3 e V 4. FICO, Carlos. Como eles agiam. os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001. GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. IUPERJ/ Vértice, 1988.
HIS01596	História Econômica e Social do Espírito Santo	60	45-15-0	A chegada dos portugueses na capitania: os indígenas; o açúcar; As vilas do litoral. Introdução do café; O braço escravo e a imigração europeia. A urbanização e as mudanças culturais. Aspectos sócio-políticos durante o século XX. A industrialização do Espírito Santo. Desafios contemporâneos do Espírito Santo a Inclusão dos povos indígenas, os desafios étnico-raciais e as questões ambientais.	**Básica** BITTENCOURT, Gabriel. A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização – Do engenho às grandes indústrias (1535-1980). HESS, Regina; FRANCO, Sebastião Pimentel. 2º ed. A República e o Espírito Santo. Vitória: Multiplicidade, 2003 (Edição revista e ampliada).

					SILVA, Marta Zorzal. Espírito Santo: estado, interesses e poder. Vitória: FCAA/SPDC, 1995 Complementar ACHIAMÉ, Fernando. O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937). Elites políticas e reformismo autoritário. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. FAGUNDES, Pedro Ernesto ; AMORIM, V. A. (Org.) ; OLIVEIRA, U. (Orgs.) . O Estado do Espírito Santo e a Ditadura (1964-1985). 1. ed. Vitória: GM Editora, 2014. SALETTO, Nara Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo: 1889-1930. Vitória: Edufes, 1996. _____.Transição para o Trabalho Livre e Pequena Propriedade no Espírito Santo. Vitória: EDUFES, 1996. _____. Donatários, colonos, índios e jesuítas. O inicio da colonização no Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998 (Coleção Canaã).
Nova	Patrimônio cultural no Brasil	60	45-15-0	Políticas, instrumentos, conceitos, critérios, práticas e agentes preservacionistas. Bases legais, intelectuais e documentais do patrimônio institucionalizado.	**Básica** CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESP, 2006. (27 exemplares na Biblioteca) MURGUIA, Eduardo Ismael; GRIGOLETO, Maira C. O documento e seu valor patrimonial. Os processos de tombamento do Museu Prudente de Moraes. In: X ENANCIB, João Pessoa, 2009. Disponível em: http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3313/2439. Acesso: 01 de jun. 2016. GRIGOLETO, Maira C.; MURGUIA, Eduardo Ismael. As bases epistemológicas do patrimônio institucionalizado. XVI ENANCIB, João Pessoa, 2015. Disponível em: http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2928/984. Acesso em: 01 de jun. de 2016. **Complementar**

					BASTARDIS, Jean. O programa nacional de preservação da documentação histórica e seu significado para a preservação de arquivos no âmbito do IPHAN. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dissertacao_Jean_Bastardis.pdf. Acesso: 01 de jun. 2016. MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 22, 1987, p. 44-48. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=7951&pesq=. Acesso: 01 de jun. 2016. POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417. Acesso: 01 de jun. 2016.
Disciplinas optativas grupo C					
Nova	Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD)	60	30-15-15	Gestão Arquivística de documentos eletrônicos. Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD): Requisitos Funcionais.	**Básica** CONARQ (Brasil). Câmara Técnica de documentos eletrônicos. Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos - e-ARQ Brasil. Rio de Janeiro. 2009. 139 p. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf _____. Gestão Arquivística de Documentos Eletrônicos. Rio de Janeiro. 2014. 9 p. Disponível em: <http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/Gt_gestao_arquivistica__pagina_web_corrigido3.pdf>. Acesso em: Maio de 2016. SANTOS, Vanderlei Batista dos (Org.). Arquivística: temas contemporâneos : classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. 3. ed. Brasília, DF: SENAC, 2009. 223 p. ISBN 9788598694375 (broch.) **Complementar**

					RONDINELLI, Rosely Curi. O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária . 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2013. 279 p. ISBN 9788522514267 (broch.). SANTOS, Vanderlei Batista dos. Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística. Brasília: ABARQ, 2002. Memorial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (Org.). Anais do III Simpósio Capixaba de Memória Institucional - O uso das tecnologias na construção da Memória Institucional. Dossi Editora. Vitória – ES: MP-ES, 2014. Disponível em < https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/b55c7ad9-8880-4244-9cfa-d51179467317.pdf>. Acessado em Junho de 2016. CONARQ (Brasil). Câmara Técnica de documentos eletrônicos. Glossário. Versão 6.0. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2014ctdeglossario_v6_public.pdf>. Acesso em Maio de 2016. RONDINELLI, Rosely Curi. Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005. 158 p. ISBN 9788522503964 (broch.).
Nova	Softwares para descrição Arquivística	30	15-0-15	Criação de acervos *online. Softwares* para descrição e acesso arquivísticos.	**Básica** RONDINELLI, Rosely Curi. O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2013. 279 p. ISBN 9788522514267 (broch.). FLORES, Daniel; HEDLUND, Dhion Carlos. A Preservação do Patrimônio Documental através da Produção de Instrumentos de Pesquisa Arquivísticos e da Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais. Série Patrim. Cult. e Exten. Univ., n. 3, fev. 2014.

					CONARQ (Brasil). Câmara Técnica de documentos eletrônicos. NOBRADE: Norma Brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Conarq, 2006. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf>. Acesso em: Maio de 2016. **Complementar** SANTOS, Vanderlei Batista dos (Org.). Arquivística: temas contemporâneos : classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. 3. ed. Brasília, DF: SENAC, 2009. 223 p. ISBN 9788598694375 (broch.). CONARQ (Brasil). Câmara Técnica de documentos eletrônicos. Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital. 2005. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Carta_preservacao.pdf>. Acesso em: Maio de 2016. Memorial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (Org.). Anais do III Simpósio Capixaba de Memória Institucional - O uso das tecnologias na construção da Memória Institucional. Dossi Editora. Vitória – ES: MP-ES, 2014. Disponível em < https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/b55c7ad9-8880-4244-9cfa-d51179467317.pdf>. Acessado em Junho de 2016. Documentação do Projeto InterPARES (The International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems). Disponível em <http://www.interpares.org/> . Acesso em Maio de 2016. CONARQ (Brasil). Câmara Técnica de documentos eletrônicos. Glossário. Versão 6.0. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2014ctdeglossario_v6_public.pdf>. Acesso em Maio de 2016. RONDINELLI, Rosely Curi. Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. 4. ed. Rio de

					Janeiro: Ed. da FGV, 2005. 158 p. ISBN 9788522503964 (broch.).
Nova	Organização e Representação do Conhecimento	30	15-15-0	Informação x Conhecimento. Organização da Informação x Organização do Conhecimento. Ferramentas para organização e representação do conhecimento	**Básica** Nobre, Isaura (Org.) ; GAVA, T. B. S. (Org.) ; Nunes, Vanessa (Org.) ; Fávaro, Rutnelli (Org.) ; Bazet, Lydia (Org.) . Informática na Educação: um caminho de possibilidades e desafios. 1. ed. Serra - ES: Editora Ifes, 2011. v. 1. 256p. MOREIRA, Marco Antonio. Mapas conceituais e aprendizagem significativa. São Paulo: Centauro, 2010. 80 p. ONTORIA PEÑA, Antonio et al. Mapas conceituais: uma técnica para aprender. São Paulo: Loyola, 2005. 238 p. FARIA, W. (1995). Mapas conceituais: aplicações ao ensino, currículo e avaliação. São Paulo: EPU. **Complementar** NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. 20. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. xv, 358 p. FRANCELIN, Marivalde Moacir; PINHO, Fábio Assis. Conceitos na organização do conhecimento. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2011. 99 p. CHOO, Chun Wei. A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. 2. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2006. 425 p. Memorial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (Org.). Anais do III Simpósio Capixaba de Memória Institucional - O uso das tecnologias na construção da Memória Institucional. Dossi Editora. Vitória – ES: MP-ES, 2014. Disponível em < https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/b55c7ad9-8880-4244-9cfa-d51179467317.pdf>. Acessado em Junho de 2016.

					Documentação do Projeto InterPARES (The International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems). Disponível em <http://www.interpares.org/> . Acesso em Maio de 2016.
Nova	Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGBD)	60	30-15-15	Conceitos de Banco de Dados. Modelagem de Banco de Dados Relacional. Construção e manipulação de Bancos de Dados Relacional.	**Básica** HEUSER, Carlos Alberto. Projeto de banco de dados. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 282 p. (Série livros didáticos informática UFGRS ; 4) ISBN 9788577803828 (broch.) MACHADO, Felipe Nery Rodrigues; ABREU, Maurício Pereira de. Projeto de banco de dados: uma visão prática. 17. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Érica, 2012. 320 p. ISBN 9788536502526 (broch.) O´BRIEN, James A. Sistemas de Informação e as Decisões Gerenciais na Era da Internet. Ed. Saraiva, 2ª Edição, 2004 **Complementar** BALDAM, Roquemar de Lima; CAVALCANTI, Marcos; VALLE, Rogério de Aragão Bastos de. GED: gerenciamento eletrônico de documentos. 2. ed. rev. e atual. - São Paulo: Érica, 2004. 204 p. MARCON, Antonio Marcos. Aplicações e banco de dados para internet. São Paulo: Érica, c1999. 366p. RAMEZ, ELMASRI; NAVATHE, SHAMKANT B. Sistemas de Banco de Dados: Fundamentos e Aplicações. 3ª ed. Rio de Janeiro. Ed. LTC, 2002. Documentação do Projeto InterPARES (The International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems). Disponível em http://www.interpares.org/ . Acesso em: Maio de 2016. CONARQ (Brasil). Câmara Técnica de documentos eletrônicos. Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital. 2005. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Carta_preservacao.pdf>. Acesso em: Maio de 2016.

Nova	Arquitetura da Informação	60	30-15-15	Fundamentos em Arquitetura da Informação e Usabilidade. Técnicas de avaliação de interfaces e avaliação da experiência do usuário. Organização e classificação de informações. Taxonomia, folksonomia e sistemas de navegação e recuperação de informações.	**Básica** COSTA, L. F.; RAMALHO, F. A. A Usabilidade nos Estudos de uso da Informação: em Cena Usuários e Sistemas Interativos de Informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 15, n. 1, p. 92–117, jan/abr 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n1/06.pdf>. Acesso em: Maio de 2016 LACERDA, F.; Lima-Marques, M. Da Necessidade de Princípios de Arquitetura da Informação para a Internet das Coisas. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 20, n. 2, p. 158–171, abr/jun 2015. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2356/1600> Acesso em: Maio de 2016 SOUZA, O. A Usabilidade na Perspectiva do Uso da Informação: Estatística das Pesquisas Sobre o Tema no Brasil. *Informação & Sociedade*, v. 25, n. 1, p. 159–172, jan/abr 2015. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/viewFile/159/13196>. Acesso em: Maio de 2016 **Complementar** CASTRO, E. HTML, XHTML e CSS – Guia Rápido e Visual. 6. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2010. FREEMAN, E. Use a Cabeça: HTML com CSS & XHTML. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2008. HARTSON, R.; PYLA, P. The UX Book: Process and Guidelines for Ensuring a Quality User Experience. 1st. ed. San Francisco, CA, USA: Morgan Kaufmann Publishers Inc., 2012. LEWIS, J. R.; MOSCOWITZ, M. CSS Avançado. 1. ed. Rio de Janeiro: NOVATEC, 2010. MORRISON, M. Use a Cabeça JavaScript. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2008. ROSENFELD, L.; VERAS, M. Information Architeture for the World Wide Web. 3. ed. New York, NY: Oreilly & Assoc., 2006.

					SILVA, M. S. HTML 5 – A Linguagem de Marcação que Revolucionou a WEB. Rio de Janeiro, RJ: Novatec, 2011. UNGER, R.; CHANDLER, C. O Guia para Projetar UX. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: STARLIN ALTA CONSULT, 2009. VERAS, M. Virtualização Componente Central do Datacenter. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Brasport, 2011.
Nova	Ciências de dados	60	30-15-15	Metodologias e técnicas da ciência de dados para armazenamento, análise, tratamento, acessibilidade e visualização de dados.	**Básica** CARVALHO, L. A. V. – Data Mining: A mineração de dados no marketing, medicina, engenharia e administração. São Paulo: Érica, 2001. FAYYAD, U.; PIATETSKY-SHAPIRO, G.; SMITH, P. Knowledge Discovery and Data Mining: Towards a Unifying Framework. In Proceedings of the Second International Conference on Data Mining and Knowledge Discovery, AAAI Press, Menlo Park, US; 1996. Disponível em <https://www.aaai.org/Papers/KDD/1996/KDD96-014.pdf>. Acesso em Maio de 2016. REZENDE, Solange Oliveira. Mineração de Dados. Anais do V Encontro Nacional de Inteligência Artificial, Sociedade Brasileira de Computação. ISBN: 8576690330. São Leopoldo RS, 25 a 29 de julho de 2005. Disponível em <http://www.lbd.dcc.ufmg.br/colecoes/enia/2005/0102.pdf>. Acesso em Maio de 2016. SILVA, Leandro. A.; SILVA Luciano. Fundamentos de Mineração de Dados Educacionais. Anais dos Workshops do Congresso Brasileiro de Informática na Educação. 3º Congresso Brasileiro de Informática na Educação (CBIE 2014) Workshops (WCBIE 2014). Disponível em <http://dx.doi.org/10.5753/cbie.wcbie.2014.568>. Acesso em Maio de 2016. **Complementar** BAKER, R.; ISOTANI, S.; DE CARVALHO, A. Mineração de Dados Educacionais: Oportunidades para o Brasil. Revista Brasileira de Informática na Educação, Volume 19, Número 2, 2011. Disponível em

					<http://www.columbia.edu/~rsb2162/BD-RBIE-pt-v22.pdf>. Acesso em Maio de 2016. CHEN, Hsinchun; CHIANG, Roger HL; STOREY, Veda C. Business Intelligence and Analytics: From Big Data to Big Impact. MIS quarterly, v. 36, n. 4, p. 1165-1188, 2012. Disponível em <http://hmchen.shidler.hawaii.edu/Chen_big_data_MISQ_2012.pdf>. Acessado em Junho de 2015. FERRARI, Luciana Itida. Uma Metodologia para Extração de Informação sobre o Sistema Imunológico. Tese (Doutorado). Coordenação do Programa de pós-graduação em Engenharia de Sistemas e Computação, Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), RJ, 2008. PIATETSKY-SHAPIRO, G. FAYYAD, U. An Introduction to SIGKDD and A Reflection on the Term 'Data Mining'. SIGKDD Explorations Volume 13, Issue 2, Page 102, 2011. Disponível em <http://www.kdd.org/exploration_files/V13-02-24-Piatetsky-Shapiro.pdf>. Acesso em Maio de 2016.
Nova	Preservação digital	60	30-15-15	Conceito e evolução da Preservação Digital. Objetos Digitais. Estratégias de Preservação Digital.	**Básica** CONARQ (Brasil). Câmara Técnica de documentos eletrônicos. Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital. 2005. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Carta_preservacao.pdf>. Acesso em: Maio de 2016. FERREIRA, M. Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. 85 p. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf>. Acesso em: Maio de 2016. Memorial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (Org.). Anais do III Simpósio Capixaba de Memória Institucional - O uso das tecnologias na construção da Memória Institucional. Dossi Editora. Vitória – ES: MP-ES, 2014. Disponível em < https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/b55c7ad9-

					8880-4244-9cfa-d51179467317.pdf>. Acessado em Junho de 2016. **Complementar** SANTOS, Vanderlei Batista dos (Org.). Arquivística: temas contemporâneos : classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. 3. ed. Brasília, DF: SENAC, 2009. 223 p. ISBN 9788598694375 (broch.) THOMAZ, K. P. A preservação de documentos eletrônicos de caráter arquivístico: novos desafios, velhos problemas. 389f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Escola de Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2004. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VALA-68ZRKF/doutorado___katia_de_padua_thomaz.pdf>. Acesso em: Maio de 2016. Documentação do Projeto InterPARES (The International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems). Disponível em http://www.interpares.org/ . Acesso em: Maio de 2016.
Nova	A Comunicação Pública: Mídias Sociais e Terceiro Setor.	60	45-15-0	Processos de comunicação institucional e atuação integrada às redes sociais. A Comunicação e a mundialização. Tendências contemporâneas das abordagens sociológicas das novas mídias. O terceiro setor. A cibercultura e a sociedade em rede na formação de projetos colaborativos.	**Básica** COELHO, Simone de Castro. Terceiro Setor: Um Estudo Comparado Entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Editora Senac, 2000. 223p. LEVY, Pierre O Futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010. CENPEC. ONG: Tendências e Necessidades. São Paulo; Cenpec /Unicef /Itaú; 1998; Livro. COSTA, Aloysio Teixeira. Administração de Entidades sem fins lucrativos. São Paulo, Nobel, 1992. **Complementar**

					CARVALHO, Nanci Valadares de. Autogestão: O Nascimento das ONGs. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. DRUCKER, Peter. Administração de Organizações Sem Fins Lucrativos: Princípios e Práticas. São Paulo: Pioneira, 1994. FERNANDES, Rubem César. Privado porém Público: O Terceiro Setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1994. FERNANDES, Rubem Cesar (coord.) Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: ISER,1993. FERNANDES, Rubem César. & PIQUET, Leandro. ONGs Anos 90: A Opinião dos Dirigentes Brasileiros. Rio de Janeiro: ISER,1991. IOCHPE, Evelyn Berg (Org). 3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado. São Paulo: Paz e Terra S.A, 1997. INGRAM, Richard T. Dez Responsabilidades Básicas das Diretorias de Organizações Sem Fins Lucrativos. National Center for Nonprofit Boards - NCNB, 1994. JAMES, E. Austin. Parcerias- Fundação e Benefícios para o 3º Setor. Editora Futura.Fundação Peter Druker. LANDIM, Leilah (org.). Ações em Sociedade. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1998. LANDIM, Leilah. Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Iser - Textos de Pesquisa, 1993. LEVY, Pierre Ciberdemocracia. Lisboa: Instituto Piaget, 2003. 249 p. MONTENEGRO, Thereza. O que é ONG. São Paulo: Brasiliense, 1994. 98p. (Coleção Primeiros Passos).
Nova	Pesquisa de Opinião: método e função	60	45-15-0	Introdução aos conceitos de pesquisa de opinião pública, a formação do público, técnicas de pesquisa de opinião pública. A Comunicação e seu papel na formação da	**Básica** AAKER, David, e outros. Pesquisa de Marketing. São Paulo: Atlas, 2001.

				opinião pública, instrumentos de pesquisa, institutos de pesquisa.	BREEN, George E., BLANKENSHIP, AlbertB. Pesquisa de mercado. São Paulo: Makron Books, 1993. BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In THIOLLENT, Michel. Critica metodológica, investigação social e enquente operária. São Paulo, Polis, 1982 BOURDIEU, Pierre. Os doxósofos In THIOLLENT, Michel. Critica metodológica, investigação social e enquente operária. São Paulo, Polis, 1982. CHURCHILL JR, Gilbert A , J. Paul Peter. Marketing: Criando Valor para os Clientes. São Paulo:Editora Saraiva, 2000. COTRIM, Sérgio P. de Queiroz. Contato Imediato com Pesquisa de Propaganda. São Paulo: Global, 1988. **Complementar** KOTLER, Philip. Administração de Marketing: A edição do Novo Milênio. São Paulo: Prentice Hall, 2000. LIVINGSTONE, James McCardle. Pesquisa de mercado: uma abordagem operacional. São Paulo: Atlas, 1982. MARCONI, Marina de A. & LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1988. MALHORTA, Naresh K. Pesquisa de Marketing. São Paulo: Bookman, 2001. MATTAR, Fauze Nagib. Pesquisa de Marketing. São Paulo: Atlas, 2000. MAZZON, J. A., GUAGLIARDI, J. Marketing: aplicações de métodos quantitativos. São Paulo: Atlas, 1983. SILVA, Nilza Nunes. Amostragem Probabilística. São Paulo: Edusp, Série Acadêmica 18, 1998. TRUJILLO, Victor. Pesquisa de Mercado Qualitativa e Quantitativa. São Paulo: Scortecci, 2001.
Nova	Prática em tecnologia I	30	0-30-0	Proporcionar ao aluno experiências práticas utilizando a tecnologia da	**Básica** Memorial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (Org.). Anais do III Simpósio Capixaba de Memória

				informação aplicáveis à Arquivologia e áreas do currículo do curso.	Institucional - O uso das tecnologias na construção da Memória Institucional. Dossi Editora. Vitória – ES: MP-ES, 2014. Disponível em < https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/b55c7ad9-8880-4244-9cfa-d51179467317.pdf>. Acessado em Junho de 2016. SANTOS, Vanderlei Batista dos (Org). Arquivística: temas contemporâneos : classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. 3. ed. Brasília, DF: SENAC, 2009. 223 p. ISBN 9788598694375 (broch.) RONDINELLI, Rosely Curi. O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária . 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2013. 279 p. ISBN 9788522514267 (broch.). **Complementar** CONARQ (Brasil). Câmara Técnica de documentos eletrônicos. Diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis de documentos arquivísticos. Rio de Janeiro. 2014. 29 p. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/repositorios/conarq_repositorios_completa.pdf>. Acesso em: Maio de 2016. FERREIRA, M. Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. 85 p. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf>. Acesso em: Maio de 2016. CONARQ (Brasil). Câmara Técnica de documentos eletrônicos. Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos - e-ARQ Brasil. Rio de Janeiro. 2009. 139 p. Disponível em:

					http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf. THOMAZ, K. P. A preservação de documentos eletrônicos de caráter arquivístico: novos desafios, velhos problemas. 389f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Escola de Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2004. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VALA-68ZRKF/doutorado___katia_de_padua_thomaz.pdf>. Acesso em: Maio de 2016. Documentação do Projeto InterPARES (The International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems). Disponível em http://www.interpares.org/ . Acesso em: Maio de 2016.
Nova	Tópicos especiais em tecnologia I	30	15-150	Apresentar inovações em tecnologia da informação para Arquivologia e áreas do currículo do curso.	**Básica** Memorial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (Org.). Anais do III Simpósio Capixaba de Memória Institucional - O uso das tecnologias na construção da Memória Institucional. Dossi Editora. Vitória – ES: MP-ES, 2014. Disponível em < https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/b55c7ad9-8880-4244-9cfa-d51179467317.pdf>. Acessado em Junho de 2016. SANTOS, Vanderlei Batista dos (Org). Arquivística: temas contemporâneos : classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. 3. ed. Brasília, DF: SENAC, 2009. 223 p. ISBN 9788598694375 (broch.) RONDINELLI, Rosely Curi. O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária . 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2013. 279 p. ISBN 9788522514267 (broch.). **Complementar**

					CONARQ (Brasil). Câmara Técnica de documentos eletrônicos. Diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis de documentos arquivísticos. Rio de Janeiro. 2014. 29 p. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/repositorios/conarq_repositorios_completa.pdf>. Acesso em: Maio de 2016. FERREIRA, M. Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. 85 p. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf>. Acesso em: Maio de 2016. CONARQ (Brasil). Câmara Técnica de documentos eletrônicos. Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos - e-ARQ Brasil. Rio de Janeiro. 2009. 139 p. Disponível em: **http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf**. THOMAZ, K. P. A preservação de documentos eletrônicos de caráter arquivístico: novos desafios, velhos problemas. 389f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Escola de Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2004. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VALA-68ZRKF/doutorado___katia_de_padua_thomaz.pdf>. Acesso em: Maio de 2016. Documentação do Projeto InterPARES (The International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems). Disponível em http://www.interpares.org/ . Acesso em: Maio de 2016.
Disciplinas optativas grupo D					
ADM02158	Comportamento Organizacional	60	45-15-0	Estudo dos múltiplos aspectos do comportamento humano nas organizações para o conhecimento de processos individuais e coletivos das pessoas no contexto organizacional. Práticas e processos internos das organizações incluindo as questões	**Básica** CHIAVENATO, Idalberto. Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

				relativas à diversidade e às relações étnico raciais, em relação aos comportamentos nas organizações que afetam o comportamento de indivíduos e de grupos. Níveis de análise do comportamento organizacional: indivíduo (atitude, percepção, aprendizagem, motivação, identidade, etc), grupal (grupos formais e informais, hierarquia, normas, papéis, coesão, liderança, participação em ações coletivas, conflitos, poder, política, ética etc) e organizacional (clima, cultura, mudança e desenvolvimento organizacional).	ROBBINS, Stephen P. Comportamento organizacional. 11 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. WOOD JR., Thomaz; CALDAS, Miguel P. Comportamento organizacional: uma perspectiva brasileira. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007. **Complementar** AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira. Psicologia aplicada à administração: teoria crítica e a questão ética nas organizações. São Paulo: Excellus, 2002. SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. Teorias da personalidade. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. FLEURY, M.T.L. Cultura e poder nas organizações. São Paulo: Atlas, 1996. VILLARDI, B.Q., FERRAZ, V.N., DUBEUSX, V.J.C. Uma metodologia para diagnóstico de clima organizacional: integrando motivos sociais e cultura brasileira com fatores do ambiente de trabalho do Poder Judiciário. Revista de Administração Pública, v. 45, n. 2, p. 303-329, 2011. NASCIMENTO, J.L.; LOPES, A.; SALGUEIRO, M.F. Estudo sobre a validação do Modelo de Comportamento Organizacional de Meyer e Allen para o contexto português. Comportamento Organizacional e Gestão, vol. 14, nº 1, p. 115-133, 2008. BOM SUCESSO, E. de P. B. Relações interpessoais e qualidade de vida no trabalho. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003. BORGES, L.O.; ARGOLO, J.C.T.; PEREIRA,A.L. de S.; MACHADO, E.A.P.; SILVA,W,S. da. . A síndrome de burnout e os valores organizacionais: um estudo comparativo em hospitais universitários. Psicol. Reflex. Crit., Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 189-200. 2002. VAGHETTI, Helena Heidtmann. As perspectivas de um retrato da cultura organizacional de hospitais públicos brasileiros: uma tradução, uma bricolagem, 2008 [tese] / Helena Heidtmann Vaghetti – Florianópolis (SC): UFSC/PEN, 2008, p. 34-54.

					CHANLAT, J.F. Por uma antropologia da condição humana nas organizações. In: CHANLAT, J.F. (Org.) O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1992. p. 21-45. ROBBINS, S.P. Fundamentos do comportamento organizacional. 7 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. SCHERMERHORN JR., J.R.; HUNT, J.G.; OSBORN, R.N. Fundamentos do comportamento organizacional. 2 ed. 1999. CORADI, D. O comportamento humano em administração de empresas. São Paulo: Pioneira, 1985. P. Cap. 13 e 14. P. 185-210 AUBERT, N. A neurose profissional. In: CHANLAT, J.F. (Org.) O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1992. p. 164- 193 SIMONS, P.R.J. Aprendizagem nas organizações. In: MARQUES, C.A.; CUNHA, M.P. (Coord). Comportamento organizacional e gestão de empresas. Lisboa: Dom Quixote, 1996. P. 319-352 LOPES, A.; SALGUEIRO, M.F. Estudo sobre validação do “Modelo de Comportamento Organizacional” de Meyer e Allen para o contexto português. Comportamento organizacional e gestão, v. 14, n. 1, p. 115-133, 2008.
Nova	Normalização	30	15-15	Conceitos Gerais de Normalização com ênfase em trabalhos acadêmicos: resumo, resenha, comentário, artigo, pré-projeto, TCC. Elaboração de instrumentos de pesquisa.	**Básica** BASTOS, C. L.; KELLER, V. Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. MUELLER, S. P. M. (org.). Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação. Brasília: Thesaurus, 2007. **Complementar** VALENTIM, M. L. P. (org.). Métodos qualitatios de pesquisa em Ciência da Informação. São Paulo: Polis, 2005.

					CARVALHO, M. C. M. de. Construindo o saber: metodologia científica: fundamentos e técnicas. 14. ed. Campinas: Papirus, 2003. CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007. COSTA. A. de S. A Bibliografia arquivística no Brasil: análise quantitativa e qualitativa. Arquivística.net – www.arquivistica.net, Rio de janeiro, v. 3, n. 1, p. 8-26, jan./jun. 2007. RODRIGUES, A. de J. Metodologia científica: completo e essencial para a vida universitária. São Paulo: Avercamp, 2006.
LCE06306	Libras	60	45-15-0	A língua de sinais. A representação social dos surdos. A cultura surda. A identidade surda. Sinais básicos na conservação.	**Básica** FELIPE, Tânia. LIBRAS em contexto: curso básico. Brasília: MEC, 2001. FERREIRA- BRITO, Lucinda. Por Uma Gramática da Língua de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, UFRJ, 1995. LANE, Harlan. A Máscara da Benevolência: A Comunidade Surda Amordaçada. Lisboa: Instituto Piaget, 1992. **Complementar** PERLIN, Gladis (1998) Identidades Surdas. In Skliar (ed) (1998) A Surdez : Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre : Editora Mediação. p. 51-74. PERLIN, Gladis. O lugar da cultura surda. In THOMA, Adriana da S. e LOPES, Maura Corcini (orgs). A Invenção da Surdez. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. QUADROS, R.M. KARNOPP, L.B. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. Capítulo 2. QUADROS. Ronice M. Educação de surdos a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

					SACKS, Oliver. Vendo Vozes. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. SKLIAR, C. A Surdez. Porto Alegre: Mediação, 1998. SKLIAR, C. Educação e Exclusão: Abordagens sócio-Antropológicas. Porto Alegre: Mediação, 1999. STUMPF. M.R. Transcrições de língua de Sinais Brasileira em sign writing., In Lodi, A. C. B. (Org). Letramento e minorias. Porto Alegre. Editora Mediação, 2002 WRIGLEY, Owen. The Politics of deafness. Washington: Gallaudet University Press, 1996.
STA04449	Estatística Aplicada	60	60-0-0	Estatística descritiva com uso de pacotes estatísticos	**Básica** BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística Aplicada às Ciências Sociais. Editora da UFSC. Santa Catarina, 2010. **Complementar** BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística Básica. Editora Saraiva. São Paulo, 2013. VIEIRA, Sônia. Estatística Básica. Cengage Learning, 2012.
CON04451	Elementos de Contabilidade para Arquivologia	60	60-0-0	Contabilidade: história, objeto, objetivos e metodologias: Sistemas e Informações Contábeis; Livros contábeis, fiscais, trabalhistas e societários; Relatórios, Produtos e Registros contábeis-aspectos legais gerenciais e temporais; Documentação Trabalhista, Previdenciária e Tributária.	**Básica** BRASIL. Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 17 dez. 1976, p. 1 (suplemento). BRASIL. Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera, revoga e introduz novos dispositivos à lei das Sociedades por Ações. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 28 dez. 2007. BRASIL Lei 11.941, de 17 de maio de 2009. Altera a Legislação tributária federal. . Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 28 mai. 2009. P.3 CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil). Resolução nº 750, de 29 de dezembro de

					1993. – Dispõe sobre os Princípios de Contabilidade (PC). . Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 31 dez. 1993 e 07 fev. 1994 ____. Resolução n º 1185, de 28 de agosto de 2009. – Aprova NBC T 19.27 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. . Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 15 set. 2009. **Complementar** CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil). Resolução nº 1282, de 28 de maio de 2010. – Atualiza e consolida dispositivos da resolução 750/93, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 02 jun. 2010. ____. Resolução n º 1330, de 18 de março de 2011. – Aprova ITG 2000 - Estrutura Conceitual. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 22 mar. 2011. ____. Resolução n º 1374, de 08 de dezembro de 2011. – Dá nova redação à NBC TG -19.27 - Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro . Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 16 dez. 2011. ____. Resolução n º 1376, de 08 de dezembro de 2011. – Dá nova redação à NBC TG 26 -19.27 - Alteração das demonstrações contábeis e a ITG 01 – contratos de concessão. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 16 dez. 2011. EQUIPE de professores da FEA/USP. Contabilidade introdutória. 11ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010. FERREIRA, Ricardo J. Contabilidade avançada: teoria e questões comentadas: conforme a lei das S/A, normas internacionais e CPC. 5 ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2012.

					FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2013. LEMES, Sirlei. CARVALHO, L. Nelson. Contabilidade internacional para graduação. São Paulo: Atlas, 2010. SANTOS, José Luiz dos; SCHIMIDT, Paulo; FERNANDES, Luciane Alves. Contabilidade avançada: aspectos societários e tributários. 2 ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
ADM03816	Fundamentos de Administração Pública	60	60-0-0	Um marco referencial: a contextualização da administração pública; os níveis analíticos e sua articulação com a administração pública; a racionalidade que orienta a administração pública; o sistema estatal e o poder de Estado; Estado administração pública e Burocracia. A burocracia nas perspectivas marxista e Weberiana; Burocracia e Oligarquias; Burocracia e política no Brasil. Antecedentes históricos da Administração pública brasileira: do Estado Patrimonial ao Estado oligárquico; O Estado populista; O Estado Burocrático – autoritário; Autoritarismo e a transição para a democracia; A lógica e o funcionamento do DL 200; As questões da modernização do Estado no Brasil; As perspectivas atuais.	**Básica** SANTOS, Clezio Saldanha. Introdução a gestão pública. São Paulo: Saraiva, 2006. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 27 ed.rev., ampl. E atual até 31-12-2013. São Paulo: Atlas, 2014. **Complementar** KWASNICKA, E. L. Introdução á Administração, 4 ed. São Paulo: Atlas, 1990. MEIRELLES, H. L. Direito administrativo Brasileiro. 25 ed. São Paulo: Malheiros, 2000. SROUR, H. R. Ética empresarial: a gestão da reputação. 2. ed.Rio de Janeiro: Elsevier, 2003 7.2. SROUR, H. R. Ética empresarial: a gestão da reputação. 2. ed.Rio de Janeiro: Elsevier, 2003 ROSA, M. E. Direito Administrativo. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
Nova	Prática em pesquisa I	30	0-30-0	Proporcionar aos alunos a experiência prática em projetos de pesquisa docentes e discente do curso de Arquivologia.	**Básica** GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6a. ed. São Paulo: Editora ATLAS, 2008.

					MIRANDA, J. L. C.; GUSMÃO, H. R. Os Caminhos do Trabalho Científico: Orientação para não Perder o Rumo. São Paulo, SP: Briquet de Lemos/Livros, 2003. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2009. 304 p. **Complementar** BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70 – Brasil, 2011. ECO, U. Como se Faz uma Tese. 17. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. LAVILLE, C.; DIONNE, J. A Construção do Saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas. São Paulo: Editora Armed, 1999. MARTINS, Gilberto de Andrade,; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009. PHILLIOPS, E. M.; PUGH, D. S. How to Get a PhD. 2. ed. Bristol, USA: Open University Press, 1998.
Nova	Tópicos especiais em pesquisa I	30	15-150	Apresentar ao aluno as possibilidades de projetos de pesquisa no campo da Arquivologia e áreas do currículo do curso, bem como atualizá-lo quanto às linhas e projetos de pesquisa dos docentes e discentes do curso. Apresentar novas discussões sobre o campo teórico da Arquivologia e de áreas do currículo do curso.	**Básica** GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6a. ed. São Paulo: Editora ATLAS, 2008. MIRANDA, J. L. C.; GUSMÃO, H. R. Os Caminhos do Trabalho Científico: Orientação para não Perder o Rumo. São Paulo, SP: Briquet de Lemos/Livros, 2003. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2009. 304 p. **Complementar** BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70 – Brasil, 2011. ECO, U. Como se Faz uma Tese. 17. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

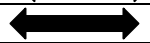
					LAVILLE, C.; DIONNE, J. A Construção do Saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas. São Paulo: Editora Armed, 1999. MARTINS, Gilberto de Andrade,; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009. PHILLIOPS, E. M.; PUGH, D. S. How to Get a PhD. 2. ed. Bristol, USA: Open University Press, 1998.

7.6 Quadro de equivalências

OBRIGATÓRIAS						
n	**Disciplinas novas obrigatórias**	**Per**	**CH**	**correlação**	**Grupo**	**correspondencia com curriculo antigo(2008)**
1	Fundamentos de arquivologia	1º	60		arq	Introdução à Arquivologia
2	História e Memória	1º	60		hist	História e Memória
3	Introdução à Administração	1º	60		out	Introdução à Administração
4	Introdução a Filosofia	1º	60		out	Introdução à Filosofia
5	Raciocínio Lógico	1º	60		tec	Comunicação e Linguagem
6	Comunicação na sociedade da informação	2º	60		com	Conhecimento e Linguagem
7	Gestão de Documentos	2º	60		arq	Gestão de Documentos I
8	Gestão Organizacional	2º	60		out	Gestão Organizacional
9	Instituições de Direito Público e Privado	2º	60		out	Instituições de Direito Público e Privado
10	OeM	2º	60		out	Organização & Métodos
11	Análise documental	3º	60		arq	Representação Temática
12	Classificação de Documentos Arquivísticos	3º	60		arq	Gestão de Documentos II
13	Documentos Arquivísticos Eletrônicos	3º	60		tec	Tecnologia da Informação I
14	Políticas arquivísticas I	3º	60		arq	Legislação sobre guarda de documentos
15	Avaliação de Documentos	4º	60		arq	Avaliação de Documentos
16	Preservação e conservação de documentos I	4º	60		arq	Preservação em Unidades de Informação
17	Repositórios Arquivísitcos Digitais	4º	60	Não há	tec	

18	Descrição de documentos	5º	60	⟷	arq	Arranjo e Descrição de Documentos
19	Metodologia da pesquisa Científica	5º	60	⟷	arq	Métodos e Técnicas de Pesquisa (optativa)
20	Usos e usuários da informação	5º	60		com	Estudos de Usuários (optativa)
21	Estágio supervisionado	6º	180	⟷	arq	Estágio Supervisionado I
22	Projeto de pesquisa	6º	60	Não há	arq	
23	Gestão de instituições e serviços arquivísticos	7º	60	←	arq	Projeto em Organização de Arquivos
24	Mediação cultural em arquivos	7º	60	←	arq	Mediação e Acesso à Informação Arquivística
25	TCC	8º	90	⟷	arq	TCC

OPTATIVAS						
nº	**Disciplinas novas optativas**	Per	Qual currículo	CH	correlação	**correspondencia com curriculo antigo (2008)**
1	Softwares para descrição Arquivística		Novo	30		
2	Organização e Representação do Conhecimento		Novo	30		
3	Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD)		Novo	60		
4	Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGBD)		antigo	60	⟷	SGDB
5	Arquitetura da Informação		Novo	60	←	TEC II
6	Organização de documentos e informações de instituições de saúde		Novo	60		
7	Estudos métricos da informação		Novo	60		
8	Ciências de dados		Novo	60		
9	Preservação digital		Novo	60		
10	História dos arquivos		Novo	30		
11	Libras		antigo	60	⟷	Libras
12	Estatística Aplicada	4º	antigo	60	⟷	Estatística Aplicada
13	História do Brasil	5º	antigo	60	⟷	História do Brasil

14	História Econômica e Social do Espírito Santo	6º	antigo	60		História Econômica e Social do Espírito Santo
15	Comportamento Organizacional	4º	antigo	60		Comportamento Organizacional
16	Elementos de Contabilidade para Arquivologia	5º	antigo	60		Elementos de Contabilidade para Arquivologia
17	Fundamentos de Administração Pública	3º	antigo	60		Fundamentos de Administração Pública
18	Documentos da produção artísitca		novo	60		
19	Acervos fotográficos em Arquivos		Novo	60		
20	Preservação e conservação de documentos II		novo	60		
21	Arquivo e sociedade		novo	60		
22	A Comunicação Pública: Mídias Sociais e Terceiro Setor		novo	60		
23	Pesquisa de Opinião: método e função		novo	60		
24	Serviços edicativos em arquivo		nova	60		
25	Projeto de produtos em arquivos		nova	60		
26	Projeto de consultoria em arquivos		nova	60		
27	Patrimônio cultural no Brasil		novo	60		
28	Teoria do documento		novo	60		
29	Indexação e Recuperação da Informação Arquivística		Novo	60		
30	Tesauso Funcional	6º	novo	60		
31	Análise crítica de procedimentos Arquivísticos	6º	Novo	60		
32	Normalização		Novo	30		
33	Prática em pesquisa I	3º	Novo	30		
34	Prática em tecnologia I	3º	Novo	30		
35	Prática em arquivologia I	3º	Novo	30		Práticas em arquivo I
36	Top. Especial em arquivologia I		antigo	30		Top. Especial em arquivologia I
37	Top. Especial em Tecnologia I		novo	30		
38	Top. Especial em pesquisa I		novo	30		

Tipos de correlações:

Bidirecional: o aluno do curriculo novo ou do antigo podem cursar uma ou outra, que elas serão integralizadas no histórico.

Unidirecional: O aluno do currículo novo não poderá cursar a disciplina do currículo antigo, entretanto a do antigo poderá cursar a do novo, com garantias de integralização da disciplina no histórico.

Curso: 317140 Currículo: 2010-1 Turno: Diurno Duração em anos: Mínima 4 Média 5 Máxima 6
Arquivologia
Área: Filosofia e Ciências Humanas Titulação: Bacharel em Arquivologia
Habilitação: Bacharelado
Base Legal: CRIAÇÃO/AUTORIZAÇÃO: PARECER CEG/UFBA Nº 075/97 DE 10.04.1997. RECONHECIMENTO: PORTARIA DO MEC Nº 1864 DE 14.07. 2003. DIRETRIZES CURRICULARES: RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 20 DE 13.03.2002.

1º SEMESTRE	Crédito / Semestre 0	Horas / Semana 14	Horas / Semestre 238

Disciplina		C.H.	CR	Nat.	Gr	Pré Requisito
ICI011	FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO	68	0	OB		
ICIA06	HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DOS DOCUMENTOS	68	0	OB		
ICIA07	FORMAÇÃO E ÉTICA DO ARQUIVISTA	34	0	OB		
ICIA08	FUNDAMENTOS DA ARQUIV., BIBLIOTEC. E CIÊ	68	0	OB		

2º SEMESTRE	Crédito / Semestre 0	Horas / Semana 20	Horas / Semestre 340

Disciplina		C.H.	CR	Nat.	Gr	Pré Requisito
ICIA05	ELABORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO C	68	0	OB		
ICIA10	ARQUIVOS CORRENTES	68	0	OB	01	ICIA06
ICIA13	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTIC	68	0	OB		
ICIA39	ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃ	68	0	OB		
LET044	LÍNGUA PORTUGUESA COMO INSTRUMENTO DE	68	0	OB		

3º SEMESTRE	Crédito / Semestre 0	Horas / Semana 19	Horas / Semestre 323

Disciplina		C.H.	CR	Nat.	Gr	Pré Requisito
ICI223	ARQUIVO INTERMEDIÁRIO	68	0	OB	01	ICIA06
ICIA09	PRESERVAÇÃO DE ACERVOS	68	0	OB		
ICIA11	DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA	68	0	OB	01	ICIA10
LET053	INGLES INSTRUMENTAL I N-100	51	0	OB		
LET400	PALEOGRAFIA E DIPLOMATICA I	68	0	OB		

4º SEMESTRE	Crédito / Semestre 0	Horas / Semana 18	Horas / Semestre 306

Disciplina		C.H.	CR	Nat.	Gr	Pré Requisito
ICIA12	ARQUIVOS PERMANENTES	68	0	OB	01	ICIA06
ICIA14	TIPOLOGIA DOCUMENTAL	68	0	OB	01	LET400
ICIA15	DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTIC	68	0	OB		
ICIA16	METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA	102	0	OB	01	ICIA05

5º SEMESTRE	Crédito / Semestre 0	Horas / Semana 22	Horas / Semestre 374

Disciplina		C.H.	CR	Nat.	Gr	Pré Requisito
ICIA17	ESTÁGIO	306	0	OB	01	ICI223 ICIA10 ICIA12
OPT068	OPTATIVA 068	68	0	OP		

6º SEMESTRE	Crédito / Semestre 0	Horas / Semana 16	Horas / Semestre 272

Disciplina		C.H.	CR	Nat.	Gr	Pré Requisito
ICI024	POLÍTICAS DE ARQUIVOS	68	0	OB		
ICIA41	PLANEJAMENTO DE UNIDADE DE INFORMAÇÃO	68	0	OB		
OPT034	OPTATIVA 034	34	0	OP		
OPT034	OPTATIVA 034	34	0	OP		
OPT068	OPTATIVA 068	68	0	OP		

7º SEMESTRE	Crédito / Semestre 0	Horas / Semana 12	Horas / Semestre 204

Disciplina		C.H.	CR	Nat.	Gr	Pré Requisito
OPT034	OPTATIVA 034	34	0	OP		
OPT034	OPTATIVA 034	34	0	OP		
OPT068	OPTATIVA 068	68	0	OP		
OPT068	OPTATIVA 068	68	0	OP		

8º SEMESTRE	Crédito / Semestre 0	Horas / Semana 16	Horas / Semestre 272

Disciplina		C.H.	CR	Nat.	Gr	Pré Requisito
ICIA18	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	272	0	OB		Todas as demais disciplinas do curso -

OPTATIVAS

Disciplina		C.H.	CR	Nat.	Gr	Pré Requisito
DIR159	INSTITUICAO DE DIREITO PUBLICO E PRIVADO	68	0	OP		
FCH004	LOGICA I	68	0	OP		
ICI012	GER.B.DADOS E DOCUMENTACAO	68	0	OP		
ICI019	QUALIDADE EM SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO	34	0	OP		

OPTATIVAS

Disciplina		C.H.	CR	Nat.	Gr	Pré Requisito
ICI023	GESTÃO DE ARQUIVOS E SERVIÇOS ARQUIVÍSTI	68	0	OP		
ICI209	ARQUIVO DE UNIDADES MEDICAS	68	0	OP	01	ICI223 ICIA10 ICIA12
ICI218	ARQUIVO E CULTURA BRASILEIRA	68	0	OP		
ICI224	GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTC	68	0	OP		
ICIA19	ORGANIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE ACERVOS FC	34	0	OP	01	ICIA09
ICIA21	MARKETING EM SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO	34	0	OP	01	ICIA39
ICIA22	SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL	68	0	OP		
ICIA24	ARQUIVO, MEMÓRIA E SOCIEDADE	68	0	OP		
ICIA25	AÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL NOS ARQUIVC	68	0	OP	01	ICIA06
ICIA26	ARQUIVOS EMPRESARIAIS	68	0	OP	01	ICI223 ICIA10 ICIA12
ICIA27	ORG. E PRESERV. DE ACERVOS SONOROS E AUI	68	0	OP	01	ICIA09
ICIA28	REPRESENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE IMAGENS	68	0	OP	01	ICIA11
ICIA30	GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS ELETI	68	0	OP	01	ICIA13
ICIA31	ARQUIVO DE ENGENHARIA	68	0	OP	01	ICI223 ICIA10 ICIA12
ICIA32	TÓPICOS ESPECIAIS EM ARQUIVOLOGIA I	34	0	OP		
ICIA33	TÓPICOS ESPECIAIS EM ARQUIVOLOGIA II	34	0	OP		
ICIA34	TÓPICOS ESPECIAIS EM ARQUIVOLOGIA III	34	0	OP		
ICIA35	TÓPICOS ESPECIAIS EM ARQUIVOLOGIA IV	34	0	OP		
ICIA40	PRESERVAÇÃO DIGITAL	68	0	OP		
ICIA42	ARQUIVOS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO	34	0	OP	01	ICI223 ICIA10 ICIA12
LET054	INGLES INSTRUMENTAL II N-100	51	0	OP		
LET401	PALEOGRAFIA E DIPLOMATICA II	68	0	OP	01	LET400
LETE46	LIBRAS-LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	34	0	OP		
MAT021	ESTATISTICA I B	68	0	OP		

INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

Natureza		Carga Horária		Creditação	
Disciplina	Nome	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima
AC	Atividade Complementar	150	150		
OB	Obrigatoria	1921	1921		
OP	Optativa	374	374		
	Total	2445	2445	0	0

O Profissional:

O Arquivista , um agente modernizador da administração documental, competindo-lhe lidar com os fatos registrados e organizar o acervo documental criando sistemas de arquivos que dão suporte ao processo decisório, possibilitando a pesquisa histórica e jurídico-administrativa e contribuindo para o desenvolvimento integral das instituições e do país e para promoção cultura e da preservação da memória nacional. Cabe ao Arquivista o planejamento, implantação, organização e direção dos arquivos e sistemas arquivísticos; a gestão de documentos, o acompanhamento do processo documental e informativo, a identificação das espécies documentais, o planejamento de novos documentos e o controle de multicópias, arranjos, descrição, avaliação, conservação e restauração de documentos. O perfil profissional do arquivista inclui também a direção e organização dos centros de informação constituidos de acervos arquivisticos, assim como serviços de microfilmagem e de automação aplicados aos arquivos. É ainda de sua competência elaborar pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivisticos e sobre documentos culturalmente importantes, assim como acessoriamente aos trabalhos de pesquisas científicas, jurídica, administrativa e técnica. O profissional de arquivo , o gestor de processos documental e está apto a trabalhar as soluções de tratamento funcional da documentação arquivistica atendendo às demandas administrativas e técnico- ciêntifica da atualidade . Faz parte do seu perfil o dominio das tecnologias emergentes aplicadas no registro, processamento e recuperação da informação.

Atenção:

Os currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal da Bahia estão em processo de reformulação curricular, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Desta forma, esta grade pode ainda não contemplar as mudanças em andamento e em fase de implantação. Consulte o coordenador do curso para esclarecer possíveis dúvidas.

QUADRO DAS DISCIPLINAS PROPOSTAS PELA REFORMA CURRICULAR - 2013
ARQUIVOLOGIA (QUADRO II) E EMENTÁRIO COMPLETO DO CURSO (QUADRO V)

Período recomen	Disciplina		Ementa	Carga Horária			Crédito			Tipo	Pré-requisitos
	Código	Nome		T	P	TT	T	P	TT		
1º	HEA0028	Introdução à Arquivologia	Origem e conceito. Estudo e evolução da Arquivologia. Ciclo Vital dos documentos. Princípios da Arquivística. A atuação profissional do arquivista em instituições públicas e privadas. A informação, a documentação e o conhecimento. A interdisciplinaridade em Arquivologia.	60	0	60	4	0	4	OBR	
1º	HEA0039	Construção do Pensamento Arquivístico	Bases filosóficas para o pensamento arquivístico. A evolução do pensamento arquivístico na cultura ocidental. Reflexões filosóficas no mundo moderno e contemporâneo. Filosofia das políticas arquivísticas.	60	0	60	4	0	4	OBR	
1º	HFC0082	Metodologia Científica	O saber científico e o saber do senso comum. A pesquisa científica: a questão, a hipótese, a argumentação. Tipos de pesquisa: quanto à sua natureza e quanto ao tipo de dados. Instrumentos utilizados. Tipos de análise. A elaboração e a apresentação de um trabalho científico.	60	0	60	4	0	4	OPT	
1º	HFC0066	Introdução à Sociologia	A natureza da sociedade. O surgimento da sociologia. O pensamento sociológico clássico. Conceitos sociológicos fundamentais de Comte, Marx, Weber e Durkheim.Abordagens contemporâneas de sociedade e cultura.	60	0	60	4	0	4	OPT	
1º	HHI0053	Cultura Histórica e Documento	A histórica científica oitocentista e as estratégias de memória social; as coleções documentais como espaços emblemáticos; a questão da cultura histórica e documento no Brasil dos séculos XIX e XX.	60	0	60	4	0	4	OPT	
1º	HTD0051	Expressão Oral e Escrita	Noções gerais de gênero discursivo. Esquema da comunicação. Língua oral e língua escrita. Normas gramaticais. Exposição oral.	30	30	60	2	1	3	OPT	
1º	HEA0016	Arquivologia e Ciência da Informação	Ciência da Informação: abordagem histórica e epistemológica. Os contextos científico, tecnológico, social e cultural do seu surgimento, constituição e desenvolvimento da área. Conceitos e abordagens de informação e a especificidade da informação arquivística. Enfoques atuais: ações e regime de informação. Ciência da Informação no Brasil: ensino, pesquisa, processo evolutivo e tendências atuais. Estudos e pesquisas sobre as relações interdisciplinares da Ciência da Informação especialmente no que se refere à Arquivologia.	30	30	60	2	1	3	OPT	
1º	HTD0017	Organização de Conceitos em Linguagens Documentárias	Linguagem documentária: objetivos e funções. Análise conceitual definição, relacionamento e categorização de conceitos. Construção de estruturas conceituais: fontes e métodos de coleta de termos, formas de estruturas conceituais e apresentação e avaliação de uma linguagem do tipo tesauro.	30	30	60	2	1	3	OPT	

2º	HEA0055	Metodologia da Pesquisa Arquivística	Abordagem científica da realidade e do conhecimento humano. O método científico. Metodologias de estudo, elaboração e apresentação de trabalhos científicos.	60	0	60	4	0	4	OBR	
2º	HEA0029	Gestão da Informação Arquivística	Arquivo Corrente: conceito, função, rotinas, serviço de protocolo, tramitação, gerenciamento de processos. Arquivo Intermediário: conceito, função, administração da eliminação e do recolhimento. Arquivo Permanente: conceito, função, recolhimento, custódia, acesso. A sociedade, a pesquisa e os Arquivos Permanentes.	60	0	60	4	0	4	OBR	HEA0028
2º	HEA0030	Ética Profissional Arquivística	Profissão com responsabilidade social. Ética e profissão. A profissão de bacharel em Arquivologia. Direitos e deveres do profissional. Associações, órgãos de classe e seus objetivos.	30	0	30	2	0	2	OPT	
2º	HTD0046	Introdução à Ciência da Informação	Pressupostos teóricos e históricos da ciência da informação. Teoria geral dos sistemas. Teoria da comunicação. Outras teorias. Informação: conceitos e contextos. Fundamentos teóricos sobre aspectos que interferem na produção, comunicação e absorção da ciência, tecnologia, cultura e arte, no seu conceito mais amplo em áreas específicas de atuação (centros de informação e cultura). A sociedade de informação e o processo de automação em museus, bibliotecas e arquivos: impactos e novas estruturas.	60	0	60	4	0	4	OPT	
2º	HHI0039	Memória, Cultura e Sociedade	Universo simbólico e representações sociais. Memória coletiva e memória social. Relações entre memória e história.	60	0	60	4	0	4	OPT	
2º	HEB0039	Teoria da Classificação	A classificação como um processo intelectual. A organização do conhecimento no quadro da recuperação da informação. As linguagens da indexação e a recuperação da informação. A classificação de uma área de assunto.	60	0	60	2	1	3	OPT	
2º	HTD0052	Leitura e Produção de Texto	Disciplina fundamental visando a apresentação e o treinamento em técnicas de leitura e interpretação de textos, elaboração de fichamentos, resumos e resenhas.	30	30	60	2	1	3	OPT	
2º	HFC0067	Antropologia Cultural	A Antropologia Cultural no quadro das Ciências Humanas. Diferenças entre Antropologia Física ou Biológica e Antropologia Cultural / Etnologia. Raça versus Cultura. A noção de diversidade cultural. O método de etnografia. Identidade, subjetividade e alteridade. Teorias e pesquisa antropológicas contemporâneas.	60	0	60	4	0	4	OPT	
2º	HFC0023	Lógica	História da Lógica. Lógica clássica e lógicas não clássicas. O conceito, o termo, a proposição, o juízo. Princípios lógicos. Principais conceitos da lógica proposicional de 1º ordem, da teoria elementar dos conjuntos e da Álgebra de Boole.	60	0	60	4	0	4	OPT	

2º	HEB0016	Organização do Conhecimento I	A lógica e a classificação como processos intelectuais. A lógica aplicada aos sistemas de representação do conhecimento. Origens da classificação bibliográfica. Fundamentos da organização do conhecimento. Sistemas de organização do conhecimento e de recuperação da informação. Aspectos éticos da organização do conhecimento.	60	0	60	4	0	4	OPT	
2º	HFC0027	Teoria do Conhecimento	Questões Gerais: possibilidade, origem, natureza e tipos de conhecimento. A questão da verdade. Respostas ao ceticismo. Certeza e dúvida radical. Teoria e realidade. A questão da objetividade. Explicação e compreensão.	60	0	60	4	0	4	OPT	
2º	HFE0001	Desenvolvimento das Relações Interpessoais	Estuda o ser humano nas suas necessidades básicas, mecanismos de ajustamento, como percebe e sente o mundo interagindo de forma saudável.	30	0	30	2	0	2	OPT	
2º	HEB0075	Gestão Estratégica da Informação e do Conhecimento	Visão crítica da globalização e de seus reflexos nos campos geopolítico, econômico, social, organizacional, informacional e na vida dos indivíduos. Os modelos gerenciais adotados pelas organizações para sua permanência e evolução em um mundo de contínuas transformações e acirrada competição. A contribuição da Biblioteconomia nos processos informacionais adotados pelas organizações, em conexão com a Administração Estratégica: Inteligência Competitiva e Gestão do Conhecimento. Os paradigmas que norteiam a atuação dos bibliotecários frente aos processos de Inteligência Competitiva e Gestão do Conhecimento. O Bibliotecário gestor da informação.	30	30	60	3	0	3	OPT	
2º	JFJ0032	Direitos Autorais	A complexidade do Direito Autoral como domínio jurídico. As convenções internacionais e a Lei do Copyright: o processo de afirmação histórica do Direito Autoral. O sistema protetivo do Direito Autoral no Brasil.	30	0	30	0	1	1	OPT	
3º	HEA0031	Classificação de Documentos Arquivísticos	Noções de lógica. Teoria da Classificação. A classificação como processo intelectual. Estrutura de sistemas de classificação arquivística. Métodos de classificação.	30	30	60	2	1	3	OBR	HEA0029
3º	HEA0032	Avaliação de Documentos Arquivísticos	Aspectos políticos e ideológicos da avaliação. Avaliação, temporalidade e destinação. Os valores arquivísticos dos documentos. Registro esquemático da avaliação: Tabela de Temporalidade.	60	0	60	4	0	4	OBR	HEA0029
3º	HFC0048	Administração I	Apresentação dos movimentos e teorias da Administração. Análise e comparação dos conceitos. Elaboração de novos conceitos sob o enfoque moderno da Administração. Aplicação dos conhecimentos nas tarefas administrativas empresariais.	30	30	60	2	1	3	OPT	
3º	HEA0033	Redes e Sistemas de Informação Arquivística	Teoria Geral dos Sistemas. Conceito de redes e sistemas de arquivos. SINAR - Origem, estrutura e desenvolvimento.	30	0	30	2	0	2	OPT	HEA0029

3º	HEA0034	Seminário de Arquivística I	Disciplina onde o estudante através de atividade orientada é iniciado no trabalho da pesquisa na área em questão.	30	0	30	2	0	2	OPT	
3º	HEA0035	Tópicos Especiais	Disciplina com ementas abertas, visando o aprofundamento de tema selecionado pelo professor ministrante.	30	0	30	2	0	2	OPT	
3º	HTD0054	Informação, Memória e Documento	Diferentes visões e relações entre os conceitos de Informação e Memória. Processos de Comunicação e Fluxo da Informação: da geração à recuperação. Espaços Informacionais Documento/Monumento e as Instituições de Memória: Arquivo, Biblioteca e Museus.	60	0	60	4	0	4	OPT	
3º	HFC0076	Epistemologia	O problema do conhecimento. As questões fundamentais do conhecimento científico: diferentes abordagens de seus problemas teóricos e metodológicos. O desenvolvimento histórico-filosófico do conhecimento científico.	60	0	60	4	0	4	OPT	
3º	HEB0017	Organização do Conhecimento II	Análise e representação do conhecimento registrado. Teoria da indexação. Aspectos metodológicos, técnicos e gerenciais da indexação. Leitura, análise, condensação, representação e linguagens documentárias. A qualidade da indexação.	30	30	60	2	1	3	OPT	
3º	HFC0104	Filosofia e Informação na Contemporaneidade	Sociedade, informação, conhecimento e controle. Real, virtual, ciber. Interpretação e verdade. A questão da representação. Tecnologias de informação e mídia.	30	30	60	4	0	4	OPT	
3º	TIN001	Introdução à Ciência da Computação	Introdução, conceitos e aplicações da ciência da computação. Arquitetura de Computadores. Sistemas operacionais. Redes de computadores. Editores de textos. Planilhas eletrônicas. Banco de dados.	30	30	60	2	1	3		
4º	HEA0008	Diplomática	A gênese documental e as partes constitutivas dos documentos. A tipologia documental com sua nomenclatura. A tradição de documentos: originais e cópias. Documentos eletrônicos e sua interligação com a Diplomática. A onomástica e a cronologia. Análise diplomática e a identificação de documentos autênticos, falsos e falsificados.	30	30	60	2	1	3	OBR	HEA0029
4º	HEA0036	Arranjo e Descrição de Documentos	Arranjo de documentos, operação de arranjo, princípio e regras de arranjo. Programa de descrição, objetivos, principais elementos. Instrumentos de pesquisa. Padronização internacional de descrição: ISAD (G) e ISAAR (CPF).	30	30	60	2	1	3	OBR	HEA0032
4º	HEA0037	Conservação Preventiva de Documentos	Conceitos de preservação e conservação. Origem e evolução do papel. Agentes agressores dos documentos. Preservação e políticas públicas de conservação. Tecnologias de preservação. Aplicação na preservação dos acervos.	60	0	60	4	0	4	OBR	HEA0029
4º	HEA0038	Estágio Supervisionado I	Aplicação prática de conteúdos teóricos em instituições públicas e/ou privadas, com orientação acadêmica.	0	120	120	0	4	4	OBR	HEA0029

4º	HTD0055	Tecnologia de Reprodução e Armazenamento de Documentos	Estudos dos processos reprográficos: conceituação, usos e aplicações. Microfilmagem: histórico, usos, vantagens, etapas da produção do microfilme e legislação em vigor. Implantação de sistemas e integração dos serviços nos centros de documentação. Estudos dos processos de digitalização. Estudos do gerenciamento integrado dos sistemas híbridos de armazenamento, reprodução e recuperação dos documentos e da informação.	30	30	60	2	1	3	OPT	
4º	HFC0040/1	Filosofia da Cultura	A reflexão filosófica sobre a cultura: definições e abordagens. A cultura como objeto de reflexão interdisciplinar.	60	0	60	4	0	4	OPT	
4º	HTD0003	Estatística aplicada a processos técnicos documentais	Conhecimentos básicos de estatística para aplicação nos arquivos, para elaboração de relatórios, análises de pesquisas estatísticas no acompanhamento e planejamento do trabalho arquivístico em suas unidades de trabalho	30	30	60	2	1	3	OPT	
4º	HEA0058	Arquivos Médicos	Estudo das técnicas e procedimentos específicos utilizados na organização do arquivo médico.	60	0	60	4	0	4	OPT	HEA0029
4º	HFC0049	Administração II	Administração em perspectiva. O papel do administrador. O comportamento humano nas organizações. Mudanças na sociedade. Administração contemporânea.	30	30	60	2	1	3	OPT	HFC0048
4º	HTD0035	Análise da Informação	Representação e representação como categorias de pensamento. Fundamentos teórico-conceituais da análise da informação no campo interdisciplinar da representação documental. Processos analítico-sintéticos de leitura e representação documental para a organização da memória documentária. Indexação e elaboração de resumos. Análise e representação de objetos textuais, imagéticos, sonoros e tridimensionais.	30	30	60	2	1	3	OPT	
4º	HTD0056	Introdução à Linguistica	História da Linguística. Introdução a alguns paradigmas dos estudos lingüísticos. Elementos estruturais. Relações sintagmáticas e paradigmáticas nas construções da linguagem.	30	30	60	4	0	4	OPT	
4º	HEM0137	Acondicionamento de Acervos	Metodologias, normas e critérios de acondicionamento de acervos museológicos. Tipologias de embalagens face à multiplicidade de materiais, técnicas, formatos e dimensões. Práticas e estudos de caso.	30	30	60	2	1	3	OPT	
4º	HFC0206	Gestão de processos	Perspectiva Sistêmica das Organizações; Desmistificando a Gestão de Processos; Técnicas e Ferramentas de Gestão de Processos; Análise de Melhoria de Processos; Desempenho de Processos; Inovação em Processos ; Organização orientada para Processos (BPM)	30	30	60	2	1	3	OPT	

5º	HEA0025	Paleografia	A origem e a evolução da técnica de escrever, com seus sistemas e seus processos evolutivos, desde a antiguidade até o presente, com estudo dos materiais e instrumentos usados na escrita, além das formas mecânicas típicas de cada época. Estudo da acentuação, pontuação e numeração, além dos sistemas abreviativos visando o aperfeiçoamento de sua transcrição. A prática da análise paleográfica e da transcrição documental visando atender as áreas específicas que demandam o assunto paleografia.	30	30	60	2	1	3	OPT	HEA0029
5º	HEA0040	Restauração de Documentos	História e evolução da restauração. Conceituação preliminar: preservação, conservação e restauração de documentos. Laboratório de restauração de documentos. As técnicas de restauração: diagnóstico, banhos químicos, velatura/laminação, enxerto, remendo e obturação.	30	30	60	2	1	3	OPT	HEA0037
5º	HHI0135	História do Brasil Contemporâneo	Desenvolvimento social, econômico e político do Brasil. Formação da sociedade brasileira. Questões atuais: o Brasil no processo de globalização.	60	0	60	4	0	4	OPT	
5º	HEA0042	Pesquisa em Arquivística	A importância da pesquisa em ciências sociais. Pesquisa qualitativa e quantitativa. Estudos de métodos e técnicas, no âmbito da pesquisa arquivística, para a elaboração de trabalhos científicos.	30	30	60	2	1	3	OBR	HEA0055
5º	HEA0041	Estágio Supervisionado II	Aplicação prática de conteúdos teóricos em instituições públicas e/ou privadas, com orientação acadêmica.	0	120	120	0	4	4	OBR	HEA0038
5º	HEA0044	Informática Aplicada à Arquivística	Relações entre Arquivologia, Informática e as novas tecnologias de informação e comunicação.	60	0	60	4	0	4	OPT	
5º	HEA0043	Seminário de Arquivística II	Disciplina onde o estudante através de atividade orientada é iniciado no trabalho da pesquisa na área em questão.	30	0	30	2	0	2	OPT	HEA0034
5º	HEA005	Arquivos Contábeis	Estudo dos arquivos contábeis, dos métodos utilizados na organização e recuperação da Informação. A importância da conservação dos documentos contábeis.	30	30	60	2	1	3	OPT	HEA0029
5º	HTD0049	Fundamentos de Inglês Instrumental	Desenvolvimento de habilidades linguísticas e outros recursos necessários para interação, com textos escritos em língua inglesa: identificação de cognatos. Identificação e abordagem de aspectos morfossintáticos mais complexos. Aspectos da organização textual. Estratégias de leitura. Estratégias de uso de gramáticas e dicionários.	30	30	60	2	1	3	OPT	
5º	HTD0058	Teoria e Prática Discursiva na Esfera Acadêmica	As ciências da linguagem e a(s) teoria(s) do discurso: princípios e conceitos constitutivos. O conhecimento prévio e os gêneros do discurso. Plurilingüismo. Gêneros do discurso literário e não literário. A esfera do discurso acadêmico. A esfera do discurso jornalístico. Informar e opinar. Coerência e tessitura do discurso. Coesão. Como o autor aparece nos textos acadêmicos. Como os outros aparecem nestes tipos de textos. Tópicos de língua padrão. Tópicos de normas técnicas.	30	30	60	2	1	3	OPT	

5º	HTD0009	Tecnologia da Informação e Processos de Automação	Tecnologias de informação: equipamentos, programas para computador e redes de computadores. Planejamento de sistemas de informação na área de documentação. Processos e organização de dados; produção de bases de dados, padrões e normas nacionais e internacionais, características dos documentos/objetos a serem tratados. Fluxo e administração de documentos eletrônicos. Intercâmbio de dados e formatos.	30	30	60	2	1	3	OPT	
5º	HEA0015	Usos e usuários da informação arquivística	Usos e usuários das informações arquivísticas: características e contextos socio-organizacionais. Processos, produtos e serviços de informação arquivística. Tecnologias da informação e comunicação na difusão da informação arquivística. "Marketing" e arquivos. Orientação ao usuário, serviços e produtos de referência e informação arquivísticos. Estudos de usos e usuários: impactos na gestão arquivística. Avaliação dos serviços de referência arquivísticos.	30	30	60	2	1	3	OPT	
6º	HEA0045	TCC I	Planejamento e desenvolvimento de projetos de pesquisas na área de Arquivologia.	30	60	90	2	2	4	OBR	HEA0031/0036
6º	HEA0056	Gestão de Documentos Arquivísticos	Princípios da teoria da gestão de documentos: conceituação, objetivos e campo de aplicação. O ciclo vital dos documentos: produção, utilização e destinação. Planejamento e estruturação de sistema de arquivos.	30	30	60	2	1	3	OBR	HEA0031/0036
6º	HEA0057	Gestão Arquivística de Documentos Eletrônicos	Reflexões e aplicações da gestão arquivística em sistemas e ambientes de produção eletrônica de documentos.	30	30	60	2	1	3	OPT	HEA0056
6º	HEA0046	Estágio Supervisionado III	Aplicação prática de conteúdos teóricos em instituições públicas e/ou privadas, com orientação acadêmica.	0	120	120	0	4	4	OBR	HEA0041
6º	HEA0047	Documentação Audiovisual e Digital	Estudo dos vários arquivos audiovisuais. Os métodos utilizados na organização e recuperação da informação em suporte não convencional. A importância e a metodologia de preservação destes documentos.	30	30	60	2	1	3	OPT	HEA0031/0036
6º	HFE0066	Educação Especial	A questão dos desvios da "normalidade". A sociedade e a natureza variável de critérios na definição das diferenças. O portador de necessidades educativas especiais, problemas e desafios na inclusão social-escolar.	30	0	30	2	0	2	OPT	
6º	HFC0008	Comunicação	Comunicação, Informação e Tecnologias de Comunicação e Informação. Modernidade e Meios de Comunicação. Modelos Teóricos da Comunicação. Contemporaneidade e Comunicação: impasses.	30	30	60	2	1	3	OPT	
6º	HTD0031	Técnicas de Recuperação e Disseminação da Informação	Sistema de recuperação da informação. Subsistemas de saída: negociações de questões, estratégias de busca, recuperação e disseminação da informação. Utilização das novas tecnologias para recuperação e disseminação da informação. Serviços de recuperação e disseminação da informação. Avaliação dos subsistemas de saída.	30	30	60	2	1	3	OPT	

7º	HEA0049	Organização Prática de Arquivos	O processo de organização dos arquivos, observando as fases de levantamento, avaliação, classificação, arranjo e descrição. Desenvolvimento prático na organização de arquivos, estabelecendo critérios metodológicos para as situações encontradas. Estudo do processo de descrição de acervos elaborando instrumentos de pesquisas, a partir da organização de documentos da Universidade. Elaboração de manual de procedimentos que estabeleça os critérios adotados na organização.	0	120	120	0	4	4	OBR	HEA0031/0036
7º	HEA0050	Legislação Arquivística	Constituição Federal, Leis de Arquivos, Lei de Habeas Data, decretos, resoluções do CONARQ e demais instrumentos normativos.	30	0	30	2	0	2	OPT	HEA0032
7º	HDI0084	Educação à Distância	Análise das tendências atuais em educação contextualizando-as. Aspectos históricos da Educação a Distância (EAD) no Brasil. A operacionalização da EAD. Recursos humanos, tecnológicos e didáticos.	60	0	60	4	0	4	OPT	
7º	HEA0017	Gestão de serviços arquivísticos	As organizações e os arquivos. A gestão dos arquivos e suas interfaces com as atividades meio e fim das organizações. Modelos, estruturas e funções de serviços arquivísticos. Planejamento, implantação e direção de serviços arquivísticos. Recursos materiais e tecnológicos. Gestão de pessoas. Metodologias de diagnóstico arquivístico. A Norma ISO 15489 sobre gestão de documentos e outros recursos normativos. Marketing dos serviços arquivísticos. Terceirização de atividades. Políticas, sistemas e redes arquivísticas. Mecanismos e agentes da avaliação de serviços arquivísticos. Estudos de casos.	30	30	60	2	1	3	OBR	HEA0056
7º	HFC0009	Comunicação Técnica e Científica	Ciência, informação científica e comunicação científica. Tipos de comunicação científica. Os canais de comunicação: tipos e características. A aquisição e transmissão de informação na área científica e tecnológica: características. Sistemas de comunicação e a função da biblioteca. Outros canais de informação e seu potencial.	30	30	60	2	1	3	OPT	
7º	HEA0048	TCC II	Elaboração orientada de monografia de final de curso.	30	60	90	2	2	4	OBR	HEA0045
8º	HEA0051	Projetos Arquivísticos	Elaboração de propostas de organização de arquivos. Elaboração e acompanhamento de projetos de implantação de sistemas arquivísticos. Consultoria arquivística.	0	30	30	0	1	1	OPT	HEA0032
8º	HEA0052	Gestão de Instituições Arquivísticas	Conceitos de instituições arquivísticas. Funcionamento, marketing, programas culturais e educativos nos arquivos. Localização, estrutura física e organizacional. Instituições arquivísticas públicas. Órgãos de arquivo em instituições privadas. Gestão de recursos humanos, materiais e financeiros.	60	0	60	4	0	4	OPT	HEA0017
8º	HEA0053	Políticas de Acesso à Informação Arquivística	Conceito de política de acesso. Legislação de acesso. Acesso nas três idades. Política de acesso nos arquivos públicos e privados.	60	0	60	4	0	4	OPT	HEA0036
8º	HEA0054	Seminário de Arquivística III	Disciplina onde o estudante através de atividade orientada é iniciado no trabalho da pesquisa na área em questão.	30	0	30	2	0	2	OPT	HEA0043
8º	HDI0142	Língua Brasileira de Sinais	Língua Brasileira de Sinais e suas singularidades lingüísticas. Vivência da LIBRAS a partir do contato direto com um(a) professor(a) surdo(a). Implicações do Decreto n° 5.526 para a prática escolar e formação do(a) professor(a)	60	0	60	4	0	4	OPT	

8º	HDI0164	Culturas Afro-Brasileiras em Sala de Aula	Diversidade Étnico-Racial na Escola de Ensino Fundamental. Diáspora Negra. Civilizações africanas. Africanos no Brasil: origem e contribuições. Movimento negro. Quilombos: história, organização e cultura. Lei 10639/2003: texto e contexto. Africanidade e Religiosidade. Culturas Afro-brasileiras Contemporâneas. Dimensões do Ensino da Cultura Afro-Brasileira.	30	0	30	2	0	2	OPT	
8º	SER0012	Educação Ambiental e Cidadania	Estudo de questões educacionais relativas ao meio ambiente, considerando a inter-relação homemnatureza, especificamente no que se refere ao ambiente de vida das pessoas, dentro de uma abordagem inter e multidisciplinar dos aspectos: político, ético, econômico, social, ecológico, evolutivo, histórico, cultural, etc.	45	0	45	1	1	2	OPT	

ANEXO E - Disciplina “Arquivos Empresariais” do curso de Arquivologia da UNESP- Marília.

unesp UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" prograd

PLANO DE ENSINO
UNIDADE UNIVERSITÁRIA: Marília - FFC
CURSO: Arquivologia
DEPARTAMENTO: Ciência da Informação

IDENTIFICAÇÃO		
NOME DA DISCIPLINA: ARQUIVOS INSTITUCIONAIS		
NOME DA DISCIPLINA (em inglês): Institucional Archives		
CÓDIGO:		
SERIAÇÃO IDEAL: 4º ano / 8º período		
[X] OBRIGATÓRIA [ ] OPTATIVA		
PRÉ-REQUISITO(S): - CO-REQUISITO(S): -		
[ ] ANUAL [X] SEMESTRAL		
CRÉDITOS: 04 1 crédito = 15 h/a 1 h/a = 60 minutos	CARGA HORÁRIA TOTAL EM CRÉDITOS: 04 (60hs)	CARGA HORÁRIA EM CRÉDITOS TEÓRICA: 04 (60hs) PRÁTICA: - ACEU (se aplicável): -

NÚMERO MÁXIMO DE ALUNOS POR TURMA		
AULAS TEÓRICAS: 30	AULAS PRÁTICAS:	ACEU (se aplicável):

EMENTA (tópicos que caracterizam as unidades dos programas de ensino e os conteúdos temáticos a serem trabalhados indicando o foco teórico da abordagem a ela correspondente)
Ambientes e espaços arquivísticos institucionais: produção documental, elementos de organização e gestão.

OBJETIVOS (ao término da disciplina, o aluno deverá ser capaz de)
Geral: Propiciar ao aluno competências para organizar e gerenciar arquivos em distintos contextos organizacionais **Específicos** a) Introduzir o aluno nos distintos contextos arquivísticos institucionais; b) Capacitar o aluno para a organização e gestão de distintos contextos arquivísticos em ambientes institucionais c) Habilitar o aluno a reconhecer as várias dimensões de atuação em ambientes institucionais

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (título e discriminação das unidades programáticas)

1 Arquivos no ambiente institucional
1.1 Questões básicas para a organização de arquivos institucionais
1.2 Atualização de conceitos: organizações e instituições
1.3 Tipos de Instituições (constituição jurídica e cultura das organizações)
1.4 Características e necessidades dos usuários especializados
1.5 Especificidades de usos e usuários da Informação

2 Dimensões Arquivísticas em Contextos Institucionais
3 Tipologia documental em Arquivos Institucionais.
4 Características e problemas dos arquivos institucionais de acordo com as macrofunções administrativas (atividades-meio e atividades-fim).
5 Memória institucional, memória organizacional e arquivos.

METODOLOGIA DO ENSINO

- Aulas expositivas; Leitura, análise, reflexão e discussão de textos; Análise de documentos; Apresentação de vídeos Estudo de casos ; Seminário

AÇÕES EXTENSIONISTAS (conforme Resolução Unesp nº 75/2020)

Não se aplica

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (apresentar a bibliográfica preferencialmente conforme Norma ABNT 6023/2018)

LOPES, L. C. **A Nova Arquivística na modernização administrativa.** Brasília: Anabel Lee, 2013.
MUNDET, J.R.C La **Gestión de documentos en las organizaciones**. Madrid: Pirâmide, 2008.
PAES, M. L. **Arquivo**: teoria e prática. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1997. 225p.
PAZIN, M.C.C. **Arquivos de empresas**: tipologia documental. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005. 39p. (Instrumenta, III)
VITORIANO, M.C.C.P. Funções e atividades das organizações. In: Obrigação, controle e memória: aspectos legais, técnicos e culturais da produção documental de organizações privadas. São Paulo: FFLCH/USP, 2012 (Tese de Doutorado), p.120-193
VALENTIN, Marta L.P. Gestão documental em ambientes empresariais. In: VALENTIN, Marta (org). **Estudos Avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura acadêmica, 2012, p. 11-26.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (apresentar a bibliográfica preferencialmente conforme Norma ABNT 6023/2018)

BARRETO, M. V. **Implantação do arquivo da empresa ETS Energia, Transporte e Saneamento**: um estudo de caso. Florianópolis: UDESC, 2004. 52p. (TCC) – Graduação em Biblioteconomia – Habilitação em Gestão da Informação – Universidade Estadual de Santa Catarina.
BELLOTTO, H. L. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debatendo Terry Cook. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.201-207, 1998.
CALDERON, W. R.; CORNELSEN, J. M. PAVESI, N. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Ciência da Informação**, Brasília, v.33, n.3, p.97-104, set./dez. 2004.
CAÑAVATE, A. M.; MONTEIRO, M. G. B.; FREITAS, M. C. V.; BORGES, M. M. Os arquivos empresariais em portugal: do tradicional ao cloud computing. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 22, n. 3, p. 210-251, 2017.
CARDOSO, J. C; LUZ, A. R. Os arquivos e os sistemas da gestão da qualidade. **Arquivistica.net**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.51-64, jan./jun. 2005.
CARVALHO, E. L.; LONGO, R. M. J. Informação orgânica: recurso estratégico para tomada de decisão pelos membros do Conselho de Administração da UEL. **Informação&Informação**, Londrina, v.7, n.2, p.113-133, jul./dez. 2002.

CORNELSEN, J. M.; NELLI, C. J. Gestão integrada da informação arquivística: o diagnóstico de arquivos. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.70-84, ago./dez. 2006.
FRANÇA, J. A. de. **Planejamento e políticas contábeis:** instrumento de apoio à gestão da informação. s.n.t. 16p.
GIANDON, A. C.; MENDES JÚNIOR, R.; SCHEER, S. Gerenciamento eletrônico dos documentos de projetos de edifícios. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (ENEGEP), 22., Curitiba, 2002. 8p. **Anais...** Curitiba (PR): ABEPRO, 2002.
OLIVEIRA NETO, J. V. de. O impacto sobre a informação contábil após a implementação de um sistema integrado de gestão nas instituições federais de ensino superior. **Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação**, v.2, n.1, p.39-54, 2005
PINTO, V. B. Prontuário eletrônico do paciente: documento técnico de informação e comunicação do domínio da saúde. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n.21, p.34-48, 1º sem. 2006. Disponível em:
RODRIGUES FILHO, J.; XAVIER, J. C. B.; ADRIANO, A. L. A tecnologia da informação na área hospitalar: um caso de implementação de um sistema de registro de pacientes. RAC, São Paulo, v.5, n.1, p.105-120, jan./abr. 2001.
ROSSI, T. Organização de arquivo empresarial: relato de experiência. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.14, n.1, p.104-118, jan./jun., 2009. 15p.
SOUZA, L. A. C. et al. Projeto digitalização de documentos do Arquivo da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP). Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação, v.1, n.5, p.292-295, 2007.
VALLS, V. O gerenciamento dos documentos do sistema da qualidade. **Ciência da Informação**, Brasília, v.25, n.2, 1995. 8p,

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Resolução Unesp nº 106/2012, alterada pelas Resoluções nº 23/2013 e 75/2016 (notadamente quanto à recuperação)

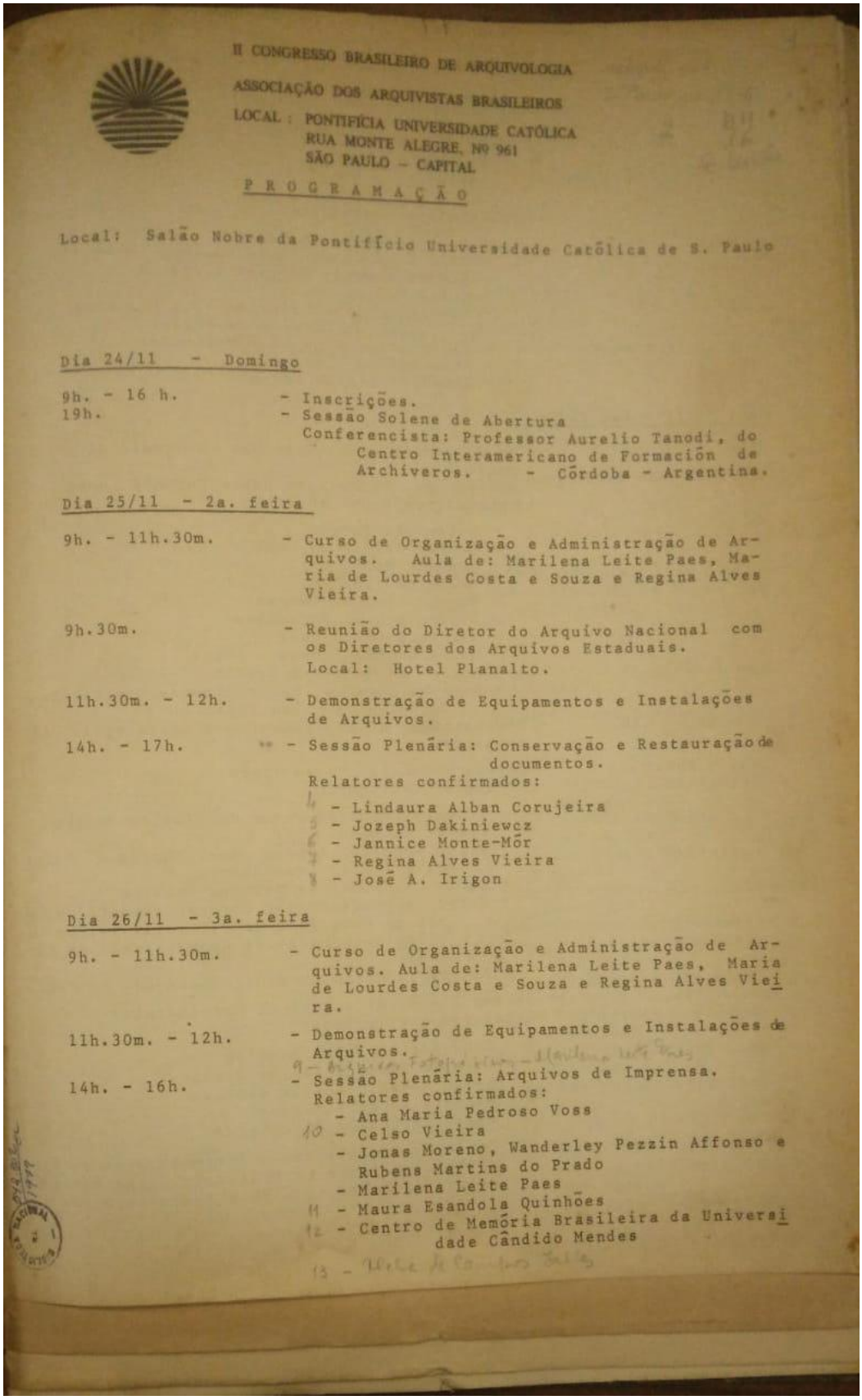
- Participação das atividades em classe, leituras
- Exercícios: fichamento, análise de documentos, elaboração de projeto de organização de arquivos
- Avaliação individual: prova dissertativa
- Avaliação em grupo: elaboração e apresentação de estudo de caso

APROVAÇÕES

DEPARTAMENTO	CONSELHO DE CURSO DE GRADUAÇÃO	CONGREGAÇÃO /CONSELHO DIRETOR
13/01/2022	14/01/2022.	22/02/2022
Dra. Maria Leandra Bizello Chefe de Departamento de Ciência da Informação	Dra. Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano Coordenadora de Curso	Dra. Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano Presidente da Comissão Permanente de Ensino

Fonte: Disponibilizado pelo Colegiado de Arquivologia Unesp Marília.

ANEXO F - PROGRAMAÇÃO IICBA, 1974.



II CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

LOCAL: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
RUA MONTE ALEGRE, Nº 961
SÃO PAULO – CAPITAL

PROGRAMAÇÃO

Local: Salão Nobre da Pontifício Universidade Católica de S. Paulo

Dia 24/11 - Domingo

9h. - 16 h. - Inscrições.
19h. - Sessão Solene de Abertura
Conferencista: Professor Aurelio Tanodi, do Centro Interamericano de Formación de Archiveros. - Córdoba - Argentina.

Dia 25/11 - 2a. feira

9h. - 11h.30m. - Curso de Organização e Administração de Arquivos. Aula de: Marilena Leite Paes, Maria de Lourdes Costa e Souza e Regina Alves Vieira.

9h.30m. - Reunião do Diretor do Arquivo Nacional com os Diretores dos Arquivos Estaduais.
Local: Hotel Planalto.

11h.30m. - 12h. - Demonstração de Equipamentos e Instalações de Arquivos.

14h. - 17h. - Sessão Plenária: Conservação e Restauração de documentos.
Relatores confirmados:
4 - Lindaura Alban Corujeira
5 - Jozeph Dakiniewcz
6 - Jannice Monte-Mór
7 - Regina Alves Vieira
8 - José A. Irigon

Dia 26/11 - 3a. feira

9h. - 11h.30m. - Curso de Organização e Administração de Arquivos. Aula de: Marilena Leite Paes, Maria de Lourdes Costa e Souza e Regina Alves Vieira.

11h.30m. - 12h. - Demonstração de Equipamentos e Instalações de Arquivos.

14h. - 16h. - Sessão Plenária: Arquivos de Imprensa.
Relatores confirmados:
- Ana Maria Pedroso Voss
10 - Celso Vieira
- Jonas Moreno, Wanderley Pezzin Affonso e Rubens Martins do Prado
- Marilena Leite Paes
11 - Maura Esandola Quinhões
12 - Centro de Memória Brasileira da Universidade Cândido Mendes
13 -

16h. - 18h. - Mesa Redonda sobre Organização de Arquivos de Imprensa.

Moderador:

- Debatedores convidados:
  - Hebe de Campos Salles
  - Luiz Roberto de Souza Queiroz
  - Ivo de Azevedo Marques Barretti
  - Celso Vieira
  - Jonas Moreno, Wanderley Pezzin Affonso e Rubens Martins do Prado.
  - Sônia Andrade de Sá e Benevides
  - Vera Medina Coeli
  - Jurandir Passos Noronha

Dia 27/11 - 4a. feira

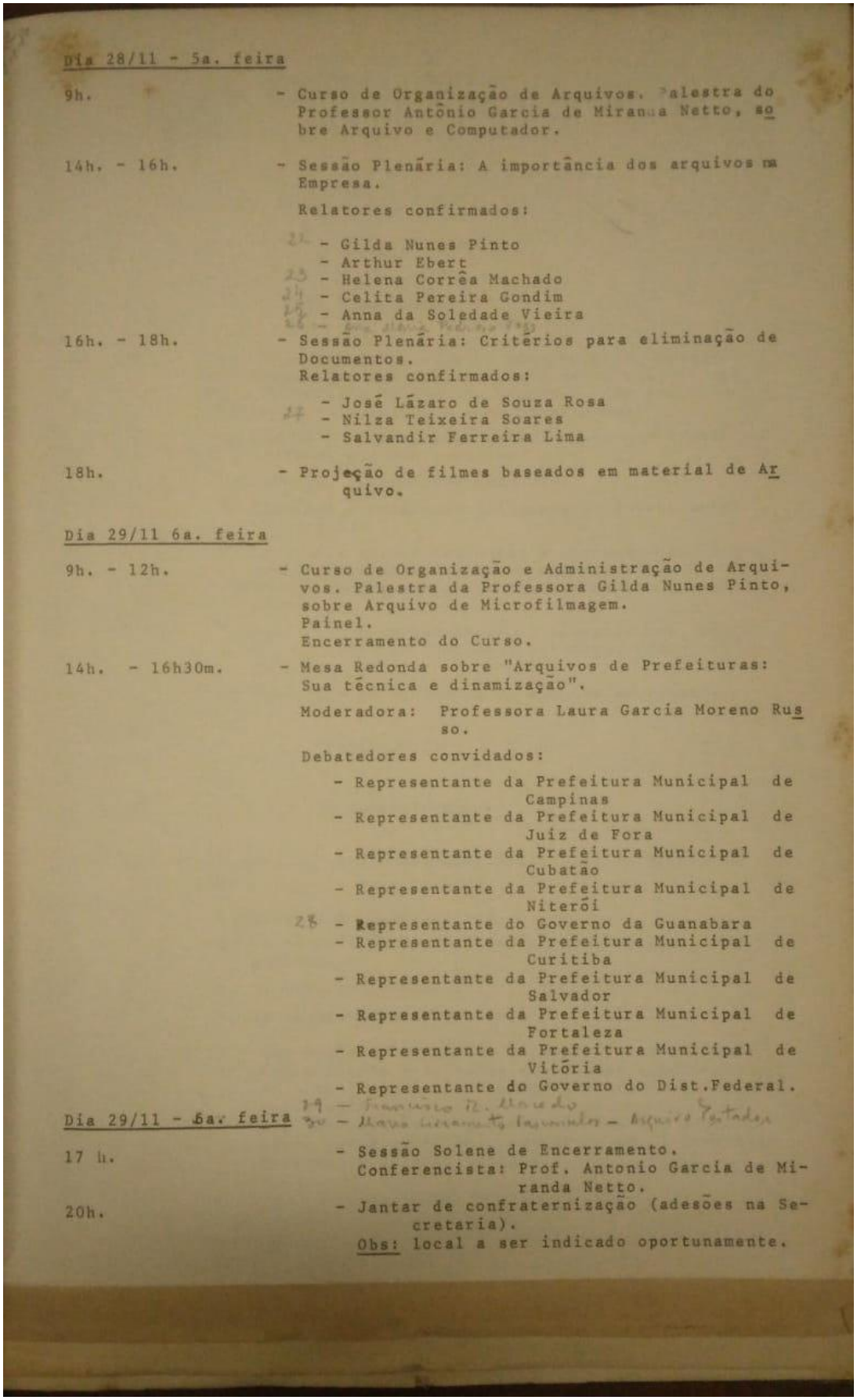
9 h. - Mesa Redonda sobre Sistemas Nacionais de Informação.
Moderadora: Professora Hagar Espanha Gomes
- Debatedores convidados:
  - Antonieta Ferraz
  - Aníbal Rodrigues Coelho
  - Jannice Monte Mór
  - Etelvina Lima
  - Ângela Lercher Pompeu
  - Álvaro Sobral Barcellos
  - Marilena Leite Paes
  - Maria Lourdes Costa e Souza
  - Astréa de Moraes e Castro
  - Sistema Estadual de Informação Científica e Tecnológica - São Paulo.

11h.30m. - 12h. - Demonstração de Equipamentos e Instalações de Arquivos.

14h. - 16h. - Sessão Plenária: Temas livres.
Relatores confirmados:
  - Antonia Fernanda Pacca de Almeida Wright
  - Robert Nachman
  - Wilma Schaefer Corrêa, Maria Luiza S. Dannemann e Marly dos Santos
  - Maria da Conceição Martins Ribeiro
  - Setor de Documentação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
  - Alunas do Curso de Biblioteconomia da UFF.

16h. - 18h. - Sessão Plenária: Arquivos Hospitalares
Relatores confirmados:
  - Irmã Martha Silva Bhering
  - Leda de Ticiano Walker Naylor
  - Marco Aurelio Caldas Barbosa
  - Augusto Antonio Mezzomo
  - Hélio Carlos de Figueiredo

18h. - Curso de Organização e Administração de Arquivos. Paletra do Professor Jorge Gustavo da Costa, sobre Arquivo e Administração.



Dia 28/11 - 5a. feira

9h. - Curso de Organização de Arquivos. Palestra do Professor Antônio Garcia de Miranda Netto, sobre Arquivo e Computador.

14h. - 16h. - Sessão Plenária: A importância dos arquivos na Empresa.

Relatores confirmados:

- Gilda Nunes Pinto
- Arthur Ebert
- Helena Corrêa Machado
- Celita Pereira Gondim
- Anna da Soledade Vieira

16h. - 18h. - Sessão Plenária: Critérios para eliminação de Documentos.
Relatores confirmados:

- José Lázaro de Souza Rosa
- Nilza Teixeira Soares
- Salvandir Ferreira Lima

18h. - Projeção de filmes baseados em material de Arquivo.

Dia 29/11 6a. feira

9h. - 12h. - Curso de Organização e Administração de Arquivos. Palestra da Professora Gilda Nunes Pinto, sobre Arquivo de Microfilmagem.
Painel.
Encerramento do Curso.

14h. - 16h30m. - Mesa Redonda sobre "Arquivos de Prefeituras: Sua técnica e dinamização".

Moderadora: Professora Laura Garcia Moreno Russo.

Debatedores convidados:

- Representante da Prefeitura Municipal de Campinas
- Representante da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora
- Representante da Prefeitura Municipal de Cubatão
- Representante da Prefeitura Municipal de Niterói
- Representante do Governo da Guanabara
- Representante da Prefeitura Municipal de Curitiba
- Representante da Prefeitura Municipal de Salvador
- Representante da Prefeitura Municipal de Fortaleza
- Representante da Prefeitura Municipal de Vitória
- Representante do Governo do Dist.Federal.

Dia 29/11 - 6a. feira

17 h. - Sessão Solene de Encerramento.
Conferencista: Prof. Antonio Garcia de Miranda Netto.

20h. - Jantar de confraternização (adesões na Secretaria).
Obs: local a ser indicado oportunamente.

Fonte: Programação II CBA. Reproduzido do livro CBA da Biblioteca Nacional.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Quadro geral de teses e dissertações por Fonseca (2005) que contêm as palavras público, privado e/ou empresarial-empresa

Quadro 7 – Quadro geral de teses e dissertações por Fonseca (2005) que contêm as palavras público, privado e/ou empresarial-empresa

AUTOR/ORIENTADOR	TÍTULO QUE POSSUEM A PALAVRA "PÚBLICO"	ANO	M\D	PROGRAMA
Maria Regina A. Cortes/ Ana Maria Cardoso	Arquivo Público e informação: acesso a informação nos arquivos públicos estaduais no Brasil	1996	M	USP História Social
Maria F. Feitosa/Ernesto	Arquivo Público do Estado do Amazonas: da missão à ação	1997	M	Universidade do Amazonas Educação
Christianne Oliveira/ Ester Kosovski	Acesso à informação no Arquivo Público do Estado do Maranhão	2000	M	UFRJ Comunicação
Vanderlei dos Santos/ Georgete M. Rodrigues	Gestão de Documentos eletrônicos sob a ótica arquivística: identificação das principais correntes teóricas, legislação e diagnóstico da situação dos arquivos públicos brasileiros	2001	M	UNB Ciência da Informação
Josemar de Melo/ Joana C. Garcia e Sílvia Cortez Silva	Política do Silêncio. O sistema de arquivos do estado de Pernambuco	1999	M	UFPB/ João Pessoa Ciência da Informação
Eliane Alvarenga/ Lídia Oliveira	A contratação de terceiros nos serviços arquivísticos da administração pública federal em Brasília	1997	M	UNB Ciência da Informação
Célia Leite Costa/ Manoel L. Guimarães	Memória e administração: O Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado Brasileiro	1997	D	UNB Ciência da Informação
Carlos Rossatto/ Zuleica Patrício	Percepção de usuários a acerca do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: um ambiente a ser descoberto	2001	M	UFSC Administração

Fonte: Elaborado pela própria autora com base no levantamento de FONSECA (2005, p. 111-117).

AUTOR/ORIENTADOR	TÍTULO QUE POSSUEM A PALAVRA "PRIVADO" E/OU "EMPRESARIAL-EMPRESA"	ANO	M\D	PROGRAMA
Sandra Lucia Pereira/ Geraldina Porto Witter	O conceito de arquivo na literatura e na opinião de gestores de arquivos privados	1995	M	PUC- Campinas Biblioteconomia e ciência da informação
Anna Carla Mariz/ Icléia T. M. Costa e José Pedro P. Eposel	O correio eletrônico e seu impacto na formação dos arquivos empresariais: estudo de casos da Shell e do Club Mediterranée	1997	M	Uni-Rio Memória Social e documento
Vera Maria Motta/ Lucy G. Fontes	Arquivos privados de titulares mineiros- 1930-83: um estudo sobre a localização, composição e uso dos documentos	1993	M	UFMG Ciência da Informação

Fonte: Elaborado pela própria autora com base no levantamento de FONSECA (2005, p. 111-117).

APÊNDICE B - Instituições arquivísticas estaduais e municipais (capitais) cadastradas no CODEARQ que possuem revistas

(Continua)

Quadro 8 - Instituições arquivísticas estaduais e municipais (capitais) cadastradas no CODEARQ que possuem revistas

ESTADO	CADASTRO	SITE	REVISTA	SITE REVISTA
Alagoas	Arquivo Público Estadual de Alagoas	http://arquivopublico.al.gov.br/	Revista do Arquivo Público de Alagoas	http://www.arquivopublico.al.gov.br/catalogos/rev%20apa.jpg/view
Amazonas	Arquivo Público do Estado do Amazonas	http://www.sead.am.gov.br/institucional/a-instituicao/		
	Arquivo Público Municipal de Manaus			
Bahia	Arquivo Histórico Municipal de Salvador	http://www.arquivohistorico.salvador.ba.gov.br/		
	Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB	http://www.fpc.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=198		
Ceará	Arquivo Público do Estado do Ceará	https://www.secult.ce.gov.br/2013/01/02/acervo/		
Distrito Federal	Arquivo Público do Distrito Federal	http://www.arpdf.df.gov.br/		
Espírito Santo	Arquivo Geral Municipal de Vitória	https://www.vitoria.es.gov.br/cidadao/arquivo-publico-guarda-parte-da-historia-do-municipio		
	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	https://ape.es.gov.br/	Revista do Arquivo do Estado do Espírito Santo	https://periodicos.ufes.br/revapees
Maranhão	Arquivo Público do Estado do Maranhão	http://apem.cultura.ma.gov.br/siapem/index.php#		
Mato Grosso	Superintendência de Arquivo Público do Mato Grosso	http://www.apmt.mt.gov.br/		
Mato Grosso do Sul	Arquivo Público Estadual do Mato Grosso do Sul	https://www.fundacaodeccultura.ms.gov.br/arquivo-publico-estadual-de-mato-grosso-do-sul-ape/		
Minas Gerais	Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte	https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico	Revista do Arquivo Público Mineiro	https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-

(Continua)

				publico/publicacoes/revista-eletronica
	Arquivo Público Mineiro	http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/	Revista Eletrônica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte	http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/capas_registros.php?op=exibirRegistros&capa=78
Paraná	Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná	http://www.arquivopublico.pr.gov.br/		
Pernambuco	Arquivo Público de Pernambuco-Jordão Emerenciano	http://arquivopublico.pe.gov.br/	Revista do Arquivo Público	http://arquivopublico.pe.gov.br/publicacoes/
Piauí	Arquivo Público do Estado do Piauí	http://www.arquivopublico.pi.gov.br/index.php		
Rio de Janeiro	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)	http://www.rj.gov.br/aperj.aspx		
	Arquivo Nacional		Revista Acervo	http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo
	Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro		Revista do Arquivo Geral da cidade RJ	http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/a-revista/
Rio Grande do Sul	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERS	https://www.apers.rs.gov.br/		
	Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria	http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/		
	Arquivo Histórico de Porto Alegre "Moyses Vellinho"	http://ahpoa.blogspot.com/		
Santa Catarina	Arquivo Público do Estado de Santa Catarina	https://www.enabrasil.sc.gov.br/outras-noticias/arquivo-publico-do-estado-de-santa-catarina-2/		
São Paulo	Arquivo Histórico de São Paulo	https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/		

(Conclusão)

	Arquivo Público do Estado de São Paulo	http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/	Revista do Arquivo	http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/institucional/publicacoes/revistas
Sergipe	Arquivo Público de Aracaju	https://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=71129		
	Arquivo Públlico Estadual de Sergipe	http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/78ec-s4qc-tpgq		

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos websites dos arquivos estaduais.

APÊNDICE C - Arquivos Declarados de Interesse Público e Social pelo CONARQ

(Continua)

Quadro 9 - Arquivos declarados (CONARQ)

ARQUIVOS DECLARADOS	ENTIDADE CUSTODIADORA DO ACERVO ARQUIVÍSTICO:	PARECER APROVADO PELO PLENÁRIO DO CONARQ:	DECRETO DA DECLARAÇÃO:
Barbosa Lima Sobrinho	CODEARQ: BR RJCCBLS Nome da Instituição: Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho Endereço: Rua São Francisco Xavier, 524 - 7º andar - Sala 7.030 - Bloco A - Maracanã Cidade: Rio de Janeiro Estado: RJ CEP: 20550-013 Telefone: (21) 2334-2130 / 2334-0713 E-mail: ccblsobrinho.uerj@gmail.com URL: http://www.direitouerj.org.br Ano de Criação: 2000 Vinculação Administrativa: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ Missão Institucional: Preservar e tornar acessível à pesquisadores, professores, estudantes e ao público em geral o acervo bibliográfico, arquivístico e museológico de Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, verdadeiro patrimônio histórico, político e cultural do País; contemplar o Estado do Rio de Janeiro com um fórum permanente de debate e pesquisa, constituindo um centro de referência na produção de idéias e ações relativas ao exercício da cidadania; atender a população no que diz respeito à informação jurídica; preservar a memória da Faculdade de Direito da Uerj com a restauração de sua antiga Sede, além de organizar e tornar público seu acervo. Caracterização do acervo:	https://www.gov.br/CONARQ/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/parecer_n_1_barbosa.pdf	Decreto 6 de setembro de 2004 (disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10275.htm)

(Continua)

	Documentação do arquivo pessoal de Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho; documentos textuais, iconográficos, cartográficos, sonoros, audiovisuais, filmográficos e numismáticos. Condições de acesso aos documentos: Documentos em fase de tratamento		
Associação Brasileira de Educação - ABE	Sem informações	https://www.gov.br/CONARQ/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/parecer_n_3_abe.pdf	Decreto de 7 de abril de 2006 (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10813.htm)
Companhia e Cervejaria Brahma	CODEARQ: BR SPFAHZ Nome da Instituição: Acervo Histórico Fundação Zerrenner/Ambev Endereço: Rua: Cel. João Dente, n°.129 - Mooca Cidade: São Paulo Estado: SP CEP: 03.106-070 Telefone: (11) 3185-7636/7635 Seu endereço de e-mail: acervo@fahz.com.br Ano de criação: 2018 Vinculação Administrativa: Pessoa Jurídica de Direito Privado Missão Institucional: O Acervo Histórico Fundação Zerrenner/ Ambev é responsável pela custódia e salvaguarda dos documentos históricos heterogêneos da Antarctica, da Brahma, da Fundação Antonio e Helena Zerrenner (FAHZ) e do início da AMBEV, realizando ações de gestão documental, de tratamento adequado de conservação e preservação deste rico acervo histórico, fomentando assim, diálogos entre o passado e o presente. Caracterização do Acervo: O Acervo Histórico FAHZ/ Ambev reúne os documentos históricos da Antarctica, da Brahma, da Fundação Antonio e	https://www.gov.br/CONARQ/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/parecer_n_4_brahma.pdf	Decreto 7 de abril de 2006 (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10814.htm)

(Continua)

	Helena Zerrennner e da formação da AMBEV, esta massa documental é heterogênea e composta de documentos textuais, iconográficos, audiovisuais e museológicos que estão organizados por fundos arquivísticos. Tal conjunto documental reflete a importância destas empresas na história da indústria brasileira sobretudo na indústria de bebidas. Condições de acesso aos documentos: Há restrição de acesso aos documentos em fase de organização. Dia e horário de atendimento: De segunda a sexta-feira, das 8h30 às 12h e das 13h às 16h. Serviços de Reprodução: Mediante consulta a área responsável. Data do Cadastro: 07/03/2023		
Companhia Antártica Paulista	CODEARQ: BR SPFAHZ Nome da Instituição: Acervo Histórico Fundação Zerrenner/Ambev Endereço: Rua: Cel. João Dente, n°.129 - Mooca Cidade: São Paulo Estado: SP CEP: 03.106-070 Telefone: (11) 3185-7636/7635 Seu endereço de e-mail: acervo@fahz.com.br Ano de criação: 2018 Vinculação Administrativa: Pessoa Jurídica de Direito Privado Missão Institucional: O Acervo Histórico Fundação Zerrenner/ Ambev é responsável pela custódia e salvaguarda dos documentos históricos heterogêneos da Antarctica, da Brahma, da Fundação Antonio e Helena Zerrenner (FAHZ) e do início da AMBEV, realizando ações de gestão documental, de tratamento adequado de conservação e preservação deste rico acervo histórico, fomentando assim, diálogos entre o passado e o presente. Caracterização do Acervo: O Acervo Histórico FAHZ/ Ambev reúne os documentos históricos da	Parecer aprovado pelo Plenário do CONARQ https://www.gov.br/CONARQ/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/parecer_n_5_antarctica.pdf	Decreto de 7 de abril de 2006 (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10812.htm)

(Continua)

	Antarctica, da Brahma, da Fundação Antonio e Helena Zerrennner e da formação da AMBEV, esta massa documental é heterogênea e composta de documentos textuais, iconográficos, audiovisuais e museológicos que estão organizados por fundos arquivísticos. Tal conjunto documental reflete a importância destas empresas na história da indústria brasileira sobretudo na indústria de bebidas. Condições de acesso aos documentos: Há restrição de acesso aos documentos em fase de organização. Dia e horário de atendimento: De segunda a sexta-feira, das 8h30 às 12h e das 13h às 16h. Serviços de Reprodução: Mediante consulta a área responsável. Data do Cadastro: 07/03/2023		
Glauber Rocha, Cineasta	Sem informações	https://www.gov.br/CONARQ/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/parecer_n_6_glauber.pdf	Decreto de 7 de abril de 2006. (2006 (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10815.htm)
Atlântida Cinematográfica - LTDA	Sem informações	https://www.gov.br/CONARQ/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/parecer__07_atntida.pdf	Decreto 1 de fevereiro de 2007 (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Dnn/Dnn11186.htm)
Darcy Ribeiro	CODEARQ:BR RJFUNDAR Nome da Instituição:Fundação Darcy Ribeiro Endereço:Rua Almirante Alexandrino nº 1991 – Santa Teresa Cidade:Rio de Janeiro Estado:RJ CEP:20.241-263 Telefone:(21) 2507-7507 E-mail:fundar@fundar.org.br URL: https://www.fundar.org.br Ano de Criação:1996 Vinculação Administrativa:Entidade de direito privado	https://www.gov.br/CONARQ/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/parecer_n_8___darcy_ribeiro.pdf	Decreto 20 de janeiro de 2009 (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Dnn/Dnn11927.htm)

(Continua)

	sem fins lucrativos Missão Institucional:Manter vivas as obras acadêmicas e literárias de Darcy Ribeiro, zelar pelos direitos autorais e de imagem de seu Instituidor e dar seguimento aos projetos por ele idealizados. Caracterização do acervo:O arquivo Darcy Ribeiro é resultado da sua atuação como etnólogo, antropólogo, intelectual, político e homem público que exerceu diversos cargos como ministro da Educação, chefe da Casa Civil do governo João Goulart, senador da República, imortal da Academia Brasileira de Letras, reitor da Universidade de Brasília, entre outros. Esse arquivo é composto também por documentação de Berta Gleiser Ribeiro, antropóloga e primeira esposa de Darcy Ribeiro. Integram o arquivo versões de livros e textos éditos e inéditos, discursos e entrevistas, diários produzidos nas expedições científicas a aldeias indígenas, agendas, extensa correspondência pessoal, originais das obras literárias, documentos resultantes de suas atividades profissionais, como correspondência, relatórios e projetos, bem como um volume significativo de material de campanha política, homenagens, recibos de compra e venda de imóveis, contratos de edições e contratos de trabalho. Há ainda inúmeros textos e relatórios que, provavelmente, serviram de subsídio para escrita de seus próprios textos, bem como textos encaminhados para sua apreciação, fotografias, gravações em fitas audiomagnéticas e videomagnéticas que retratam a vida pessoal e profissional. O arquivo inclui filmes produzidos durante a atuação de Darcy Ribeiro como etnólogo do Serviço de Proteção aos Índios, entrevistas, debates e palestras concedidas pelo titular a emissoras de televisão. Em áudio, constam capítulos de livros, discursos e cartas ditadas às secretárias para transcrição, gravações de reuniões da Secretaria de Cultura do governo Leonel Brizola,		

(Continua)

	reunião do Conselho Curador da Fundação Darcy Ribeiro, inaugurações, como a da Universidade de Brasília, cantos indígenas. O arquivo encontra-se totalmente organizado. Condições de acesso aos documentos: Agendamento prévio para atendimento com auxiliar ou bibliotecário, após pesquisa no livro inventário (https://www.fundar.org.br/memorial/acervo). Dia e horário de atendimento:De segunda a sexta-feira, das 8h às 17h. Serviços de reprodução:Podem ser digitalizados apenas os documentos autorizados para pesquisa. Data do Cadastro:06/04/2021		
Berta Gleizer Ribeiro	Sem informações	https://www.gov.br/CONARQ/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/parecer__n_9__berta_ribeiro.pdf	Decreto de 20 de janeiro de 2009 (Disponível em: https://www.gov.br/CONARQ/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/parecer__n_9__berta_ribeiro.pdf)
Oscar Niemeyer	CODEARQ:BR RJFON Nome da Instituição:Fundação Oscar Niemeyer Para Fins Culturais Endereço:Rua Conde Lages, 25 - Glória Cidade:Rio de Janeiro Estado:RJ CEP:20241-080 Telefone:(21) 2509-1844 E-mail:fundacao@niemeyer.org.br URL: http://www.niemeyer.org.br Ano de Criação:1988 Vinculação Administrativa:Entidade autônoma de direito privado sem fins lucrativos Missão Institucional:Preservar e divulgar a obra, as ideias e o acervo de Oscar Niemeyer, conjugando as atividades de pesquisa, informação e difusão. Caracterização do acervo: O arquivo de Oscar Niemeyer provêm de seus	https://www.gov.br/CONARQ/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/parecer_niemeyer_10.pdf	Decreto de 16 de abril de 2009 (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Dnn/Dnn12010.htm)

(Continua)

	escritórios no Rio de Janeiro, ainda em atividade, e em Paris (1960-1980), predominando a documentação arquitetônica relativa a cerca de 600 projetos elaborados. Condições de acesso aos documentos: Há restrição de acesso aos documentos em precário estado de conservação, necessidade de autorização Dia e horário de atendimento: A consulta ao acervo é feita por agendamento prévio Serviços de reprodução: Reprodução fotográfica e digital		
Abdias Nascimento	CODEARQ:BR RJIPEAFRO Nome da Instituição:Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros Endereço:Rua Benjamin Constant, nº 55 - Apt. 1101 - Glória Cidade:Rio de Janeiro Estado:RJ CEP:20241-150 Telefone:(21) 2509-2176 / 3217-4165 E-mail:ipeafro@gmail.com URL:http://www.ipeafro.org.br Ano de Criação:1984 Vinculação Administrativa:Associação sem fins lucrativos Missão Institucional:Contribuir para o bem social, educacional e cultural. exercer sua ação em quatro áreas: pesquisa, cultura, documentação e ensino. Caracterização do acervo:Acervo documental e fotográfico do teatro experimental do negro - ten; o acervo documental, fotográfico e bibliográfico do escritor, professor, pesquisador, político brasileiro e ativista pan-africano Abdias Nascimento. Condições de acesso aos documentos: Há restrição de acesso aos documentos em fase de organização, necessidade de autorização Dia e horário de atendimento:De terça a quinta-feira, das 9h00 às 18h00	https://www.gov.br/CONARQ/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/parecer_abdias_nascimento.pdf	Decreto de 16 de junho de 2020 (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Dnn/Dnn12645.htm)

(Continua)

	Serviços de reprodução:Reprodução eletrostática, fotográfica, digital e transcrição de originais.		
César Lattes	Sem informações	https://www.gov.br/CONARQ/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/parecer_n_14__csar__lattes.pdf	Decreto de 1 de junho de 2011 (Disponível em: https://www.gov.br/CONARQ/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/parecer_n_14__csar__lattes.pdf)
Paulo Freire	CODEARQ:BR SPIPF Nome da Instituição:Instituto Paulo Freire Endereço:Rua Cerro Corá, 1208 - sala 23 - Alto da Lapa Cidade:São Paulo Estado:SP CEP:05061-200 Telefone:(11) 3021-5536 / 3021-5586 E-mail:ipf@paulofreire.org URL:http://www.paulofreire.org Ano de Criação:1992 Vinculação Administrativa:Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP Missão Institucional:O IPF, inspirado no legado científico e político-pedagógico do educador Paulo Freire, tem por finalidade: Promover a educação, partindo de tal legado, de forma gratuita, guardados os limites legais, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata a Lei 9.790/99, e sem discriminação de pessoas, desenvolvendo: Atividades de pesquisas e estudos de natureza pedagógica, a promoção da educação popular, educação cidadã e a educação de adultos, A promoção da cultura, a defesa e a conservação do patrimônio histórico e artístico Caracterização do acervo:Teses, dissertações, artigos acadêmicos, jornais, apostilas, revistas nacionais e internacionais, cadernos de formação de educadores, correspondências, despachos, fotos e	https://www.gov.br/CONARQ/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/parecer_n_15_paulo_freire.pdf https://www.gov.br/CONARQ/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/parecer_15a_paulo_freire.pdf	Decreto de 9 de maio de 2012 (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Dsn/Dsn13296.htm)

(Continua)

	documentos pessoais de Paulo Freire. Condições de acesso aos documentos:Consulta aberta ao público Dia e horário de atendimento:De segunda a sexta-feira, das 9h00 às 18h00 Serviços de reprodução:Reprodução eletrostática, fotográfica, digital, videográfica/audiográfica		
Cúria Diocesana de Nova Iguaçu	CODEARQ:BR RJACDNI Nome da Instituição:Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu Endereço:Rua Dom Adriano Hipólito, 08 - Moquetá Cidade:Nova Iguaçu Estado:RJ CEP:26215-020 Telefone:(21) 2767-7943 R. 232 E-mail:arquivodiocesanoni@gmail.com URL: http://www.mitrani.org.br/ Ano de Criação:1960 Vinculação Administrativa:Mitra Diocesana de Nova Iguaçu Missão Institucional:Preservar e divulgar a memória da Diocese de Nova Iguaçu e da Baixada Fluminense Caracterização do acervo:Livros de registro de batismo, casamento e óbito, manuscritos desde o século XVII, livro de tombo, livro ata das pastorais e conselhos diocesanos, documentos das diversas paróquias e pastorais da Diocese, documentos de movimentos populares, documentos do Centro de Direitos Humanos da Diocese de Nova Iguaçu, mapas e plantas, fotografias, recortes de jornais, biblioteca temática de história da Baixada, biblioteca temática de Direitos Humanos, periódicos produzidos pela Diocese, documentos contábeis da Diocese, pinacoteca, coleção de medalhas Condições de acesso aos documentos:Entrevista com o arquivista responsável pelo acervo Dia e horário de atendimento:De segunda a sexta-	https://www.gov.br/CONARQ/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/parecer_n_16__cria_diocesana_de_nova_iguau.pdf	Decreto de 9 de maio de 2012.

(Continua)

	feira, das 9h00 às 17h00 Serviços de reprodução:Emissão de certidões (nascimento, casamento e óbito), atendimento a pesquisas escolares, cidadania estrangeira, genealogia, assessoria a movimentos populares e pastorais na Baixada.		
Dom Lucas Moreira Neves	CODEARQ:BR MGMDLMN Nome da Instituição:Fundação Memorial Dom Lucas Moreira Neves Endereço:Rua Getulio Vargas, nº 52 - Centro Cidade:São João Del Rei Estado:MG CEP:36630-000 Telefone:(32) 3372-2674 E-mail:memorialdomlucas@hotmail.com URL: http://www.memorialdomlucas.org.br Ano de Criação:2003 Vinculação Administrativa:Fundação de Direito Privado Sem Fins Lucrativos Missão Institucional:A finalidade principal do Memorial Cardeal Dom Lucas Moreira Neves, é ser mais um espaço religioso, filosófico e cultural em geral para a cidade de São João del Rei. Caracterização do acervo:Acervo de livros, filmes, quadros e obras diversas. Condições de acesso aos documentos:Há restrição de acesso aos documentos, necessidade de autorização Dia e horário de atendimento:De terça a sábado, das 10h00 às 17h00, domingos e feriados, das 8h00 às 12h00	https://www.gov.br/CONARQ/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/Parecer_22_Dom_Lucas.pdf	Decreto de 20 de outubro de 2016 (Disponível em: https://www.gov.br/CONARQ/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/Parecer_22_Dom_Lucas.pdf)
Associação Circo Voador	CODEARQ:BR RJCV Nome da Instituição:Associação Circo Voador Atividades Culturais, Artísticas, Sociais e Ambientais Endereço:Rua dos Arcos s/n - Centro Cidade:Rio de Janeiro Estado:RJ	https://www.gov.br/CONARQ/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/Parecer_n_24_Circo_Voador.pdf	Decreto de 24 de janeiro de 2018 (Disponível em: https://www.gov.br/CONARQ/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/Parecer_n_24_Circo_Voador.pdf)

(Continua)

	CEP:20230-060 Telefone:(21) 2533-0354 E-mail:acervo@circovoador.com.br URL: http://www.circovoador.com.br/ Ano de Criação:1982 Caracterização do acervo:O acervo do Circo Voador é composto de documentos audiovisuais, sonoros, iconográficos e textuais, produzidos e acumulados desde sua inauguração, em 1982, até os dias atuais. Condições de acesso aos documentos:A consulta ao acervo é feita por agendamento prévio. Serviços de reprodução:Reprodução digital. Data do Cadastro 25.01.18		
Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB	CODEARQ:BR RJIAB Nome da Instituição:Instituto de Arqueologia Brasileira - IAB Endereço:Estrada da Cruz Vermelha Cidade:Belford Roxo Estado:RJ CEP:26.193-415 Telefone:(21) 3135-8117 E-mail:iab@arqueologia-iab.com.br URL:http://arqueologia-iab.com.br/ Ano de Criação:1961 Missão Institucional:O Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), fundado em 29 de abril de 1961, é uma instituição privada de caráter científico-cultural, sem fins lucrativos, que tem por missão a dedicação integral à Pesquisa, Ensino e Divulgação da Arqueologia Brasileira. Caracterização do acervo:O Acervo possui relevância histórica por conter dados que remontam a diversas fases da Arqueologia no Brasil, desde o amadorismo na década de 1960, ao investimento internacional na área durante as décadas de 1970 e 1980, até o surgimento da pesquisa contratual no licenciamento ambiental, a partir da década de 1990.	https://www.gov.br/CONARQ/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/Parecer_25_IAB.pdf	Decreto n. 9.618, de 18 de dezembro de 2018 (Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9618.htm)

(Continua)

	Para a Cultura do país, este acervo dissemina o resultado de pesquisas realizadas e dados coletados num período de quase seis décadas, sobre a evolução genética e cultural do homem brasileiro. Neste acervo constam inúmeras e valiosas informações sobre: a forma de vida da população sambaquiana e a cultura pré-colonial; a fase de ocupação do Brasil pelos Europeus e a troca de influências culturais destes com os nativos; a vinda e a presença dos africanos como escravos entre os Séculos XVII e XIX e a disseminação da cultura e da religiosidade destes povos; a revolução industrial e a modernização urbana em diversas regiões do Brasil nos últimos dois séculos. Condições de acesso aos documentos: Ostensivo mediante solicitação. Dia e horário de atendimento:De segunda a sexta-feira, das 8h30 às 17h30. Serviços de reprodução:Permitida a reprodução de documentos mediante solicitação formal. Data do Cadastro 13.03.19		
Augusto Ruschi	CODEARQ:BR ESEBMAR Nome da Instituição:Estação Biologia Marinha Augusto Ruschi Endereço:Av. Augusto Ruschi, nº 01 - Itaparica Cidade:Aracruz Estado:ES CEP:29.199-625 Telefone:(27) 98119-9292 E-mail:gabriel@ebmar.com.br URL:https://www.ebmar.com.br/ Ano de Criação:1970 Vinculação Administrativa:Associação de direito privado Missão Institucional:Resgatar, preservar e divulgar a memória e obra dos cientistas capixabas André Ruschi e Augusto Ruschi (Patrono Nacional da	https://www.gov.br/CONARQ/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/Parecer_17_AugustoRuschi.pdf	Portaria n. 119, de 4 de julho de 2022 (Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mjsp-n-119-de-4-de-julho-de-2022-412993553)

(Continua)

	Ecologia, Lei no 8.917/1994); Promover e executar programas de educação ambiental que objetivam a conscientização das comunidades de forma a propiciar a reflexão, o debate, a transformação de valores, ideias e posicionamentos frente à preservação e conservação do Meio Ambiente, inclusive em Unidades de Conservação já existentes; Fomentar a criação de Unidades de Conservação e a defesa de espécimes ameaçadas; Promover e desenvolver programas de capacitação nas áreas educacional e socioambiental que objetivam formar agentes multiplicadores; Promover, executar e apoiar programas e ações concretas de conservação, preservação, gestão e recuperação ambiental. Promover e estabelecer estudos e atividades visando a implantação de técnicas e diretrizes para defesa, preservação e conservação do Meio Ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável compatíveis com a utilização racional dos recursos naturais de forma a garantir a qualidade de vida da população; Promover estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos. Promover, produzir, editar, divulgar e distribuir publicações em geral, jornais, revistas, livros e audiovisuais sobre assuntos de interesse ambiental em geral e ações ambientais em particular, em defesa da Ecologia, do Meio Ambiente, dos Povos Indígenas e da Qualidade de Vida; Promover na esfera administrativa e junto ao Ministério Público e Poder do Judiciário a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio ambiental e ecológico sob todos os seus aspectos, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos, inclusive dos povos indígenas; Estimular a parceria, o diálogo local e solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, participando junto a outras entidades de atividades que visem interesses		

(Continua)

	comuns; Promover ações de ecoturismo em sua sede; Participar de conselhos, comissões e quaisquer órgãos colegiados voltados à criação e Implementação de políticas públicas ambientais e; Prestar serviços a terceiros, dentro de seu campo de atuação. Caracterização do acervo:O Acervo da Estação Biologia Marinha Augusto Ruschi - EBMAR (1915-2016) foi constituído pelos documentos de Augusto Ruschi (1915-1986) e de André Ruschi (1956-2016), sendo este por muitos anos o detentor dos direitos da obra intelectual do pai e herdeiro de parte considerável do patrimônio documental familiar. Integrado também por registros produzidos pelos projetos de educação ambiental realizados pela EBMAR (1970-atualidade), dirigida por André e marcada pelo Projeto Arca de Noé (1988-atualidade). Atualmente a EBMAR e seu acervo estão sob a gestão de Gabriel Ruschi, filho de André. O acervo é composto por cerca de 5.000 (cinco mil) metros lineares em documento em papel, cerca de 50.000 (cinquenta mil) materiais iconográficos, entre eles slide, fotografia, negativo fotográfico e ilustração, CD e VHS, moedas e cédulas, troféus, medalhas e objetos pessoais de Augusto Ruschi tais como carteiras, pastas de couro e instrumentos de trabalho. Condições de acesso aos documentos: Mediante agendamento. Data do Cadastro 30/12/2020		
Sindicato dos Músicos do Estado do Rio de Janeiro	CODEARQ:BR RJSINDMUSI Nome da Instituição:Sindicato dos Músicos do Estado do Rio de Janeiro Endereço:Rua Álvaro Alvim, 24 – sala: 405 Cidade:Rio de Janeiro Estado:RJ CEP:20.031-010	https://www.gov.br/CONARQ/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/Parecer_CAAP_2_2021_Sindmusi.pdf	Parecer n. 126, de 27 de julho de 2022 (Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mjsp-n-126-de-27-de-julho-de-2022-418353424)

(Continua)

	Telefone:(21) 99889-4152 E-mail:sindicatodosmusicosrj@gmail.com URL: https://www.sindmusi.org.br/site/ Ano de Criação:1907 Vinculação Administrativa:Entidade Privada Missão Institucional:O Sindicato dos Músicos do Estado do Rio de Janeiro é a entidade que, desde 1907, representa os músicos fluminenses, defendendo os seus direitos e interesses. O Sindicato atua, não só oferecendo serviços e produtos aos sindicalizados, mas também nas lutas específicas da classe, mobilizando os trabalhadores e fomentando discussões em torno de novos projetos e legislações. Outra missão que o Sindicato abraça desde sua fundação é o esforço no sentido de ampliar o mercado de trabalho para os músicos e garantir dignidade profissional a todos os conveniados. Caracterização do Acervo:O acervo é constituído por uma grande quantidade de documentos que registra a atividade profissional formalizada de musicistas no estado do Rio de Janeiro. São atas de reunião de diretoria do Centro Musical do Rio de Janeiro (CMRJ), instituição que em 1941 recebe a carta sindical tornando-se o atual sindicato; livros caixa do CMRJ; Fichas de matrícula de músicos ao CMRJ; Fichas de Proposta de Admissão ao CMRJ e ao SindMusi; atas de reuniões de diretoria do SindMusi; Contratos de Locação de Serviço e Notas contratuais; fotografias; documentos pessoais de musicistas filiados ao sindicato; fichas de Registro de Empregados da Rádio Mayrink Veiga; dentre outros. Condições de acesso aos documentos:Mediante agendamento prévio. Data do Cadastro:29/07/2022		
Memória Civelli Produções	Sem informações	https://www.gov.br/CONARQ/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-	Portaria n. 135, de 27 de julho de 2022 (Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-

(Conclusão)

Culturais LTDA		social/Parecer_CAAP_1_2021_Memoria_Civelli.pdf	/portaria-mjsp-n-135-de-27-de-julho-de-2022-418353345)
Isaac Rozemberg	Sem informações.	https://www.gov.br/CONARQ/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/Parecer_23_Isaac_Rosemberg.pdf	Portaria n. 207, de 3 de novembro de 2022 (Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mjsp-n-207-de-3-de-novembro-de-2022-441279698).

Fonte: Elaboração própria com base nas informações disponíveis no site do Arquivo Nacional.

APÊNDICE D - Pesquisas do banco de tese e dissertações CAPES (filtros I: arquivo (s); arquivologia; arquivística; filtro II: ciência sociais aplicadas)

(Continua)

Quadro 10 - Pesquisas do banco de tese e dissertações capes (filtros I: arquivo (s); arquivologia; arquivística; filtro II: ciência sociais aplicadas)
ABREU, JORGE PHELIPE LIRA DE. EXISTIR EM BITS: GÊNESE E PROCESSAMENTO DO ARQUIVO NATO DIGITAL DE RODRIGO DE SOUZA LEÃO E SEUS DESAFIOS À TEORIA ARQUIVÍSTICA' 27/06/2017 161 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária.
ADAO, SHEILA MARGARETH TEIXEIRA. 1ª CNARQ: a Conferência Nacional de Arquivos e a construção de uma política nacional para os arquivos brasileiros' 18/12/2017 232 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária Detalhes
AGUIAR, ANDRESSA FURTADO DA SILVA DE. REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA: DIÁLOGOS E CONEXÕES INTERDISCIPLINARES' 30/07/2013 130 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - UFRJ - IBICT Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: UFRJ
AGUIAR, DYEGO MIGUEL VICENTE DE. REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS PERMANENTES: um olhar sobre a análise documentária' 03/03/2020 108 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18193
AGUIAR, FRANCISCO LOPES DE. Dspace e archivematica: concepção e criação de um protótipo de repositório digital aplicado no domínio da SBPC: sob uma perspectiva interdisciplinar entre Arquivística e Organização e Represetação do Conheciimento' 23/03/2018 667 f. Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: ECA/USP
AKAICHI, TATIANNE. O processo de avaliação de documentos: um estudo em arquivos das Instituições Federais de Ensino Superior' 15/03/2021 220 f. Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

(Continua)

ALBUQUERQUE, ANA CRISTINA DE. CATALOGAÇÃO E DESCRIÇÃO DE DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS EM BIBLIOTECAS E ARQUIVOS: UMA APROXIMAÇÃO COMPARATIVA DOS CÓDIGOS AACR2 E ISAD (G)' 01/08/2006 189 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/MARILIA, Marília Biblioteca Depositária: UNESP, CAMPUS DE MARÍLIA Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
ALDABALDE, TAIGUARA VILLELA. Mediação cultural em instituições arquivísticas: o caso do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo' 02/12/2015 222 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: http://repositorio.unb.br/
ALEIXO, DIANA VILAS BOAS SOUTO. A APLICAÇÃO DO MODELO RDF NA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: EM FOCO A NORMA ISAD (G)' 21/07/2014 179 f. Mestrado em Ciência da Informação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Londrina Biblioteca Depositária: Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual de Londrina
ALENCAR, MAIRA FERNANDES. ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO NA ARQUIVÍSTICA: ABORDAGENS PARA CONSTRUÇÃO DE TESAUROS FUNCIONAIS' 28/08/2017 105 f. Mestrado em Ciência da Informação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Londrina Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)
ALENCAR, MAIRA FERNANDES. OS ARQUIVOS COMUNITÁRIOS NA PESQUISA E EDUCAÇÃO ARQUIVÍSTICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ARCHIVAL EDUCATION RESEARCH INITIATIVE' 21/12/2022 242 f. Doutorado em Ciência da Informação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Londrina Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL UEL
ALENCAR, THAYANE MORAIS DE. Necessidades informacionais dos usuários de sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos como ferramenta de planejamento estratégico: estudo de caso do SIGAD do Senado Federal brasileiro' 13/09/2021 133 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UnB
ALMEIDA, MARIA FABIANA IZIDIO DE. GESTÃO DOCUMENTAL E SEUS IMPACTOS: UMA ABORDAGEM NOS PROCESSOS DE AUDITORIA' 18/05/2018 186 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: UNESP, Campus de Marília

(Continua)

ALMEIDA, RAFAELA AUGUSTA DE. IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO BASE DO PROGRAMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (PGD-DPESP)' 20/06/2018 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BCG
ALMEIDA, THAYS LACERDA DE AZEVEDO FERRANDO DE. (RE)PENSANDO O ARQUIVO A PARTIR DA NOÇÃO DE DISPOSITIVO: um estudo epistemológico' 29/08/2019 . Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BCG Detalhes
ALVES, ALEXANDRE FABEN. Identificação arquivística como método para a gestão de documentos e integridade pública sustentável na administração municipal brasileira' 27/03/2023 . Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária.
ALVES, ALEXANDRE FABEN. IDENTIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO NO CONTEXTO DA GESTÃO DE DOCUMENTOS NO BRASIL' 13/02/2019 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BCG
ALVES, ITALO HENRIQUE. O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS' 13/04/2017 259 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UnB
ALVES, THERESA CYNTHIA MIRANDA SOUZA. REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA Proposta de descrição de medalhas no Acervo José Simeão Leal' 23/03/2017 94 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPB
AMARAL, CLEIA MARCIA GOMES. Organização e tratamento da informação nos arquivos: estudo crítico' 05/04/2017 203 f. Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: ECA/USP
AMARAL, ROBERTA VALLE DO. O CPDOC JB, ARQUIVO E LUGAR DE MEMÓRIA' 25/04/2017 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BCG GRAGOATÁ
AMAYA, MARIA GIRLEZA PEREZ. A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NA ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BRASIL E COLÔMBIA' 08/03/2021 189 f. Mestrado em Ciência da Informação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Londrina Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL UEL

(Continua)

Amorim, Ana Andrea Vieira Castro de. ARQUIVOS E INFORMAÇÃO: os caminhos da Gestão de Documentos na Universidade Federal da Paraíba' 01/03/2011 114 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA, JOÃO PESSOA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPB Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
ANDRADE, FELIPE HENRIQUE ALVES DE. OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ARQUIVOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA: O CASO DA CAP/PROGEPE' 24/08/2017 165 f. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, Juiz de Fora Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFJF Detalhes
ANDRADE, MARIANGELA VILANOVA DE GOIS. IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO – HOSPITALARES (CONSTAT) – GESTÃO DE SAÚDE' 08/10/2020 163 f. Mestrado Profissional em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, São Cristóvão Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe
Andrade, Ricardo Sodré. Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência na web: novas possibilidades para as instituições arquivísticas públicas brasileiras.' 01/05/2010 87 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, SALVADOR Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Reitor Macedo Costa - UFBA Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
ANDRADE, WENDIA OLIVEIRA DE. O CONCEITO DE INFORMAÇÃO NA ARQUIVOLOGIA CONTEMPORÂNEA' 27/03/2019 . Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária.
ANDRADE, WENDIA OLIVEIRA DE. USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO JURÍDICA: quem são e como funciona o fluxo informacional no Arquivo da Justiça Federal da Paraíba (JFPB) JOÃO PESSOA/PB 2014' 24/02/2014 138 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba
Aparício, Maria Alexandra Miranda. O Acesso e a Utilização da Informação Arquivista sobre a África no Arquivo do Itamaraty em Brasília' 01/01/2001 155 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: BCE Trabalho anterior à Plataforma Sucupira

(Continua)

Araújo, Ana Cláudia Henriques de. “Gestão política do passado: a construção da memória do regime militar nos arquivos públicos brasileiros”.' 01/05/2007 224 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: Biblitoteca da Universidade de Brasília Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
ARAUJO, ROGERIO DE MELO. DIMENSÕES DOS ARQUIVOS SETORIAIS NO ÂMBITO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA POR MEIO DO BENCHMARKING' 19/12/2016 204 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIRIO
ARAUJO, VANINA DOS REIS. DA “MÃO SEM DONO” AO SUJEITO ARQUIVISTA: o tema da leitura/interpretação na Arquivologia atual' 22/06/2016 94 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá - UFF
Arellano, Miguel Ángel Márdero. “Critérios para a preservação digital da informação científica” .' 01/12/2008 354 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade de Brasília Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
ASSAD, MARIA TALIB. A fotografia da saúde pública: tratamento de documentos visuais numa perspectiva de arquivo' 17/09/2019 207 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: ECA/USP
ASSIS, WENDELL LOPES DE. Arquivos Legislativos: a política pública arquivística em instituições legislativas municipais' 10/12/2015 185 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
AVELAR, SIMONE PEREIRA MATOS LAGE. A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE PITANGUI: UM OLHAR DIRECIONADO AOS DOCENTES E DISCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL II E MÉDIO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DA CIDADE DE PITANGUI/MG' 21/03/2014 76 f. Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional Instituição de Ensino: INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR E PESQUISA, Divinópolis Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Nicolaas Gerardus Plasschaert – FUNEDI-UEMG

(Continua)

AVILA, RODRIGO FORTES DE. Insurgências Arquivísticas em Busca da Diversidade' 01/07/2020 190 f. Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária.
AZEVEDO, JESSICA FERREIRA DE SOUSA. O processo de recuperação da informação em documentos de arquivos estaduais do Sudeste brasileiro' 30/07/2020 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BCG
Azevedo, Thays Lacerda de. APROXIMAÇÃO DA HERMENÊUTICA GADAMERIANA COM A ANÁLISE DE FILMES EM AMBIENTES DE INFORMAÇÃO' 01/11/2012 121 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá / UFF Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
Baisch, Lucas Figueiredo. Patrimônio de Maria: Registro de Fotografias DIgitais para salvaguardar informações do Patrimônio arquitetônico da cidade de Santa Maria na WEB 2.0 com softwares livres' 01/05/2012 323 f. Profissionalizante em PATRIMÔNIO CULTURAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, SANTA MARIA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFSM
BALBINO, GISELI MILANI SANTIAGO. Os Equipamentos Culturais Públicos e o Incentivo à Cultura: Análise da Lei Rouanet e sua Efetividade em Acervos Arquivísticos e Museológicos (1996-2018)' 04/11/2020 170 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
BALMANT, FABRICIO VIEIRA. Terminologia arquivística brasileira; estudo exploratório de publicações e termos' 04/03/2016 240 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UNIRIO
Bandeira, Aline Alves. A Lei de Arquivo no Brasil e o Direito à Informação.' 01/05/2007 150 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, SALVADOR Biblioteca Depositária: Bibilioteca Central da UFBA Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
BARBANTI, CRISTINA HILSDORF. Representação e recuperação da informação em centros de memória' 24/09/2015 77 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: ECA/USP

(Continua)

BARBATHO, RENATA REGINA GOUVEA. O Arquivo Nacional no Estado Novo: a gestão de Eugênio Vilhena de Moraes entre 1938 e 1945' 10/05/2018 279 f. Doutorado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: CCS/A
BARBIERO, DANILO RIBAS. GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DOS SABERES PEDAGÓGICO-TECNOLÓGICOS NA DOCÊNCIA EM ARQUIVOLOGIA (UFSM) FRENTE À CONVERGÊNCIA DIGITAL' 29/06/2015 149 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, Santa Maria Biblioteca Depositária: Biblioteca Central UFSM
BARBOSA, JOHN CHARLLES NOGUEIRA. A INDEXAÇÃO PARA A ORGANIZAÇÃO DE ACERVOS PERMANENTES' 25/02/2021 113 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL DA UFPA
BARCELLOS, BRUNA GOMES BORGES. DIFUSÃO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ARQUIVOS: A SEMANA NACIONAL DE ARQUIVOS E AS AÇÕES EDUCATIVAS DO ARQUIVO NACIONAL' 15/06/2020 122 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BCG
BARCELLOS, RAQUEL SIEGEL. PERFIL DE APLICAÇÃO ACERVO JUDITH CORTESÃO, COMO INSTRUMENTO DE CURADORIA DIGITAL: UM ESTUDO DE EQUIVALÊNCIAS ENTRE A NORMA ISAD(G) E O CONJUNTO DE METADADOS DO ARGO' 21/08/2018 203 f. Mestrado Profissional em PATRIMÔNIO CULTURAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, Santa Maria Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFSM
BARRETO, CAMILA VELOSO. IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO PARÂMETRO DE BOAS PRÁTICAS NA SEÇÃO DE FINANÇAS DO COLÉGIO PEDRO II' 28/06/2018 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BCG
BARROS, GABRIEL DA SILVA. TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA EM AÇÃO: OS TERMOS “DOSSIÊ” E “PROCESSO” EM DIMENSÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS' 18/02/2020 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BCG
BARROS, THIAGO HENRIQUE BRAGATO. A representação arquivística: uma análise do discurso teórico e institucional a partir dos contextos espanhol, canadense e brasileiro' 26/03/2014 222 f. Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: CAMPUS DE MARÍLIA

(Continua)

BARROS, THIAGO HENRIQUE BRAGATO. Construção discursiva em Arquivística: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de Classificação e Descrição' 01/03/2010 132 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/MARILIA, Marília Biblioteca Depositária: UNESP - Campus de Marília Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
BASTOS, DILZA RAMOS. Representação de documentos digitais: uma proposta para recuperação integrada de acervos culturais' 02/12/2019 . Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - UFRJ - IBICT Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária.
BATISTA, DANIELLE ALVES. AUDITORIA ARQUIVÍSTICA: UMA ANÁLISE DE REQUISITOS NO CONTEXTO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO' 03/03/2016 105 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UnB
BATISTA, DANIELLE ALVES. AUDITORIA ARQUIVÍSTICA: UMA ANÁLISE DE REQUISITOS NO CONTEXTO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO' 03/03/2016 105 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UnB
BATISTA, LUCIANA LEITE. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS NO MAST: As negociações nos processos de aquisição dos Arquivos Pessoais de Estela Kaufman e Rio Nogueira' 14/12/2020 129 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária.
BATISTA, MARIANNA MATOS. O ACERVO ARQUIVÍSTICO DO MUSEU DA REPÚBLICA: ABORDAGENS E USOS' 31/08/2016 115 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIRIO
Baumann, Eneida Santana. O arquivo da família Calmon à luz da arquivologia contemporânea' 01/08/2011 161 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, SALVADOR Biblioteca Depositária: Biblioteca do Instituto de Ciência da Informação
Beck, Ingrid. O ensino da preservação documental nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia: perspectivas para formar um novo profissional. 01/05/2006 133 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá

(Continua)

BERG, THAYANE VICENTE VAM DE. ARQUIVOS DE ARTISTAS PLÁSTICOS: O PROCESSO DE CRIAÇÃO ARTÍSTICA NOS DOCUMENTOS DE RUBENS GERCHMAN' 20/12/2016 171 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária.
Bevilacqua, Gabriel Moore Forell. Bancos de dados e informatização de arquivos : pressupostos teóricos e aplicações técnicas' 01/04/2010 136 f. Mestrado em HISTÓRIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: SBD / CAPH Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
BITTENCOURT, PAOLA RODRIGUES. IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO PODER EXECUTIVO FEDERAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS' 28/07/2014 152 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UNIRIO
BODÊ, Ernesto Carlos. “Preservação de Documentos Digitais: O Papel dos Formatos de Arquivo” .' 01/12/2008 151 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade de Brasília Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
BODE, ERNESTO CARLOS. Memória, Mudança Linguística versus Recuperação em Documentos de Arquivo no longo prazo' 10/03/2016 211 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UnB
BORGES, RENATA SILVA. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS NA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ: O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DOS ARQUIVOS DE CLÁUDIO AMARAL E DE VIRGÍNIA PORTOCARRERO' 29/04/2014 161 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BCG
BOTTINO, MARIZA. ARQUIVO UNIVERSITARIO: CONSIDERACOES EM TORNO DA QUESTAO PANORAMA DA SITUACAO NO BRASIL' 01/11/1994 203 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária.
BRAGA, MARCELLA MENDES GONCALVES. As práticas de diagnósticos de arquivos no Brasil: contribuições para a construção de um conceito' 29/03/2018 148 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UNB

(Continua)

BRANDAO, GLEISE DA SILVA. Competências infocomunicacionais e o arquivista: mediação para a apropriação da informação' 05/04/2017 106 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: Instituto de Ciência da Informação
BREJO, JACILENE ALVES. A APLICABILIDADE DA METODOLOGIA DA IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA AOS ARQUIVOS CIENTÍFICOS DO NÚCLEO DE PESQUISA GECEM/UFRJ' 09/08/2017 186 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária.
BRITO, ROSA ZULEIDE LIMA DE. Representação temática da Arquivologia com base na classificação facetada' 05/07/2013 150 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
BUENO, DANILO ANDRE. GESTÃO DE DOCUMENTOS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL NO BRASIL' 28/11/2019 . Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BCG
BUENO, DANILO ANDRE. MAPEAMENTO DE FLUXOS DOCUMENTAIS COMO ELEMENTO DE IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO ÂMBITO DA GESTÃO DE DOCUMENTOS' 14/06/2013 139 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA GERAL DO GRAGOATÁ
BUENO, DEBORA GAUZISKI DE FIGUEREDO. Imagens de uma cidade em construção: as tramas do arquivo fotográfico das transformações urbanas do Rio Olímpico' 27/02/2018 197 f. Doutorado em COMUNICAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A
CACERES, GUILLERMO TINOCO SILVA. O tempo e o disco: estudo acústico e musical da restauração e replicação física de registros sonoros' 01/08/2010 120 f. Mestrado em MÚSICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Biblioteca Alberto Nepomuceno Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
CALDAS, KELLY CATARINA FERRER. IDENTIFICAÇÃO DE REQUISITOS PARA UM MODELO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL BRASILEIRA' 15/12/2020 147 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UnB

(Continua)

CALDERON, Wilmara Rodrigues. Instrumentos de pesquisa nos arquivos públicos permanentes : um estudo sob a ótica da análise documentária' 01/03/2003 203 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: ECA Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
CALDERON, WILMARA RODRIGUES. O arquivo e a informação arquivística: da literatura científica à prática pedagógica no Brasil' 01/12/2011 156 f. Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/MARILIA, Marília Biblioteca Depositária: Biblioteca FFC/UNESP Marília Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
CAMPOS, JOSE FRANCISCO GUELFI. Recortes de jornal: da prática social aos arquivos' 18/10/2018 . Doutorado em HISTÓRIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária.
CAMPOS, LARISSA MARQUES MARTINS. Diagnóstico de arquivo: ensaio para a criação de um conceito' 11/03/2019 159 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central - UNB
CANDIDO, GILBERTO GOMES. A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO DOCUMENTO DE ARQUIVO: PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS PARA A ELABORAÇÃO DE PONTOS DE ACESSO.' 02/09/2014 133 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: CAMPUS DE MARÍLIA
CANDIDO, GILBERTO GOMES. O ATO NARRATIVO E A ÉTICA NA DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO DE ARQUIVO' 18/03/2020 160 f. Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
CAPONE, VERA LUCIA PUNZI BARCELOS. O ARQUIVO FOTOGRÁFICO ILUSTRATIVO DOS TRABALHOS GEOGRÁFICOS DE CAMPO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): PROPOSTA DE UMA MATRIZ PARA ANÁLISE DOCUMENTÁRIA DA PAISAGEM' 19/07/2013 104 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA GERAL DO GRAGOATÁ
CARMO, ANA LUCIA DA SILVA DO. Estratégias de mediação arquivística nas instituições federais de ensino superior' 14/12/2015 106 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária

(Continua)

CARNEVALE, Maria da Conceição. Os arquivos históricos e o trabalho arquivístico no Rio de Janeiro' 01/05/2000 209 f. Mestrado em COMUNICAÇÃO, IMAGEM E INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá / UFF Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
CARPES, FRANCIELE SIMON. O PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E A MEMÓRIA DA UNIVERSIDADE: UM INSTRUMENTO DE ACESSO AOS ATOS LEGAIS E NORMATIVOS DA UFSM DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Franciele Simon Carpes Santa Maria, RS, Brasil 2013' 25/06/2013 163 f. Mestrado Profissional em PATRIMÔNIO CULTURAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, Santa Maria Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFSM
CARVALHÊDO, Shirley do Prado. Arquivo Público do Distrito Federal: contextos, concepções e práticas informacionais na trajetória de uma instituição arquivística.' 01/06/2003 189 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: BCE Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
CARVALHÊDO, Shirley do Prado. O mito da "destruição total": um estudo dos arquivos relacionados à Guerrilha do Araguaia à luz de princípios e noções arquivísticas' 01/11/2012 250 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade de Brasília Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
CARVALHO, Edna de Souza. "O IMPACTO DA GESTÃO DE DOCUMENTOS NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DIGITAL DA TV SENADO".' 01/07/2010 249 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: Biblioteca da Universidade de Brasília Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
CARVALHO, JULIANA LOUREIRO ALVIM. O ARQUIVO PÚBLICO DE MACAÉ: CENÁRIO INSTITUCIONAL E ARQUIVÍSTICO (2005-2016)' 09/10/2017 169 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária.
CARVALHO, PRISCILA FREITAS DE. OS EFEITOS DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NA GESTÃO DAS INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICAS: CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Niterói' 02/06/2014 182 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária.

(Continua)

CARVALHO, WALLACE PIRES DE. Arquivos universitários de instituições públicas de Ensino Superior no Rio de Janeiro.' 01/03/2012 134 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - UFRJ - IBICT Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: IBICT; UFRJ Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
CASTELLINI, ISABELLE DA ROCHA BRANDAO. ARQUIVOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO: PERSPECTIVAS A PARTIR DO ENCONTRO NACIONAL DA MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO' 31/07/2017 84 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária.
CASTRO, ISABEL COSTA MATTOS DE. “Só me interessa o que não é meu”: um estudo da montagem de materiais de arquivo em dois filmes brasileiros do período da ditadura militar' 19/05/2018 287 f. Doutorado em COMUNICAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca da Escola de Comunicação da UFRJ
CAVAGLIERI, MARCELO. LEAN ARCHIVES: O EMPREGO DO LEAN OFFICE NA GESTÃO DE ARQUIVO' 17/06/2015 202 f. Mestrado Profissional em Gestão da Informação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA UDESC
CAVALCANTE, CELINEIDE RODRIGUES. INTELIGÊNCIA ARQUIVÍSTICA: um conceito à luz da Teoria Fundamentada em Dados' 28/07/2021 104 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do ICSA / UFPA
CAVALHEIRO, MARCOS ULISSES. Diplomática Contemporânea como parâmetro de contextualização da informação em arquivos pessoais: o caso Clarice Lispector' 18/04/2019 130 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: ECA/USP
CE, GRAZIELLA. UMA POLÍTICA DE IDENTIFICAÇÃO DE FUNDOS, DESCRIÇÃO E DIFUSÃO DOCUMENTAL EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (IFES)' 26/02/2016 323 f. Mestrado Profissional em PATRIMÔNIO CULTURAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, Santa Maria Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFSM

(Continua)

CERQUEIRA, GENEVIEWE DA CRUZ DE. A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS SOB A ÓTICA DE NOVOS ACONTECIMENTOS: A I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ARQUIVOS E O PLANO NACIONAL SETORIAL DE ARQUIVOS' 20/04/2018 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BCG
CEZAR, André Graupner Lenz. Memória em Processo: Instrumentos, dispositivos e arquivos' 01/05/2004 90 f. Mestrado em COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, SÃO PAULO Biblioteca Depositária: PUC/SP Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
CHAGAS, CINTIA APARECIDA. Arquivo público da cidade de Belo Horizonte: a função avaliação no contexto de políticas públicas arquivísticas municipais no Brasil' 29/11/2016 261 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
CHAVES, ELISA MARIA LOPES. Descrição arquivística de documentos fotográficos em sistemas informatizados' 10/12/2018 105 f. Mestrado Profissional em GESTÃO DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: ECA/USP
CIOCCA, ISABELLA GELAS. O PRONTUÁRIO DO PACIENTE NA PERSPECTIVA ARQUIVÍSTICA' 13/08/2014 100 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: CAMPUS DE MARÍLIA
CIOCCA, ISABELLA GELAS. O PRONTUÁRIO DO PACIENTE NA PERSPECTIVA ARQUIVÍSTICA' 13/08/2014 100 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: CAMPUS DE MARÍLIA
COELHO, Jean Felipe Bastardis. O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica e seu significado para a preservação de arquivos no âmbito do IPHAN.' 01/12/2012 100 f. Profissionalizante em Preservação do Patrimônio Cultural Instituição de Ensino: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Noronha Santos - Palácio Gustavo Capanema
COELHO, PEDRO HENRIQUE PORTO. A ORGANIZAÇÃO E O TRATAMENTO DO ARQUIVO HISTÓRICO DE FORMIGA-MG: O ACERVO JUDICIÁRIO DO SÉCULO XIX' 19/12/2014 122 f. Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional Instituição de Ensino: INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR E PESQUISA, Divinópolis Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Nicolaas Gerardus Plasschaert – FUNEDI-UEMG

(Continua)

COELHO, RAQUEL LUISE PRET. DO QUÊ SE TRATA? DOCUMENTO, INDEXAÇÃO E PRODUÇÃO DE SENTIDO NOS ARQUIVOS DE UNIVERSIDADE' 28/03/2019 . Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BCG
COELHO, VANESSA GARCIA. DIRETRIZES PARA A DESTINAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PRODUZIDA PELO LABORATÓRIO DE RADIOCARBONO DO INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE' 04/09/2020 104 f. Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia Instituição de Ensino: MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca do Museu de Astronomia e Ciências Afins
COLETTO, SERGIO PECANHA DA SILVA. O arquivo contemporâneo e os recursos da WEB 2.0 : verificação do uso de folksonomias em acervos eletrônicos digitais de imagem em movimento' 13/03/2014 . Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária.
CONSTANTE, Sonia Elizabete. Um sistema de informação para controle das Substâncias Químicas de Referência da Farmacopéia Brasileira' 01/06/2004 117 f. Mestrado em ENGENHARIA DE PRODUÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, SANTA MARIA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central e Biblioteca Setorial do CT Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
CONTI, RINALDO DA SILVA. ACEITAÇÃO E USO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA ARQUIVÍSTICA POR PARTE DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO' 15/07/2022 92 f. Mestrado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU, Blumenau Biblioteca Depositária: FURB
CORRÊA, Fátima Carvalho. A patente na universidade: contexto e perspectivas de uma política de geração de patentes na Universidade Federal Fluminense' 01/05/2007 125 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
CORREA, FERNANDO GABRIEL. Influências das tecnologias digitais da informação e comunicação na delimitação conceitual e nas repercussões do Princípio da Territorialidade na Arquivologia e na Ciência da Informação.' 29/01/2016 125 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: http://repositorio.unb.br/

(Continua)

CORTES, MARIA REGINA PERSECHINI ARMOND. ARQUIVO PUBLICO E INFORMACAO: ACESSO A INFORMACAO NOS ARQUIVOS PUBLICOS ESTADUAIS DO BRASIL.' 01/11/1996 133 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Etelvina Lima/EB, Biblioteca Central/UFMG Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
COSCIA, Vera Lucia. ANÁLISE DE FOTOGRAFIAS: FLORESTAN FERNANDES NO TEMPO DA DITADURA MILITAR' 01/11/2012 144 f. Mestrado em CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, SÃO CARLOS Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitaria UFSCar Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
COSTA, Alessandro Ferreira. Gestão arquivística na era do cinema digital: Formação de acervos de documentos digitais provindos da prática cinematográfica' 01/03/2007 260 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
COSTA, ALEX DE OLIVEIRA. O diálogo entre as vertentes clássica, moderna e contemporânea da Arquivologia: intersecções e ressignificações do princípio da proveniência e dos conceitos de documento de arquivo e organicidade.' 21/03/2019 104 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central - UNB
COSTA, Alexandre de Souza. PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM ARQUIVOLOGIA SOB A ÉGIDE DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.' 01/07/2011 144 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá / UFF
COSTA, CAMILA MATTOS DA. CARTA DE AMOR: O DOCUMENTO DE ARQUIVO E OS CÓDIGOS SOCIAIS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX' 25/04/2017 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BCG GRAGOATÁ
COSTA, ELIANDRO DOS SANTOS. A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E A RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA PROPOSTA DE UM MODELO CONCEITUAL DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS: UM ESTUDO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR' 28/03/2018 160 f. Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: UNESP, Campus de Marília

(Continua)

COSTA, FABIOLA PEREIRA. Diretrizes à mediação cultural com documentos arquivísticos: um estudo sobre práticas com o acervo do Arquivo Público De Vitória (ES) a partir da Base Nacional Comum Curricular.' 07/10/2021 141 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, Vitória Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFES
COSTA, Larissa Candida. "Entre a formação e o trabalho: o arquivista diante das novas demandas sociais e organizacionais em matéria de informação" .' 01/02/2008 168 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: Biblioteca da Universidade de Brasília
COSTA, MARIANA TAVARES DE MELO. DISPERSÃO EM ARQUIVOS PESSOAIS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO' 18/12/2019 144 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária.
COSTA, Marli Guedes da. "Interação entre documento, arquivo e historiador: um estudo sobre a (não) presença de historiadores da UnB no Arquivo Nacional, em Brasília".' 01/02/2010 185 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: Biblioteca da Universidade de Brasília Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
COSTA, PATRICIA DE JESUS FERREIRA. O paradigma físico no tratamento dos acervos imagéticos na administração pública federal : estudo de caso da ANA' 11/03/2013 172 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL - UnB
COSTA, ROSA DA PENHA FERREIRA DA. A HISTÓRIA DO ARQUIVO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO: Um Estudo de Caso' 29/06/2016 178 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UnB
Cotta, André Henrique Guerra. HISTÓRIA DA COLEÇÃO FRANCISCO CURT LANGE' 01/08/2009 466 f. Doutorado em MÚSICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Unirio
COTTA, ANDRE HENRIQUE GUERRA. O tratamento da informação em acervos de manuscritos musicais brasileiros' 01/03/2000 285 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária da UFMG Trabalho anterior à Plataforma Sucupira

(Continua)

CRESPO, Claudio Dutra. O campo da arquivística e os arquivos setoriais: conhecimentos e práticas' 01/02/2000 189 f. Mestrado em COMUNICAÇÃO, IMAGEM E INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá - UFF Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
CRUZ, JORGE ALBERTO SOARES. PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DE PACIENTES (PEP): POLÍTICAS E REQUISITOS NECESSÁRIOS À IMPLANTAÇÃO NO HUSM' 01/04/2011 119 f. Profissionalizante em PATRIMÔNIO CULTURAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, SANTA MARIA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFSM
CRUZ, JOSEANE OLIVEIRA DA. Descrição arquivística da fotografia do arquivo pessoal de Rui Barbosa: informação e memória' 26/02/2018 122 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária.
CUNHA, MARIA FALCAO SOARES DA. Reflexões em torno da criação de arquivos memoriais: o acervo do exílio de Miguel Arraes' 25/02/2015 82 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, Recife Biblioteca Depositária: BDTD - Biblioteca Central da UFPE
DALESSANDRO, RAFAEL CACCIOLARI. A QUESTÃO ÉTICA NO ENSINO DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: Uma análise de currículos de cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia no Brasil' 30/04/2018 60 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: UNESP, Campus de Marília
DANTAS, CELIA MEDEIROS. REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA: uma proposta para o Arquivo Histórico Waldemar Duarte.' 23/02/2015 169 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária.
DAVID, Monica Rocha Costa. No Tempo da Rede: arquivos e memória histórica, face ás transformações dos suportes mediáticos na contemporaneidade' 01/02/2002 235 f. Doutorado em COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, SALVADOR Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal da Bahia Trabalho anterior à Plataforma Sucupira

(Continua)

DIAS, ANA CLAUDIA. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DE ARQUIVISTAS: UM ESTUDO DE CASO NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO' 12/12/2017 60 f. Mestrado Profissional em SISTEMAS DE GESTÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: Biblioteca da Escola de Engenharia e do Instituto de Computação - BEE/UFF
DIAS, Célia da Consolação. Análise de domínio organizacional na perspectiva arquivística: potencialidade no uso da metodologia DIRKS - Designing and Implementing Recordkeeping Systems' 01/02/2010 333 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
DIAS, FABIANA COSTA. AQUISIÇÃO DE ACERVOS ARQUIVÍSTICOS: UM ESTUDO DO TERMO E DE SUAS PRÁTICAS' 02/02/2023 . Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: Biblioteca Geral do Gragoatá Detalhes
DIAS, Guilherme Ataide. Periódicos científicos eletrônicos brasileiros na área da ciência da informação: análise das dinâmicas de acesso e uso' 01/11/2003 208 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: ECA Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
DINIZ, JOAO VITOR CORREA. A INDEXAÇÃO DE FOTOGRAFIAS NO ARQUIVO PESSOAL EDSON DINIZ SOBRE O GRUPO THENETEHARA-GUAJAJARA' 26/02/2021 145 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL DA UFPA
DOTTO, ELIZETE ROSA. ARQUIVOS HISTORICOS: PROBLEMAS TECNICO-ADMINISTRATIVOS E PRATICOS-MORAIS E OS FATORES QUE CONTRIBUEM PARA SUA OCORRENCIA.' 01/12/1993 194 f. Mestrado em MEMORIA SOCIAL E DOCUMENTO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária. Trabalho anterior à Plataforma Sucupira

(Continua)

DRESSLER, KARINE GEORG. Portal de gestão da Prefeitura Municipal de Porto Alegre: um estudo sobre preservação no meio eletrônico' 01/03/2011 155 f. Mestrado em COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE Biblioteca Depositária: FABICO/UFRGS Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
DUARTE, RENATO CRIVELLI. A patrimonialização do arquivo pessoal: Análise dos Registros Memória do Mundo do Brasil, da UNESCO.' 09/08/2013 222 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: Campus de Marília Detalhes
DUARTE, RENATO CRIVELLI. ARQUIVOS PESSOAIS: INSTITUCIONALIZAÇÕES E TRAJETÓRIAS' 19/03/2018 244 f. Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: UNESP, Campus de Marília
DURCE, CAROLINE LOPES. Requisitos para implementação de políticas arquivísticas institucionais: estudo do caso da Universidade de Brasília.' 02/07/2013 96 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL - UnB
ELIAS, ALUF ALBA V.. A vontade da verdade a informação e o arquivo.' 01/05/2012 122 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - UFRJ - IBICT Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: IBICT; UFRJ Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
ELIAS, ALUF ALBA V.. A vontade da verdade a informação e o arquivo.' 01/05/2012 122 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - UFRJ - IBICT Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: IBICT; UFRJ Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
ELIAS, ALUF ALBA VILAR. ARQUIVO, VERDADE E O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL: o legado da Comissão Nacional da Verdade para ampliação da discussão epistemológica arquivística Brasília, DF 2017' 30/11/2017 170 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UnB

(Continua)

ENGELMANN, Adriana Rosecler Alcara. Compreensão de leitura, estratégias de aprendizagem e motivação em universitários: estudos de validade de medidas.' 01/05/2012 203 f. Doutorado em PSICOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO, Bragança Paulista Biblioteca Depositária: Santa Clara Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
EUZEBIO, INGRID LIMA. Política arquivística: a digitalização de documentos na Procuradoria-Geral do município de ' 23/03/2023 188 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, Vitória Biblioteca Depositária: Biblioteca Central/UFES
FARIA, SIOMARA GOMES. **Memória, Vestígio, Montagem: um estudo sobre o arquivo em "Imagens do mundo e inscrições de guerra"**' 29/05/2013 139 f. Mestrado em COMUNICAÇÃO SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da Fafich - Prof. Antônio Luiz Paixão
FARIA, Wadson Silva. A NORMALIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA NO BRASIL: UM ESTUDO DA INFLUÊNCIA DAS RESOLUÇÕES DO CONARQ NA ORGANIZAÇÃO DOS ARQUIVOS DA JUSTIÇA ELEITORAL BRASILEIRA' 01/10/2006 145 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA DA BCE Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
FEITOSA, MARIA LENIR ORAN FONSECA. "ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS: DA MISSÃO À AÇÃO".' 01/07/1997 85 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: Universidade Federal do Amazonas, MANAUS Biblioteca Depositária: CENTRAL E FACED
FERNAL, ALEXANDRE. MATERIALIDADE DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DOS AMBIENTES INFORMACIONAIS DIGITAIS E OS IMPACTOS NA ARQUIVOLOGIA NAS CONJUNTURAS DA PRESERVAÇÃO DIGITAL' 23/10/2015 96 f. Mestrado em Ciência da Informação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Londrina Biblioteca Depositária: Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual de Londrina
FERNANDES, MYRELLA VAENIA DA LUZ. A ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM REPOSITÓRIOS DIGITAIS TEMÁTICOS: UM ESTUDO DO GRAFITE E SUAS REPRESENTAÇÕES COMO DOCUMENTO ' 26/02/2019 114 f. Mestrado em Ciência da Informação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Londrina Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL UEL

(Continua)

FERREIRA, FABIANA MARIA DE OLIVEIRA. “A Cinemateca Brasileira e as políticas públicas para a preservação de acervos audiovisuais no Brasil '" 17/02/2020 150 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UnB Detalhes
FERREIRA, LETÍCIA ELAINE. FUNDO DE ARQUIVO E O PRINCÍPIO DE PROVENIÊNCIA: UMA OBSERVAÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA.' 01/04/2012 147 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/MARILIA, Marília Biblioteca Depositária: Biblioteca da UNESP - Campus de Marília Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
FERREIRA, LUAN HENRIQUE GIROTO. O ACERVO GLOBO E AS POSSIBILIDADES DE USO E FUNÇÃO DAS TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS PARA DESENVOLVIMENTO DE ARQUIVOS EM EMISSORAS DE TELEVISÃO' 28/05/2018 119 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: UNESP, Campus de Marília
FERREIRA, Maria de Lourdes. Os arquivos da administração pública nos municípios do Grande ABC Paulista : a busca do fio de Ariadne' 01/05/2005 178 f. Mestrado em HISTÓRIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: SBD / CAPH
FERREIRA, SHIRLEY DOS SANTOS. ARQUIVOS ESCOLARES COMO FONTE DE INFORMAÇÃO: intervenção na elaboração de modelo de gestão documental ' 31/07/2019 144 f. Mestrado Profissional em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, São Cristóvão Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe
FIGUEIREDO, RODRIGO DA SILVA. CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS: Análise dos Códigos de Classificação de Documentos do Arquivo Nacional' 20/12/2022 73 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária.
FILHO, CASSIO MURILO ALVES COSTA. Possíveis limitações do ciclo vital dos documentos ante ao Pós-custodialismo: o modelo australiano records continuum como instrumento de elucidação' 23/05/2016 185 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UnB

(Continua)

FILHO, HERBET MENEZES DOREA. O ARQUIVO PESSOAL DO REITOR PEDRO CALMON: CORRESPONDÊNCIAS (1964 A 1966)' 21/11/2019 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária.
FILHO, Jayme Leiro Vilan. "Autoria Múltipla em Artigos de Periódicos Científicos das Áreas de Informação no Brasil'' 01/08/2010 215 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: BCE e IBICT Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
FLORES, Daniel. Análise do Programa de Legislação Educacional Integrada - PROLEI: Uma Abordagem Arquivística na Gestão Eletrônica de Documentos.' 01/10/2000 145 f. Mestrado em ENGENHARIA DE PRODUÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, SANTA MARIA Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial Centro Tecnologia e Central UFSM Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
FONSECA, GABRIELI APARECIDA DA. IDENTIFICAÇÃO DOCUMENTAL EM ARQUIVOS PESSOAIS: POSSIBILIDADES, CONVERGÊNCIAS E DESAFIOS' 09/05/2017 121 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: Campus de Marília
FONSECA, Maria Odila Kahl. Arquivologia e Ciência da Informação: (Re) definição de marcos interdisciplinares' 01/03/2004 181 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI Biblioteca Depositária: UFRJ/ECO
FONSECA, PATRICIA CONCEICAO ROMEU DA. O uso das redes sociais digitais por arquivos nacionais: o caso do Arquivo Nacional do Brasil' 02/03/2020 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - UFRJ - IBICT Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária.
FONTES, Patricio da Silva. Arquivos Judiciários: uma proposta de organização do acervo de caráter permanente' 01/03/2010 193 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA, JOÃO PESSOA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPB Trabalho anterior à Plataforma Sucupira

(Continua)

FRANÇA, Henrique Elias Cabral. O Lapso da Memória: um estudo sobre a preservação digital e o acesso a um hemeroteca jornalística' 01/07/2010 123 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA, JOÃO PESSOA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPB Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
FRANCA, PATRICIA MACHADO GOULART. O ARQUIVO PESSOAL DO TEATRÓLOGO AUGUSTO BOAL: O ESPETÁCULO CONTINUA' 15/04/2015 138 f. Mestrado Profissional em HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (RJ), Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Mario Henrique Simonsen
FRANCO, DIEGO MORAIS VIEIRA. No Intenso Agora: ensaio sobre o cinema de arquivo' 15/03/2019 150 f. Mestrado em COMUNICAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca da Escola de Comunicação da UFRJ
FREITAS, CARLA REGINA PETROPOLIS VIEIRA DE CASTRO. DIPLOMÁTICA PARA A PADRONIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DOCUMENTAL: contribuições para o Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro' 24/05/2013 211 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA GERAL DO GRAGOATÁ
FREITAS, LIDIANE MARQUES. A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO SENSÍVEL SOB A ÓTICA DA ARQUIVOLOGIA: UM ESTUDO DE CASO NA EMBRAPA SOJA' 17/04/2017 149 f. Mestrado em Ciência da Informação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Londrina Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)
FREITAS, Maria Cristina Vieira de. Tudo passa e tudo fica no caminho que se faz: um estudo qualitativo de acervo e fundo de arquivo de instituição cultural, sob o paradigma que insere a arquivologia no contexto de uma Ciência da Informação.' 01/06/2003 251 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária da UFMG
FREIXO, Aurora Leonor. Gestão de Arquivos na Administração Pública do Estado da Bahia: da prática burocrática ao discurso gerencialista.' 01/02/2007 135 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, SALVADOR Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Bahia

(Continua)

FURTADO, MARCELLO FRANCA. Nas ruas, nas praças: as imagens do movimento estudantil capixaba na ditaduara militar (1964-1985)' 31/07/2017 159 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, Vitória Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFES
GAK, LUIZ CLEBER. Rumos da Educação Arquivista no Brasil' 01/05/2004 150 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: CFCH Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
GAMA, FERNANDO ALVES DA. As contribuições das Linguagens de Marcação para a Gestão da Informação Arquivística Digital' 01/09/2011 158 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/MARILIA, Marília Biblioteca Depositária: Biblioteca FFC/UNESP campus Marília Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
GARCIA, Olga Maria Correa. A Aplicação da Arquivística Iintegrada Considerando os Desdobramentos do Processo a Partir da Classificação.' 01/10/2000 92 f. Mestrado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, FLORIANÓPOLIS Biblioteca Depositária: BU/UFSC Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
GERONIMO, MICHELE BRASILEIRO. O Arquivo Universitário e as suas diretrizes: um estudo de caso do sistema de arquivo da Unicamp (SIARQ)' 04/11/2014 154 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: CAMPUS DE MARÍLIA
GOMES, AMANDA PAMELA SANTOS. Entre dualidades e dualismos: a múltipla atuação de músicos e musicólogos em acervos musicais brasileiros' 04/09/2018 217 f. Mestrado em MÚSICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da Escola de Música da UFMG
GOMES, DOMICIA. A GESTÃO DE DOCUMENTOS, OS ARQUIVOS E O ACESSO À INFORMAÇÃO NOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES DE MÉDIO PORTE: DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS PARA UMA POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL DE ARQUIVOS Niterói' 29/07/2020 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BCG

(Continua)

GOMES, Ester de Albergaria. A PRESERVAÇÃO DE PROGRAMAS TELEVISIVOS BRASILEIROS EM FORMATO DIGITAL: UM ESTUDO DE CASO.' 01/07/2012 139 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá / UFF Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
GOMES, MARIA DO CARMO ALVARENGA AND. A PRODUCAO DO CONHECIMENTO HISTORICO E DO DOCUMENTO: ESTUDO DA RELACAO ENTRE A HISTORIOGRAFIA MINEIRA E AS FONTES - 1979/1990' 01/01/1994 199 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária. Detalhes
GOMES, Neide Aparecida. O Ensino de Conservação Preservação e Restauração de Acervos Documentais no Brasil' 01/03/2000 113 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
GOMES, Sandra Lúcia Rebel. Lugares de memória e informação, os arquivos e centros de documentação sobre trabalho, trabalhadores e suas organizações ' 01/04/1996 9999 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: IBICT/UFRJ Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
GOMES, Yuri Queiroz. Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978): entre a memória e a história' 01/03/2011 157 f. Mestrado em MEMÓRIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: UNIRIO
Gorender, Ana Cherker. A AVALIAÇÃO DOCUMENTAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO:uma proposta para a CNEN/CGMI' 01/12/2011 91 f. Profissionalizante em AVALIAÇÃO Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO CESGRANRIO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA DO CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO

(Continua)

GRACIANO, MAITHA ELENA TOSTA. O ESTUDO DO INSTITUTO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO NA PERSPECTIVA DA TEORIA ARQUIVÍSTICA PÓS-CUSTODIAL' 07/08/2015 124 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: Campus de Marília
GRIGOLETO, MAIRA CRISTINA. Documento, poder e governo: os agenciamentos políticos na construção patrimonial no Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro' 23/01/2013 159 f. Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: Campus de Marília
GUIMARAES, MARIANA SOUZA. ARQUIVOS AUDIOVISUAIS EM EMISSORAS DE TELEVISÃO: MARCOS LEGAIS DA COMUNICAÇÃO E ARQUIVOLOGIA' 30/09/2021 96 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
GUIMARAES, RUBENS VIEIRA. AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO: UMA ANÁLISE DE DIFERENTES ABORDAGENS' 28/03/2018 144 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UNB
HADDAD, GISELE LAURA. Entre teoria e práxis na arquivística musical: diretivas para o Centro de Memória das Artes da FFCLRP-USP' 21/03/2017 98 f. Doutorado em MÚSICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: ECA/USP
HENDGES, Graciela Rabuske. TACKLING GENRE CLASSIFICATION: THE CASE OF HTML RESEARCH ARTICLES.' 01/12/2007 195 f. Doutorado em LETRAS (INGLÊS E LITERATURA CORRESPONDENTE) Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, FLORIANÓPOLIS Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
HERNANDES, JOANA PEREGRINA. Usuário em Arquivos: Estudo de recuperação da informação no contexto do DNIT/RS' 26/08/2022 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre Biblioteca Depositária.
HORIMI, DRIELEN. INOVAÇÃO NO CONTEXTO DOS SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS' 31/01/2019 99 f. Mestrado em Ciência da Informação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Londrina Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL UEL

(Continua)

HOTT, DANIELA FRANCESCUTTI MARTINS. Acesso à informação em ambiente web às pessoas com deficiência: mapeamento e análise das práticas dos arquivos públicos brasileiros.' 15/12/2022 180 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: BCE
HOTT, Daniela Franscecutti Martins. O Acesso aos documentos sigilosos: um estudo das comissões permamentes de avaliação e de acesso nos arquivos brasileiros' 01/01/2005 498 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: BCE/UnB Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
INDOLFO, Ana Celeste. O uso de normas arquivísticas no estado brasileiro: uma análise do Poder Executivo Federal.' 01/02/2008 235 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI Biblioteca Depositária: Biblioteca da Pós-Graduação Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
JACCOUD, LEANDRO DE ABREU SOUZA. A educação patrimonial com/nos arquivos e o uso de jogos cooperativos *on-line*: monitoramento e avaliação do módulo educativo do sítio Escravidão, abolição e pós-abolição' 27/02/2018 151 f. Mestrado Profissional em MEMÓRIA E ACERVOS Instituição de Ensino: FUNDACAO CASA DE RUI BARBOSA, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca do Mestrado
JARDIM, José Maria. Os arquivos (in)visíveis: a opacidade informacional do estado brasileiro' 01/03/1998 302 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: UFRJ/ECO Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
JÚNIOR, Delfim Afonso. Imagens de arquivo, cenas desconhecidas - um estudo sobre bibliotecários, jornalistas, rede de relações e práticas informacionais em arquivos de telejornalismo' 01/08/2008 308 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária Trabalho anterior à Plataforma Sucupira

(Continua)

JÚNIOR, Inaldo Barbosa Marinho. “Gestão de Documentos no Poder Legislativo: análise do funcionamento de uma Comissão Parlamentar de Inquérito”.' 01/06/2011 251 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
JUNIOR, MARCOS VOLPIN. O Tratamento Documental Arquivístico na Universidade Federal de Minas Gerais: Estudo de Caso da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas' 15/12/2022 185 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
JUNIOR, PAULO ROBERTO FERNANDES. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ARQUIVOS: Uma proposta de mediação cultural no Arquivo Público da Cidade de Aracaju (APA) por meio de Objetos Digitais de Aprendizagem (ODA).' 08/11/2021 216 f. Mestrado Profissional em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, São Cristóvão Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe
JUNIOR, ZENOBIO DOS SANTOS. ACERVO ACADÊMICO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (IFES): MANUTENÇÃO, GUARDA E ACESSO AOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO.' 15/02/2017 124 f. Mestrado em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FUMEC, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: FACE/FUMEC
KAMINITZ, SONIA HELENA DA COSTA. FOTOGRAFIAS DA ESCOLA DE ENFERMAGEM ALFREDO PINTO (1943-1956) ACERVO E SEMIÓTICA: contribuições para a história' 31/03/2017 195 f. Doutorado em Enfermagem e Biociências Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA SETORIAL DE ENFERMAGEM E NUTRIÇÃO /UNIRIO
KIRINUS, Josiane Boeira. UTILIZANDO TÉCNICAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS DA WEB SEMÂNTICA PARA ORGANIZAR INFORMAÇÕES PESSOAIS ' 01/11/2003 144 f. Mestrado em ENGENHARIA DE PRODUÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, SANTA MARIA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFSM Trabalho anterior à Plataforma Sucupira

(Continua)

KUROKI, IVINA FLORES MELO. DEMARCAÇÕES CONCEITUAIS DOS PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS DA ARQUIVOLOGIA E DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: Contribuições para a configuração científica das disciplinas no Campo da Informação' 05/02/2016 141 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UnB
LASMAR, Denise Portugal. Estoques de informação: o acervo imagético da Comissão Rondon no Museu do Índio como fonte de informação' 01/04/2002 208 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: UFRJ/ECO
LEAL, SULIANE BARROS. Uma Análise do Serviço de Referência Arquivístico na Justiça Comum nos Estados de Alagoas e de Minas Gerais' 13/09/2022 162 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
LEANDRO, ARLENE APARECIDA. O DOCUMENTO FOTOGRÁFICO À LUZ DA CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA: UM ESTUDO EM TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS' 03/03/2020 123 f. Mestrado em Ciência da Informação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Londrina Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL UEL
LEÃO, Flávia Carneiro. A representação da informação arquivística permanente : a normalização descritiva e a ISAD(G)' 01/03/2006 81 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: ECA/USP Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
LEAO, MEISSANE ANDRESSA DA COSTA. PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS EM AUTARQUIAS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL: Pré-diagnóstico dos Conselhos Federais' 28/01/2021 241 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
LEITE, BRUNO FERREIRA. Percepções sobre a produção, custódia e uso do arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito.' 26/08/2014 112 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UNIRIO

(Continua)

LEITE, MAYARA MACHADO. ESTUDOS DE USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO: tipificando os usuários internos e externos do Arquivo Central do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) ' 31/03/2017 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária.
LEITE, THAILINE DE ALMEIDA. Estudo das necessidades informacionais dos gestores de unidades arquivísticas: o caso do arquivo do Senado Federal' 08/10/2021 252 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UnB
LEME, THALITA FERNANDA. A IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO SUBSÍDIO PARA A CLASSIFICAÇÃO: uma proposta metodológica para a Prefeitura Municipal de Marília' 13/05/2019 173 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: UNESP, Campus de Marília
LEVY, NATASHA HERMIDA PEREIRA CASTRO DA SILVA. A GESTÃO ARQUIVÍSTICA E O SISTEMA INFORMATIZADO SEI: A VISÃO DE SEUS USUÁRIOS' 21/03/2017 153 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária.
LIMA, DAYANE PONCIANO DE. A ATIVIDADE DOCENTE DA MATEMÁTICA ESTELA KAUFMAN RETRATADA EM SEU ARQUIVO PESSOAL: UM ESTUDO DE TIPOLOGIA DOCUMENTAL' 02/09/2020 100 f. Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia Instituição de Ensino: MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca do Museu de Astronomia e Ciências Afins
LIMA, JOAO CARLOS BERNARDO DE. POLÍTICA DE INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO' 26/02/2015 139 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária.

(Continua)

LIMA, Maria Cristina de Souza. RESULTADOS DE INGRESSANTES NO ENSINO SUPERIOR VIA ENEM: um ensaio de avaliação.' 01/04/2011 79 f. Profissionalizante em AVALIAÇÃO Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO CESGRANRIO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA DO CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
LIMA, Maria Tereza Gomes de Almeida. A narrativa memorialística dos álbuns de Ântonio Guerra' 01/02/2012 238 f. Doutorado em ESTUDOS LITERÁRIOS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca da FALE e Biblioteca Universitária da UFMG Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
LINDEN, LEOLIBIA LUANA. O TRATAMENTO TEMÁTICO DA INFORMAÇÃO EM INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA' 13/02/2017 80 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
LINS, JULIA BELLESSE DA SILVA. O PROFISSIONAL ARQUIVISTA NO CONTEXTO SÓCIO-CULTURAL ' 01/02/1996 165 f. Mestrado em MEMORIA SOCIAL E DOCUMENTO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL DA UNI-RIO
LOBATO, ANA PAULA RIBEIRO. AS FONTES DOCUMENTAIS E A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA MINEIRA: estudo sobre as relações entre a pesquisa histórica e a utilização das fontes documentais provenientes do Arquivo Público Mineiro - 2002-2017' 18/10/2021 207 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
LOBO, JUDA LEAO. A OPINIÃO PÚBLICA ENTRE PENSAMENTO E ARQUIVO: encarnação e releituras de uma categoria constitucional no Brasil monárquico CURITIBA 2015' 11/03/2015 214 f. Mestrado em DIREITO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Curitiba Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPR

(Continua)

LOPES, ALINE DE QUEIROZ. Reflexões arquivísticas no processo de gestão de documentos de imagens em movimento produzidos e/ou recolhidos em virtude da atividade fim de uma emissora de televisão' 27/07/2016 109 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
LOPES, BERNARDO MOTA. Arquivo Transmasculino: uma autoetnografia sobre transmasculinidade no Brasil' 30/05/2022 125 f. Mestrado em COMUNICAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: BCE/UnB
LOPES, BIANCA DA COSTA MAIA. POPULARIZAR OU PERECER: A POTENCIALIDADE INFORMACIONAL DOS ARQUIVOS NA INTERNET ' 27/02/2018 145 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - UFRJ - IBICT Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFRJ
LOPEZ, André Porto Ancora. As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos.' 01/02/2001 246 f. Doutorado em HISTÓRIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: FFLCH
LOUSADA, MARIANA. A mediação da informação na Teoria Arquivística' 16/03/2015 135 f. Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: CAMPUS DE MARÍLIA
LOW, MARIETA MARKS. Proveniência arquivística e semântica: Uso de ontologias de BFO para representação da produção documental e contexto' 29/06/2021 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre Biblioteca Depositária.
LUCCA, Giana. PLONARQ: GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS BASEADO EM SOFTWARE LIVRE.' 01/07/2007 77 f. Mestrado em ENGENHARIA DE PRODUÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, SANTA MARIA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central e Biblioteca Setorial do CT. Trabalho anterior à Plataforma Sucupira

(Continua)

LUTZ, CRISTIANO CAVALHEIRO. DESCRIÇÃO E ACESSO DO ACERVO DE PLANTAS DA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DA PONTA GROSSA DA ILHA DE SANTA CATARINA Santa Maria, RS 2018' 19/07/2018 241 f. Mestrado Profissional em PATRIMÔNIO CULTURAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, Santa Maria Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFSM
LUZ, CHARLLEY DOS SANTOS. Ontologia digital arquivística: interoperabilidade e preservação da informação arquivística em sistemas informatizados de arquivos e na web' 31/08/2016 144 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: ECA/USP
MACEDO, PATRICIA LADEIRA PENNA. UM ESTUDO SOBRE O PRINCÍPIO DA ORDEM ORIGINAL EM ARQUIVOS PESSOAIS' 12/12/2018 . Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BCG
MACHADO, BRUNO AMADEI. DO ARQUIVO À EMPRESA, DA FÁBRICA À COZINHA: MOVIMENTOS DESDE O GASÔMETRO DE SÃO CRISTÓVÃO' 16/08/2019 181 f. Mestrado em PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: IPPUR/UFRJ
MACHADO, BRUNO HENRIQUE. DOS DEVANEIOS VISUAIS À GÊNESE DOCUMENTAL: o estudo da produção dos documentos fotográficos da Assessoria de Comunicação e Imprensa da Unesp' 08/05/2017 135 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: Campus de Marília
MACHADO, BRUNO HENRIQUE. O SENTIDO DA FOTOGRAFIA DE ARQUIVO: A COMPREENSÃO DA LINGUAGEM FOTOGRÁFICA NA SUA PRODUÇÃO DOCUMENTAL' 24/02/2022 226 f. Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
MACHADO, Murilo Milton. OPEN ARCHIVES: panorama dos repositórios.' 01/03/2006 101 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, FLORIANÓPOLIS Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária UFSC Trabalho anterior à Plataforma Sucupira

(Continua)

MAIA, Augusto Moreno. A CONSTRUÇÃO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIRIO: dos primeiros passos à maturidade universitária?' 01/09/2006 129 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Central da Unirio
MALDANER, SANDRA SCHINWELSKI. Documento sonoro como patrimônio arquivístico documental: um ambiente de descrição, difusão e acesso para o Museu Antropológico Diretor Pestana' 25/05/2016 453 f. Mestrado Profissional em PATRIMÔNIO CULTURAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, Santa Maria Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFSM
MALINOWSKI, GABRIEL GESUALDI. Montagens do público e do privado no arquivo audiovisual: imaginação histórica e cultura do fragmento a partir de filmes de Carlos Nader' 28/04/2020 149 f. Doutorado em COMUNICAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A
MALVERDES, ANDRE. O mundo dos cinemas de rua em imagens: organização da informação e descrição de acervos fotográficos reunidos em coleções' 08/12/2015 207 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: http://repositorio.unb.br/
MANFRE, DANIELA PEREIRA DE SOUSA. Preservação digital de documentos arquivísticos legislativos municipais: contribuições da Arquivologia' 14/11/2018 86 f. Mestrado Profissional em GESTÃO DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: ECA/USP
MARCHESI, RAFAEL ZANOLI. Ambiente para apoio de ensino *on-line* de Classificadores: projeto, implementação, implantação e testes.' 01/08/2011 238 f. Mestrado em INFORMÁTICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, VITÓRIA Biblioteca Depositária: BC UFES Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
MARINS, DANIEL ALMEIDA. RUPTURAS E CONTINUIDADES PARADIGMÁTICAS NA ARQUIVOLOGIA: UM ESTUDO A PARTIR DE ATAS DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS E DE SUA CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS' 17/12/2019 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária.

(Continua)

MARIZ, Anna Carla Almeida. Arquivos públicos brasileiros: a transferência da informação na Internet.' 01/07/2005 197 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI Biblioteca Depositária: Bibl. do CFCH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFRJ Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
MARQUES, Angélica Alves da Cunha. "Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil".' 01/01/2011 240 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE
MARQUES, Angélica Alves da Cunha. OS ESPAÇOS E OS DIÁLOGOS DA FORMAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DA ARQUIVÍSTICA COMO DISCIPLINA NO BRASIL' 01/02/2007 298 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: BCE/UNB Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
MARQUES, JULIANA FERREIRA. "NAS ONDAS DA RÁDIO-ESCOLA": A EDUCOMUNICAÇÃO CONECTANDO SABERES NA SOCIEDADE APRENDENTE' 12/09/2014 188 f. Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL/UFPB
MARQUES, Maria Raquel Lisboa Costa. Classificação de documentos em organizações contemporâneas : uma abordagem metodológica.' 01/04/2012 124 f. Mestrado em HISTÓRIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: SBD / CAPH
MARTENDAL, FERNANDA FRASSON. DIFUSÃO NA ARQUIVOLOGIA E SUAS EXPRESSÕES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL' 22/02/2018 281 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
MARTINIANO, MARISTELA COSTA. O Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte como campo etnográfico: vestígios do africanismo no arquivo pessoal de Nelson Coelho de Senna' 24/08/2017 95 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária

(Continua)

MARTINS, FABIANE SILVA. Olhares e perspectivas da imprensa sobre a LAI: pontuações acerca do acesso à informação' 18/08/2014 230 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UNIRIO
MARTINS, MARINA RODRIGUES. Mapeamento de públicos estratégicos para iniciativas brasileiras universitárias de arquivamento da web no âmbito acadêmico: uma projeção para Universidade Federal do Rio Grande do Sul e seu Programa de Pós-graduação em Comunicação' 07/02/2019 126 f. Mestrado em Comunicação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre Biblioteca Depositária: https://www.lume.ufrgs.br/
MARTINS, RUBIA. O VALOR PROBATÓRIO DO DOCUMENTO ELETRÔNICO: ANÁLISE INTERDISCIPLINAR ENTRE A ARQUIVOLOGIA E O DIREITO.' 08/07/2015 197 f. Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: Campus de Marília
MARTINS, WANESSA RODRIGUES. REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA: o papel do CIA e do CONARQ para o desenvolvimento de políticas de descrição' 09/05/2019 82 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPA
MATOS, MARCELO DE ARAUJO. AVALIAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA EM UMA ORGANIZAÇÃO MILITAR.' 30/09/2022 64 f. Mestrado Profissional em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE POTIGUAR, Natal Biblioteca Depositária: SIB/SF
MATTOS, MARIA TERESA NAVARRO DE BRITTO. Memória institucional e gestão universitária no Brasil: o caso da Universidade Federal da Bahia' 01/07/2004 256 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, SALVADOR Biblioteca Depositária: Biblioteca Anísio Teixeira
MATTOS, MIRIAM DE CÁSSIA DO CARMO MASCARENHAS. Multiculturalismo em Ciência da Informação: percepções e ações dos profissionais da informação em bibliotecas escolares' 01/03/2011 144 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/MARILIA, Marília Biblioteca Depositária: Biblioteca FFC/UNESP Marília

(Continua)

MEDEIROS, JOSE MAURO GOUVEIA DE. A LITERATURA CIENTÍFICA ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DE CITAÇÃO NOS ARTIGOS DE PERIÓDICOS (2010-2013)' 18/07/2016 116 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UnB
MEDEIROS, MARIA LUZINETE DE. GESTÃO DA INFORMAÇÃO NO ARQUIVO GERAL DA UFRN: FLUXO E TRATAMENTO DOS PROCESSOS DE APOSENTADORIA DE 1965 A 2002' 25/08/2017 134 f. Mestrado Profissional em GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFRN
MELLO, JAMER GUTERRES DE. AGENCIAMENTOS ESTÉTICOS E POLÍTICOS NO AUDIOVISUAL CONTEMPORÂNEO: IMAGENS DE ARQUIVO NA OBRA DE HARUN FAROCKI' 23/03/2016 194 f. Doutorado em Comunicação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
MELLO, SILVIA LHAMAS DE. IDENTIFICAÇÃO DE TIPOLOGIA DOCUMENTAL COMO PARÂMETRO PARA CLASSIFICAÇÃO EM ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS' 24/06/2013 169 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL DO GRAGOATÁ - UFF
MELO, ANA VIRGINIA CHAVES DE. Aprendendo a aprender pensando sobre como pensar: o desenvolvimento de competência em informação sobre o suporte da metacognição' 27/07/2016 . Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária.
MELO, Josemar Henrique de. Politica do Silencio. O Sistema de arquivos do estado de Pernambuco' 01/12/1999 122 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA, JOÃO PESSOA Biblioteca Depositária: Central, Nacional, IBICIT Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
MELO, SUELLEN ALVES DE. Difusão de documentos fotográficos: análise de experiências de três instituições arquivísticas brasileiras no facebook' 09/12/2019 173 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária

(Continua)

Mendes, André Oliva Teixeira. Os Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo: subsídios para a construção de representações' 01/01/2011 225 f. Mestrado em HISTÓRIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: SBD / CAPH
MENDES, ELIANE MANHAES. TENDENCIAS PARA A HARMONIZACAO DE PROGRAMAS DE ENSINO DE ARQUIVOLOGIA BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA NO BRASIL: UM ESTUDO DELFOS' 01/07/1992 300 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária.
MENDES, Elisângela Esteves. POR ENTRE AS CAMADAS DO TEMPO, LEMBRAR E ESQUECER EM UM ARQUIVO DE EDUCAÇÃO: O ARQUIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE JUIZ DE FORA 1938-1996' 01/06/2011 138 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, JUIZ DE FORA Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária UFJF Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
MENDONCA, ROBERTA PIMENTA DA CRUZ. DO ESTUDO DA GÊNESE DOCUMENTAL AOS METADADOS: Identificação Arquivística como contribuição metodológica para a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) na Universidade Federal Fluminense' 18/06/2018 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BCG
MENEZES, ADRIANA MARIA CURSINO DE. “Poesia em Forma de Imagem: arquivo nas práticas experimentais do cinema' 16/05/2013 171 f. Doutorado em COMUNICAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca da Escola de Comunicação da UFRJ Detalhes
MINTEGUI, EVELIN MELO. Relações entre políticas públicas de arquivo e cultura no subsistema político arquivístico amplo brasileiro: o caso do Colegiado Setorial de Arquivos do Conselho Nacional de Políticas Culturais.' 27/04/2021 215 f. Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: Biblioteca universitária UFSC

(Continua)

MOGOLLON, JUAN BERNARDO MONTOYA. A EMERGÊNCIA DE UMA “ADEQUADA” PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS EM ORGANIZAÇÕES' 24/02/2017 123 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: Campus de Marília
MOGOLLON, JUAN BERNARDO MONTOYA. Diplomática e Forense Digital: Subsídios para Garantir a Autenticidade de Documentos de Arquivo Natos Digitais' 30/07/2021 182 f. Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marilia
MONÇÃO, JANE LESSA. O CONCEITO ASSUNTO NA ARQUIVÍSTICA: UMA REFLEXÃO EM ARQUIVOS PERMANENTES A PARTIR DO EVENTO - I SOGGETTI E ALTRI APPARATI DI INDICIZZAZIONE IN ARCHIVISTICA: IPOTESI DI LAVORO' 01/10/2006 102 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/MARILIA, Marília Biblioteca Depositária: UNESP, CAMPUS DE MARILIA Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
MONTEIRO, GLENDA DA ROCHA. REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS E BIBLIOTECAS: Uma análise entre as Normas ISAD (G) e AACR2.' 24/03/2020 100 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial Armando Correa Pinto, ICSA, UFPA
MORAES, HUMBERTO ANTONIO RIBAS. Records in contexts - a conceptual model for archival description (RiC-CM): análise da proposta de um padrão internacional integrado de descrição arquivística' 27/08/2018 92 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, São Carlos Biblioteca Depositária: Repositório Institucional da Universidade Federal de São Carlos (RI-UFSCar)
MORAIS, SILVIA CINTRA BORGES. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DESEMPENHO DA GESTÃO DOCUMENTAL: O CASO DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL' 29/06/2017 177 f. Mestrado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA, Tubarão Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária - RIUNI

(Continua)

MOTA, MABEL MEIRA. A LITERATURA A(NA)RQUIVADA: CONTRIBUIÇÕES DA DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA E DAS CRÍTICAS FILOLÓGICAS À REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO ARQUIVO PESSOAL DE ILDÁSIO TAVARES' 05/08/2021 241 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária.
MOTTA, BRUNA GISELE. CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA A PARTIR DOS LUGARES, INSTITUIÇÕES E DOCUMENTOS: UM ESTUDO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA “Pe. ANTÃO JORGE” DO SANTUÁRIO NACIONAL DE APARECIDA' 05/05/2015 92 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: CAMPUS DE MARÍLIA
MOTTA, VERA MARIA ROCHA VASCONCELLO. ARQUIVOS PRIVADOS DE TITULARES MINEIROS - 1930/1983: UM ESTUDO SOBRE A LOCALIZACAO, COMPOSICAO E USO DOS DOCUMENTOS.' 01/11/1993 347 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária. Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
MOURA, ANA ROBERTA PINHEIRO. ECOSSISTEMA DA DESINFORMAÇÃO E A SUA RELAÇÃO COM A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA' 19/01/2023 118 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém Biblioteca Depositária: Biblioteca Armando Corrêa Pinto ICSA/UFPA
MOURA, GIGLIOLLA DE LOURDES BATISTA. As Influências da Tecnologia Quanto à Preservação da Memória: uma Análise Reflexiva Sobre a Digitalização de Documentos Permanentes no Arquivo Central da Universidade Federal da Paraíba' 30/06/2021 61 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária.
NASCIMENTO, FRANCISCO JOSE TAVARES DO. O acesso nos arquivos de instituições de saúde: entre o direito à informação e o direito à intimidade' 28/08/2014 149 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UNIRIO

(Continua)

NASCIMENTO, JOAO GABRIEL GUERREIRO RANGEL DO. Uma análise sobre a elaboração de arranjos documentais em coleções pessoais tomando como caso as coleções Lucia Sanson e Família Barbosa de Oliveira da Fundação Casa de Rui Barbosa.' 01/03/2018 91 f. Mestrado Profissional em MEMÓRIA E ACERVOS Instituição de Ensino: FUNDACAO CASA DE RUI BARBOSA, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca do Mestrado Detalhes
NASCIMENTO, Luana de Almeida. A PRESERVAÇÃO DA ORGANICIDADE DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA.' 01/06/2012 117 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá / UFF Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
NASCIMENTO, MARIA IVONETE GOMES DO. Avaliação de documento de arquivo na Administração Pública Federal Brasileira: um estudo à luz das concepções teóricas e da legislação e normas nacionais.' 23/01/2015 148 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: http://repositorio.unb.br/
NASCIMENTO, MARIANA BATISTA DO. Avaliação Arquivística: Requisitos para Valoração e Destinação de Documentos no Âmbito da Administração Pública Estadual' 22/11/2022 304 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
NASCIMENTO, NATALIA MARINHO DO. Inter-relação entre os fluxos informacionais, a identificação de tipos documentais e a avaliação de documentos: um modelo processual para a Salutar de Marília' 25/03/2019 189 f. Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: UNESP, Campus de Marília
Negreiros, Leandro Ribeiro. Sistemas eletrônicos de gerenciamento de documentos arquivísticos: um questionário para escolha, aplicação e avaliação' 01/03/2007 246 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária Trabalho anterior à Plataforma Sucupira

(Continua)

NEGRINI, MARCIO ZANETTI. OS GOVERNOS DE GETÚLIO VARGAS EM FILMES DE ARQUIVO: IMAGENS QUE SOBREVIVEM NO PRESENTE' 23/03/2020 218 f. Doutorado em COMUNICAÇÃO SOCIAL Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Irmão José Ottão- Pucrs
NETO, ANTONIO LAURINDO DOS SANTOS. OS CINEJORNAIS DA AGÊNCIA NACIONAL NO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN) E NO PORTAL ZAPPIENS: CONTRIBUIÇÕES PARA ANÁLISE, DESCRIÇÃO E REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA DA INFORMAÇÃO' 16/06/2014 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária.
NETO, NELSON ALFREDO SALOMAO. A perspectiva arquivística do governo aberto: Um estudo comparativo da participação de Brasil, Estados Unidos, México e Reino Unido na Open Government Partnership' 31/08/2016 128 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária. Detalhes
NHARRELUGA, RAFAEL SIMONE. O ESTADO E A CONSTRUÇÃO DA ORDEM ARQUIVÍSTICA EM MOÇAMBIQUE (1975-2010)' 19/12/2014 310 f. Doutorado em HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (RJ), Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Mario Henrique Simonsen Leal
NISHITANI, Paulo Kiyoshi. Gestão documental em agências bancárias: estudo de caso em um banco da cidade de Londrina' 01/06/2010 140 f. Profissionalizante em GESTÃO DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, LONDRINA Biblioteca Depositária: Sistema de Bibliotecas da UEL Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
NOGUEIRA, FERNANDA PAROLO DE MATTOS. Políticas públicas de informação: o lugar do arquivo público municipal em um polo de inovação' 18/05/2021 281 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, São Carlos Biblioteca Depositária: repositório UFSCar

(Continua)

NOGUEIRA, RUBEM DAMIAO SOARES. Conexões entre Arquivo, Biblioteca e Museu: similaridade das atividades profissionais e colaboração entre instituições O Arquivo Público Mineiro, a Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa e o Museu Mineiro' 03/06/2016 189 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
NOVAES, MARIA SILVIA FERRAZ. ARQUIVOS BRASILEIROS DE CARDIOLOGIA: participação na literatura internacional' 01/03/2000 73 f. Mestrado em BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: PUC CAMPINAS Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
OLIVEIRA, ANNA BEATRIZ CASTRO E. GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS NO PODER EXECUTIVO ESTADUAL BRASILEIRO: ESTUDO DE IDENTIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS, PROGRAMAS E INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS.' 25/05/2016 222 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá - UFF
OLIVEIRA, CIBELE DE CARVALHO DE. INVENTÁRIO DO ARQUIVO OLIVEIRA TELLES: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO E O ACESSO A UM PATRIMÔNIO CULTURAL SERGIPANO' 29/10/2021 99 f. Mestrado Profissional em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, São Cristóvão Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe
OLIVEIRA, EDUARDO DE SOUZA DE. O uso de imagens de arquivo em documentários de moradias estudantis: a escrita da história do CRUSP e da Moradia Estudantil da UNICAMP' 23/04/2020 121 f. Mestrado em IMAGEM E SOM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, São Carlos Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária da UFSCar
OLIVEIRA, EDUARDO DOS SANTOS. DE UM CORPO PARA OUTRO: O ARQUIVO CINE-PERFORMATIVO DE NAOMI KAWASE ' 06/08/2018 96 f. Mestrado em COMUNICAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Fortaleza Biblioteca Depositária: Biblioteca de Humanidades
OLIVEIRA, Eliane Braga de. "O conceito de memória na Ciência da Informação no Brasil: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação"' 01/08/2010 194 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: BCE e IBICT

(Continua)

OLIVEIRA, Eliane Braga de. A contratação de terceiros nos serviços arquivísticos da administração pública federal em Brasília' 01/03/1997 220 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UnB; Biblioteca Nacional Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
OLIVEIRA, Flávia Helena de. "A formação do arquivista na Universidade de Brasília frente às demandas profissionais e de mercado da Capital Federal".' 01/02/2010 160 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: Biblioteca da Universidade de Brasília Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
OLIVEIRA, GUSTAVO LOPES DE. Acervo de Escritores Mineiros: gênese e constituição' 10/02/2014 122 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. Arquivos Pessoais, Arquivos de Memória e o Processo de Indexação' 01/03/2009 162 f. Profissionalizante em HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/RJ, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Biblioteca Mario Henrique Simonsen
Oliveira, Louise Anunciação Fonseca de. O uso das ferramentas Web 2.0 na gestão de instituições arquivísticas nacionais de tradição ibérica: uma reflexão sobre a cultura participativa.' 01/08/2012 9999 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, SALVADOR Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Reitor Macedo Costa - Ufba Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
OLIVEIRA, LUCIANI APARECIDA DE. Aspectos Teóricos, Metodológicos e Pragmáticos da Elaboração de Plano de Classificação Arquivística para Instituição Privada de Ensino Superior' 01/12/2005 270 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: PUC-Campinas Trabalho anterior à Plataforma Sucupira

(Continua)

OLIVEIRA, Maria do Socorro dos Santos. A Memoria dos Imortais no Arquivo da Academia Brasileira de Letras' 01/11/2009 111 f. Profissionalizante em HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/RJ, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Biblioteca Mario Henrique Simonsen Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
OLIVEIRA, Tatiane Braz de. Linhas e Entrelinhas da Memória: o Arquivo do Senado Federal no período de 1946-1964' 01/04/2009 156 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: BCE Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
OLIVEIRA, TAYNARA ALMEIDA DE. ARQUIVOS PÚBLICOS COMO CENTROS INFORMACIONAIS NO CONTEXTO DE CIDADES INTELIGENTES IBERO-AMERICANAS' 13/05/2019 229 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: UNESP, Campus de Marília
OLIVEIRA, THAIS NODARE DE. Centros de memória e documentação da Universidade Federal de Minas Gerais: perfis institucionais e políticas de acervo' 15/04/2016 176 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
ORIBKA, ROSANE. O MERCADO DE TRABALHO PARA O ARQUIVISTA EM UNIDADES DE SAÚDE: análise a partir do portal corporativo CATHO no Brasil' 20/02/2019 158 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
PADILHA, Leonardo Mendes. Metadados para preservação digital na organização arquivística' 01/12/2010 135 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Bibilioteca Universitária Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
PAIVA, TUANNY BEZERRA. ACERVO FOTOGRÁFICO NATO DIGITAL: UMA POLÍTICA ARQUIVÍSTICA PARA O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE' 31/08/2021 157 f. Mestrado Profissional em Gestão da Informação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU UDESC

(Continua)

PAMPLONA, WALMOR MARTINS. DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS NOS ARQUIVOS: um estudo sobre a trajetória da seção de filmes do Arquivo Nacional' 22/01/2021 210 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária.
PANISSET, BIANCA THEREZINHA CARVALHO. A conduta ética do arquivista: perspectivas advindas do cenário contemporâneo' 14/08/2015 125 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UNIRIO
PARAÍSO, Jânio da Silva. Mediação da informação: direcionamento da atenção por meio de técnicas de comunicação visual.' 01/08/2011 140 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, SALVADOR Biblioteca Depositária: Biblioteca do Instituto de Ciência da Informação Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
PATO, ANA MATTOS PORTO. Arte contemporânea e Arquivo: como tornar público o arquivo público?' 19/04/2017 323 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU Maranhão Detalhes
PAZIN, Márcia Cristina de Carvalho. Produção documental do legislativo no império-gênese e tipologia: o caso da assembléia legislativa provincial de São Paulo (1835-1889)' 01/05/2006 105 f. Mestrado em HISTÓRIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: SBD / CAPH Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
PAZOS, JULIANA DE MESQUITA. O(S) LUGAR(ES) DA FUNÇÃO CLASSIFICAÇÃO NA FORMAÇÃO DO ARQUIVISTA: Uma Análise da História, dos Currículos e dos Programas de Ensino dos Cursos de Graduação em Arquivologia do Sudeste do Brasil' 09/08/2019 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BCG

(Continua)

PEDRAO, GABRIELA BAZAN. A CONSTRUÇÃO DO CATÁLOGO DE PANIZZI: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL' 27/03/2019 156 f. Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: UNESP, Campus de Marília
PEDRAO, GABRIELA BAZAN. O ARQUIVO ZEFERINO VAZ: UM LUGAR DE CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA UNICAMP.' 20/09/2013 126 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: Campus de Marília
Penha, Noemi Andreza da. A NOÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO NA LITERATURA ARQUIVÍSTICA NA ESPANHA E NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1980-1990' 01/08/2012 110 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá / UFF Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
PEREIRA, ANDRE LUIZ OGANDO. O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ACESSO A DOCUMENTOS DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO.' 13/08/2019 98 f. Mestrado em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FUMEC, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária FUMEC
Pereira, Heloisa Esser dos Reis Tiago. CONTRIBUIÇÃO AO DIAGNÓSTICO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA APLICADA' 01/02/2001 151 f. Mestrado em TECNOLOGIA Instituição de Ensino: CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECN. CELSO SUCKOW DA FONSECA, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do CEFET-RJ
PEREIRA, MARINA GARCIA DA SILVA. A APLICABILIDADE DO BIG DATA NAS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS' 29/06/2018 86 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UNB
PEREIRA, SANDRA LUCIA. O CONCEITO DE ARQUIVO NA LITERATURA E NA OPINIAO DE GESTORES DE ARQUIVOS PRIVADOS' 01/03/1995 102 f. Mestrado em BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária. Trabalho anterior à Plataforma Sucupira

(Continua)

PEREIRA, TANIA MARIA DE MOURA. ANÁLISE DO FLUXO DE DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS DE ARQUIVO: Estudo de Caso da Secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília ' 10/03/2016 92 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UnB
PEREIRA, TANIA MARIA DE MOURA. Gênese arquivística de documentos fotográficos na perspectiva da fotodocumentação: o ciclo da informação no catálogo do arquivo fotográfico de Mário de Andrade' 15/09/2022 214 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: BCE
PESSOA, Marina Torres. A relação entre ouvintes assíduos e o rádio: um estudo de usuários da informação a partir de uma perspectiva compreensiva' 01/05/2010 95 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
PEZZI, Ana Paula Jacobus. A Necessidade de Proteção dos Dados Pessoais nos Arquivos de Consumo: em busca da concretização do direito à privacidade.' 01/08/2007 216 f. Mestrado em DIREITO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS, São Leopoldo Biblioteca Depositária: UNISINOS Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
PICCININI, Élvio José. Impacto da tecnologia da informação na atividade dos arquivos bancários: um estudo de caso' 01/12/2001 143 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: BCE Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
PIETRO, LAILA FIGUEIREDO DI. Estruturação de acervos imagéticos e acesso à informação : estudo de instituições de memória no Chile e Argentina' 03/07/2014 95 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: http://repositorio.unb.br/handle/10482/16675

(Continua)

PINTO, José Mauro da Conceição. A teoria da classificação no campo comunicacional: um olhar sobre a comunicação em bibliotecas, museus e arquivos' 01/06/2001 197 f. Mestrado em COMUNICAÇÃO, IMAGEM E INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
PIVA, LAURA MARIA REGO. FORMAÇÃO ACADÊMICA E PRODUÇÃO CIENTIFICA DOCENTE EM DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: UM ESTUDO A PARTIR DOS CURSOS DE GRADUAÇAO EM ARQUIVOLOGIA DO BRASIL' 26/06/2015 94 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: Campus de Marília
PRATES, MILENY APARECIDA LACERDA. Patrimônio Documental, Memória e Cidadania: o Arquivo Permanente do Fórum de Viçosa e o direito à informação' 30/06/2016 133 f. Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, Viçosa Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFV
PUPIM, ELIANA KATIA. Gênese documental de álbuns fotográficos: um estudo de caso aplicado a uma indústria de grande porte' 01/08/2010 132 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/MARILIA, Marília Biblioteca Depositária: UNESP - Campus de Marília Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
QUEIROZ, Anna Carla Silva de. Acesso e Memória: a informação nos arquivos das Arquidioceses da Paraíba e de Olinda/Recife' 01/03/2011 101 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA, JOÃO PESSOA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPB Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
RABELO, MARCOS PRADO. ANÁLISE COMPARATIVA DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA DE INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS PÚBLICAS CUSTODIADORAS DE ACERVOS CARTOGRÁFICOS' 13/11/2017 152 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária.

(Continua)

RAMALHO, STHONE ARRUDA NEVES. DIAGNÓSTICO ARQUIVÍSTICO: ESTUDO DE CASO NO ARQUIVO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE' 05/12/2019 164 f. Mestrado Profissional em GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Sociais Aplicadas
RAMOS, JOSE ALIMATEIA DE AQUINO. As possibilidades de aproximação e diálogo entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia via modelo formativo: o caso da ECI/UFMG' 11/12/2013 198 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
RANGEL, KISSILA DA SILVA. Revisitando o princípio da proveniência: percepções sobre a organicidade' 20/08/2015 101 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UNIRIO
RASIA, REGIS ORLANDO. Análise dos processos de criação documental com materiais de arquivo nos filmes sobre Welles de Rogério Sganzerla' 29/04/2013 304 f. Mestrado em MULTIMEIOS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Cesar Lattes e Biblioteca do Instituto de Artes da Unicamp
REIS, DANIELLI DA SILVA BORGES. PRÁTICAS DE ESCRITA E DE ARQUIVAMENTO: O MEMORIAL DE ANNA JOAQUINA MARQUES (CIDADE DE GOIÁS, 1881-1930)' 21/08/2013 281 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, Goiânia Biblioteca Depositária: Biblioteca da UFG
REIS, MARCO AURELIO AGUIAR. SISTEMA DE ARQUIVOS: UMA PROPOSTA DE GESTÃO DOCUMENTAL COORDENADA PARA A UFT' 19/02/2018 120 f. Mestrado Profissional em GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - PALMAS, Palmas Biblioteca Depositária: Biblioteca da UFT - Câmpus de Palmas
RENAULT, LEONARDO VASCONCELOS. O ato colecionador' 24/06/2015 177 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
REZENDE, VANESSA MURTA. Acervo fotográfico do museu de astronomia e ciências afins : mapeamento documental preliminar' 10/02/2014 91 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: http://repositorio.unb.br/handle/10482/15660

(Continua)

RIBEIRO, MARILIA VITAL. POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO ERGONÔMICAS VOLTADAS AO TRABALHADOR DE ARQUIVOS E BIBLIOTECAS' 19/03/2020 140 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18256
RIDOLPHI, WAGNER RAMOS. A PROFISSIONALIZAÇÃO DO ARQUIVISTA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO' 29/08/2016 126 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária.
RIZZI, IURI ROCIO FRANCO. ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS EM MUSEUS ETNOGRÁFICOS: O CASO DO ARQUIVO DE THÉO BRANDÃO' 29/10/2019 . Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BCG Detalhes
RODRIGUES, Ana Célia. Tipologia documental como parâmetro para gestão de documentos de arquivo: um manual para o município de Campo Belo (MG)' 01/02/2003 450 f. Mestrado em HISTÓRIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: CAPH / SBD
RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. Uma análise da teoria dos arquivos.' 01/05/2004 107 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária da UFMG
RODRIGUES, ANDRE ARAUJO. SER ARQUIVO, SERTÃO: A CONSTITUIÇÃO DE UM ARQUIVO CINEMATOGRÁFICO SOBRE O SERTÃO BRASILEIRO ' 20/08/2018 105 f. Mestrado em COMUNICAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Fortaleza Biblioteca Depositária: Biblioteca de Humanidades
RODRIGUES, BRUNO CESAR. Arte contemporânea, museu e arquivo: desafios da ciência da informação' 31/08/2017 266 f. Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: ECA/USP
RODRIGUES, CARLOS ALBERTO. PLANO DE EMERGENCIA EM ARQUIVOS: COMPETENCIA PROFISISONAL DO ARQUIVISTA EM SANTA CATARINA' 22/07/2021 139 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: Biblioteca universitária UFSC

(Continua)

RODRIGUES, GLEICE CARLOS NOGUEIRA. ARQUIVOS, ESTADO E SOCIEDADE: ATORES E CONCEPÇÕES ARQUIVÍSTICAS NO CONTEXTO POLÍTICO (2011-2014)' 27/10/2017 203 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária.
RODRIGUES, MATEUS DE MOURA. REPOSITÓRIO ARQUIVÍSTICO DIGITAL CONFIÁVEL PARA O PATRIMÔNIO DOCUMENTAL ORIUNDO DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO' 27/02/2015 163 f. Mestrado Profissional em PATRIMÔNIO CULTURAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, Santa Maria Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFSM
RONDINELLI, Rosely Curi. O gerenciamento do documento eletrônico: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea' 01/04/2002 174 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: UFRJ/ECO Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
ROSA, RAFAEL AUGUSTO MENDES. Documentos de Arquivo na Filmografia Brasileira sobre a Ditadura Militar (1964-1985): usos e ressignificações.' 22/03/2019 139 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central - UNB
ROSSATO, FLAVIA HELENA CONRADO. ARRANJO, DESCRIÇÃO E DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL ARQUIVÍSTICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL' 30/05/2014 187 f. Mestrado Profissional em PATRIMÔNIO CULTURAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, Santa Maria Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFSM
ROSSATTO, CARLOS ALESSIO. Percepções de usuário acerca do arquivo público do estado do Rio Grande do Sul: um ambiente a ser descoberto.' 01/01/2001 87 f. Mestrado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, FLORIANÓPOLIS Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
ROSSI, Patrícia Dias de. Espetáculos do Balé da Cidade de São Paulo (1963-2007): mapeando quarenta anos de arquivo' 01/05/2009 396 f. Mestrado em HISTÓRIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: SBD / CAPH

(Continua)

SA, PRISCILLA PLACHA. Mal-estar de Arquivo: As polícias como Arquivistas do Soberano.' 02/08/2013 365 f. Doutorado em DIREITO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Curitiba Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPR Detalhes
SANTANA, Marcelo Leone. A digitalização de documentos de arquivo: O caso das plantas de parcelamento do solo de Belo Horizonte' 01/03/2002 115 f. Mestrado em ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (ESCOLA DE GOVERNO), BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Fundação João Pinheiro Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
SANTANA, RENATA LOPES DE. PROPRIEDADES E CARACTERÍSTICAS DOS DOCUMENTOS EM ARQUIVOS PESSOAIS: UMA REVISÃO DA LITERATURA ' 28/06/2019 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária.
SANTOS, ADRIANA CARLA RIBEIRO DOS. A TRAJETÓRIA DE APLICAÇÃO DE TESAUROS EM DOCUMENTOS DE ARQUIVO: A criação do microtesauro da Série Inquéritos Policiais do Arquivo Público do Estado do Pará' 31/05/2022 148 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém Biblioteca Depositária: Biblioteca Central UFPA
SANTOS, Cecilia Helena Godoy Rodrigues dos. Patrimônio cultural brasileiro: mapeando os lugares do esquecimento: idéias e práticas na origem da preservação do patrimônio no Brasil.' 01/08/2007 247 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA FAU-MARANHÃO Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
SANTOS, CLEBER BELMIRO DOS. IMPACTOS DO ATOM NA DESCRIÇÃO E NO ACESSO AOS ACERVOS NO DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO DA CASA DE OSWALDO CRUZ' 15/02/2017 129 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária.

(Continua)

Santos, Cristian José Oliveira. Os arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da Igreja Católica' 01/07/2005 237 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: BCE/UnB Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
SANTOS, FELIPE CESAR ALMEIDA DOS. ARCHIVAL LITERACY: ESTREITANDO AS RELAÇÕES ENTRE A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E A ARQUIVOLOGIA' 30/05/2022 151 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém Biblioteca Depositária: Biblioteca Central UFPA
SANTOS, HENRIQUE MACHADO DOS. Auditoria de repositórios arquivísticos digitais confiáveis: uma análise das normas ISO 14721 e ISO 16363' 05/03/2018 286 f. Mestrado Profissional em PATRIMÔNIO CULTURAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, Santa Maria Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFSM
SANTOS, HERCULES PIMENTA DOS. Impactos provenientes da Redocumentarização de acervos permanentes na pesquisa histórica' 06/03/2018 290 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
SANTOS, JOÉL ABILIO PINTO DOS. "O ACESSO Á DOCUMENTAÇÃO DOS ARQUIVOS PÚBLICOS COMO RAZÃO E CONTRA-RAZÃO DE ESTADO E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO-SOCIAL NO MERCOSUL".' 01/07/2003 176 f. Mestrado em INTEGRAÇÃO LATINO - AMERICANA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, SANTA MARIA Biblioteca Depositária: UFSM, MILA, SETORIAL DO CCSH
SANTOS, JULLIA MENDES PESTANA DOS. METADADOS: A RECUPERAÇÃO DE IMAGENS DIGITAIS BASEADA EM CONTEÚDO' 18/06/2018 138 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: UNESP, Campus de Marília
Santos, Liara Gomes dos. A contribuição de teorias das Ciências Sociais para a Ciência da Informação na perspectiva de Gernot Wersig' 01/05/2010 162 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária Trabalho anterior à Plataforma Sucupira

(Continua)

SANTOS, LUANA LOBO DOS. Arquivos Públicos Brasileiros e a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas: Proposta de Incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável' 15/12/2022 226 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: UFSC
SANTOS, LUCIANO SOUZA. Repositórios digitais na preservação da memória de clubes de futebol: a descrição arquivística na análise do Esporte Clube Vitória' 31/08/2016 139 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: Instituto de Ciência da Informação/UFBA
SANTOS, NANCI MOREIRA DOS. REQUISITOS PARA SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA: um olhar sobre a autenticidade e a cadeia de custodia dos documentos no SIPAC das IFES na Bahia' 06/12/2019 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária.
SANTOS, RAFAELA PEREIRA DOS. Gestão Documental na Fundação Municipal de Cultura e Turismo “João Bebe Água” - FUNDACT”' 04/11/2020 110 f. Mestrado Profissional em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, São Cristóvão Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe
SANTOS, ROSILENE SILVA DOS. Gestão de documentos na administração pública estadual de Minas Gerais: um estudo de caso.' 19/08/2013 168 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
Santos, Silvana Aparecida Silva dos. Ontologias como domínio conceitual e planos de classificação arquivística: um estudo de caso sobre instituições federais de ensino superior' 01/12/2010 182 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
Santos, Vanderlei Batista dos. “A teoria arquivística a partir de 1898: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos”' 01/12/2011 256 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE Trabalho anterior à Plataforma Sucupira

(Continua)

Santos, Vanderlei Batista dos. Gestão de documentos eletrônicos sob a ótica arquivística: Identificação das Principais correntes teóricas, legislação e diagnóstico da situação nos Arquivos públicos brasileiros' 01/10/2001 139 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: BCE Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
SANTOS, ZENAIDE DE FREITAS. Dimensões arquivísticas na implementação da Lei de Acesso à Informação: perspectivas no Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro' 17/08/2015 128 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UNIRIO
Schmidt, Clarissa Moreira dos Santos. Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações' 01/12/2012 318 f. Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: ECA/USP
Seffrin, Ana Carolina Guimarães. EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO: DAS CRISES DO ESTADO E DA CONSTITUIÇÃO À ADEQUAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS PARA A ABERTURA DOS ARQUIVOS DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA' 01/12/2010 111 f. Mestrado em DIREITO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS, São Leopoldo Biblioteca Depositária: Biblioteca Unisinos Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
SEVERINO, IVANA BITTENCOURT DOS SANTOS. PASSOS DA DANÇA: UM ESTUDO DOS TIPOS DOCUMENTAIS DO ARQUIVO PESSOAL DE LIA ROBATTO Salvador' 22/02/2018 113 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: Repositório Institucional UFBA.
SEZINANDO, LORRANE CRISTINA PASSOS. A PARTICIPAÇÃO DE ATORES ARQUIVÍSTICOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO PODER EXECUTIVO DOS ESTADOS BRASILEIROS. (2011-2015)' 30/08/2016 114 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária.

(Continua)

Sfreddo, Josiane Ayres. Política da Informação, uma estratégia para garantir a proteção e a integridade das informações Arquivísticas no Departamento de Arquivo Geral da UFSM' 01/12/2012 205 f. Profissionalizante em PATRIMÔNIO CULTURAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, SANTA MARIA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFSM Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
SILVA, ADRIANA SOUSA. Governança arquivística e o direito de acesso à informação pública: estudo de múltiplos casos nas secretarias sistêmicas do estado da Bahia' 05/07/2022 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária.
SILVA, ALINE NASCIMENTO BARBOSA DA. ARQUIVOS FUNCIONAIS EM UNIVERSIDADES SOB O FOCO DA ERGONOMIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO' 14/12/2016 . Mestrado Profissional em Ergonomia Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, Recife Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPE
SILVA, ANA CLAUDIA FELIPE DA. ÁLBUNS DE FAMÍLIA: UM ESTUDO SOBRE AS SUAS CARACTERÍSTICAS COMO REGISTRO PRIVADO E ACESSO PÚBLICO NAS UNIDADES DE MEMÓRIA E INFORMAÇÃO ' 28/07/2016 123 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá - UFF
SILVA, ANAHI ROCHA. MATRIZ DE MODELO ESTRUTURAL DE GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA PARA COMUNICAÇÕES PRESIDENCIAIS EM REDES SOCIAIS' 30/03/2022 341 f. Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
SILVA, ANDRIELI PACHU DA. **ASPECTOS ÉTICOS EM ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO: um estudo em códigos de ética do profissional arquivista.**' 03/05/2016 72 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: CAMPUS DE MARÍLIA
SILVA, BARBARA CRISTINA BARBOSA PINTO DA. A INVENÇÃO DO ARQUIVO PESSOAL DE SANTOS DUMONT' 14/12/2018 92 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária.

(Continua)

SILVA, CARLA MARA DA SILVA. Difusão Virtual do Ensino de Graduação em Arquivologia no Brasil' 01/12/2015 134 f. Mestrado Profissional em PATRIMÔNIO CULTURAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, Santa Maria Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFSM
SILVA, CRISTIANE BASQUES DA CUNHA. O patrimônio arquivístico brasileiro diante dos riscos de destruição : estudo sobre a vulnerabilidade dos acervos, as ações estatais de proteção e os seus limites' 03/07/2014 226 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: http://repositorio.unb.br/handle/10482/16887
SILVA, DULCE ELIZABETH LIMA DE SOUSA E. A GESTÃO DE RISCOS NA IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DOCUMENTAL: análise da Coordenadoria Geral de Protocolo e Arquivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe ' 16/07/2019 110 f. Mestrado Profissional em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, São Cristóvão Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe
Silva, Eliezer Pires da. A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em arquivologia no Brasil (1996 - 2006)' 01/03/2009 125 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
SILVA, ELIEZER PIRES DA. MEMÓRIA E DISCURSO DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO ARQUIVÍSTICO NO BRASIL (1971-1978)' 24/09/2013 133 f. Doutorado em MEMÓRIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: UNIRIO
SILVA, EMERSON CARLOS DA. Políticas e Estratégias de Gestão Documental para Preservação Digital no Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região / Rio Grande do Norte' 18/03/2021 135 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária.
SILVA, FERNANDA SOUZA DA. DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS NO ARQUIVO PERCIVAL FARQUHAR: o desafio da organicidade' 20/02/2020 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BCG

(Continua)

SILVA, IRISNEIDE DE OLIVEIRA SOUZA. A ORGANIZAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO NO DOMÍNIO DA ARQUIVÍSTICA' 01/07/2012 193 f. Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/MARILIA, Marília Biblioteca Depositária: Biblioteca da UNESP - Campus de Marília Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
SILVA, ISABEL ANDERSON FERREIRA DA. Conceitos, estilos e procedimentos audiovisuais em documentários de arquivo antinazistas' 29/08/2014 220 f. Doutorado em MULTIMEIOS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Cesar Lattes e Biblioteca do Instituto de Artes da Unicamp Detalhes
SILVA, ISABELA COSTA DA. A DIMENSÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA E OS ARQUIVOS DO REGIME MILITAR: UM OLHAR SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DOS ARQUIVOS' 29/04/2021 . Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BCG
SILVA, ISMAELLY BATISTA DOS SANTOS. DIÁLOGOS SOBRE PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO' 18/03/2016 100 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do CCSA/UFPB
Silva, Jonathas Luiz Carvalho. A IDENTIDADE DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO DAS PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DA PÓS-GRADUAÇÃO: análise dos conteúdos programáticos dos PPGCI'S' 01/05/2011 225 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA, JOÃO PESSOA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPB Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
SILVA, JOSE FERNANDO DA. ATUAÇÃO DOS SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS DE PREFEITURAS MUNICIPAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO' 08/08/2018 143 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária.

(Continua)

SILVA, JULIANA CABRAL DA. A organização da informação em arquivos de cientistas: representação do arquivo pessoal de Lauro Travassos Filho' 11/01/2022 182 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: ECA/USP
SILVA, KATIANE VIEIRA DA. A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO POR MEIO DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: um estudo nos arquivos permanentes públicos de João Pessoa ' 28/06/2019 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária.
SILVA, LAILA LEANDRO VIEIRA DA. ENTRE CACTUS E PALMEIRAS: LIMITES E POSSIBILIDADES DA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NOS ARQUIVOS DA UFAL ' 29/03/2019 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária.
SILVA, LARISSA FERNANDES DA. FORMAÇÃO DE USUÁRIOS NO ARQUIVO JUDICIAL DA JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA João Pessoa 2019' 28/02/2019 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária.
SILVA, LEANDRO COUTINHO. ARQUIVO E MEMÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA SOBRE O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964: ANÁLISE ARQUIVÍSTICA ' 11/12/2020 80 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária.
SILVA, LORENA DOS SANTOS. ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS: uma análise à luz da teoria e de métodos da Arquivologia' 25/05/2020 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BCG
SILVA, LUCAS THERY MONTE VERDE. GESTÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA: uma proposta de framework acerca dos procedimentos e habilidades' 25/05/2022 78 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém Biblioteca Depositária: Biblioteca Central UFPA
SILVA, LUIZ ANTONIO SANTANA DA. ABORDAGENS DO DOCUMENTO AUDIOVISUAL NO CAMPO TEÓRICO DAARQUIVOLOGIA' 17/06/2013 141 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: Campus de Marília

(Continua)

SILVA, LUIZ ANTONIO SANTANA DA. DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS NO BRASIL: TRAJETÓRIA, INSTITUCIONALIZAÇÃO E NOVAS PERSPECTIVAS.' 11/02/2019 256 f. Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: UNESP, Campus de Marília
SILVA, LUIZ CARLOS DA. O DESAFIO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ARQUIVO: AS FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS E O ACESSO À INFORMAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, ES' 19/03/2020 263 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
SILVA, LUIZ CARLOS DA. Políticas públicas de arquivo: a gestão documental do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo' 05/07/2013 137 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
SILVA, LUIZ EDUARDO FERREIRA DA. CIÊNCIA COMO TÉCNICA OU TÉCNICA COMO CIÊNCIA: nas trilhas da Arquivologia e seu status de cientificidade' 14/05/2013 139 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba
SILVA, MANUELA DO NASCIMENTO. POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL NA COORDENAÇÃO GERAL DE PROTOCOLO E ARQUIVO DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE: DOCUMENTO-METODOLÓGICO DE ADOÇÃO UNIVERSAL NOS FUNDOS DOCUMENTAIS CUSTODIADOS' 26/07/2021 149 f. Mestrado Profissional em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, São Cristóvão Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe
SILVA, MARGARETH DA. O arquivo e o lugar: a custódia arquivística como responsabilidade pela proteção aos arquivos' 25/09/2015 . Doutorado em HISTÓRIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária.
Silva, Maria Amélia Texeira da. Arquitetura da Informação aplicada a leitores de E-book: avaliando a interface do Kindle III Wifi' 01/03/2012 124 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA, JOÃO PESSOA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central UFPB Trabalho anterior à Plataforma Sucupira

(Continua)

SILVA, MARIA JULIANA NUNES DA. Avaliação de Documentos de Arquivo: Estudos Sobre Construções Científicas Internacionais e Brasileira' 30/06/2022 326 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
SILVA, MARIA JULIANA NUNES DA. Entre a teoria e a prática: o contexto de atuação dos estagiários, sob a ótica das instituições contratantes e dos egre ssos do curso de arquivologia da Univer sidade Federal de Minas Gerais' 01/12/2017 127 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
Silva, Maria Leonilda Reis da. HISTÓRIA E MEMÓRIA DO ARQUIVO CENTRAL DA FGV' 01/03/2010 161 f. Profissionalizante em HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/RJ, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Mario Henrique Simonsen
SILVA, MARISA VIEIRA LEITE DA. Análise comparativa entre as legislações brasileira, canadense e espanhola aplicadas à digitalização de documentos arquivísticos. ' 28/01/2020 168 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central - UNB
SILVA, NEY LUCIO DA. Políticas de arquivo e gestão de documentos no âmbito da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica' 13/02/2019 156 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
SILVA, PEDRO FELIPY CUNHA DA. OS REGISTROS DIGITAIS ARQUIVÍSTICOS DO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA: descrição, categorização e metadados de preservação digital' 11/11/2020 180 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária.
Silva, Regiane Aparecida Caire da. Acessibilidade aos documentos do processo de criação de Renina Katz: proposta de arquivo' 01/10/2009 107 f. Mestrado em COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, SÃO PAULO Biblioteca Depositária: Biblioteca da PUC-SP Trabalho anterior à Plataforma Sucupira

(Continua)

SILVA, RITA DE CÁSSIA PORTELA DA. Padroes de metadados para instrumentos de pesquisa : a integracao em beneficio do usuario tendo por base o acervo fotografico da fabrica Rheingantz' 01/01/2010 346 f. Profissionalizante em PATRIMÔNIO CULTURAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, SANTA MARIA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFSM Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
Silva, Sergio Conde de Albite. A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil.' 01/02/2008 437 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI Biblioteca Depositária: Biblioteca da Pós-Graduação Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
SILVA, SERGIO MATIAS DA. O DOCUMENTO FOTOGRÁFICO EM DEBATE: UM ESTUDO EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS NAS ÁREAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E ARQUIVOLOGIA' 15/08/2018 155 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária.
Silva, Shirlene Linny da. Construindo o direito de acesso aos arquivos da repressão: o caso do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais' 01/10/2007 253 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
SILVA, SONIA MARIA FERREIRA DA. ARQUIVO E MEMÓRIA FOTOGRÁFICA: MANIFESTAÇÕES POPULARES DA BAHIA NO OLHAR DE SÍLVIO ROBATTO' 30/08/2013 109 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa
SILVA, SUELLEM CHRYSTINA LEAL DA. USABILIDADE EM WEBSITES DE ARQUIVOS NACIONAIS' 16/02/2017 120 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária Detalhes

(Continua)

SILVA, TIAGO BRAGA DA. ANÁLISE DAS DEMANDAS E DOS USOS DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DOS SERVIDORES DA SEÇÃO DE BENEFÍCIOS E VANTAGENS (SBV)/DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS (DGP) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO' 25/09/2014 145 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UNIRIO
SILVA, VALDIR DE LIMA. O ARQUIVO PESSOAL DE HELITON SANTANA COMO FONTE DE INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: a militância social na Paraíba' 18/10/2019 190 f. Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19487
SILVA, WANDERSON MONTEIRO DA. A SEGURANÇA JURÍDICA DO DOCUMENTO DE ARQUIVO EM AMBIENTE DIGITAL' 23/08/2021 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BCG
Silva, Welder Antônio. Zonas interdisciplinares entre a Arquivologia e a Ciência da Informação: cartografia das práticas discursivas.' 01/03/2009 254 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá
SILVA, WELLINGTON RODRIGUES DA. A GESTÃO DA INFORMAÇÃO APLICADA AO ACERVO DO DIÁRIO DE NATAL/O POT I: UM ENFOQUE NA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E NA CURADORIA DE CONTEÚDO ATRAVÉS DE UM SISTEMA COMPUTACIONAL' 06/10/2020 197 f. Mestrado Profissional em GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Silva, Wystercley Marins da. ARQUIVOS DE INTERESSE PÚBLICO E SOCIAL: A ATUAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS.' 01/07/2011 146 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá / UFF Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
SILVEIRA, BRUNO GOMES DA. Ministério Público Federal: Defesa do Patrimônio Documental e Garantia do Acesso à Informação no Âmbito da Construção de Políticas Públicas de Arquivo' 18/04/2022 265 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária

(Continua)

SILVEIRA, BRUNO GOMES DA. Preservação digital dos processos judiciais eletrônicos: políticas públicas de arquivo no Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, Minas Gerais' 20/12/2017 130 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
Silveira, Marla Eveline Martins Machado da. Plano de Marketing para Acervos Fotográfico do Departamento de Arquivo Geral da UFSM' 01/04/2012 110 f. Profissionalizante em PATRIMÔNIO CULTURAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, SANTA MARIA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFSM Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
SKREBSKY, MARIA CANDIDA DA SILVEIRA. OS ABAS LARGAS DA BRIGADA MILITAR EM FOTOGRAFIAS: POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS PARA A PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DA MEMÓRIA' 01/03/2011 232 f. Profissionalizante em PATRIMÔNIO CULTURAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, SANTA MARIA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFSM
Soares, Ana Paula Alves. Avaliação da qualidade em serviços de arquivos' 01/04/2012 209 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, FLORIANÓPOLIS Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
SOARES, ANA PAULA ALVES. ESTUDOS MÉTRICOS EM ARQUIVÍSTICA: PROPOSTA DE MÉTRICAS PARA O GERENCIAMENTO DE ARQUIVOS' 18/03/2019 355 f. Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
SOARES, MARTHA MYRRHA RIBEIRO. Identificação do patrimônio documental arquivístico do município de Angra dos Reis, RJ: o guia do APERJ e a ISDIAH como base do instrumento de pesquisa' 06/03/2018 174 f. Mestrado Profissional em MEMÓRIA E ACERVOS Instituição de Ensino: FUNDACAO CASA DE RUI BARBOSA, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca do Mestrado

(Continua)

SOARES, VERONICA FERNANDES. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ARQUIVO NA ASSESSORIA JURÍDICA DO SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SEBRAE/RJ: A GESTÃO DE DOCUMENTOS COMO PROPOSTA.' 27/04/2018 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BCG Detalhes
SOBRAL, CAMILLA CAMPOI DE. CARTAS EM ARQUIVOS PESSOAIS: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA' 25/03/2019 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BCG
SODRE, CAROLINE ALMEIDA. DESCRIÇÃO, ACESSO E DIFUSÃO DOS ACERVOS DAS DOPS NO BRASIL' 28/03/2016 168 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UnB
SOUSA, ALICE VERIDIANA DE. A UNIRIO e o arquivo pessoal de Guilherme Figueiredo: a aquisição de acervos arquivísticos privados por instituições públicas de ensino superior. ' 14/03/2019 167 f. Mestrado Profissional em MEMÓRIA E ACERVOS Instituição de Ensino: FUNDACAO CASA DE RUI BARBOSA, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca do Mestrado/FCRB
SOUSA, RENATO TARCISO BARBOSA DE. OS ARQUIVOS CORRENTES E AS MASSAS DOCUMENTAIS ACUMULADAS: BUSCA DE NOVAS SOLU□åES PARA VELHOS PROBLEMAS.' 01/12/1995 160 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária. Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
Sousa, Sara Barbosa de. Memória Empresarial: interesse utilitarista ou responsabilidade histórica?' 01/04/2010 130 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: ECA/USP Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
SOUZA, ANDREA DO PRADO. O DOCUMENTO FOTOGRÁFICO NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: O PROCESSO DE TRANSCODIFICAÇÃO NA CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA' 24/11/2015 130 f. Mestrado em Ciência da Informação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Londrina Biblioteca Depositária: Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual de Londrina. Biblioteca Centr

(Continua)

SOUZA, BIANCA GONÇALVES DE. A DOCUMENTAÇÃO DA FÉ: FLUXOS, APROPRIAÇÕES E ENQUADRAMENTOS DE OBJETOS VOTIVOS NO SANTUÁRIO NACIONAL DE APARECIDA' 01/05/2012 299 f. Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/MARILIA, Marília Biblioteca Depositária: Biblioteca da UNESP - Campus de Marília
SOUZA, EMILIA EULINA PEREIRA DE. ENTRE O DIGITAL E O NÃO DIGITAL: um estudo dos usuários do Arquivo do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba' 31/03/2020 81 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18163
SOUZA, JAQUELINE SILVA DE. INFORMAÇÃO PÚBLICA DIGITAL NOS MUNICÍPIOS BAIANOS COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES: UMA ANÁLISE DOS DIÁRIOS OFICIAIS' 09/08/2018 148 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária.
SOUZA, JULIANA AMORIM DE. ROQUETTE-PINTO IMORTAL: CONSTITUIÇÃO, TRATAMENTO E USOS DO ARQUIVO ROQUETTE-PINTO NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS' 29/05/2015 125 f. Mestrado em HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (RJ), Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Mario Henrique Simonsen Leal
SOUZA, LUIZA MORGANA KLUEGER. Legislação Arquivística e Gestão de Documentos do município de Joinville (SC): Preservação do Patrimônio Documental Arquivístico' 30/07/2018 154 f. Mestrado Profissional em Gestão da Informação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA UDESC.
SOUZA, LUIZA MORGANA KLUEGER. Legislação Arquivística e Gestão de Documentos do município de Joinville (SC): Preservação do Patrimônio Documental Arquivístico' 30/07/2018 154 f. Mestrado Profissional em Gestão da Informação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA UDESC.
SOUZA, MAIRA SALLES DE. A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NAS REDES DE ARQUIVOS HISTÓRICOS' 20/08/2015 155 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: Biblioteca do Instituto de Ciência da Informação

(Continua)

Souza, Rosilene Paiva Marinho de. Memória exercitada: o direito de acesso a informação no âmbito dos arquivos permanentes' 01/03/2012 114 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA, JOÃO PESSOA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central UFPB Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
SOUZA, SOLANGE MACHADO DE. O mercado de trabalho para o arquivista egresso do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo' 19/08/2014 132 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UNIRIO
SOUZA, VANESSA ALINE SCHVEITZER. Patrimônio documental fotográfico: um panorama dos acervos arquivísticos de Santa Catarina Florianópolis 2021' 29/07/2021 142 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: UFSC
SUDATI, THAYS LOPES. GESTÃO E ACESSO DOCUMENTAL NA UFSM: ESTUDO SOBRE O USO DA FERRAMENTA ICA-AtoM E DO PORTAL DE DOCUMENTOS' 22/08/2022 85 f. Mestrado Profissional em GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, Santa Maria Biblioteca Depositária: Biblioteca Central
SUENAGA, CYNTHIA MARIA KIYONAGA. A ABORDAGEM DA ANÁLISE DE DOMÍNIO NA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO E ARQUIVOS' 31/07/2014 147 f. Mestrado em Ciência da Informação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Londrina Biblioteca Depositária: Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual de Londrina
TANUS, GABRIELLE FRANCINNE DE SOUZA CARVALHO. Cenário acadêmico-institucional dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia do Brasil' 25/06/2013 242 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
TAVARES, DEREK WARWICK DA SILVA. DISPOSITIVOS DE INFORMAÇÃO: ARQUIVOS, MEMÓRIAS E INFORMAÇÃO' 27/02/2015 82 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária.

(Continua)

TAVARES, DEREK WARWICK DA SILVA. PERSPECTIVAS ACERCA DAS RACIONALIDADES CONSTITUTIVAS DO ARQUIVO NO ÂMBITO DA GOVERNAMENTALIDADE' 27/03/2019 . Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária.
TAVARES, RAQUEL FERNANDES. O perfil do arquivista da Força Aérea Brasileira no Rio de Janeiro entre 2007 e 2015' 11/08/2015 88 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UNIRIO
TEIXEIRA, MARCELA GONCALVES. IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA PARA O ACESSO A DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES NO ARQUIVO DO HORTO DE PLANTAS MEDICINAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ: contribuições para a democratização da ciência' 29/03/2023 . Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária.
TEIXEIRA, PAULO JOSÉ. A GESTÃO DE DOCUMENTOS E A SUA IMPORTÂNCIA PARA A SOBREVIVÊNCIA DA PEQUENA EMPRESA' 01/08/2007 95 f. Mestrado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE POSITIVO, CURITIBA Biblioteca Depositária: CENTRO UNIVERSITÁRIO POSITIVO Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
Thomaz, Katia de Padua. A preservação de documentos eletrônicos de caráter arquivístico: novos desafios, velhos problemas.' 01/12/2004 387 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária da UFMG
TOGNOLI, NATALIA BOLFARINI. A construção teórica da Diplomática: em busca de umasistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos' 19/08/2013 162 f. Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: Campus de Marília
TOLLER, MARIANA ESCHER. MEMÓRIA INSTITUCIONAL: ESTUDO DO ACERVO DIGITAL DA TV UNESP ASSIS' 05/05/2017 130 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: UNESP, Campus de Marília

(Continua)

TONEZER, LUCIANA DAVANZO. Vocabulário controlado para arquivos: análise de viabilidade e propostas.' 06/05/2016 103 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: CAMPUS DE MARÍLIA
TORRES, FLAVIA HELENA DE OLIVEIRA. A FORMAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: OBJETIVOS COMUNS E REALIDADES PARTICULARES' 23/09/2014 223 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária
UNIOR, ZENOBIO DOS SANTOS. ACERVO ACADÊMICO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (IFES): MANUTENÇÃO, GUARDA E ACESSO AOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO.' 15/02/2017 124 f. Mestrado em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FUMEC, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: FACE/FUMEC
VAZ, GLAUCIA APARECIDA. A importância dos estudos de usuários na formação do arquivista' 19/08/2015 134 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
VAZ, GLAUCIA APARECIDA. Práticas informacionais em arquivos: quadro comportamental e contexto social dos usuários do Arquivo Público Mineiro' 11/06/2019 232 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
VEIGA, ALEXANDRE. OS ARQUIVOS COMO ESFERA PÚBLICA INFORMACIONAL NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA: Um estudo sobre as correspondências enviadas ao prefeito de Porto Alegre entre 1988 e 1990' 01/05/2007 129 f. Mestrado em COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE Biblioteca Depositária: FABICO Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
Vendrameto, Maria Cristina. Da Escola Masculina da Capital (São Paulo) à Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas: uma proposta de gestão documental' 01/04/2005 142 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: FEUSP
VENTURA, RENATA. A atuação dos arquivos públicos estaduais do Brasil nas atividades de representação da informação para atendimento da Lei de Acesso à Informação' 27/02/2018 347 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária

(Continua)

VIANA, ALEXANDRA WERNECK. BIBLIOTECA DE ARQUIVO: CONCEITO E ELEMENTOS FUNDAMENTAIS À SUA FORMAÇÃO: O CASO DO ARQUIVO NACIONAL BRASILEIRO' 11/08/2021 143 f. Mestrado Profissional em BIBLIOTECONOMIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Detalhes
Viana, Cláudio Muniz. IDENTIFICAÇÃO DE TIPOLOGIA DOCUMENTAL COMO METODOLOGIA PARA ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS DE ARQUITETURA.' 01/06/2012 139 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá / UFF Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
VIANA, GILBERTO FLADIMAR RODRIGUES. OS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS NO SISTEMA DE INFORMAÇÕES SIE/UFSM: DA PRODUÇÃO AO ACESSO' 05/05/2015 139 f. Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA), Marília Biblioteca Depositária: Campus de Marília
VIANA, MARCIO APARECIDO NOGUEIRA. Metadados como requisito para gestão de documentos de arquivo: proposta de modelo aplicável à norma ABNT NBR ISO 15489-1:2018' 25/06/2021 88 f. Mestrado Profissional em GESTÃO DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: ECA/USP
VIEIRA, THIAGO DE OLIVEIRA. OS DOCUMENTOS ESPECIAIS À LUZ DA ARQUIVOLOGIA CONTEMPORÂNEA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS PÚBLICAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO' 18/08/2014 138 f. Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UNIRIO
Vírsida, Gonzalo Enrique Abio. Algumas experiências no ensino de espanhol para brasileiros adultos' 01/11/2003 277 f. Mestrado em ESTUDOS DA LINGUAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, LONDRINA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UEL Trabalho anterior à Plataforma Sucupira

(Continua)

VITAL, LUCIANE PAULA. REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DE DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO: AS CONTRIBUIÇÕES DO MODELO CONCEITUAL FRSAD' 15/02/2017 187 f. Doutorado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
Vogas, Ellen Cristine Monteiro. ESTRATÉGIAS E POSSIBILIDADES DOS ARQUIVOS PESSOAIS FRENTE AOS NOVOS USOS DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS: O ARQUIVO DARCY RIBEIRO.' 01/07/2011 118 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá / UFF Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
VOLPIN, LUIZA CRISTIANNE FERREIRA VIEIRA. Gestão de Risco de Incêndios: Análise das Políticas de Proteção Ao Patrimônio Arquivístico no Arquivo Público Mineiro (1990- 2022)' 24/11/2022 167 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
Vreeswijk, Anna Maria Dias. Subjetivação e disciplinarização dos sem-terra: Uso e controle da imagem fotográfica no Jornal do MST.' 01/08/2008 173 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, GOIÂNIA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFG
WANDERLEY, ANA ISABEL FERREIRA. A LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA NO ÂMBITO DA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA' 20/12/2019 . Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Fortaleza Biblioteca Depositária: Repositório da Universidade Federal do Ceará
WITKOWSKI, ALEXSANDRO. DA LUZ NO FIM DO TÚNEL AO ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO: O acervo documental da mineração na região carbonífera do baixo Jacuí, Rio Grande do Sul (2009 2016)' 28/08/2019 134 f. Mestrado em MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre Biblioteca Depositária: FABICO
XAVIER, ANDREIA DE CASTRO COSTA. PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO PACIENTE: A CONTRIBUIÇÃO DA ARQUIVÍSTICA, DA BLOCKCHAIN E DOS SMART CONTRACTS PARA A SUA GESTÃO' 12/02/2022 179 f. Mestrado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UnB

(Continua)

XAVIER, JEAN FREDERICK BRITO. O USO DE METADADOS NO ARQUIVO DA MARINHA: A IMPLANTAÇÃO : A IMPLEMENTAÇÃO DO SOFTWARE ICA-AToM.' 18/12/2014 124 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - UFRJ - IBICT Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: UFRJ
XAVIER, JOSEDETE GONCALVES. GESTÃO DOCUMENTAL: PROPOSTA DE POLÍTICA DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA PARA A UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI' 15/12/2022 . Mestrado Profissional em BIBLIOTECONOMIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI, Juazeiro do Norte Biblioteca Depositária.
YANO, SUELI MITIKO. Consultor em informação e Documentação & Information Broker: perfil e formação no estado de São Paulo' 01/02/2001 224 f. Mestrado em BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: Seminário Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
ZAIDAN, FERNANDO HADAD. Aportes da arquitetura corporativa para o ambiente dos sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos: aplicação em companhia de energia elétrica' 22/09/2015 176 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária
ZANATA, MARISA MARQUES. Instrumentos de Pesquisa nos arquivos da Unicamp' 01/06/1997 182 f. Mestrado em BIBLIOTECONOMIA E CIENCIA DA INFORMACAO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: Puc-Campinas Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
Zanella, Andreia. DIAGNÓSTICO DA QUALIDADE DO ENSINO-APRENDIZAGEM E SATISFAÇÃO DOS ALUNOS NAS DISCIPLINAS DE ESTATÍSTICA DA UFSM.' 01/04/2008 114 f. Mestrado em ENGENHARIA DE PRODUÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, SANTA MARIA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central e Biblioteca Setorial do CT Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
ZIEGELMANN, LUIZE DAIANE DOS SANTOS. O Estudo da Competência do Arquivista e do Estudante em Formação em Suas Práticas Profissionais: relação com o mercado de trabalho' 02/07/2021 198 f. Mestrado em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: Biblioteca universitária UFSC

(Conclusão)

Zúniga, Solange Sette Garcia de. Documentos como objeto de políticas públicas em preservação e o acesso à informação: o caso das bibliotecas e arquivos.' 01/03/2005 221 f. Doutorado em CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI Biblioteca Depositária: Bibl. do CFCH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFRJ Trabalho anterior à Plataforma Sucupira

Fonte: Elaboração própria com base nas informações disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da CAPES.